UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

RODRIGO FONTANARI

Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano
Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista
(1890-1937)

São Paulo
2015

RODRIGO FONTANARI

Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano
Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista
(1890-1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro.

São Paulo
2015

FONTANARI, Rodrigo. **Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista (1890-1937)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Econômica.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro

Instituição: _____. Julgamento:_____.

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição: _____. Julgamento:_____.

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição: _____. Julgamento:_____.

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição: _____. Julgamento:_____.

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição: _____. Julgamento:_____.

Assinatura:_____

*Aos meus pais, avós,
irmãos e amigos,
referências de imenso valor.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese apresenta-se como uma tarefa que não seria possível sem a colaboração de uma ampla gama de pessoas. O fato de elencar os nomes daqueles ligados a essa travessia intelectual pode incorrer no risco de falhas e esquecimentos. Contudo, esses erros, e aqueles outros possíveis, contidos neste trabalho, são fruto única e exclusivamente da inépcia do autor.

Apesar disso, gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização desta pesquisa:

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro, que através da convivência, muito me ensinou no campo intelectual e da vida.

Ao CNPq por ter fornecido os recursos para a realização da tese.

Aos professores que participaram da qualificação e contribuíram com valiosas sugestões: Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini e Dr. Rogério Naques Faleiros.

Aos interlocutores que possibilitaram profícuo diálogo com o campo da história econômica: José Jobson de Andrade Arruda; Pedro G. S. Tosi; Lélío L. de Oliveira; Antonio T. Grilo; Renato Leite Marcondes; Alexandre M. Saes; Flávio Saes; Raquel Glezer; Alexandre de Freitas Barbosa; José Flávio Motta; Nelson H. Nozoe; Renato P. Colistete; Thiago Gambi; Michel Marson; Roberto Pereira Silva; Marcos Lobato Martins; Fábio Antonio de Campos; Marcel Pereira da Silva; Maria Alice Rosa Ribeiro; Hernani Maia Costa; Carlo G. Monti; Carlos E. Rovaron; Anderson Pires; Paulo Roberto de Oliveira; Ricardo B. Alves; Luiz Affonso Mendes Junior; Adolpho Legnaro; Marcos De Martini; Fábio Rogério C. Correa; Gilmar Machado de Almeida etc.

Aos funcionários e amigos do *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras*, do *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca* e do *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista*, que possibilitaram o acesso aos documentos.

Aos amigos de São João da Boa Vista: Caio, Margarete, Xandão, e Guilherme Rehder, que muito auxiliaram na busca das fontes documentais da cidade.

A Família Osório de Oliveira, principalmente Cristina e Cassio de Oliveira Gonzales por permitir o acesso “arquivo particular” de Christiano Osório de Oliveira, em São João da Boa Vista, prestando inestimável ajuda à pesquisa.

Agradecimento especial: aos meus pais, Gilberto e Maria Aparecida, que sempre estiveram do meu lado; aos meus irmãos; a minha amada Natália e a Deus.

Colocar assim, acerca de um homem de singular vitalidade, esse problema das relações entre o indivíduo e a coletividade, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social, que é, talvez, o problema essencial da história: tal foi nosso intuito.

Lucien Febvre

No Ocidente, embora não sejam raros os êxitos de indivíduos isolados, a história repete sem fim a mesma lição, a saber, que o sucesso individual deve quase sempre inscrever-se no ativo de famílias vigilantes, atentas, empenhadas em aumentar pouco a pouco sua fortuna e sua influência. A ambição delas não exclui a paciência, manifesta-se a longo prazo.

Fernand Braudel

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo elucidar a atuação de um agente particular, no papel de credor, no conjunto da complexa cadeia de financiamento da cafeicultura: trata-se do Cel. Christiano Osório de Oliveira, de São João da Boa Vista, no interior do Estado de São Paulo, entre 1890 e 1937. A investigação, centrada na exclusiva atuação desse *negociante de dinheiro*, possibilitou conhecer mais claramente, em seus meandros, o mecanismo de fornecimento do crédito, no período enfocado, e nas regiões e localidades em que esse personagem desempenhou essa função. Permitiu, também, revelar aspectos de sua trajetória e singular transformação, desde fazendeiro a banqueiro, e, posteriormente, comissário de café no porto de Santos. O *spot* centrado nesse indivíduo gerou a oportunidade de se compreender, mais detidamente, o processo de formação, expansão e diversificação da riqueza cingida ao grande capital cafeeiro paulista. A análise revelou, além das principais modalidades creditícias da época, a hierarquização existente entre os agentes que atuavam nas *teias do crédito*. A pesquisa pautou-se pelo exame de dois blocos documentais convergentes: o primeiro, caracterizado por documentação privada e original, deixada pelo Cel. Christiano Osório de Oliveira; e, o segundo, constituído por fontes cartoriais referentes ao custeio e/ou plantação de café das propriedades rurais, via hipoteca e penhor agrícola. Em suma, busca-se contribuir para a discussão acerca do papel desempenhado pelo grande capital cafeeiro na diversificação econômica paulista, sob o enfoque do crédito na economia cafeeira.

Palavras-Chave: Economia Cafeeira; Crédito; Riqueza.

ABSTRACT

This study aims to elucidate the performance of a specific agent, as creditor, throughout the complex financing chain of coffee: Col. Christiano Osório de Oliveira, from São João da Boa Vista, São Paulo, between 1890 and 1937. The investigation, focused on the unique function of this *money dealer*, allowed us to know more clearly, in its intricacies, credit providing mechanism, on the present period and in the regions and localities where this character has played his role. It also allowed us to reveal aspects of his history and unique transformation, from farmer to banker, and later coffee Commissioner in the port of Santos. The spot centered on this subject has created an opportunity to understand, in greater detail, the process of formation, expansion and diversification of wealth that surrounded great coffee capital of São Paulo state. Analysis has revealed, besides the main lending modalities of time, the existing hierarchy among the agents who had worked in the *credit webs*. The research has been guided by examining two converging documentary blocks: the first, characterized by private and unique documentation left by Col. Christiano Osório de Oliveira; and the second consisting of notary sources for the funding and / or coffee plantation of farms, via agricultural mortgage and pledge. In short, we search to contribute to the discussion about the role of great coffee capital at economic diversification in the state of São Paulo, under the credit approach on coffee economy.

Keywords: Coffee Economy; Credit; Wealth.

Sumário

Introdução	12
CAPÍTULO 1 DO <i>SUL DE MINAS</i> AO <i>OESTE PAULISTA</i> : A FORMAÇÃO DA RIQUEZA DA FAMÍLIA OSÓRIO DE OLIVEIRA (1833-1880)	22
1.1- A <i>ruralização</i> da sociedade mineira após a mineração	23
1.2- São João da Boa Vista e os <i>entrantes mineiros</i>	30
1.3- A produção açucareira como motor da economia local	39
1.4- A produção de alimentos e a criação de circuitos mercantis regionais	45
1.5- O café: um investimento dentre outros	51
1.6- Entrantes mineiros e a cafeicultura paulista: a formação da riqueza dos Osório de Oliveira	56
CAPÍTULO 2 CAFEICULTURA E EXPANSÃO DA RIQUEZA: A ASCENSÃO SOCIAL DE CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA (1880-1914)	74
2.1- Cafeicultura, Ferrovias e Urbanização em São João da Boa Vista	76
2.2- A montagem da fazenda de café: o processo de reconcentração fundiária	102
2.3- A cafeicultura como núcleo da riqueza	124
2.4- Enlaces oportunos: a inserção de Christiano Osório nos negócios do crédito na economia cafeeira	130
2.5- O fazendeiro na condição de prestador do dinheiro: oportunidades abertas ao capital cafeeiro (1890-1897)	142
2.6- A especialização nos negócios do dinheiro: o papel do <i>capitalista</i> no complexo cafeeiro paulista (1897-1914)	159
CAPÍTULO 3 A DIVERSIFICAÇÃO DA RIQUEZA NA ECONOMIA CAFEIEIRA: OS INVESTIMENTOS DE CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA (1914-1938)	182
3.1- A diversificação dos investimentos no complexo cafeeiro: a estratégia do Cel. Christiano Osório de Oliveira	184
3.2- O papel das casas bancárias no sistema bancário paulista	188
3.3- Os laços mercantis do complexo cafeeiro: entre a Casa Bancária e a Casa Comissária (1914-1937)	199
3.4- A contabilidade bancária e o artifício da letra de câmbio	232
3.5- Os negócios para além do café: o transbordamento do capital cafeeiro	250
3.6- A riqueza ao final da vida: o que diz o espólio do banqueiro do café?	265
Balanco retrospectivo	278
Conclusão	281
Fontes documentais	285
Bibliografia	286
Anexos	295

Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

Capítulo 1

Figura 1. A *Estrada dos Goiases* em destaque numa planta do século XVIII. p. 33.

Figura 2. Destaque para a *Estrada dos Goiases*, em azul, no atual mapa de São Paulo. p. 34.

Tabela 1. Evolução demográfica da População de São Paulo, Mogi Mirim e do Sertão do Rio Pardo, 1798-1824. p. 36.

Tabela 2. Crescimento demográfico de Mogi Mirim e São João da Boa Vista, 1836-1920. p. 37.

Tabela 3. Valor da produção e a importância relativa dos produtos agrícolas da província de São Paulo, em 1836. p. 46.

Tabela 4. Breve Árvore Genealógica da linhagem paterna de Christiano Osório de Oliveira. p. 58.

Gráfico 1. Composição da riqueza herdada na meação por Ana Cândida de Oliveira (1880). p. 70.

Capítulo 2

Tabela 5. Produção exportável de café, em mil sacas, das principais regiões produtoras, 1876-1930. p. 78.

Figura 3. Rede ferroviária paulista, em meados da década de 1930. p. 82.

Tabela 6. Produção de café e população na zona tributária da Mogiana, 1836-1935. p.85.

Tabela 7. Evolução da população dos municípios de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, 1886-1940. p. 86.

Tabela 8. Produção de café em Mogi Mirim e São João da Boa Vista, 1836-1935. p. 86.

Tabela 9. Crescimento demográfico de Mogi Mirim e São João da Boa Vista, 1836-1935. p. 87.

Gráfico 2. Quantidade de café, cereais e açúcar embarcado na estação de *São João da Boa Vista*, da Companhia Mogiana, 1888-1917. p. 95.

Gráfico 3. Quantidade de café, cereais e açúcar embarcado em todas as estações da Companhia Mogiana, do Município de São João da Boa Vista, 1888-1917. p. 95.

Gráfico 4. Números de cafeeiros/ arrobas produzidas em São João da Boa Vista, 1909-1938. p. 99.

Gráfico 5. Composição da riqueza herdada por Christiano Osório de Oliveira (1880). p.106

Tabela 10. Propriedades adquiridas por Christiano Osório de Oliveira, 1883-1890. p.114.

Gráfico 6. Composição da riqueza do inventário de Dona Rita Hortência de Azevedo Oliveira (1884). p. 119.

Figura 4: Trajetória e aquisição de terras de Christiano Osório de Oliveira. p. 124.

Gráfico 7: Composição da riqueza de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897). p.127

Gráfico 8. Importância do ativo *café*, no cômputo dos *bens de raiz*, do inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897). p. 128.

Gráfico 9. Volume dos empréstimos hipotecários, em contos de réis, realizados por Christiano Osório de Oliveira, em São João da Boa Vista (1889-1938). p. 135.

Gráfico 10. Relação entre o volume de crédito hipotecário realizado em São João da Boa Vista e os concedidos por Christiano Osório de Oliveira (1889-1937). p. 137.

Gráfico 11. Relação entre o volume de crédito hipotecário realizado em São João da Boa Vista e os de Christiano Osório de Oliveira, na cidade e região (1889-1937). p. 137.

Tabela 11. Porcentagem, por ocupação dos devedores, no crédito hipotecário fornecido por Christiano Osório de Oliveira, 1890-1937. p. 141.

Tabela 12. Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1919. p. 142.

Tabela 13. Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1929. p. 142.

Tabela 14. Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1938. p. 142.

Tabela 15. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nas hipotecas registradas no município de São João da Boa Vista, 1890-1913. p. 143.

Tabela 16. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nos empréstimos com penhor agrícola registrados no município de São João da Boa Vista, 1890-1913. p. 148

Tabela 17. Maiores produtores de café de São João da Boa Vista, 1908. p. 166.

Figura 5. Rede ferroviária paulista, com destaque para o ramal de Vargem Grande. p. 177.

Capítulo 3

Tabela 18. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nas hipotecas registradas no município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 200.

Tabela 19. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nos empréstimos com penhor agrícola registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 201.

Tabela 20. Taxas de juros praticadas nos créditos hipotecários registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 216.

Tabela 21. Prazos praticados nos créditos hipotecários registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 216.

Tabela 22. Porcentagem por valores, em Contos de Réis, dos empréstimos hipotecários registrados no Município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 217.

Tabela 23. Porcentagem do número de hipotecas por faixa de valores, em Contos de Réis, registradas no Município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 217.

Tabela 24. Porcentagem, por situação do pagamento, dos empréstimos hipotecários registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937. p. 224.

Tabela 25. Balanço da *Casa Bancária Christiano Osório*, em 3 de junho de 1921. p.233.

Figura 6. Propaganda da *Casa Bancária Christiano Osório* e da *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*. p. 246.

Tabela 26. Balanço da *Casa Bancária Christiano Osório*, em de outubro de 1938. p.247.

Tabela 27. Relação dos credores da Municipalidade de Casa Branca, por títulos de empréstimos, em 1931. p. 264.

Tabela 28. Relação dos credores do Cel. Christiano Osório de Oliveira que foram inseridos no plano de Reajustamento Econômico. p. 272.

Figura 7. Localidades onde se registraram empréstimos de Christiano Osório de Oliveira. p. 274.

Introdução

Nossa abordagem, neste trabalho, privilegiou as práticas financeiras levadas a cabo pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira, entre 1890 e 1937. Nesse período, ele teve destacada atuação como *fazendeiro de café*, *capitalista*, *banqueiro* e *comissário*. Este personagem, muito pouco conhecido e discutido na bibliografia sobre a economia cafeeira, foi considerado o verdadeiro “rei do café”, em 1926 – quando chegou a possuir 3.605.470 de cafeeiros, espalhados por todo Estado de São Paulo.¹

De acordo com jornal *A Manhã*, Christiano Osório surgia, à época, como um nome completamente desconhecido do “grande publico dessa capital [São Paulo], e que, no entanto, dentro dessa obscuridade e dessa modéstia, representava, elle sosinho, a cifra fantástica de tres milhões e meio de cafeeiros”.² Nas palavras de Renato Paes de Barros (seu genro), Christiano Osório, durante a década de 1920, “fôra o maior productur de café do mundo”.³

Todavia, interessa ressaltar, de antemão, que o nosso objetivo não foi o de elaborar a *biografia* deste empresário. Mas, pretendemos, por meio de suas relações socioeconômicas e de sua prática financeira, esboçar os significados das relações de crédito cotidianamente exercidas na economia cafeeira, entre 1890 e 1937, com o fito de clarear os mecanismos subjacentes que possibilitaram tanto a reprodução da sua fortuna, quanto do próprio capital cafeeiro.

Nesse sentido, vale frisar que, o presente trabalho derivou das reformulações e adequações realizadas no projeto inicial de doutorado, apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP, em 2011. Neste primeiro projeto, intitulado *Crédito e cafeicultura: a dinâmica dos capitais no interior paulista: Casa Branca, 1914-1937*, nosso objetivo constituía-se em estudar a composição e os desdobramentos do mercado de crédito hipotecário e pignoratício, numa cidade cafeeira do Oeste Paulista. No fundo, tínhamos como preocupação principal compreendermos

¹ Foi considerado o maior fazendeiro de São Paulo na década de 1920. Dono de importantes fazendas, distribuídas pelos municípios de Amparo, Ariranha, Campinas, Pedreira, São João da Boa Vista, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Cruz das Palmeiras e Casa Branca, contava, segundo estatísticas oficiais, nada mais, nada menos do que 3.605.470 cafeeiros, assim discriminados: Amparo, 124.000; Ariranha, 60.000; Campinas, 979.170; Pedreira, 65.000; São João da Boa Vista, 720.000; Santa Cruz da Conceição, 291.000; Palmeiras, 434.000 e Casa Branca, 932.000. In: *A MANHÃ*: Suplemento de São Paulo. Rio de Janeiro, 8 ago. 1926. p.1.

² *A MANHÃ*: Suplemento de São Paulo. Rio de Janeiro, 8 ago. 1926. p.1.

³ *CORREIO PAULISTANO*: Organ do Partido Republicano Paulista. São Paulo, 10 nov. 1938. p.5.

melhor as formas de financiamento e as modalidades de crédito que subsistiram na lavoura cafeeira, neste município do interior paulista, no contexto da Primeira Guerra Mundial, durante a década de 1920, e, nos anos posteriores à crise de 1929.

Contudo, ao longo da pesquisa, tanto o objeto de análise quanto as indagações se transformaram; ao passo que, nosso foco acabou recaindo sobre um indivíduo específico, que atuou diretamente neste mercado de crédito regional: referimo-nos ao Coronel Christiano Osório de Oliveira. Este personagem destacou-se dentre os demais, uma vez que se apresentou como um dos maiores credores da cafeicultura local casabranquense, além de ter se tornado, ao longo dos anos, no maior produtor de café do município e da região. Nossa intenção, a princípio, era estudá-lo, num capítulo específico da tese, como o agente mais representativo dentre os “credores” locais.

Entretanto, a ação empresarial do Cel. Christiano Osório de Oliveira – que já nos havia chamado à atenção, na medida em que se desenvolvia a pesquisa – também despertou o interesse dos membros da Banca que participaram do *Exame de Qualificação*, a saber: a Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini e o Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros. Em consonância com o nosso ponto de vista, ambos ressaltaram o significado peculiar deste sujeito histórico, e, em conformidade com nossa ideia, sugeriram a verticalização da pesquisa e da análise, focando as mesmas neste agente econômico, considerado unanimemente emblemático.

Diante disso – e de extensas conversas com o orientador, José Eduardo Marques Mauro – empreendemos uma busca por vestígios e evidências históricas que elucidassem sua atividade econômica. Esta busca se demonstrou profícua, pois deparamo-nos com imensa massa documental de origem privada e inédita, preservada pelos descendentes do Coronel Christiano Osório, no antigo cofre da casa bancária, que se encontrava, acorrentado e cerrado com cadeado, na residência dos mesmos, em São João da Boa Vista.

Assim, a investigação centrada na exclusiva atuação desse *negociante de dinheiro*, possibilitou-nos conhecermos mais claramente, em seus meandros, os mecanismos de fornecimento do crédito à cafeicultura, entre 1890 e 1937, nas regiões e localidades, em que ele desempenhou a função de *emprestador de capitais*. Permitiu-nos, também, revelar aspectos desconhecidos e inerentes de sua trajetória empresarial, aliás, deveras singular.

Tal análise proporcionou-nos, além do mais, a possibilidade de revelar o processo de formação, expansão e diversificação da riqueza, cingida ao *grande capital*

cafeeiro paulista. Ou seja, à luz da atuação de um personagem exclusivo – que se revelou um exemplo em sua área de ação – visamos contribuir para a discussão acerca do papel desempenhado pelo grande capital cafeeiro na diversificação econômica paulista, sob o enfoque exclusivo do crédito.

Os estudos a respeito do crédito na economia brasileira e, basicamente, sobre o financiamento da cafeicultura, não são desconhecidos. A questão do crédito foi discutida a partir de diferentes prismas: por intermédio dos inventários e suas “dívidas ativa e passiva”; privilegiando famílias e empresas específicas; através da atuação do sistema bancário; por meio de processos de execução de dívidas; sob o ângulo dos contratos efetuados em uma cidade; ou, ainda, recorrendo-se a órbita exclusiva dos comissários.⁴

Vale frisar, de antemão, que as práticas de financiamento existentes na economia cafeeira foram caracterizadas por uma *multifacetada cadeia de crédito*. Frente à impossibilidade de financiamento *direto* à lavoura, por parte do sistema bancário da Primeira República, acreditamos que tenha surgido um significativo número de indivíduos e profissionais voltados a concessão de crédito – os Bancos internacionais, nacionais ou locais; os comissários; os comerciantes atacadistas ou varejistas; os negociantes; os capitalistas; os donos de máquina de beneficiar café; os proprietários

⁴ Vale citar, dentre outros trabalhos: STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *O comissário de café no Porto de Santos: 1870-1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 1980. MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)*. São Paulo: Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, 1988. SAES, Flávio A. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887). *Revista Brasileira de Economia*, v. 56, n. 1, p.147-170, Jan-Mar, 2002. TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café. Franca 1885-1914*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia. Campinas: UNICAMP, 2006. PIRES, Anderson J.; ALMICO, Rita de C. da S. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. *História e Economia*. Vol. 4, n. 2, 2008, p. 221-247. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009. SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. CORREA, Fábio Rogério C. Os bancos de custeio rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914). *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 15, n. 2, p.143-165, 2012. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

urbanos e até mesmo os fazendeiros de café – que foram cruciais para a expansão e custeio das lavouras de café.⁵

Para muitos fazendeiros e sitiantes – membros do *médio capital cafeeiro*, ou seja, indivíduos especializados na produção de café – a falta de crédito, em determinados contextos, redundou em insolvência e bancarrota; mas, para outros agentes – principalmente para os membros do *grande capital cafeeiro*, isto é, aqueles que possuíam investimentos diversificados – o financiamento surgia como mais uma possibilidade de faturamento, pois, dava-lhes condições de concentrar capitais, via taxa de juros. Neste último caso, enquadra-se o Coronel Christiano Osório de Oliveira.

Sua ação empresarial denotou dois aspectos significativos: primeiro, a formação do grande capital cafeeiro também esteve vinculado, inicialmente, às famílias advindas do Sul de Minas Gerais, que tiveram a formação da sua riqueza ligada às teias do mercado interno, dinamizado no decorrer do século XIX, com a produção de alimentos para o pujante Oeste Paulista; segundo, pudemos constatar que a falta de uma política de crédito não repercutiu de forma idêntica nos diversos segmentos sociais da economia cafeeira, ou seja, para os membros do grande capital cafeeiro, o crédito para o café nunca representou um problema, como o foi para os elementos do médio capital cafeeiro.

A trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira, a saber, foi marcada pelo *sucesso*, ou melhor, pelo destacado enriquecimento. Nesse sentido, desviamo-nos de um inconveniente muito comum à história econômica: os documentos e os arquivos guardaram para o historiador, com mais frequência, falências e catástrofes, em vez do andamento regular dos negócios. Nas palavras de Fernand Braudel, os “negócios felizes, tal como as pessoas felizes, não têm história”.⁶

Logo, pelo ângulo do *banqueiro do café*, conseguimos captar o andamento regular dos seus negócios, isto é, sua ascensão social e o seu crescimento empresarial, intimamente associado ao processo de diversificação da riqueza, ocorrido no seio da economia cafeeira paulista.

Julgamos ser sua atuação, além de reveladora das práticas, das lógicas e dos custos no exercício habilitador de crédito, capaz de evidenciar, ainda, os mecanismos

⁵ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. V.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996. P.58.

que possibilitaram sua transformação de fazendeiro a banqueiro e, posteriormente, comissário de café na cidade de Santos. Assim, comprova-se a erupção de um segmento específico dedicado ao empréstimo de capitais para a agricultura, nas cidades do interior paulista, ressaltando outra característica desse negócio: os laços estreitos entre financiamento e comercialização dos produtos.

É nesse sentido que julgamos ser significativa a análise centrada na ação exclusiva desse personagem. Não em função de si mesmo; mas, situado num quadro mais dilatado: na teia do crédito da economia cafeeira.

Assim, com objetivo de cobrir a trajetória empresarial e as práticas financeiras desse indivíduo, de maneira a mais consistente possível, a pesquisa documental priorizou duas vertentes: a primeira, por meio da consulta dos documentos particulares do Cel. Christiano Osório de Oliveira, como já mencionado; e, a segunda, pelas fontes cartoriais.

O rol documental privado continha gama variada de fontes históricas, tais como: inventários, escrituras de compra e de venda, cessão de dívidas, hipotecas, penhores agrícolas, letras de câmbio, cartas, balancetes das empresas, matrículas de propriedades, cartas de arrematação de imóveis, notícias de jornais, dentre outros.

Visando a melhor organização e sistematização desse grande volume de documentos, a princípio, fotografamos todos os registros existentes – o que resultou em mais de duas mil imagens. Em seguida, imprimimos tais fotografias, e demos início à transcrição e análise dessas fontes, passando para o computador todo seu conteúdo, sob no formato de arquivos do *Word*. Assim, pudemos compreender minuciosamente os meandros de sua prática empresarial.

Ao final dessa investigação pormenorizada, tornou-se imperiosa a contextualização da ação empresarial desse agente histórico junto ao meio social, no qual ele manifestou-se e atuou: a cidade de São João da Boa Vista.

Tal fato nos impeliu, então, à pesquisa das fontes cartoriais desse município para melhor evidenciarmos o mundo do crédito regional, do qual ele fazia parte. Para tanto, deu-se a coleta e sistematização de todas as hipotecas e penhores agrícolas registrados em cartório, do período de 1890 a 1937, lapso de tempo que abrangeu toda carreira do Cel. Christiano Osório de Oliveira, como empresário do café e *negociante de dinheiro*, desde seu primeiro empréstimo até o último.

Deste modo, posteriormente, recorreremos à quantificação e análise dos dados coletados junto ao *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista*,

constituído por um conjunto de 1.973 contratos de crédito, divididos em 1.721 hipotecas, dos livros de *Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, 2D, 2E, 2F, 2G; e, 252 penhores agrícolas, presentes no livro de *Transcrição de Penhor Agrícola*, sob o número 5 e no livro de *Registros Diversos*, sob o número 4.

Soma-se, ainda, a esse corpo documental mais 1.063 contratos de concessão de crédito do *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca* e do *Oficial de Registro e Imóveis de Santa Cruz das Palmeiras*, sendo 875 hipotecas contidas nos *Livros de Inscrição Especial*; e, 188 penhores agrícolas, presentes no *Livro de Transcrição de Penhor Agrícola* e no livro de *Registros Diversos* – que usamos de forma subsidiária.

No total, consultamos mais de 3.000 contratos de empréstimo! Ainda, recorremos ao levantamento de algumas fontes no *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos* da cidade de Mogi-Mirim. Além disso, procedemos a diligências em várias cidades no rastro da ação empresarial desta persona: Tambaú, São José do Rio Pardo, Poços de Caldas, Campinas, São Paulo e Santos.

Tais contratos de concessão de crédito apresentam dados valiosos, como: a época em que foram registrados, os valores transacionados, as taxas de juros e os prazos comumente adotados, o nome, o local de residência e a profissão dos credores e dos devedores, os bens dados em garantia, a destinação dos capitais envolvidos, a data e a forma de quitação do empréstimo, se foi necessário recorrer aos meios judiciais para cobrar os valores envolvidos, ou se o título foi renegociado ou dado em caução em outros negócios etc.

Enfim, estamos seguros que tais fontes históricas revelaram uma base documental imprescindível para entendermos a teia do crédito da economia cafeeira, bem como o papel desempenhado pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira.

Assim, pensamos numa composição interpretativa que fosse capaz de dialogar com dois níveis documentais e analíticos distintos: um, de caráter mais “lato”, envolvendo todas as escrituras de crédito hipotecário e penhor agrícola registradas no município de São João da Boa Vista, capazes de revelar os mecanismos e as hierarquias da cadeia creditícia na economia cafeeira; e, outro, de caráter mais “estrito”, referente à investigação da trajetória do Cel. Cristiano Osório de Oliveira, como figura emblemática na cadeia de financiamento local e regional, desde seu início como fazendeiro e capitalista, até sua conversão em banqueiro e comissário.

Tal levantamento de fontes também se fez necessário, não só para compreendermos as suas práticas empresariais, mas também para revelarmos as formas de financiamento existentes no “meio social”, no qual ele estruturou suas ações. Assim, a tentativa foi a de propiciar uma dialética entre a *parte* e o *todo*, entre a ação individual e as ingerências da economia cafeeira, à época.

Com a quantificação dos dados, incorreu-se à análise qualitativa, mediante o confronto bibliográfico a respeito do crédito e do desenvolvimento econômico paulista, amplamente ligado à cafeicultura. Também incorporamos à análise alguns avanços da teoria econômica, referente às tarefas de intermediação mercantil no mundo rural;⁷ bem como alguns aspectos concernentes a micro-história.⁸ Enfim, os procedimentos aludidos constituíram a metodologia da qual a pesquisa se valeu.

Outro ponto específico da nossa pesquisa, distinguindo-a das até aqui empreendidas, foi o fato de debruçarmo-nos sobre os contratos de *penhor agrícola*, ainda escassamente estudado pela historiografia sobre a economia cafeeira. Se o café se constituiu na “mercadoria régia” desse complexo, verificamos que as formas de crédito mediadas por ele mereciam melhor avaliação, pois permearam constantemente as relações sociais e econômicas dessa sociedade.

Quanto às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, as hipotecas e os penhores agrícolas, podemos realizar algumas observações complementares. As hipotecas ganharam força após a criação da *Lei nº 1.237*, de 24 de Setembro de 1864, que tratou de especificar a legislação hipotecária. Essa lei de 1864 foi revogada pelo *Decreto nº 370*, de 2 de Maio de 1890, que reforçava alguns aspectos das operações de crédito móvel, especialmente sobre o procedimento dos *Oficiais do Registro* e da estrutura dos *Livros do Registro Geral*, conferindo, assim, maiores garantias aos credores, do ponto de vista legal.⁹

O penhor agrícola foi estabelecido pelos termos do *Decreto nº 3.272*, de 5 de Outubro de 1885, pela qual assegurava que:

⁷ LLUCH, Andrea. Comercio y crédito agrario: Un estudio de caso sobre las prácticas y lógicas crediticias de comerciantes de campaña a comienzos del siglo XX en La Pampa. *Boletín Del Instituto de Historia Argentina Y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 29, p.51-83, jan/jun. 2006. PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*: Juiz de Fora, 1889/ 1930. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação*: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada. Decreto nº 370, de 2 de Maio de 1890 - Publicação Original. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-370-2-maio-1890-507567-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 19 de janeiro de 2011.

Os Bancos e sociedades de credito real, e qualquer capitalista, poderão tambem fazer emprestimos aos agricultores, a curto prazo, sob o penhor de colheitas pendentes, productos agricolas, de animaes, machinas, instrumentos e quaesquer outros accessorios não comprehendidos nas escripturas de hypotheca, e quando o estejam, precedendo consentimento do credor hypothecario.¹⁰

A legislação do penhor foi alterada, em alguns de seus termos relativos às execuções, pelo *Decreto nº 169-A*, de 19 de Janeiro de 1890, sem perder, contudo, seu sentido básico. Tanto a hipoteca como o penhor tiveram seus conteúdos regularizados e normatizados pelo *Código Civil*, definido pela *Lei nº 3.071*, de 01 de Janeiro de 1916.

No que se refere à baliza temporal selecionamos dois importantes acontecimentos referentes ao objeto de estudo: o primeiro, 1890, é marcado pelos desdobramentos da Abolição, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, culminando em importantes reformulações na legislação creditícia; coincide, esse recorte, com os primeiros empréstimos realizados por Christiano Osório de Oliveira, ainda como fazendeiro de café.

O segundo recorte, referente ao ano de 1937, é justificado pela concretização do inaudito projeto, com âmbito nacional, de fomento ao crédito rural: a criação da *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI/ BB)*; ¹¹ corresponde também esse momento com o declínio dos empréstimos efetuados por Christiano Osório, que faleceu em 1938.

Em relação a 1937, ainda, vale frisar que o Banco do Brasil ganhou mais espaço na cadeia do crédito, pois passou a contar com o aporte governamental para sanar a retração crédito decorrente dos abalos da crise de 1929 – fato que parece ter inibido a ação de agentes particulares na cadeia do financiamento.¹²

A espacialização vinculou-se a rede de negócios estabelecida por Christiano Osório de Oliveira e seus empreendimentos. Como elemento-chave da pesquisa, à medida que ele foi crescendo economicamente, sua área de atuação também se

¹⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada. Decreto nº 3.272, de 5 de Outubro de 1885, Publicação Original. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3272-5-outubro-1885-543469-publicacaooriginal-53793-pl.html>. Acessado em: 19 de janeiro de 2011.

¹¹ BESKOW, P. R. *O crédito rural público numa economia em transformação: estudo histórico e avaliação econômica das atividades em financiamento agropecuário da CREAI/BB de 1937 a 1965*. 1994. Tese (Doutorado em Economia), Campinas: UNICAMP, 1994.

¹² A importância desse Banco no financiamento agrícola é latente: em 1938, dos 23 penhores concedidos, na cidade de São João da Boa Vista, 20 foram dados pelo Banco; em 1939, a totalidade dos 21 penhores realizados, na mesma cidade, foi dada pelo Banco do Brasil. Fonte: *Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista*. Livro de Registros Diversos, nº 4.

expandiu, abarcando vários pontos do Estado de São Paulo, na esteira do conhecido *roteiro do café*.

Deste modo, o plano da tese, apesar de arquitetado em cima da personalidade de um sujeito histórico, não deixou de lado a contextualização do período. A vida do indivíduo só ganhou sentido, como mencionado, quando foi alçada a uma estrutura mais ampla.

Nessa acepção, se por um lado, o homem tem sua vida moldada pelas ingerências e os limites do seu *tempo*; por outro, não resta dúvida, de que ele também esculpia as estruturas, dia a dia, com sua ação social, política e econômica. Tal movimento dialético, na medida do possível, foi contemplado em nossa análise histórica.

Outro hiato na historiografia sobre a economia cafeeira, que a presente pesquisa visou sanar, diz respeito à expansão do sistema bancário em função da lavoura cafeeira, nas três primeiras décadas do século XX.

Flávio Saes abordou de forma categórica o sistema bancário paulista da Primeira República, e intuiu, acertadamente, em nossa avaliação, ao afirmar que: além de depositarem seu dinheiro em pequenos bancos espalhados pelo interior, “os fazendeiros faziam uso de empréstimos dos bancos locais”.¹³

Contudo, Flávio Saes não avançou com a mesma robustez no estudo desses pequenos bancos locais, por conta da dificuldade encontrada na época, para obtenção de fontes históricas, uma vez que a legislação bancária ainda não exigia nesse período, balancetes periódicos das Casas Bancárias, tornando mais difícil a análise, por parte dos pesquisadores em geral.

Assim, existe incontestemente espaço nessa vereda a se explorar. Partimos da hipótese de que as casas bancárias do interior do Estado de São Paulo funcionaram como uma espécie de *engrenagem menor* do sistema bancário alicerçado na capital paulista, e, aproveitaram as oportunidades dadas pelo contexto, dedicando-se à outorga de crédito aos lavradores. Dessa maneira, em nossa opinião, as casas bancárias surgiam enredadas ao capital bancário nacional, naquele momento centrado na acumulação proporcionada pela cadeia mercantil do café, a qual também se correlacionava aos movimentos do capital estrangeiro.

¹³ SAES, Flávio A. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p.124.

O resultado final desta tese de doutorado apresenta-se em três capítulos. No primeiro, intitulado “Do *Sul de Minas* ao *Oeste Paulista*: a formação da riqueza da família Osório de Oliveira (1833-1880)”, buscamos desvelar a gestação do patrimônio deste grupo familiar, que esteve baseada na produção e comércio de *gêneros de abastecimento*, característica típica das fazendas do Sul de Minas Gerais. Também verificamos os mecanismos do qual ele se valeu para alargar a posse da terra: a capitalização familiar e o matrimônio intra-elite. A análise de tais procedimentos revelou-se fundamental para entendermos as estratégias que foram utilizadas para a montagem da grande fazenda de café, entre 1880 e 1890.

No segundo capítulo, denominado “Cafeicultura e a expansão da riqueza: a ascensão social de Christiano Osório de Oliveira (1890-1914)”, procuramos compreender a inserção desse ator no mundo do crédito, a princípio, ainda, como fazendeiro de café, depois, como *capitalista* e, posteriormente, como representante da *Casa Comissária J. D. Martins*, de Santos. Nossa principal intenção foi revelar os laços mercantis estabelecidos por ele, com outros agentes econômicos do complexo cafeeiro. Nesse ínterim, obteve significativa ascensão social e econômica, devido ao redirecionamento dos seus capitais para além da lavoura cafeeira. Desvelamos as relações econômicas que possibilitaram a acumulação de grande fortuna, fundamental para sua transformação em banqueiro e comissário de café, no período subsequente.

No terceiro capítulo, designado “A diversificação da riqueza na economia cafeeira: os investimentos de Christiano Osório de Oliveira (1914-1938)”, enfocamos os dois principais empreendimentos organizado por ele: a *Casa Bancária Christiano Osório*, fundada em 1914, na cidade de São João da Boa Vista, e, a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, criada em 1915, em Santos. Munidos de ampla documentação, reconstituímos sua ação empresarial à frente de tais firmas.

No terceiro capítulo, ainda, analisamos os “negócios para além do café”, ou seja, o transbordamento do capital cafeeiro para outros setores da economia. Assim, examinamos a forma pela qual o capital cafeeiro extrapolou os limites do mundo rural, abrindo novas oportunidades de diversificação no mundo urbano – sendo que, neste caso, especificamente, não ocorreu uma dissociação completa do setor agrícola.

CAPÍTULO 1

DO SUL DE MINAS AO OESTE PAULISTA: A FORMAÇÃO DA RIQUEZA DA FAMÍLIA OSÓRIO DE OLIVEIRA (1833-1880)

*Com os recursos excedentes da agricultura de subsistência e com as sobras entesouradas da aventura das minas, expande a horta, o pomar, sementes do cafezal.*¹⁴

Pretendemos averiguar, neste capítulo, o entrelaçamento de dois contextos históricos que, muitas vezes, foram estudados e apresentados em separado, referimo-nos: ao *movimento centrífugo*¹⁵ da população de Minas Gerais, ao longo do século XIX, e o desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo. Sustenta-se que esses eventos não correram em paralelo, mas que, no fundo, estiveram estritamente interligados.

O estudo de caso da família Osório de Oliveira torna-se de suma importância para referendar tal argumentação. A linhagem familiar a qual nos debruçaremos teve sua origem ligada à cidade de Caldas, no Sul de Minas Gerais, e dirigiu parte dos seus investimentos, em meados do século XIX, para a cidade de São João da Boa Vista, localizada na borda paulista da Serra da Mantiqueira. A análise da trajetória desse ramo familiar ajuda-nos a esclarecer alguns pontos ainda obscuros do processo de gestação daquela riqueza que, mais tarde, contribuiu para a expansão da lavoura cafeeira no Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX.

Assim, nosso argumento sustenta que o primeiro salto na expansão cafeeira, ocorrido no Oeste Paulista, foi promovido, em parte, com os capitais acumulados na produção e comercialização de gêneros de abastecimento, levado a cabo por famílias de origem mineira, dedicadas, por exemplo, à produção de milho, cana-de-açúcar, feijão,

¹⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 470.

¹⁵ Termo utilizado inicialmente por Caio Prado Júnior para se referir ao processo de dispersão e espalhamento vivenciado por parte da população de Minas Gerais em decorrência do declínio da mineração, em fins do século XVIII. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 76. Tal corrente demográfica reclamou a atenção de inúmeros estudiosos, tais como: Sérgio Milliet, José Francisco de Camargo, Pierre Monbeig, Alcir Lenharo, José Chiachiri Filho, Lucila Reis Brioschi, Lélío Luiz de Oliveira, Pedro Geraldo Tosi, Antonio Theodoro Grilo, Carlos Guimarães Monti, Marcos Ferreira de Andrade, Afonso de Alencastro Graça Filho, etc.

arroz, gado e porco. Com esses capitais, ligados ao mercado interno, houve a possibilidade de, posteriormente, investir-se na lavoura cafeeira.

Neste sentido, temos como objetivo, num primeiro momento, compreender a penetração, mais geral, da população do Sul de Minas Gerais no território concernente a São Paulo, ao longo do século XIX, pois é nesse processo que encontramos a raiz histórica de vários municípios paulistas como, por exemplo, São João da Boa Vista, e, ainda, no decorrer temporal dele é que conseguiremos situar a gênese da riqueza dos *Osório de Oliveira*.

1.1- A ruralização da sociedade mineira após a mineração

O deslocamento da população de Minas Gerais surge, na literatura sobre o tema, relacionado à dispersão geográfica daquele contingente humano afetado pelo arrefecimento da atividade mineradora, que os forçou a se deslocarem para outras regiões da mesma província, principalmente, para o denominado *Sul mineiro*.

Esse processo, que se estendeu às áreas limítrofes de São Paulo e Rio de Janeiro, constituiu-se num dos eventos de maior significação histórica para a região Centro-Sul do Brasil, pois assinalou um momento fulcral de reorganização da economia. A partir de então, ela voltou-se à agricultura e a pecuária, ambas destinadas ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade para o mercado interno.

A nosso ver, essa movimentação populacional, somada a reorganização econômica, tem que ser encarada como um dos elos essenciais para a compreensão do surto cafeeiro que se verificou, mais tarde, na segunda metade do século XIX, na região do Oeste Paulista.

Nesta chave interpretativa, não se pode atribuir a crise do período aurífero, em Minas Gerais, como um evento drástico, a ponto de gerar um *vazio* ou mesmo uma retração econômica peremptória. Mas, interpretamos que o que ocorreu, de fato, foi a retomada das atividades agropastoris. Tais atividades, gestadas nas fímbrias do mercado interno, foram capazes de gerar capitais que, mais tarde, migraram para a cafeicultura. Nesse sentido, o caso da família Osório de Oliveira tornou-se emblemático.

José Osório de Oliveira, pai do personagem Christiano Osório, amealhou sua fortuna, no meio século XIX, exercendo atividades agropastoris e comerciais ligadas ao mercado interno, na circunscrição de São Paulo e Minas Gerais, ou seja, entre as cidades de Caldas e São João da Boa Vista. Tal conduta mostrou-se estratégica, pois,

possibilitou a acumulação dos capitais que, na década de 1880, foram investidos, por Christiano Osório, na lavoura cafeeira.

Deste modo, acertadamente, muitos autores refutam as interpretações que alinharam a crise da atividade mineradora à decadência econômica e social de Minas Gerais. Do estancamento da mineração, no final do século XVIII, ao estabelecimento da economia cafeeira exportadora, na primeira metade do século XIX, existem diferentes versões na historiografia. Muitas das quais divergentes em sua totalidade. A mais comum foi aquela que associou a decadência *das* minas com a decadência *de* Minas Gerais.¹⁶

A “tese da crise secular” de Minas Gerais – que atesta a regressão dessa Província para uma economia de subsistência, criando um período de *vazio econômico*, logo após a crise da mineração – ganhou expressão na obra de Celso Furtado.¹⁷ Em sua visão, “todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência”.¹⁸ Reiterou que, em pouco tempo, o cenário foi de descapitalização, involução e desarticulação da economia, culminado no declínio dos centros urbanos e na dispersão da população para atividades de subsistência.¹⁹

Outro autor que destacou a indubitável decadência ocasionada com o ocaso do sistema de exploração aurífero foi Caio Prado Júnior. Analisando os respectivos ciclos econômicos da economia brasileira, ressaltou o caráter crítico vivenciado por Minas Gerais, depois do fim da mineração. Contudo, apontou que algumas regiões conservaram relativa vitalidade, “embora declinando a olhos vivos”.²⁰ O fator que

¹⁶ Um grande crítico dessa visão que alia a crise da mineração com a decadência de Minas Gerais foi Antonio Grilo, do qual nos valem as interpretações. Para esse autor a mineração não é mais do que uma fase de Minas Gerais. Contudo, propaga que não se deve confundir a *história de Minas* com a *história das minas*. Há muita coisa antes e depois do período minerador, que foi, ao mesmo tempo, breve e importante. In: GRILO, Antonio. *Tocaia no Fórum: violência e modernidade*. Bauru, SP: Edusc, 2012. p. 116.

¹⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005. p. 91. Não entraremos nos pormenores dessa discussão com o pensamento *furtadiano*, mas vale assinalar que seu objetivo não era estudar aqueles setores desligados da economia exportadora, a seu ver, o elemento capaz de gerar capitais para o desenvolvimento econômico; no fundo ele procurava fatores endógenos ou exógenos de acumulação que fossem capazes de criar um mercado interno forte o bastante para ser o motor do desenvolvimento nacional, alicerçado, de preferência, na indústria. Sua lupa estava regulada para apreender movimentos econômicos e sociais mais estruturais, mérito das grandes sínteses e dos grandes paradigmas, que já lançaram os principais problemas – apesar não os estudarem detidamente – ao qual se debruçaram os estudos posteriores, de caráter mais específico, ou seja, calcados em micro análises.

¹⁸ Ibidem. p. 90.

¹⁹ Ibidem. p. 91.

²⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 75.

possibilitou esta sobre-energia foi à transformação da economia de Minas Gerais “definitivamente de mineradora em agrícola e pastoril”.²¹ Essa guinada na organização produtiva, observada principalmente no *sul mineiro*, foi assim descrita pelo autor:

Nesta área, que formará mais tarde o chamado *Sul de Minas*, a mineração espalhou, como referi, alguns núcleos agrupados em torno das ‘minas do Rio Verde’ e as ‘do Itajubá’. Mas em fins do século, é só em Campanha, elevada a Vila em 1798, que se mantinha ainda alguma atividade mineradora. A região tomou outro rumo. A agricultura e a pecuária aí se instalaram com grande sucesso, tornando-se, entre outros, fornecedores do importante e próximo mercado de Rio de Janeiro.²²

Tal mudança da sociedade mineira, no sentido da expansão do setor agrícola e pecuário, promoveu alterações fundamentais na mesma. Realmente, neste momento, assistiu-se a transformação de uma civilização fundamentalmente urbana para uma de base rural. Em outras palavras, viu-se a *ruralização* da sociedade. Assim, a Capitania de Minas Gerais “que à época da mineração já apresentava uma rede urbana desenvolvida, conheceu uma dispersão de sua população pelo campo, dando-se uma verdadeira ‘ruralização’ da sociedade mineira”.²³

Desta maneira, mesmo na região englobada pela *Comarca do Rio das Mortes*, comumente, dedicada a extração de ouro, combinou-se “a agropecuária mercantil às lavras mineiras, sendo [por isso] capaz de minorar os efeitos recessivos do esgotamento do ouro até fins do século XVIII”.²⁴ Sem embargo, mesmo com “impacto negativo provocado pelo esgotamento do ouro, toda a região atingiria uma densidade econômica e populacional capaz de sobreviver ao fim da mineração”.²⁵

No Sul de Minas, dadas as características naturais, de solo e de clima, bem como sua posição estratégica, favorecendo a ligação entre São Paulo e o Rio de Janeiro, sucedeu-se, paralelamente, à crise do ouro, o incremento de importante atividade agropastoril, voltada a produção de gêneros de abastecimento para o mercado interno.

²¹ Ibidem. p. 76.

²² Ibidem. p. 78.

²³ BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de Criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 59.

²⁴ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria E. Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: A Província de Minas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 301.

²⁵ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Características da população em São Paulo no início do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 164.

À vista disso, fica claro que o “declínio da mineração em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, acarretou a desorganização da economia local, a migração interna e a transferência de mão-de-obra escrava e livre para outras atividades, como a agricultura”²⁶; fato que compeliu a população mineira a buscar outras regiões, como o *Sul de Minas*, onde havia terras férteis e de campos, mais apropriadas ao plantio e a criação.

Contudo, concordamos com as linhagens interpretativas que entendem essa mudança, no sentido da *ruralização da sociedade*, não como um acontecimento “catastrófico”, capaz de solapar por completo o processo de acumulação de capitais e o desenvolvimento econômico regional; contemplar as coisas dessa maneira seria negligenciar o dinamismo da economia de abastecimento interno engendrado, sobretudo, após 1808, com a vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, e, logo depois, a consequente abertura dos portos, rompendo com o sistema colonial.

Outro fator que contribuiu para a dinâmica econômica foi o continuado processo de amadurecimento do mercado interno; gestado nos poros da Colônia, ainda no período minerador, no decorrer do século XVIII, ele proporcionou maior integração regional, fomentando o posterior incremento das atividades voltadas à produção de alimentos.

Tal produção de gêneros alimentícios motivou a criação de circuitos mercantis que perpassaram todo o Sul de Minas, estendendo-se na direção de São Paulo e Rio de Janeiro, favorecendo a acumulação de capitais nesse setor. Portanto, faz-se necessário desmistificar a ideia de decadência de Minas Gerais, após o esgotamento do ouro, comumente difundida pelas grandes sínteses históricas. Precisa ficar claro que “uma vez esgotados os aluviões, as pastagens e capões no entorno eram ocupados com gado e roças, permitindo que boa parte dos mineradores se transformarem em criadores e lavradores”²⁷; além disso, parte dessa população buscou outras regiões para implementarem suas atividades.

Corroboramos, assim, com “outra compreensão da economia mineira, marcada pela agropecuária para o mercado interno, mas extremamente ativa e gerando fluxos

²⁶ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 201.

²⁷ BRIOSCHI, Lucila Reis. Nos caminhos do ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 51.

mercantis comparáveis aos de outras províncias brasileiras de primeira ordem”²⁸. Com tal guinada para o mundo rural, o que ocorreu, de fato, foi a alteração nos padrões de acumulação de capitais, não mais estimulado pela extração de metais e pedras preciosas, mas, agora, fomentado pela produção agropastoril.

Nesta chave interpretativa, as *grandes sínteses* elaboradas por Celso Furtado e Caio Prado Júnior, por exemplo, disseram muito pouco sobre a constituição do mercado interno e sobre as origens dos capitais que ensejaram a cafeicultura, uma vez que estavam preocupadas com as vicissitudes do setor exportador. Todavia, há que se reconhecer a importância desses trabalhos em sua totalidade, devendo ser encarados como verdadeiras matrizes do pensamento social brasileiro.

No rastro, ou na contramão, dessas *grandes sínteses*, vários estudos monográficos versaram sobre a questão da produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado interno, dando relevância à dinâmica subjacente a tais atividades, ao seu poder de criar circuitos mercantis, de constituir fortunas alicerçadas em propriedades rurais, assentadas no trabalho escravo; enfim, estudos que desvelaram suas ações eficazes no processo de gestação e acumulação de capitais, tal qual o setor exportador.²⁹

Assim, vemos o trabalho pioneiro de Mafalda Zemella. Ela comprovou o nascimento de correntes abastecedoras, decorrentes da efervescência econômica ocasionada pela descoberta do ouro, que partindo de vários os pontos do Brasil, convergiam para Minas Gerais. A consequência dessa agitação ficou explícita no final do século XVIII. O quadro socioeconômico de Minas Gerais se transmutou, e, o “desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das manufaturas, conferindo à Capitania elementos de auto-suficiência, permitiu-lhe dispensar os fornecimentos externos”.³⁰ Mais do que suplantando a condição de autossuficiência, a economia montada em Minas Gerais, nesse período, passou de importadora de alimentos à exportadora dos mesmos,

²⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria E. Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: A Província de Minas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013. p. 313.

²⁹ Para citar alguns, dentre outros: ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1951. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980. SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p.449-495, Set./Dez.1988. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

³⁰ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1951. p. 258.

ou seja, passou a promover o abastecimento das regiões que antes lhe forneciam os gêneros necessários a subsistência.

Alcir Lenharo também estudou o desenvolvimento da economia de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. A seu ver, a constituição de um setor produtivo localizado especialmente no Sul de Minas, e, orientado para o abastecimento da Corte, deu origem a uma elite regional que, através da monopolização dos fluxos mercantis decorrentes desses negócios, conseguiu galgar espaço na arena política federal. De outra forma, podemos perceber que a atividade comercial, calcada nas tropas procedentes do Sul mineiro, abarrotadas de mercadorias, não só angariavam capitais na praça fluminense, mas, igualmente, abriam espaço para que seus protagonistas se infiltrassem nos quadros políticos nacionais. Assim, esta elite, representante dos interesses do Sul de Minas, acabou desempenhando destacado papel no processo de formação do Estado brasileiro, logo após a independência. Tal foi à vitalidade dessa economia que “a própria colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente, lastreadas sobre recursos egressos do setor de subsistência mercantil”.³¹

Para Robert Slenes também, a economia mineira, das primeiras décadas do século XIX, não pode ser mais encarada como decadente ou estanque. Sejam ligadas ao mercado interno ou ao mercado externo as exportações mineiras corresponderam a um setor significativo do conjunto da economia brasileira. Em sua visão:

A produção de Minas para mercados externos (produção não só de café, mas também de gado *vacum* e suíno, pano de algodão, toucinho, queijo e tabaco [...]) gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias-primas utilizados pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas a esse setor.³²

Neste mesmo trabalho, Robert Slenes argumenta que o conhecimento aprofundado dos setores dinâmicos da economia mineira, na passagem do século XVIII para o XIX, só ganharam corpo mediante o aparecimento de novas pesquisas, calcadas

³¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. p. 23.

³² SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p.449-495, Set./Dez.1988. p. 480-481.

em arquivos locais. A seu ver, os efeitos multiplicadores da economia exportadora de Minas Gerais ainda carecem de interpretações mais verossímeis.

Nesse sentido, podemos apontar o trabalho de Marcos Ferreira de Andrade. Em exaustiva pesquisa documental focada no Sul de Minas, na cidade de “Campanha da Princesa”, descortinou importantes pontos relativos aos mecanismos de produção, circulação e financiamento das mercadorias gestadas na economia de abastecimento do Brasil escravista. De acordo com sua análise, as fortunas originadas no sul mineiro estiveram ligadas a diversificação produtiva das fazendas, bem como a comercialização dos excedentes com a cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte, e, com outras praças regionais, como o Vale do Paraíba e o Nordeste de São Paulo. Segundo este autor, ainda, os “caminhos do enriquecimento poderiam ser encontrados por meio da conjugação das atividades econômicas (agropastoris, comerciais etc.), com os laços familiares e a ocupação de cargos políticos”.³³

Não temos a intenção de, com este capítulo, reconstituir em profundidade a sociedade e a economia do Sul de Minas Gerais. Queremos frisar, somente que, mesmo após o fim da mineração, a região abrangida pela Comarca do Rio das Mortes, manteve-se pujante e dinâmica, do ponto de vista da produção e da circulação de mercadorias. O objetivo foi contestar a tese da decadência, demonstrando a força da economia de abastecimento ali estabelecida; que, mesmo sendo quase toda canalizada para o mercado interno, foi capaz de desenvolver cidades, promover crescimento demográfico, ensejar riqueza, acumular capitais, gerar fortunas, e, além do mais, provocar o avanço de uma nova fronteira agrícola.

Desta maneira, salientamos que a marcha da economia de abastecimento do Sul de Minas Gerais, para a província de São Paulo, em meados do século XIX, não pode ser encarada como simples fuga da população, derivada da crise da mineração; mas, reafirmamos ser esta resultante de uma ativa economia de abastecimento interno que, desdobrou-se para outras localidades, com a finalidade de angariar mais terras para seu desenvolvimento, alcançando, por exemplo, as cidades paulistas de Franca, Batatais, Mogi Mirim, Casa Branca, e São João da Boa Vista, situadas além da Serra da Mantiqueira, nas regiões banhada pelos rios Pardo e Mogi-Guaçu.³⁴

³³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro*: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 324.

³⁴ Para Caio Prado Júnior é desse evento que resulta os problemas de fronteira entre Minas e São Paulo: “Aliás esta corrente demográfica que se encaminha para o sul da capitania lhe ultrapassa os limites, e invade São Paulo. A longa questão das divisas entre as duas capitanias, províncias e ainda como Estados,

1.2- São João da Boa Vista e os *entrantes mineiros*

A expansão dessa economia de abastecimento extravasou o perímetro regional, desdobrando-se para várias direções em busca de terras de cultura e campos. As fazendas do Sul de Minas, com produção agropastoril diversificada, aproveitaram a conjuntura favorável do início do século XIX e ampliaram suas atividades para mais longe. Assim, o fluxo demográfico extrapolou os limites de Minas Gerais e invadiu São Paulo.³⁵

Doravante, cabe revelar o papel desempenhado por essa população no povoamento daquelas regiões para a qual rumaram. Ou seja, faz-se necessário entender as relações entre os *entrantes mineiros* e a ocupação do Oeste Paulista³⁶. Esta temática, de suma importância para a História Econômica do Estado de São Paulo e, também, de Minas Gerais, continua escassamente analisada. Ainda, poucos estudos foram dedicados à compreensão específica desses entrantes mineiros na constituição da cafeicultura do Oeste Paulista.

Muitos autores diagnosticaram a presença desses entrantes mineiros em território paulista. Warren Dean buscando a ascendência dos primeiros habitantes da cidade de Rio Claro (SP) apontou que de “Jundiaí, Bragança, Atibaia, Mogi-Mirim e da região *leste de Minas Gerais* [grifo nosso] vieram 57 por cento dos chefes de família em 1822, e 74 por cento em 1835”.³⁷ Segundo Joseph Love, no hiato observado entre o declínio de mineração e a emergência da cafeicultura, “mais mineiros atravessavam a fronteira e

só será resolvida definitivamente em 1936, tem aí sua origem”. In: PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.78.

³⁵ BRIOSCHI, Lucila Reis. Nos caminhos do ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera*: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p.44.

³⁶ A região do designado Oeste Paulista abarca, do ponto de vista geográfico, o Leste e o Nordeste do Estado de São Paulo, envolvendo toda a faixa fronteiriça com o Estado de Minas Gerais, que possui como limite natural a Serra da Mantiqueira. Tendo como referência a cidade de São Paulo, pode-se dizer que abrange toda a região ao Norte da capital. Nesta acepção encerra a extensão do Estado compreendida entre Campinas e Franca, que ficou conhecida pela denominação de *Zona da Mogiana*. Outro ponto que merece esclarecimentos é quanto aos ritmos econômicos que conferem a historicidade do Oeste Paulista, ou seja, pode-se entendê-lo pelas influências do *Caminho de Goiás* ou *Estrada do Anhanguera*, pela extensão das linhas ferroviárias, pelo avanço da cultura açucareira nos idos do século XIX, ou, como será nosso caso, pelo avanço da cafeicultura, que teve como epicentro o Vale do Paraíba, e, na segunda metade dos Oitocentos, rumou para a região de Campinas e Ribeirão Preto.

³⁷ DEAN, Warren. *Rio Claro*: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 32.

estabeleciam fazendas de criação de gado na área compreendida entre Mococa, Jaboticabal e Ribeirão Preto”.³⁸

De acordo com Lélío de Oliveira:

A ocupação mais efetiva e sistemática da região é obra de populações mineiras que, desde fins do século XVIII, buscavam novas paradas devido à decadência dos centros de mineração e às possibilidades de ampliação das atividades econômicas, destinadas ao abastecimento. Os mineiros deslocaram-se da Comarca do Rio das Mortes para São Paulo, vindo estabelecer-se na área entre Franca e Mogi-Mirim. Adotaram a criação de gado bovino como principal atividade econômica, devido às experiências implementadas nas regiões de origem, às condições naturais propícias e às conveniências do mercado.³⁹

Pierre Monbeig também fez referência ao encaminhamento dos mineiros, já na segunda metade do século XIX, em direção a São Paulo:

Acelerada de 1850 em diante, prosseguiu essa imigração durante uns trinta anos, a ponto de, em 1882, um deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, plantador que tinha percorrido quase toda a sua província, declarar que apenas 20% da população era paulista nos municípios de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais, Cajuru, São Simão, Casa Branca; que não era sensivelmente melhor a proporção dos paulistas, no rumo de Araraquara e, além de Botucatu, era o mineiro, e não o paulista, que desbrava a floresta e repelia o índio.⁴⁰

Dessa maneira, queremos explicitar as linhas gerais que possibilitaram o *avanço mineiro* rumo ao território paulista, na região específica de São João da Boa Vista⁴¹, sendo que, como aludimos, tal evento não pode ser encarado, simplesmente, como uma fuga da miséria pós-mineração; e, ainda, inserir nesse processo, a gênese do enriquecimento progressivo da família Osório de Oliveira.

Nesse sentido torna-se fundamental darmos respostas às seguintes questões: quando esses entrantes mineiros chegaram à região? Vieram em busca do cultivo do café? Ou, migraram antes, expandindo às fronteiras da economia de abastecimento?

³⁸ LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 23.

³⁹ OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006. p. 28.

⁴⁰ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984. p. 133.

⁴¹ A cidade de São João da Boa Vista está situada a cerca de 220 km da Capital do Estado; a 120 km de Campinas; a 70 km de Mogi-Mirim; 45 km de Casa Branca; e 45 km de Poços de Caldas.

Enfim, qual foi à ocupação inicial desses entrantes mineiros que, mais tarde, dedicaram-se à cafeicultura?

A cidade de São João da Boa Vista, no interior do Estado de São Paulo, situada no Oeste Paulista, tem sua origem na década de 1820.⁴² A povoação foi elevada a Freguesia por Lei Provincial de 28 de fevereiro de 1838. Subiu à categoria de Vila através da Lei Provincial nº12, de 24 de março de 1859, quando se desmembrou de Mogi Mirim. Recebeu a condição legal de cidade em 21 de abril de 1880.⁴³

Conforme uma publicação local, de 1924, em comemoração ao primeiro centenário da cidade, percebe-se nitidamente a influência do elemento mineiro na constituição da localidade:

Em 1820 o município de S. João da Boa Vista era sertão bruto. Antonio Machado e seus irmãos: Jose Candido e Francisco Machado, todos naturaes da província de Minas, vieram para aqui e apossaram-se das terras, cada qual tomou o seu quinhão de terra e edificou a moradia, voltando depois buscar as suas famílias que residiam em villa da Campanha (Minas).⁴⁴

Todavia, por volta das décadas de 1820 e 1830, a região ainda estava escassamente ocupada. Esta ocupação preliminar dava-se em função dos desdobramentos do *Caminho do Anhanguera* e do povoamento promovido pelos próprios entrantes mineiros que se dirigiram, desde o final do século XVIII, à Vila de Mogi Mirim.⁴⁵

Assim, antes da expansão cafeeira verificada nesta região da Província de São Paulo, entre 1860 e 1870, e, a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana, em 1886 – fato que, como veremos, estabeleceu o elo da cidade com o complexo cafeeiro – pode-se dizer que a formação de São João da Boa Vista esteve relacionada a dois significativos episódios da história econômica paulista.

⁴² Não é nosso intuito, aqui, discutir a genealogia dos fundadores, a origem do epíteto da cidade ou data de fundação de São João da Boa Vista. As interpretações sugerem duas datas para tal fato: 1821 e/ou 1824.

⁴³ Os dados foram retirados de: GODOY, Jorge Pires de. *Almanach para Amparo para 1912*: contendo informações sobre cerca de 25 municípios do Est. de S. Paulo e alguns de Minas. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1911. E, do histórico do município presente no site do IBGE (In: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 28 de novembro de 2014).

⁴⁴ O SÃO JOÃO: órgão independente, noticioso e commercial. Numero comemorativo do centenário de São João da Boa Vista, 1824-1924. [s.n] São João da Boa Vista, 1924.

⁴⁵ Mogi-Mirim foi elevada a condição de Vila em 1769. “A Vila de São José de Mogi Mirim passou a abranger um enorme território, com limites no rio Atibaia e no rio Grande, este na divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Com o passar do tempo, foram se formando arraiais e povoados como Franca, Casa Branca, Rio Claro, Mogi Guaçu, Itapira, São João da Boa Vista, Serra Negra, Pinhal e inúmeros outros”. In: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 28 de novembro de 2014.

O primeiro liga-se ao *bandeirismo* empreendido pelos paulistas que, desde o século XVII, partiram da cidade de São Paulo em direção ao sertão, por meio do denominado *Caminho dos Goíases* ou *Estrada do Anhanguera*, buscando o elemento indígena e o descobrimento de metais e pedras preciosas, como ouro, prata e diamantes. Ainda que tais caminhos existissem desde o início da colonização, como veredas utilizadas pelos indígenas, foi “somente após a descoberta do ouro de Goiás, no ano de 1725 [que] a antiga ligação dos paulistas com as terras dos índios Goíases ganhou foros de ‘Estrada’ ou ‘Caminho’”.⁴⁶

A antiga *Estrada dos Goíases* tinha o seguinte sentido sul-norte: originava-se em São Paulo, passava por Jundiá e seguia em direção a Mogi Mirim, Mogi-Guaçu e Casa Branca. Depois de Tambaú, onde cruzava o Rio Pardo, este percurso “tomava a direção a Noroeste, atingindo os atuais municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava. O rio Grande podia ser atravessado entre Igarapava e Miguelópolis [...]”.⁴⁷ Para melhor entendimento do roteiro delineado por esta importante rota de abastecimento, que em uma de suas ramificações cruzava a região de São João da Boa Vista, em direção a Poços de Caldas, selecionamos as imagens abaixo.

Figura 1. A *Estrada dos Goíases* em destaque numa planta do século XVIII.

Figura 1 – Detalhe de “Carta Topografica da capitania de S. Paulo e seus certosens, em que se vê os descubertos [...] como também o caminho que vai para Goias [...]”, que destacamos em vermelho. Note-se como o caminho margeia a Serra da Mantiqueira e a divisa da então recém-criada capitania das Geraes, marcada no original em tom amarelo. C. H. R. *Carta Topografica da Capitania de S. Paulo e seus certosens*. [177?]. Bico de pena sobre papel. Coleção Pirajá da Silva, Mapoteca da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução do autor.

⁴⁶ BRIOSCHI, Lucila Reis. Nos caminhos do ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 46.

⁴⁷ Ibidem. p. 46.

Figura 2. Destaque para a *Estrada dos Goiaes*, em azul, no atual mapa de São Paulo.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Dados, Estatísticas, Mapas, Tabelas e Gráficos do Estado de São Paulo.

Com a intensificação da atividade aurífera, em meados do século XVIII, houve a ocupação mais acentuada do interior do país. Em decorrência do adensamento populacional das regiões mineradoras, a *Estrada do Anhanguera* viu o incremento do movimento de tropeiros, e do comércio de mantimentos em direção às minas, fato que resultou na abertura de inúmeros pousos e fazendas ao longo do caminho.

A região de São João da Boa Vista estava ligada à *Estrada do Anhanguera* por meio de uma ramificação denominada *Picada de São Mateus*, que partindo de Mogi Guaçu, dirigia-se para Minas Gerais, passando por Poços de Caldas, no sentido das cabeceiras do Rio Pardo. Essa ligação estabelecia o contato entre as Capitanias de São Paulo⁴⁸ e Minas Gerais, desde as primeiras décadas do século XVIII. Entretanto, no segundo quartel do século XVIII, o conflito por conta do metal precioso se acirrou e:

Estabeleceu-se por parte de Minas uma barreira fiscal em São Mateus na Serra de Caldas, conhecida como Tranqueira do Veríssimo João.

⁴⁸ Vale ressaltar que a Capitania de São Paulo foi extinta em 1748 e só foi restituída em 1765, sob a política do Marquês de Pombal; assumindo seu governo Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

Foi barrada a comunicação entre as duas Capitanias. A área interdita englobava a atual região de São João da Boa Vista e Poços de Caldas. Segundo os mineiros, ela visava impedir o extravio do ouro das faisqueiras de Cabo Verde e Jacuí, mas, segundo os paulistas, ‘com o especioso pretexto do extravio do ouro e diamantes’, o motivo seria o anseio de se apoderar das terras da Capitania de São Paulo.⁴⁹

Todavia, mesmo que de forma secundária, não podemos descartar a importância da *Estrada do Anhanguera* ou *dos Goyases* para a constituição da cidade de São João da Boa Vista. Foi através desse caminho que a região pôde ser desbravada, reconhecida e povoada. Os fluxos mercantis que a perpassaram, intensificaram-se com a descoberta do ouro em Minas Gerais e Goiás, e foram essenciais para o desenvolvimento inicial da cidade.

Deste modo, esta primeira fase encontra apoio na análise de Caio Prado Júnior, na qual a dominação do “território paulista se desenvolve por estrias que acompanham as vias de comunicação que levam do litoral para o interior do continente: para Minas Gerais, através das gargantas da Mantiqueira; para Goiás, pelas planuras que bordam a ocidente o maciço central brasileiro”.⁵⁰

O segundo momento, de maior significação para a história são-joanense, deu-se com o povoamento mais intenso realizado pelos *entrantes mineiros*, nas primeiras décadas do século XIX. Como afirmamos anteriormente, este movimento centrífugo da população mineira, em direção a São Paulo, não pode ser encarado como simples fuga da decadência aurífera; mas, deve ser apreciado como um avanço da fronteira agrícola do Sul de Minas, que buscava novas terras para promover a dinamização da economia de abastecimento voltada ao mercado interno.

Outro fator que motivou esse deslocamento dos mineiros rumo aos territórios paulistas, como vemos, foi o renascimento agrícola da Capitania, fomentado pelo Morgado de Mateus, que incentivou a produção de vários gêneros alimentícios em São Paulo. Desta maneira:

A primeira alteração significativa da economia ao longo da Estrada de Goiás teria ocorrido quando da chegada dos primeiros entrantes mineiros. A partir de então, a pecuária foi introduzida em maior escala, transformando-se num dos principais sustentos da população

⁴⁹ Ibidem. p. 40-41.

⁵⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.67.

local. Além da venda da carne bovina, e da produção de queijos, destacava-se, também, a presença de elevado número de cavalos.⁵¹

Esta economia de abastecimento, calcada na reprodução de mercadorias para subsistência, desenvolveu-se, ao longo da primeira metade do século XIX, dedicando-se tanto na pecuária – de gado vacum, cavalar e suíno – quanto na lavoura de milho, feijão, arroz e mandioca. Foi graças a esse movimento de dinamização da economia que, por volta de 1810 “o panorama humano ao longo da Estrada de Goiás começou a se alterar, e de forma brusca. Repentinamente iniciou-se um amplo movimento migratório, proveniente de Minas Gerais”.⁵² A partir daí os “censos foram eficientes ao registrar a entrada de muitos indivíduos, designados ‘entrantes’, e ao fornecer a localidade de suas origens”⁵³, sendo quase todos provenientes da antiga Comarca do Rio das Mortes.

A região de São João da Boa Vista situava-se no então denominado *Sertão da Estrada de Goyas*, ou *Sertão do Rio Pardo*. Estava ainda acoplada a Comarca de Mogi Mirim, da qual se desligou somente em 1859. A localidade passou a receber inúmeras famílias de entrantes mineiros, fato que contribuiu para o seu incremento populacional. Segundo dados de Chiachiri, “podemos afirmar que a participação dos migrantes mineiros no total da população do Sertão de Goiás cresce de 24,7% em 1804 para 75,0% em 1824”.⁵⁴ Este acréscimo da população pode ser observado pelas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Evolução demográfica da População de São Paulo, Mogi Mirim e do Sertão do Rio Pardo, 1798-1824.

Anos	São Paulo	Mogi Mirim	Sertão Rio Pardo
1798	162.345	5.685	549
1804	184.464	7.360	843
1814	211.928	11.404	2.832
1818	221.634	14.583	4.510
1824	247.904	-	5.827

Adaptado de BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p. 31.

⁵¹ BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p. 26.

⁵² Ibidem. p. 32.

⁵³ Ibidem. p. 32.

⁵⁴ Ibidem. p. 32.

Tabela 2. Crescimento demográfico de Mogi Mirim e São João da Boa Vista, 1836-1920.

Anos	População	
	Mogi Mirim	São João da Boa Vista
1836	9.677	-
1854	12.636	3.460
1886	14.935	9.555
1920	37.700	51.993

Fonte: MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 53.

Não há dúvida de que foi a expansão cafeeira ocorrida, entre 1854 e 1886, que incentivou o rápido crescimento da população nessa área e, especialmente, em São João da Boa Vista. Contudo, podemos notar que já existia ali número significativo de habitantes fixados, antes da chegada do café. Nos trinta e dois anos compreendidos, entre 1854 e 1886, o crescimento demográfico atingiu a casa dos 38,3%.⁵⁵ Deste modo, podemos afirmar que, nesse período, houve “a substituição de um tipo de atividade por outro, fenômeno que explica a existência de uma população ponderável antes da expansão do café”.⁵⁶

Para nossa análise, merece atenção, justamente essa *substituição de uma atividade por outra*. Se já havia número expressivo de habitantes na região quando o café passou a ser plantado, resta saber, contudo, qual era a ocupação inicial desses indivíduos. Nessa lógica, os relatos dos viajantes que passaram pela região, no início do século XIX, podem ser elucidativos.

Luiz D’Alincourt realizou sua viagem de Santos à Cuiabá, em 1818. Ele foi um dos primeiros a analisar os moradores desta área. Nas cercanias da Comarca de *São José de Mugí-Mirim*, fundada na década de 1770, descreveu o seguinte:

Os seus habitantes plantam arroz, trigo, milho, e feijão; fazem azeite de mamona, e amendoim; as colheitas são pequenas, e escassamente chegam para o consumo do país. [...] Hoje exporta-se algum açúcar, e aguardente, gado vacum, e bestas muars. Os engenhos deste Termo não chegam a trinta, contando as fábricas de aguardente [...].⁵⁷

⁵⁵ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p. 162.

⁵⁶ Ibidem. p. 162.

⁵⁷ D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 59-60.

Mais adiante, nas imediações dos rios Taquarantã e Oriçanga – que tem suas nascentes situadas entre os atuais municípios de Aguai e São João da Boa Vista – ele constatou que os habitantes negociavam gado vacuum com a cidade do Rio de Janeiro. Ainda, “avançando-se mais, avista-se ao longe, para a direita, a serra de Caldas, assim chamada por ter em si banhos quentes [...]; e finalmente chega-se ao pouso de Itupéba, onde há alguns moradores, que têm criações de gado, e capados [...]”.⁵⁸

Por volta de 1820, outro viajante que cruzou a área, através da *Estrada do Anhanguera*, foi Auguste de Saint-Hilaire. No seu percurso, de São Paulo ao Rio Grande, passou por Jundiaí, Mogi Mirim, Casa Branca e Franca. Constatou que as “terras vizinhas do Rio Pardo são apropriadas a todo tipo de cultura, principalmente à da cana-de-açúcar”.⁵⁹ Quanto aos terrenos de campo disse que “estes também têm grande utilidade [...] já que oferecem excelentes pastagens para a criação de gado”.⁶⁰

Outra observação importante realizada por Saint-Hilaire, diz respeito aos circuitos comerciais do *Caminho de Goyas*, uma vez que os moradores da região:

Aproveitam-se das excelentes pastagens que o lugar oferece, dedicando-se à criação de ovelhas e de numeroso gado, não negligenciando também a de porcos. Os mais ricos enviam suas crias, por sua própria conta, à capital do Brasil, e os negociantes da Comarca de São João Del Rei vão comprar nas próprias fazendas o gado dos criadores menos prósperos. Um grande número de bois da região é enviado também para as redondezas de São Paulo, onde são usados no trabalho dos engenhos de açúcar.⁶¹

Conforma-se, assim, com a hipótese de que a região de São João da Boa Vista – bem como aquela entre Mogi Mirim e Mogi Guaçu – esteve inserida no conjunto de localidades dedicadas a produção e comercialização de gêneros de abastecimento para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Para Prado Júnior, somente “em fins do séc. XVIII que São Paulo começa a recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras, e inaugura, na base mais estável da agricultura, um período de expansão e prosperidade que dura até hoje”.⁶²

Deste modo, baseando-se nos relatos dos viajantes, podemos afirmar que:

⁵⁸ Ibidem, p. 63.

⁵⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 99.

⁶⁰ Ibidem, p. 99.

⁶¹ Ibidem, p. 92-93.

⁶² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 68.

a) os primeiros habitantes que ocuparam a região, dentre eles os entrantes mineiros, dedicaram-se, sobretudo, à atividade agropastoril destinada ao mercado interno;

b) produziam uma gama variada de alimentos como, por exemplo, milho, arroz e feijão;

c) praticaram também a criação de gado vacum, cavalar e suíno.

Vale frisar que, na década de 1830, nesta faixa de terra situada nas franjas da Serra da Mantiqueira, e banhada por dois rios, Pardo, e Mogi Guaçu, mal havia se iniciado a implantação da lavoura cafeeira. Apesar disso, existiam “178 fazendas em Franca, e 35, em Mogi-Mirim”.⁶³

1.3- A produção açucareira como motor da economia local

Até aqui, podemos afirmar que o café não atraiu, inicialmente, os primeiros ocupantes da região; e, que estes eram, sobretudo, oriundos de Minas Gerais. Nossa hipótese trabalha com a suposição de que foi a dinamização da fronteira agrícola, promovida pela produção de gêneros de abastecimento para o mercado interno, a responsável por esse processo de migração dos mineiros.

Ademais, nossa hipótese pode ser tonificada por mais uma circunstância: o desenvolvimento da atividade açucareira na região de São João da Boa Vista, na primeira metade do século XIX.

Com a expansão dos engenhos e a plantação de cana-de-açúcar foi possível, na Capitania de São Paulo, alavancar importante atividade exportadora. Esse impulso, no sentido do fomento agrícola, originou-se com a restauração da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, em 1765. Desde o governo de Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, entre 1765 e 1775, houve sucessivas medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico paulista.

A prioridade, evidentemente, foi dada à atividade agrícola, particularmente ao cultivo da cana e preparo de açúcar. Dada a conjunção de fatores internos e externos, o açúcar revelou-se como

⁶³ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p. 162.

produto capaz de dar suporte ao desenvolvimento da agricultura de exportação, a qual, até então, não se consolidara-se em São Paulo.⁶⁴

De acordo com Carlos Bacellar, as vilas de Jundiaí, Itu, Campinas e Mogi Mirim, situadas no *antigo* Oeste Paulista, passaram a receber, após a introdução da lavoura canavieira, várias levas de entrantes mineiros, que migraram para a região a fim de montar engenho e produzir açúcar.⁶⁵ Dessa forma, o “rápido fortalecimento da lavoura canavieira no Oeste paulista fez surgir, a partir de meados do século XVIII, uma sociedade rica, monocultora e escravista, produtora de quantidades crescentes de açúcar”.⁶⁶

Destarte, temos que frisar, então, a importância da atividade açucareira em São João da Boa Vista, previamente à expansão cafeeira. A cidade inseria-se no chamado quadrilátero do açúcar de forma correlata, uma vez que pertencia à Comarca de Mogi Mirim. Num levantamento estatístico realizado por Daniel Pedro Müller, publicado em 1838, vemos que a Vila de Mogi Mirim produziu a significativa quantidade de 40.520 arrobas de açúcar, ao passo que obteve somente 610 arrobas de café.⁶⁷ Evidencia-se, portanto, que entre o final do século XVIII e o início do século XIX, no interior de São Paulo, na região Central, compreendida entre Itu e Campinas, aos poucos, foi se constituindo uma produção agrícola, a princípio de consumo interno, e mais tarde, progressivamente, voltada à exportação, cabendo papel preponderante ao açúcar.⁶⁸

Num relatório oficial do governo paulista, de 1799, vemos que “a capitania de São Paulo tinha 543 engenhos e havia produzido naquele ano, 2.918 toneladas de açúcar, usando 7.271 escravos”.⁶⁹

⁶⁴ LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 291.

⁶⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo, FFLCH-USP, 1987. p. 127-128.

⁶⁶ BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p. 33.

⁶⁷ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-1837)*. São Paulo: Tipografia Costa Silveira, 1838. p. 126.

⁶⁸ Alguns trabalhos que versaram sobre essa questão: PETRONE, Maria Teresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997. MELO, José Evando Vieira de. *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

⁶⁹ LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 60.

Enfatiza-se, mais, que:

As reações dos engenhos da região às mudanças nos preços e na produção nesse período podem ser observadas com certo detalhamento em um censo especial dos engenhos realizados em Mogi Mirim, vila açucareira do Oeste Paulista, em 1825. Essa região, embora produtora secundária apresentava muitas das características das localidades açucareiras mais importantes. Naquele ano foram registrados 76 engenhos em Mogi Mirim, 71 empregando mão-de-obra escrava. Essas unidades escravistas continham 1.415 cativos e 67 trabalhadores livres. É interessante notar que o valor total dessas propriedades era quatro vezes o valor da produção anual. Quanto maior o número de escravos do engenho, maior sua fatia na produção. Embora os engenhos com dez escravos ou menos representavam 51% das unidades escravistas, essas pequenas unidades respondiam por apenas 13% do valor de todas as unidades escravistas, 13% da produção de açúcar e 15% do total de cativos.⁷⁰

Constatou-se, além disso, que, em 1836, houve um aumento do rendimento, passando a Província de São Paulo a produzir 8.300 toneladas de açúcar; essa produção atingiu a cifra de 12.700 toneladas no ano de 1854. Nesse último ano, existiam aproximadamente 644 engenhos na província paulista. Juntos, eles compreendiam a considerável soma de 15.400 escravos.⁷¹

Assim, ratificando nossa explicação, sustentamos que a causa que motivou a vinda dos entrantes mineiros para o território paulista, conforme corrobora a autora citada, não esteve “somente na decadência econômica mineira, mas também no grande crescimento econômico da Capitania de São Paulo”.⁷²

Esta dinamização da economia, observada na primeira metade do século XIX, promovida, em grande medida, pelas exportações de açúcar, funcionou como forte atrativo para as populações limítrofes, pois “os engenhos constituíram-se num dos principais mercados consumidores de animais de carga e tração, assim como de gêneros alimentícios, promovendo a expansão dos rebanhos e da agricultura do excedente à sua volta”.⁷³

Por isso, admitimos que a vinda dos entrantes mineiros, deu-se:

a) pela necessidade de aproximação com o mercado paulista;

⁷⁰ Ibidem. p. 62-63.

⁷¹ Ibidem. p. 76.

⁷² BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p. 33.

⁷³ Idem. *Fazendas de Criar*. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 58.

b) pela expansão da fronteira agrícola do Sul de Minas, buscando novas terras para criação de gado e produção alimentos;

c) a ocupação da região, desse modo, não pode ser relacionada, esquematicamente, à decadência de mineração e ao surto cafeeiro.

Tal processo de migração não implicou, contudo, em alteração substancial na profissão desses mineiros: “criadores podiam continuar criadores, e lavradores permaneciam lavradores. Mudança ocorria, isto sim, nas distâncias. Buscava-se uma maior proximidade com os mercados a serem abastecidos”.⁷⁴

Ainda, segundo os dados de Daniel Pedro Müller, a Comarca de Mogi Mirim produziu, em 1838, além de açúcar e café, cerca de: 8.668 alqueires de arroz; 12.558 alqueires de feijão; 354.707 alqueires de milho; 1.850 arrobas de fumo e 2.312 canadas de aguardente. Além disso, constava a seguinte quantidade de animais: 2.313 cabeças de gado vacum; 1.574 cabeças de gado cavalari e 14.506 porcos.⁷⁵

Mas, por esse ângulo, o que os documentos sobre São João da Boa Vista dizem? Analisamos 213 escrituras do Cartório do 1º Ofício da cidade, entre 1835 e 1855. Dessas fontes históricas constavam procurações, escrituras de compra e venda, contratos de hipoteca, doação de dotes, cartas de liberdade, emancipação de menores, acordos de herança, permuta de terras etc. De tal documentação, destacaram-se as principais atividades econômicas, perfazendo o seguinte quadro: criação de porcos (15 escrituras); engenho de açúcar (7 escrituras); plantação de milho (7 escrituras); plantação de fumo (6 escrituras); plantação de café (4 escrituras); plantação de cana-de-açúcar (2 escrituras); criação de gado (2 escrituras) e plantação de feijão, arroz e mandioca (1 escritura cada).

Assim sendo, a documentação pesquisada em São João da Boa Vista pôde atestar a presença de engenhos de açúcar – em meio à produção diversificada de gêneros de abastecimento encaminhada para o mercado interno – reforçando os argumentos apresentados até aqui.

Ademais, os maiores valores monetários transacionados, envolveram escrituras relativas aos negócios com engenhos de açúcar. Assim, temos o contrato de compra e

⁷⁴ BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p.40. “Logicamente, tal raciocínio não exclui a possibilidade de uma pressão demográfica ou familiar nas localidades de origem. Terras excessivamente fracionadas, em zonas de antiga ocupação, podiam impelir partes de famílias à migração, em busca de novas oportunidades de adquirir terras”. Ibidem. p. 40.

⁷⁵ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-1837)*. São Paulo: Tipografia Costa Silveira, 1838. p. 126.

venda com hipoteca, no valor de 13:500\$000 (treze contos e quinhentos mil réis), da Fazenda São João dos Pinheiros, situada na Freguesia de São João da Boa Vista, realizada em 1838.⁷⁶ O contrato foi feito entre a vendedora D. Mariana Luiza do Carmo, e, os compradores Capitão Augusto José Ribeiro, João José Ribeiro e Manoel Luis Ribeiro.

Pela escritura, constatou-se que ambas as partes residiam na Província de Minas Gerais, fato que corrobora a participação direta dos entrantes mineiros na produção de açúcar. Notamos, ainda, que Mariana Luiza do Carmo, moradora da *Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde*, termo da *Villa de San Carlos de Jacuhy*, *Comarca do Rio Sapucahy*, passou procuração ao Reverendo João José Vieira Ramalho, da *Freguesia de Sam Joam da Boa Vista*, do *Municipio de Mogimirim*, para responder em seu nome. Por sua vez, os *irmãos Ribeiro*, que residiam na Freguesia de Caldas, Província de Minas Gerais, fizeram sua procuração em nome de Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, que era o padre de São João da Boa Vista naquele momento.

Pela vendedora foi dito que “hera senhora e possuidora de hum Fazenda de Engenho de fazer assucar em terras próprias, citas no lugar denominado Sam Joam dos Pinheiros”.⁷⁷ A referida Fazenda São João dos Pinheiros possuía, em 1838, “cazas de vivenda e fabrica com engenhos de silindros, seis caldeiras de cobre, e hum alambique, tudo grande, assim mais os utensilios presentes na mesma fabrica”.⁷⁸ Pelo contrato, os compradores tinham o prazo de quatro anos para saldar a dívida, e, nesse período, a fazenda ficava hipotecada à vendedora que, caso não recebesse o montante acordado, teria os bens restituídos.

Semelhantes escrituras lavradas em cartório sinalizam a integração de São João da Boa Vista na economia exportadora, via desenvolvimento da atividade açucareira. Nessa acepção, temos o contrato de compra e venda realizado, em 1846, entre os mesmos *irmãos Ribeiro*, acima mencionado, e o Capitão Domingos de Carvalho, acerca da Fazenda Nova, que continha fábrica de açúcar e alambique.

Esta escritura, dentre os 213 contratos analisados, continha o maior valor transacionado: atingiu a cifra de 49:000\$000 (quarenta e nove contos de réis), muito superior aos demais. Por essa quantia, os irmãos e sócios, Comendador Augusto José

⁷⁶ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 2. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 2.

⁷⁷ Ibidem. p. 2v.

⁷⁸ Ibidem. p. 3v.

Ribeiro, Tenente Manoel Luis Ribeiro e o Capitão João José Ribeiro⁷⁹, residentes em São João da Boa Vista, compraram do Capitão Domingos Monteiro de Carvalho e sua mulher Leocádia Ritta Portella, domiciliados na cidade paulista de Itu, a dita Fazenda Nova.

Pelo contrato, constituído em 1848, explicitou-se que os vendedores eram proprietários de “humaz Fazenda de Engenho de fazer assucar em terras proprias no lugar denominado Fazenda Nova, nas margens do Ribeirão do Leoterio, no Distrito da Penha [atual Itapira], termo da Villa de Mogimirim”.⁸⁰ A fábrica de açúcar com todos os seus utensílios somou o valor de 3:720\$000. A plantação de vinte e cinco quartéis de cana totalizou 2:000\$000. Também foram transferidos aos compradores outros empreendimentos da fazenda, anexos ao engenho, compostos de criação de gado, cavalos, tropa, porcos, carneiros e mantimentos pela quantia, mais modesta, de 900\$000. Essas últimas atividades, apesar da pouca expressividade atingida, frente ao valor total da escritura, revelam-se de suma importância para o funcionamento do engenho e a manutenção da subsistência dos proprietários e trabalhadores; sendo que havia a possibilidade de se vender o excedente no mercado local ou regional.

Na mesma ocasião, ainda, constatamos que os compradores adquiriram dos vendedores, trinta escravos, pela quantia de 18:000\$000 (dezoito contos de réis), a razão de 600\$000 cada um. Deste modo, podemos deduzir que, com a expansão das atividades econômicas orientadas para o mercado internacional, ocorreu, também, o aumento da utilização do trabalho escravo na região.

Assevera-se, desta maneira, que “os maiores plantéis estavam nos engenhos de açúcar, presentes tanto em São Paulo como em Minas Gerais”.⁸¹ Não é nosso intuito discutir exaustivamente a predominância da escravidão na economia local, mas, podemos afirmar que, esse plantel de trinta escravos, estava dentro da média dos engenhos na Província de São Paulo. De acordo com Francisco Vidal Luna e Hebert Klein, por volta de 1830, os “engenhos paulistas possuíam em média 31 escravos –

⁷⁹ É visível o processo de “afidalgamento” dos agentes em questão, que passaram a possuir os títulos de comendador, capitão e tenente, revelando a interligação entre as relações política e econômica, configurando uma espécie de circuito virtuoso, onde mais poder econômico refletia mais poder político, e vice-versa.

⁸⁰ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 3. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 30.

⁸¹ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 223.

havia 585 engenhos, com um total de 18.224 cativos – [englobando] um quarto da força de trabalho escrava do total da província”.⁸²

Não podemos desconsiderar, contudo, o acréscimo do número total de escravos na região: entre 1804 e 1824, houve um aumento de cerca de 70%. A quantidade de escravos registrados em Mogi-Mirim passou de 164 indivíduos, em 1777, para 826, no ano de 1804, e, 2.215 almas, em 1829.⁸³ Ocorrência motivada, com certeza, por conta do crescimento da produção de açúcar para exportação.

Todavia, se o crescimento da lavoura comercial de exportação assentada no açúcar compreendeu o eixo mais dinâmico e importante da agricultura desta região, na primeira metade do século XIX, não podemos desconsiderar outra característica relevante da economia são-joanense: a já mencionada produção diversificada de gêneros alimentícios destinados para o abastecimento do mercado local e regional.

1.4- A produção de alimentos e a criação de circuitos mercantis regionais

Estudos recentes, de caráter monográfico e estritamente localizado, têm demonstrado cada vez mais a relevância econômica dos setores ligados à produção de gêneros alimentícios, enfatizando o papel da pequena unidade agrícola, trabalhada pela célula familiar ou pelo braço escravo, frente ao predomínio exclusivo da grande lavoura, monocultora e exportadora. Têm-se revelado que, em boa parte do território nacional, existiu produção significativa de víveres, dirigidos não só à subsistência da população local, mas também ao comércio operado em mercados regionais, criando vibrantes circuitos comerciais.⁸⁴ Contrariamente ao que se afirmava, no passado.

A **Tabela 3**, abaixo, revela a associação entre a produção para exportação – liderada pelo açúcar e café – e a lavoura de mantimentos, destacando-se, desta última, especialmente, a produção de milho, que abarcou sozinha mais de um terço do valor

⁸² Ibidem. p. 223.

⁸³ LUNA, Francisco Vidal. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 223.

⁸⁴ Ibidem. p. 115.

⁸⁴ Dentre outros trabalhos que se opuseram a “visão plantacionista” da economia brasileira, podemos citar: MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000. LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. *S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005.

total dos produtos. Dentre “todos os gêneros alimentícios consumidos e produzidos para o mercado local, nenhum foi mais onipresente ou importante do que o milho”.⁸⁵ A versatilidade desse alimento residia em sua dupla capacidade: podia ser consumido pelas pessoas e pelos animais. Ainda, esse produto servia tanto para o abastecimento do mercado local quanto para o mercado regional, sendo constantemente exportado para outras Províncias, como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Tabela 3. Valor da produção e a importância relativa dos produtos agrícolas da província de São Paulo, em 1836.

Produtos	Quantidade	Preço mínimo	Valor (em mil réis)	Porcentagem do valor
Milho (ton.)	93.238	640	1.974.277	34,3
Café (ton.)	8.638	1.600	940.858	16,3
Açúcar (ton.)	8.287	1.180	665.647	11,6
Arroz (ton.)	7.982	1.600	528.178	9,2
Bovinos	35.573	10.000	355.730	6,2
Suínos	69.155	5.000	345.775	6,0
Erva-Mate (ton.)	7.138	400	194.352	3,4
Cavalos	11.399	16.000	182.384	3,2
Feijão (ton.)	7.580	720	180.573	3,1
Aguardente (can.)	46.727	3.400	158.872	2,8
Mulas	2.268	40.000	90.720	1,6
Farinha de Mandioca (alq.)	89.765	640	57.450	1,0
Toucinho (ton.)	191	3.200	41.568	0,7
Tabaco (ton.)	166	1.280	14.481	0,3
Algodão (ton.)	136	960	8.911	0,2
Peixe Seco (ton.)	60	3.200	12.992	0,2
Ovinos	5.799	640	3.711	0,06
Farinha de Milho (alq.)	2.451	720	1.765	0,03
Chá (libras)	788	1.600	1.261	0,02
Óleo de Amendoim (méd.)	666	320	213	0,004
Rapadura (unid.)	46.300	-	-	-
Valor Total	-	-	5.759.717	100

Fonte: LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p.112.

Em relação à **Tabela 3**, ainda, apesar de o café aparecer em segundo lugar, abarcando 16,3 % do valor da produção paulista desse período, vale ressaltar que suas plantações estavam alocadas na região do Vale do Paraíba. No Oeste Paulista sobressaia, até esse momento, à atividade açucareira. Por isso, mesmo o café se

⁸⁵ LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 120.

destacando no cômputo geral, presume-se que ele não havia se alastrado, ainda, para Campinas e adiante.

Assim, podemos argumentar que, na região de São João da Boa Vista, também, a “produção de víveres permaneceu uma parte fundamental da economia, mantendo, além disso, estreita associação com as novas culturas de exportação”.⁸⁶ Tal constatação está em sintonia com a conjuntura econômica vivida pela Província de São Paulo, entre 1800 e 1850, onde se destacou, além da exportação de açúcar no Oeste Paulista e do café no Vale do Paraíba, a produção e comercialização de alimentos básicos como, por exemplo, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, a carne bovina e a carne suína, da qual provinha, principalmente, o toucinho.

Na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, as facilidades de cultivo, armazenagem e transporte desse produto, de origem indígena, contribuíram para fundamentar uma verdadeira “civilização do milho” em São Paulo, desde os tempos coloniais até meados do século XX.⁸⁷

Outras indicações que permitem captar a magnitude da produção de alimentos na localidade podem ser encontradas no *Livro de Notas* do 1º Ofício de São João da Boa Vista. Assim vemos, em 1847, a escritura de compra e venda entre José Maria de Paula (vendedor) e José Luiz de Andrade (comprador), envolvendo uma parte de terra, da Fazenda Ribeirão Dourado, calculada em quatro alqueires de superfície, plantados com milho, pelo valor de 80\$000 (oitenta mil réis).⁸⁸

Em 1849, Pedro Manoel dos Santos, vendeu parte da Fazenda Santa Barbara do Jaguarimirim para o agricultor Salvador Ribeiro da Silva, por 2:000\$000 (dois contos de réis). No contrato, consta que a parte de terra negociada era formada por “hum terreno de duzentos alqueires de planta de milho nas vertentes do Corrego do Morro de Sam João”.⁸⁹

Por essas escrituras podemos inferir que o milho também poderia ser plantado de forma exclusiva, ou seja, de forma individual em pequenas ou grandes unidades produtivas. Porém, o mais comum, foi encontrar o milho dividindo espaço com outras culturas, mesmo aquelas destinadas à exportação, como açúcar e, mais tarde, o café.

⁸⁶ LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 107.

⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.181-189.

⁸⁸ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 3. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 50.

⁸⁹ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 4. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 18v.

À vista disso, numa escritura de compra e venda, datada de 1850, tendo como vendedora, Anna Francisca de Oliveira, do sítio denominado “Cabeceira do Rio Claro” – que continha engenho de moer cana – e como comprador o Reverendo Joaquim Feliciano de Amorim Sigar, encontramos o estabelecimento de cláusulas contratuais em que ela reservou para si o direito de: continuar morando no sítio por dois anos; de assegurar para si as culturas de milho e cana-de-açúcar daquele ano; e, poder continuar plantando milho e cana enquanto viver no local.⁹⁰ Deste modo, segundo Luna & Klein, à “medida que a economia da província se expandiu na direção das culturas de exportação e do comércio regional, a produção total de milho foi acompanhando essa expansão”.⁹¹

Análoga importância, para economia de São João da Boa Vista, pode ser dada à criação de porcos. Tais atividades, milho e porco, parecem ter fomentado uma à outra, pois “o milho foi fundamental também para a criação de suínos e a obtenção do toucinho, seu mais importante subproduto”.⁹² Fato *sui generis* notado nas fontes documentais, acerca da relevância dessa atividade criatória na localidade, foi à presença recorrente de hipotecas abrangendo criação de porcos, ou seja, hipotecas onde as garantias eram os próprios suínos.

Desta maneira, vemos Generoso Dias de Barros, morador de Casa Branca, contratar, em 1843, um empréstimo de 1:200\$000, junto ao credor Cônego João José Vieira Ramalho, de São João da Boa Vista. Pelo devedor, que pretendia vender os porcos para pagar o contratado, foi dito que “para segurança dessa dívida epotecava ao mesmo senhor Conego duzentos porcos magros, que calculava estarem bem gordos, athe o mez de Outubro deste anno, e que então faria o pronto pagamento com elles, ou com seo emporte depois de vendidos”.⁹³

Em 1848, Antonio Joaquim Barbosa, residente em Caldas, na Província de Minas Gerais, estabeleceu um contrato de hipoteca com Antonio José Alves, de São João da Boa Vista, na quantia de 595\$000, provenientes de setenta capados que este último comprou do primeiro, com prazo de dois meses para pagar. E, para garantia da presente dívida, hipotecou “cem capados gordos pelo dito prazo, a saber que, se o

⁹⁰ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 4. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 42.

⁹¹ LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 125.

⁹² Ibidem. p. 127.

⁹³ Escritura de hipoteca. Livro de Notas nº 3. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 53v.

hypotecante não poder pagar no referido prazo, ainda terá um mez livre depois do vencimento, e dahi na falta lhe hira pagando dois por cento ao mez pela falta desse imbolço”.⁹⁴

Este fato revela a importância da economia de abastecimento como geradora de capitais, pois seus produtos poderiam servir, em última instância, como sustentáculo do sistema de crédito, ou seja, como garantia das negociações e das dívidas, dada sua função monetária, de valor de uso e troca, e, ainda, como reserva de valor; fato facultado, muitas vezes, somente às mercadorias estimadas no mercado.

Nesse sentido, apontamos que, em São João da Boa Vista, no período anterior a 1850, foi mais comum os *entrantes mineiros* se aplicarem, não à cafeicultura, mas a produção de açúcar para exportação, atividade já desenvolvida no quadrilátero paulista do açúcar, formado por Jundiaí, Itu, Piracicaba e Mogi-Mirim.⁹⁵ Ou, pelo menos, aproximaram-se desse centro produtor, com o objetivo de fornecerem gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Assim, realizadas tais considerações, não podemos desconsiderar o papel significativo obtido pela atividade açucareira na dinamização da economia Oeste Paulista, na primeira metade do século XIX. Nessa lógica, foi possível observar o incremento não só da atividade exportadora, mas também da produção de gêneros de abastecimento para o mercado interno. Dada essa circunstância, podemos afirmar que tais fatores estiveram na base do processo de migração dos *entrantes mineiros* para o município de São João da Boa Vista.

Conclui-se, então, que:

Os gêneros de primeira necessidade – arroz, feijão, milho, farinha – e os gados de todos os tipos, progressivamente escassos no oeste paulista, [tiveram] seus preços majorados, atraindo não somente a comercialização das regiões vizinhas, mas também provocando um processo migratório em que os produtores e criadores se aproximam da zona açucareira, para abastecer os novos e ricos mercados.⁹⁶

Portanto, podemos dizer que parte da população mineira, que não estava ligada diretamente à atividade aurífera, e já com recursos acumulados, viu-se atraída por

⁹⁴ Escritura de hipoteca. Livro de Notas nº 4. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 4.

⁹⁵ PETRONE, Maria Teresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.

⁹⁶ BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p. 33.

notícias do aquecimento da economia paulista e, por isso, migraram em busca de melhoria de sua situação, uma vez que a mineração estava se eclipsando.

Contudo, é recorrente encontrarmos na historiografia sobre a conquista do Oeste Paulista, interpretações que denotam a relação direta entre a vinda dos entrantes mineiros e a expansão cafeeira. Nessa chave, essas pessoas fugiram da crise da mineração e de conflitos políticos, ocupando-se, prontamente, com a cafeicultura.

Assim, para Pierre Monbeig, as “perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram reforçar as partidas dos mineiros para novas terras”.⁹⁷ Este autor, ainda, afirma que “fixara-se a maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado”.⁹⁸ Essa afirmação, apesar de válida, todavia, não se encaixa para o caso da região de São João da Boa Vista.

Pelo contrário:

Evidenciamos que muitos desses ‘entrantes mineiros’ rumaram para as terras férteis além da fronteira mineira com significativa riqueza, e aqui mantiveram sua influência política e seu padrão de acumulação, renovado só posteriormente com as possibilidades trazidas pela cafeicultura.⁹⁹

Sendo assim, relativiza-se a vertente explicativa que atesta ser a emigração dos entrantes mineiros para a Província de São Paulo decorrente da atração exclusiva da cafeicultura. De acordo com as fontes documentais pesquisadas, os entrantes mineiros “não vieram para se dedicarem diretamente à cafeicultura, mas sim à produção de gado e gêneros de primeira necessidade como, por exemplo, açúcar, milho, arroz, feijão e queijo”.¹⁰⁰

Isso não significa dizer que não houve contingentes populacionais que migraram em decorrência desses motivos, seja por conta da revolução de 1842 ou da cafeicultura – isso foi plausível também. Contudo, muitas levas se dirigiram às terras paulistas muito antes desses acontecimentos, reforçando a necessidade de outras explicações para se compreender melhor o deslocamento dessa população e o povoamento da região.

⁹⁷ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984. p. 133.

⁹⁸ Ibidem. p. 133.

⁹⁹ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca (1874-1914). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 27.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 42.

1.5- O café: um investimento dentre outros

Em conformidade com a discussão travada e as fontes históricas compulsadas, antes de 1850, nenhum agricultor residente na região, de origem mineira, possuía plantações de café em escala comercial. Foi somente no segundo quartel do século XIX que eles começaram a cafeicultura para exportação. O fato é que muitos deles já estavam estabelecidos na região, e, por isso não foram atraídos pela cafeicultura, mas foram aqueles que a iniciaram.

Exemplo disso é a família Villas Boas. O patriarca José Venâncio Villas Boas, natural de Lavras do Funil, província de Minas Gerais, muda-se para as franjas do *Caminho de Goiás* na primeira década do século XIX. Deparamo-nos com três inventários envolvendo os bens dessa família em Casa Branca (SP): o primeiro, de 1847, de Maria Balbina Monteiro, primeira mulher de José Venâncio Villas Boas, não apresentava nada ligado ao café, mas só gado, engenho de açúcar e gêneros de abastecimento.

O segundo, de 1854, que foi uma reabertura do primeiro inventário, após um pedido de revisão, em que os bens foram todos reavaliados, também não sugeria que o café houvesse sido plantado anteriormente. No terceiro inventário, de 1881, do próprio José Venâncio Villas Boas, já aparecem várias plantações de café, e ações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A trajetória dessa família sinaliza, assim, exemplo emblemático de mutação de uma economia de abastecimento para a cafeicultura.¹⁰¹

Desta forma, a lavoura cafeeira aparece como mais um investimento possível àquela população estabelecida na região limítrofe entre Minas e São Paulo, cortada pela Serra da Mantiqueira. Esse processo de substituição de atividades rurais, em que o café deslocou a predominância do açúcar, como item de exportação no conjunto da produção regional, foi concluído ao longo da segunda metade do século XIX. Conforme aponta Petrone:

É extremamente interessante observar que o ano em que mais se exportou açúcar (1846-1847), também deve ter coincidido com o momento em que foram plantados os grandes cafezais, cuja

¹⁰¹ Ibidem. p. 44-45.

frutificação se verificará em 1850-1851, quando a exportação de café pelo porto de Santos superou a de açúcar.¹⁰²

Para José Francisco de Camargo, além disso, ocorreu um movimento de inflexão na agricultura paulista, “entre 1836 e 1886, no sentido da policultura de subsistência para o da monocultura cafeeira, embora acompanhada sempre do cultivo de cereais”.¹⁰³ Segundo o autor, nessa região do Oeste Paulista, houve aumento vertiginoso da produção cafeeira, passando-se de 81.750 arrobas, em 1854, a 2.366.599, em 1886.¹⁰⁴

Tal movimento de expansão da atividade cafeeira, mesclando-se com outras culturas, nas décadas de 1850 a 1870, pôde ser corroborado pela documentação. Em 1876, o Tenente Coronel Thomas da Costa, capitalista residente em Limeira, emprestou ao Capitão Manoel Joaquim de Alvarenga, lavrador estabelecido na cidade paulista de São Simão, cerca de 20:000\$000, com juros de 12% ao ano, e prazo de trinta e seis meses para o pagamento. O que chama atenção, neste contrato de hipoteca, são os bens dados em garantia, conforme se lê: “A fazenda contém dezesseis mil pés de café, caza de morada, Engenho de Assucar, serra, moinho e pastos, e é dividida pelo Rio Pardo no lugar em que o ribeirão Prata faz barra com este”.¹⁰⁵

No ano de 1873, Manoel José dos Santos Malheiros, lavrador de São João da Boa Vista, concedeu um empréstimo no valor de 6:000\$000 à Ignácio José da Silva, lavrador da cidade vizinha de Espírito Santo do Pinhal (SP), pelo prazo de três anos e juros de 18% ao ano. Para salvaguardar o contrato, o devedor hipotecou parte da Fazenda Morro Grande, que compreendia “terras de cultura, casas térreas cobertas de telhas, engenho de bois, três monjollos, pastos cercados, plantação de caffè e cana”.¹⁰⁶

Revela-se, assim, no segundo quartel do século XIX, nesse caso, a possibilidade de consórcio entre a cafeicultura e a atividade açucareira, corroborando a assertiva de que muitas terras dedicadas antes à lavoura canavieira transformar-se-iam em plantações de café.

Além disto, o café também dividiu espaço com outras culturas, principalmente, como a produção de gêneros de subsistência. Em sua primeira difusão pelo Oeste

¹⁰² PETRONE, Maria Teresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968. p. 224.

¹⁰³ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p. 166.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 162.

¹⁰⁵ Escritura de hipoteca nº 16. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

¹⁰⁶ Escritura de hipoteca nº 200. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim.

Paulista, entre 1840 e 1860, pode-se afirmar que o café foi mais uma cultura dentre as outras. Como a região já produzia alimentos para o abastecimento interno houve a necessidade de compartilhar terrenos com lavouras pretéritas, tais como, por exemplo, o milho e a cana. Dessa forma, até atrair as grandes fortunas do Vale do Paraíba e da Capital paulista, o café não surgiu repentinamente, mas foi, aos poucos, proporcionando boa lucratividade e angariando espaço entre as plantações existentes.

Assim identificamos, em uma escritura de compra e venda realizada no ano de 1852, em que aparecem, como vendedores, João Bernardino da Silveira, e sua mulher, Dona Bernardina Jesuina de Santa Catharina, e, como comprador, o Tenente Custodio Ferreira Rocha, de um sítio de terras de cultura e criação, no lugar denominado “Ribeirão do Ouro”, na Freguesia de São João da Boa Vista. Constatou-se que o referido adquirente era oriundo da Freguesia de Santa Rita, do Município de Pouso Alegre, em Minas Gerais; e, a propriedade adquirida por ele compunha-se de:

Capoeiras e Mattos virgens, pastos cercados por vallos e cercas, huma caza de morar, [...] paiol, com um Engenho de boiz e cazas, Muinho, douz Monjollo, [...] uma sinzalla cuberta de telhas, [...] hum alambique, duas escumadeiras, duas pipas, trez côxos de garapa, [...] dez carros de milho, metade da colheita de caffè, [...] metade da cana [...].¹⁰⁷

Todos esses bens foram dados para assegurar o negócio no valor de 4:000\$000, sendo especificado que, desta monta, dois contos de réis eram das terras e os outros dois contos de réis eram das benfeitorias existentes. Desse total, o Tenente Custodio Ferreira Rocha, pagou 1:000\$000 à vista e, os ouros três contos de réis teria o prazo de seis anos para saldar. Evidencia-se, neste caso, que o café esteve lado a lado com a cana e o milho.

Infere-se, ainda, nessa perspectiva, quanto ao mais antigo registro referente à cafeicultura de porte comercial, encontrado na documentação pesquisada em São João da Boa Vista. Numa escritura de hipoteca, lavrada em 1855, entre o credor Alferes Maximiano José Soares e o casal devedor Joaquim Caldeira Brant Pontes, e sua mulher, Maria Thomazia de Paiva, ambos moradores da Freguesia de São João da Boa Vista, vemos os devedores dar em garantia:

¹⁰⁷ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 4. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 72.

Huma parte de terras vertentes ao Rio Jaguar, de frente sua morada, que houveram por compra do Guarda Mor Francisco Jose de Paula Moreira, e de sua mulher Donna Prudenciana Francisca de Jesus, assim mais, cinco egoas, hum jumento, e a produção destes, vinte e duas cabeças de porcos, e sua produção, dois cavallos, huma plantação de seis mil pez de café, huma plantação de vinte e um mil pez de fumo, e todo o fumo depois de fabricado, toda plantação de mandioca e o polvilho que desta fabricar-se, uma plantação de três a quatro alqueires de milho, toda plantação de feijão e arros, e assim mais as bemfeitorias [...] como cazas, pastos e tudo mais quanto formos adquirindo, tanto na lavoura, como em qualquer agencia de negócio, ficará pela mesma forma hypothecado enquanto devermos ao dito senhor Alferes Maximiano José Soares [...].¹⁰⁸

Por esta escritura, percebe-se:

- a) a existência de roças caracterizadas pela policultura na região;
- b) o cultivo inicial do café entre gêneros alimentícios variados;
- c) a configuração de um processo de ocupação de terras, pretérito à cafeicultura, remontando à fase anterior, onde os gêneros de subsistência, e a produção açucareira, motivaram a vinda das levas de entrantes mineiros, que se assenhorearam das propriedades, muitas vezes, anteriormente ao plantio do café.

Do mesmo modo, em 1876, verificamos outra ocorrência, através de uma concessão de empréstimo, na quantia de 14:600\$000, realizado por Manoel José dos Santos Malheiros, lavrador e capitalista de São João da Boa Vista, ao agricultor Manoel Henrique da Cunha, de Espírito Santo do Pinhal (SP). Este último deu em garantia do crédito as “terras de cultura de diversas qualidades regulando ter 400 alqueires, de sementeira de milho ou menos, com 30 mil pés de caffè formados e novos e, alem destes, o que for formando [...]”.¹⁰⁹ Assim, já no segundo quartel do século XIX, apesar de o plantio de café ter alargado incontestavelmente sua participação na agricultura regional, ainda continuava a dividir espaço com outras culturas devotadas ao mercado interno, como o milho.

Tais constatações parecem se assemelhar bastante com a ideia apresentada por Luna & Klein, a respeito das primeiras plantações de café do Oeste Paulista, na qual:

O café ainda era uma cultura na qual os agricultores podiam ingressar com relativa facilidade. É provável que esses cafeicultores com e sem

¹⁰⁸ Escritura de hipoteca. Livro de Notas nº 4. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 13.

¹⁰⁹ Escritura de hipoteca nº 267. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim.

escravos já participassem significativamente da produção local de alimentos e pudessem esperar pelo amadurecimento dos cafeeiros. Com grande probabilidade, até o café tornar-se o cultivo predominante, continuaram a produzir outras culturas, mesmo após o amadurecimento dos cafeeiros.¹¹⁰

Destarte, se o café em São João da Boa Vista, aparece como mais uma cultura dentre outras, pode-se inferir, com segurança, a participação dos entrantes mineiros, então já estabelecidos na região, desde o início do século XIX, como um dos principais responsáveis pelas primeiras plantações da rubiácea.

A hipótese que atesta a participação dos entrantes mineiros na cafeicultura paulista encontra, pois, sustentação em vários outros casos, tais como, por exemplo, na figura do Coronel Antonio Marçal Nogueira de Barros, um dos fundadores da cidade de São José do Rio Pardo, vizinha de São João da Boa Vista. Natural de Baependi, Província de Minas Gerais, e, segundo biografia da família, foi “fazendeiro abastado, tendo sido, também, o fundador das primeiras grandes lavouras de café do município de São José do Rio Pardo”.¹¹¹

Outro caso, estudado por Carlo Monti, explicita a assertiva de que os pioneiros oriundos de Minas Gerais, dedicados à produção de gêneros de abastecimento, voltaram-se, mais tarde, à cafeicultura. Em seu estudo, acerca da família Junqueira, com foco em Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, ocupante da região de São Simão (SP), afirma que “as terras já estavam nas mãos dos Junqueira e não foram adquiridas com o dinheiro oriundo do café e, sim, com dinheiro que fora trazido de Minas”.¹¹² Chama atenção também para um ponto pouco aprofundado pela literatura acadêmica:

A historiografia, muitas vezes, tende a apontar a atividade cafeeira como a originária das atividades econômicas que formaram a região, dando a entender que, antes do café, havia apenas mato, sem aproveitamento econômico. No entanto, ao que podemos notar, para São Simão esta não é uma premissa verdadeira, em especial para os Junqueira.¹¹³

¹¹⁰ LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 86.

¹¹¹ NOGUEIRA JUNIOR, José Jorge. *Nogueiras do Brasil: descendentes de Da. Ana de Jesus Leme do Prado Nogueira*. s.l.: s.n., 1962. p. 111-112.

¹¹² MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. p. 43.

¹¹³ Ibidem. p. 43.

Além de concordarmos com tal afirmação, pensamos que a mesma seja válida, inclusive, para o caso em questão, ou seja, para a região de São João da Boa Vista e a família Osório de Oliveira. Julgamos igualmente que a periodização relativa ao Oeste Paulista priorizou sobremaneira a *marcha do café*, ressaltando: sua chegada à região, por volta de 1850 e 1860; sua posterior expansão, nas décadas entre 1870 e 1880, com o concurso compulsório da escravidão; e, entre 1890 e 1920, seu *boom*, impulsionado pela imigração europeia, e pela disponibilidade fornecida pela expansão das linhas férreas.

Contudo, nesta regionalidade, como vimos, desde as primeiras décadas do século XIX, já existia significativo volume de negócios e atividades econômicas, tendo à testa os *entrantes mineiros*, dedicando-se, sobretudo, mas não somente, a produção de gêneros de abastecimento, como cereais e gado, para o mercado interno. Essa periodização, com vistas à expansão cafeeira, parece não ter dado a devida atenção a esse momento prévio ao café, que foi de extrema importância tanto para o processo de acumulação de capitais quanto à organização da malha fundiária.¹¹⁴

Carlos Bacellar, que estudou essa espacialidade, constatou a existência de um mercado de terras no âmago da economia de abastecimento local, ressaltando, ser “possível avaliar a disponibilidade de capitais no interior de uma economia de abastecimento, adiante da frente pioneira do café”. Em sua visão, a “proliferação desse gênero de transações previamente à chegada do café confirma, portanto, a possibilidade de se acumular reservas, fosse em moeda, fosse em bens”.¹¹⁵

1.6- Entrantes mineiros e a cafeicultura paulista: a formação da riqueza dos Osório de Oliveira

Sendo assim, é neste cenário – marcado, na primeira metade do século XIX, pelo movimento centrífugo da população mineira em direção ao território paulista; pelo incremento da produção de gêneros alimentícios voltados ao mercado interno; pela intensificação da atividade açucareira com vistas à exportação; e, avolumado pela

¹¹⁴ Segundo Caio Prado Júnior este processo de “penetração da capitania de São Paulo por colonos de Minas, então em início, se acentuaria para o futuro; quase todos os núcleos povoadores desta região, e formados na primeira metade do séc. XIX, são de origem mineira: Franca, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros”. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 79.

¹¹⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 99-100.

expansão cafeeira, após as décadas de 1860 e 1870 – que podemos situar e entender a trajetória da família *Osório de Oliveira*¹¹⁶.

Radicados desde as primeiras décadas dos oitocentos, em Caldas (MG) e nas imediações de São João da Boa Vista (SP), tiveram sua ocupação econômica marcada pelas atividades agropastoris; somente depois, por volta de 1870, é que se dedicaram ao café. Como veremos, foi na década de 1880 que, de fato, se deu a conversão à cafeicultura, graças aos investimentos levados a cabo por Christiano Osório de Oliveira.

Não é nosso intuito discorrer detalhadamente sobre a genealogia desse grupo familiar. Contudo, não podemos deixar de mencionar algumas questões mais gerais a respeito dos seus antepassados, no sentido de estabelecer os nexos entre o protagonista – Christiano Osório de Oliveira – e seus ascendentes. Quem eram eles? Quando e de onde vieram?

Christiano Osório de Oliveira, nasceu em 7 de setembro de 1861, no município mineiro de Caldas, e faleceu, em 1938, com 76 anos, na cidade paulista de São João da Boa Vista. Seu pai foi José Osório de Oliveira, natural de Caldas (MG). Sua mãe, Anna Cândida de Oliveira Junqueira, também da mesma cidade mineira, pertencente ao conhecido e destacado *clã* dos *Junqueiras* e dos *Bretas*.

Há evidências que atestam a presença dos Osório de Oliveira, na região limítrofe do Sul de Minas Gerais e do Oeste Paulista, no início do século XIX. Um desses registros pode ser verificado através do matrimônio dos seus avós paternos, a saber: Joaquim José de Oliveira – proveniente de Mogi das Cruzes (SP) – e Francisca Cândida da Paixão – natural de Carrancas (MG) – realizado na Matriz de Caldas (MG), em 3 de junho de 1829. Após o casamento, ela passou a assinar Francisca Cândida de

¹¹⁶ Neste ponto, torna-se necessário definir um conceito de *família*. Para Eni de Mesquita Samara existiu, ao menos, duas versões presentes na historiografia brasileira: a primeira, que abordou a ideia de família como uma vasta parentela que possuía fins comuns, caracterizando-se pela solidariedade, deveres, obrigações mútuas e parentescos fictícios que incorporavam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência. A segunda, mais concatenada com estudos revisionistas, apresentaram resultados que sinalizavam a incoerência de se estabelecer uma representação homogênea de família aceitável aos vários estratos sociais no decorrer do tempo, chamando atenção para a diversidade dessas “unidades”, pois existiram diversos arranjos espalhados pelo país, em diferentes épocas. Todavia, ela não deixou de frisar o papel das elites na manutenção do poder através da família na sociedade brasileira, fortemente caracterizada pela hierarquia e pelo patriarcalismo escravocrata. Ainda, de acordo com Eni de Mesquita Samara, “a concentração de terras, de escravos e de capital nas mãos de poucas famílias que constituíam a chamada elite local se dava não somente em áreas voltadas à exportação, mas também naquelas dedicadas ao abastecimento interno”. In: SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p.29. Tendo em vista tais considerações, adotaremos, aqui, uma visão de família assinalada pela descendência comum e pela ligação consanguínea, ou seja, uma concepção Ocidental de “família nuclear, composta de pai, mãe e filhos”. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 136-137.

Oliveira.¹¹⁷ Pela **Tabela 4**, pode-se compreender melhor a composição do ramo familiar dos Osório de Oliveira, que se estabeleceram em São João da Boa Vista.

Tabela 4. Breve Árvore Genealógica da linhagem paterna de Christiano Osório de Oliveira.

Fonte: MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 679-719.

Verificamos que a mãe de Francisca Cândida de Oliveira, Dona Antônia Maria da Paixão, bisavó materna de Christiano Osório de Oliveira, já possuía propriedades na região. Assim, deduzimos do seu testamento registrado em São João da Boa Vista, no ano de 1863; com o seguinte teor:

Eu, Antonia Maria da Paixão, natural da freguesia de São Tomé das Letras na província de Minas Gerais, filha legítima de Francisco Teixeira Marques e de D. Genoveva Antônia de Souza [...]. Declaro que tenho cinco filhos a saber: D. Francisca Cândida, mulher do Capitão Joaquim José de Oliveira, Dona Maria Clementina, mulher do finado Luís Antônio de Oliveira [Visconde de Caldas], Dona Ana Tereza que foi casada com José Paulino da Costa. Dona Mariana falecida e que foi casada com João Tomás de Andrade [...]. Declaro que os bens que possuo são em terras da Fazenda do Prata, desta freguesia, na Fazenda Moinhos, distrito de Caldas, na Fazenda Campestre, distrito de Caconde, em ambas duas partes iguais, uma que me tocou no pagamento da parte das doações e outra ao meu filho Gabriel Francisco de quem fui herdeira, cujos valores primitivos

¹¹⁷ MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 708.

constarão no inventário e partilhas amigáveis; em escravos, Narciso, Inácia, Matias e Joaquim, Antônio, Catarina, Madalena; Fidelis, Marcolina, Ezequiel, Bárbara, Luciano, Daniel, Rosa, Teodoro, Jesuína, Belisário, Fernando, Basílio, Manuel, Ambrósio, Antônia, João, Prudenciana, André, Rita, Francisco, Lourenço, Jacinta, Carolina, Ângelo e Paulina e em criações [...]. Deixo ao meu genro Joaquim José de Oliveira dois escravos por nome Belisário e Antônio, remuneração ao amor com que me tem tratado e bem assim deixo ao mesmo Joaquim José de Oliveira o restante da terça.¹¹⁸

Pelo testamento descrito acima, podemos inferir que:

a) a testamenteira, D. Antonia Maria da Paixão, provinha da cidade mineira de São Tomé das Letras;

b) possuía três bens imóveis rurais significativos: a Fazenda do Prata, em São João da Boa Vista (SP), a Fazenda Moinhos, em Caldas (MG) e a Fazenda Campestre, em Caconde (SP) – tais bens foram havidos por herança, o que atesta a origem pretérita do povoamento na região;

c) além de criações, seu cabedal compunha-se de elevado número de escravos, num total de trinta e dois cativos;

d) deixou para o seu genro, Joaquim José de Oliveira, uma parte mais dilatada da riqueza, composta por dois escravos e a “terça” dos bens levados ao inventário – fato que pode ter dado-lhe expressiva vantagem financeira.¹¹⁹

Joaquim José de Oliveira – casado com Francisca Cândida de Oliveira e genro da testamenteira mencionada acima – “mudou-se de Moji das Cruzes para Caldas no primeiro quartel do Século XIX, estabelecendo-se em seguida na Fazenda Pratinha, no Município de São João da Boa Vista”.¹²⁰

Segundo estudo atinente à família:

O Cap. Joaquim José de Oliveira, conhecido com ‘O Velho’, participou do movimento expansionista mineiro em busca de pastagens naturais no Planalto da Pedra Branca, motivado pela

¹¹⁸ Ibidem. p. 683-685.

¹¹⁹ Neste mesmo testamento existe uma lacuna atípica: não foi descrito o nome do seu marido e pai dos seus filhos. Relatos indicam que ela foi casada com um dos primeiros desbravadores e *sesmeiros* da região de São João da Boa Vista: o Padre Francisco Antonio Junqueira (?-1829), nascido e batizado na Freguesia de São João Del-Rei; onde foi ordenado Padre, em 10 de março de 1779. Por isso, nessa interpretação, é que se deu tal omissão. Além de clérigo, ele integrava uma das famílias mais poderosas do Sul de Minas: os *Junqueiras*. Consta que, Francisca Cândida da Paixão era, oficialmente, filha de Thomé Ferreira da Silva. In: MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 694 e 707.

¹²⁰ AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *Minhas Memórias*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1975. p. 149.

exaustão dos garimpos do Rio Sapucaí, no início do séc. XIX. Esse movimento deu continuidade ao deslocamento da fronteira rumo ao oeste [...]. O Cap. Joaquim José de Oliveira, ao lado de outros mineiros desbravadores-invasores de terras, ocupou terras que margeavam o Rio Jaguari de São João, estabelecendo-se na região denominada ‘Prata’.¹²¹

Essa família pode ser classificada, realmente, como uma daquelas pioneiras, que partindo da bacia do Rio Sapucaí, em direção à fronteira Oeste, atingiu o Planalto da Pedra Branca (Caldas-MG), promovendo a ocupação e o povoamento da região de São João da Boa Vista.

Atesta-se, assim, a procedência dos *Osório de Oliveira*, dentre aquelasavas envolvidas no movimento centrífugo originado em Minas Gerais, no decorrer do final do século XVIII, e início do século XIX; que acabou configurando o segmento denominado, no presente trabalho, de *entrantes mineiros*.¹²²

Outro ponto que merece destaque, quanto à união matrimonial de Joaquim José de Oliveira e Francisca Cândida de Oliveira, diz respeito à *endogamia*, uma vez que eles eram primos.¹²³ Está estratégia de manutenção da herança, muito difundida entre a elite agrária brasileira, também foi praticada por essa família.¹²⁴ Dessa união resultaram quatorze filhos: Joaquim José de Oliveira Filho; Luís Antonio de Oliveira; **José Osório de Oliveira**; Francisco Osório de Oliveira; Maria Amélia de Oliveira; Marianna Delmira de Oliveira; Gabriel Joaquim de Oliveira; Antônio Cândido de Oliveira; Inácia de Oliveira; João Joaquim de Oliveira; Francisca Cândida de Oliveira; Anna Cândida de Oliveira; Pio Osório de Oliveira; Ernesto Joaquim de Oliveira.¹²⁵

¹²¹ MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 708.

¹²² Outras correntes afirmam que esses entrantes mineiros eram, no fundo, paulistas que estavam voltando, após a mineração, para sua terra natal: a Capitania/ Província São Paulo.

¹²³ Tiveram que pedir dispensa de consanguinidade, pois “Francisca Cândida de Oliveira era, de fato, prima de Joaquim José de Oliveira. Joaquim era primo de Antônio Maria da Paixão, mãe de Francisca, uma vez que a avó de Joaquim era irmã da bisavó de Francisca”. In: MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 707.

¹²⁴ De acordo com Carlos de Almeida Prado Bacellar: “Algumas famílias foram bem-sucedidas ao optar pelo combate à desagregação territorial através do recurso a casamentos consangüíneos. Cabe, em especial, destacar o caso da família Junqueira, que, após adquirir enormes extensões de terras, logrou, através de repetidos casamentos consangüíneos e alianças matrimoniais bem definidas, com grupos restritos, trabalhar a fragmentação da terra no interior de um círculo familiar fechado, evitando ao máximo a dispersão e fragmentação excessiva que viessem a inviabilizar a propriedade da terra”. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 102.

¹²⁵ MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 708.

Destes filhos, cabe destaque o pai de Christiano Osório de Oliveira, ou seja, José Osório de Oliveira.¹²⁶ Ele “nasceu no dia 31 de janeiro de 1833 e foi batizado em 10 de junho de 1834, em Caldas-MG. [...] Casou-se com Ana Cândida Bretas Junqueira, filha do Major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira”.¹²⁷ Ana Cândida Bretas Junqueira – que teve o nome alterado para Anna Cândida de Oliveira após o casamento – era “filha mais jovem do sesmeiro da Fazenda do Barreiro, Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, e de sua terceira esposa, Luísa Ferreira Bretas”.¹²⁸

Desse consórcio, pode-se apurar, ainda, outra estratégia dos Osório de Oliveira: os casamentos “intra-elite”, isto é, os membros das maiores fortunas – possuidores de grandes propriedades rurais e escravaria, economicamente bem colocados na hierarquia social, desempenhando funções na política local e regional – optavam por casamentos arranjados entre seus pares, visando à coesão do poder e da terra.

José Osório de Oliveira também ficou famoso por ter seu nome ligado ao grupo de iminentes fazendeiros locais que assinaram a “doação de terrenos a Poços de Caldas para a formação do patrimônio e povoação, juntamente com seu cunhado José Bernardes da Costa”.¹²⁹

No entanto, para nossa análise, revela-se imperiosa a tarefa de compreendermos e destacarmos as atividades econômicas desenvolvidas por tal figura que, no fundo, possibilitaram vultoso acúmulo de capitais; sendo que, quando faleceu, em 1880, José Osório de Oliveira deixou espólio avaliado em cerca de 115:000\$000. Isto posto, o que sabemos sobre ele? Quais os caminhos trilhados por esse agente econômico, ao longo de sua vida, que viabilizaram tamanha concentração de riqueza?

Antes de tudo, não podemos desconsiderar o fato de ele ter sido “bem nascido”, ou seja, ter vindo ao mundo em condição favorável, junto às famílias de elite,

¹²⁶ Em relação à adoção do nome *Osório* entre os Oliveiras, “corre na família a seguinte versão: na Revolução Liberal de 1842 em São Paulo e Minas os Oliveiras eram todos liberais; assim, contrários ao governo, então em poder dos conservadores, seus adversários. A vitória coube ao governo, que teve como principal autor de seu triunfo o então barão, logo depois marques e, finalmente, Duque de Caxias. Os liberais desde então guardavam certa magoa, certo recalque contra o vencedor da batalha de Santa Luzia. Mais tarde, quando surgiu no exército brasileiro a figura fascinante de Manoel Luis Osório, mais tarde Marques de Herval e General Osório, cujos atos de bravura e heroísmo o tornaram legendário na história pátria, para ele se voltou toda a simpatia dos liberais, pois ele também era liberal”. In: AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *Minhas Memórias*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1975. p.149-150.

¹²⁷ MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 718.

¹²⁸ AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *Minhas Memórias*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1975. p. 18.

¹²⁹ MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 718.

garantindo-lhe não só acesso aos bens materiais como, por exemplo, terras e escravos, mas, também às heranças imateriais – como os títulos da Guarda Nacional, a possibilidade de alfabetização numa sociedade marcada pelo baixo grau de instrução, e o *know-how* de fazendeiro e negociante.

Frente à documentação pesquisada, na primeira notícia acerca de José Osório de Oliveira, podemos vislumbrar sua ação como *negociante*. Assim vemos, em 1856, por meio de uma escritura de compra e venda. Nesta, adquiriu, em sociedade com seu irmão, Francisco Osório de Oliveira, um estabelecimento comercial na cidade de São João da Boa Vista. Pelos vendedores do imóvel, Matheos Duarte da Cunha e sua mulher, Donna Feliciano Maria de Oliveira, moradores da Freguesia de São João da Boa Vista, foi declarado que:

Heram senhores e possuidores de huma morada de cazas sittas nesta Freguesia na Rua de Baixo, denominada Rua do Comercio, cuberta de telhas, soalhada parte della, e tijollada, com portas e janellas, armação de negócio, com chiqueiro de porcos, horta plantada e cercada de axas de Peroba [...] fazem venda da mesma morada de cazas e seus fundos ao Tenente José Ozorio de Oliveira e seo irmão Francisco Ozorio de Oliveira pelo preço [...] de hum conto de reis em moeda corrente.¹³⁰

Mas, de que gênero de negócio dependia tal comércio? Tendo em vista esse questionamento proposto, foi possível amealharmos algumas informações através de uma escritura de lançamento de conta corrente e crédito, realizada em 1859. Numa situação fortuita, José Osório de Oliveira, foi obrigado a recorrer ao Cartório de São João da Boa Vista para registrar, nas notas do Tabelião, cópia de parte das negociações do seu livro-caixa. Assim sendo, com o fito de cobrar algumas dívidas acabou constituindo, como seu procurador, José Maria de Paula, a fim de requerer somas transacionadas com o cliente Manoel Joaquim da Cunha, pois este havia se mudado de São João da Boa Vista para Botucatu (SP). Foi dito por José Osório de Oliveira:

Que sendo-lhe devedor Manoel Joaquim da Cunha, outrora morador neste Distrito, e de presente n'uma Capella de São João do Turvo, do Municipio de Botucatu, desta Provincia e Sam Paulo, provinientes de fazendas suas e dinheiros a premio, e que por elle pagou, a importância de 6:409\$677 a vencer-se, ou vencido, thé o dia dezenove de junho focturo deste anno, e por que seo devedor está lonji em lugar sertão, e não pode hir pessoal fazer sua cobrança, tinha contratado com o outorgado Jose Maria de Paula para hir fazel-a, tomando este

¹³⁰ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 5. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 3v.

conta dos ditos três credits e contas correntes; mas podendo haver qualquer contra tempo na effetuação da cobrança, ou haver morte, perda dos seos credits, e emfim cousa semelhante, e assim perder seos documentos, não podendo saber o contheudo dos mesmos e suas quantias; pedio assim Escrivão lhe lançasse, e copiasse os mesmos em minha Notta para a todo tempo constar a identidade dos mesmos no caso de se extraviarem [...].¹³¹

Assim, mediante o registro dessa dívida, no valor de 6:409\$677, abriu-se a possibilidade de conhecermos um pouco mais sobre o tipo de comércio no qual ele estava enredado. Tal valor avultado, de mais de seis contos de réis, foi minuciosamente detalhado. O devedor referiu-se, da seguinte maneira, em relação a maior fatia da dívida:

Devo aos senhores Jose Osorio de Oliveira & Irmaons a quantia acima de 2:441\$628, provinientes de fazendas suas que lhe comprei a meo contento, tanto em preço, como em bondade, digo qualidade, cuja quantia de 2:441\$628 lhes farei pronto pagamento desta data a 8 mezes (oito mezes) e na falta pagarei o premio de hum e meio por cento = 1½ ao mez athe real embolso. Por ser isto nossa convenção firmo o presente. São João da Boa Vista, dezenove de junho de mil oitocentos e cincoenta e seis.¹³²

Podemos observar que:

a) o negócio baseava-se em compra e venda de “fazendas”, termo genérico que significava a comercialização de sortimentos variados como, por exemplo, gêneros do país, tecidos, alimentos, louças, ferro etc.;

b) o acordo, datado de 1856, estava vencido a mais de três anos, e, a dívida não havia sido paga ainda;

c) talvez, em função disso, e já sabendo da ida do devedor para o “sertão”, José Osório de Oliveira instituiu os juros de 1½ % ao mês após o prazo de oito meses, sem mencionar data final para a quitação.

Nesse sentido, sugerindo a mercancia de gêneros de abastecimento, foi lançada uma conta corrente, entre Manoel Joaquim da Cunha e José Osório de Oliveira, detalhando ainda mais os gêneros transacionados, a saber:

¹³¹ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 6. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 81v.

¹³² Ibidem. p. 81v-82.

Comprei os seguintes gêneros: Sessenta pórcos a dezesseis mil reis, novecentos e sessenta mil reis. Trinta carneiros a três mil reis, noventa mil reis. Hum boi, por oitenta mil reis. Couros de veadoz, setenta e nove mil reis. Soma reis: hum conto, duzentos e nove mil reis [1:209\$000]. Recebeo para esta conta [...] dinheiro [...] de Francisco Jose da Costa, quinhentos mil reis. Dinheiro que dei a seu filho, cem mil reis. Ao Capitão Maximiano, quatrocentos e cinquenta mil reis. Ao Candinho, dezoito mil quinhentos e vinte reis. Ao Çapateiro, quarenta e quatro mil reis. Mais por sua ordem, cem mil reis. Mais por sua mesma ordem, cinquenta e seis mil reis. Soma hum conto, duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e oitenta reis [1:269\$880]. São João da Boa Vista, vinte e cinco de junho de mil oitocentos e cinquenta e seis [...].¹³³

Cientificamo-nos pela leitura acima que, além de negociar diversas criações, tais como, porco, carneiro e gado – reforçando sua inserção nos circuitos mercantis voltados ao mercado interno – a firma *José Osório de Oliveira & Irmãos*, negociava também dinheiro, ou seja, fazia adiantamentos e empréstimos de capitais em moeda corrente. Assim, Manoel Joaquim da Cunha citou dever:

Aos senhores Jose Osorio de Oliveira & Irmaons a quantia de 820\$000, proveniente de igual quantia que recebi dos ditos senhores, cuja quantia de 820\$000 pagarei ao dito senhor, ou a sua ordem, pagarei o premio de 1¼ (hum e quarto) por cento ao mez, e se passar de hum anno sem que fassa pronto pagamento, se capitalizará o premio no capital, fiando esta soma a vencer o premio dito, assim seguirá [...] de anno a anno athe real embolso e se dar alguma quantia por conta, esta deverá ser primeiro ser abatida do premio, e o que sobrar se creditará no principal [...] São João da Boa Vista, vinte e sete de junho de mil oitocentos e cinquenta e seis.¹³⁴

O terceiro documento, lançado no livro de notas analisado, foi uma *carta de abono* – que é uma espécie de garantia de solvabilidade de certa pessoa até definido limite. Tal carta de abono referenda, assim, a dedicação da firma aos negócios do crédito. O teor do documento é o seguinte:

Ilustrissimo Senhor Jose Osorio de Oliveira e Irmaons, São João do Turvo, vinte e seis de agosto de mil oitocentos e cinquenta e seis. Amigo e Senhor. O portador desta hé o senhor José Theodoro de Souza, elle dito senhor precisa de dois contos de reis [2:000\$000], pela nossa grande amizade espero em vossa senhoria nos fazer este favor de ver se arranja em algum premio mais acomodado que puder ser, se puder ser esta arranjo, desde já lhe ficarei muito agradecido,

¹³³ Ibidem. p. 82v.

¹³⁴ Ibidem. p. 82.

ficando eu como abonador e principal pagador de principal e premio. No mais cá estou eu a espera do seo serviço como quem hé e será de vossa mercê amigo e criado. Manoel Joaquim da Cunha. [...] e no verço da carta estava o seguinte = são reis 1:000\$000. [...] Em virtude do abono retro, devo aos senhores Jose Osório de Oliveira e Irmãos a quantia de 1:000\$000 proveniente de outra igual quantia que recebi a premio de dous por cento ao mez, cuja quantia de hum conto de reis, que pagarei aos ditos senhores, ou a sua ordem da presente dat a hum anno [...] São João da Boa Vista, vinte e seis de outubro de mil oitocentos e cincoenta e seis. A rogo do senhor Jose Theodoro de Souza [...]. Nada nais continha em dito verço da carta que aqui foi coppiado.¹³⁵

Por esta carta conseguimos inferir um dado assaz importante: a existência de incipiente sistema de crédito que possibilitou a marcha da fronteira agrícola, levada a cabo pelos entrantes mineiros, em direção ao *sertão* de São Paulo. Claro que é um exemplo diminuto, mas podemos deduzir que graças aos fornecimentos de gêneros de primeira necessidade e capital, realizados por firmas como *José Osório de Oliveira & Irmão* – estabelecida em São João da Boa Vista, outrora ponto extremo da marcha da economia de abastecimento sul mineira rumo ao território paulista – a devedores como Manoel Joaquim da Cunha, por prazos dilatados, mesmo que a juros altos, viabilizou-se à ocupação de territórios cada vez mais ao *Oeste*.

Sem muitas variações, vemos outros registros de empréstimos em conta corrente que, em suma, referendam a condição de negociante de mercadorias e crédito alcançada por José Osório de Oliveira – que é destacado, no documento, como “Capitão da Sexta Companhia, do Quadragessimo Batalhão do Municipio de Caldas”.¹³⁶

Revela-se peculiar, ainda, a liquidação e separação da sociedade existente entre o Capitão José Osório de Oliveira e o seu irmão Francisco Osório de Oliveira, ou seja, da firma *José Osório de Oliveira & Irmão*. Tal contrato de dissolução de sociedade foi realizado em 4 de setembro de 1859, e tinha o seguinte conteúdo:

Saibam quantos o presente instrumento de escriptura de liquidação, e separação de sociedade virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos, e cincoenta, e nove, aos vinte quatro dias do mês de Setembro do dito anno, nesta Villa de Sam João da Boa Vista, em meo Escriptorio comparecerão partes convencionadas, como outorgante o Capitão Jose Osorio de Oliveira, e como outorgado Francisco Osorio de Oliveira, residente este nesta Villa, e aquele no Districto da Cidade de Caldas, Provincia de Minas,

¹³⁵ Ibidem. p. 82-82v.

¹³⁶ Ibidem. p. 83.

reconhecidos pelos proprios por mim, e pelas testemunhas adiante nomeadas e assignadas, perante as quaes pelo outorgante foi dito, que tendo feito sociedade em negocios de comercio com o outorgado Francisco Osorio de Oliveira, debaixo da firma de Jose Osorio de Oliveira & Irmam, sem que ouvesse para isso papel de contracto, mais do que serem os prejuisos, ou lucros divididos em partes iguaes, comprando generos a prasos, e por isso que não se estabeleceo fundos capitais, sendo assim ambos os socios de industria, e fazendo suprimentos segundo as novidades commerciaes, e que por mutuo accôrdo havião resolvido apartar a sociedade (dando-se para isso o balanço que faz parte deste instrumento, pelo qual se mostra ser o activo Reis, cincoenta, e oito contos, seiscentos, noventa mil, tresentos, e vinte, e dois reis, [58:690\$322] e o passivo em reis, trinta e dous contos, oitocentos, noventa, e sette mil, oito centos, e noventa, e quatro, [32:897\$894] verificando-se assim hum saldo de capital, e lucros de reis, vinte, e cinco contos, sette centos, noventa, e dous mil, quatro centos, e vinte, e oito reis, que em partes iguaes pertence a ambos) [25:792\$428] [...].¹³⁷

Neste contrato de dissolução de sociedade, um dado nos chamou a atenção: dentre as testemunhas arroladas na escritura estava o comerciante Comendador Lázaro José Gonçalves, morador no Rio de Janeiro. Desta maneira, pode-se inferir a extensão do circuito comercial alcançado pelas redes de negócio estabelecidas por José Osório de Oliveira, na qual: a cidade do “Rio de Janeiro figurava como praça mais importante do ponto de vista dos negócios; o Sul de Minas ocupava uma posição intermediária jogando o papel de etapa”¹³⁸, através de cidades como Campanha; e, chegando à periferia, ocupada, no caso, por São João da Boa Vista, irradiava-se para mais adiante, até mesmo em direção ao *sertão paulista*, para vilas recém-abertas como Botucatu.

Posteriormente, com a expansão cafeeira e as ferrovias, a capital paulista passou a deslocar esse eixo comercial, ocupando a função de *cidade polo*, pertencente, anteriormente, ao Rio de Janeiro. Nessa nova trama mercantil dinamizada pelo café, as cidades do Sul de Minas transformar-se-iam em periferia dentro do circuito de acumulação do capital cafeeiro, cabendo ao Oeste Paulista – e suas cidades como, por exemplo, São João da Boa Vista – o lugar de etapa, ou seja, de semi-periferia.

Então, podemos concluir que, com o complexo cafeeiro gestou-se nova hierarquia urbana e mercantil, onde o Oeste Paulista obteve maior voltagem, em relação

¹³⁷ Escritura de liquidação de sociedade. Livro de Notas nº 6. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 142.

¹³⁸ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca (1874-1914). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 46.

ao Sul de Minas; dando origem a agentes econômicos de vulto, como o filho de José Osório de Oliveira: Christiano Osório de Oliveira, que veremos mais adiante.

Voltando à escritura de liquidação da sociedade, não fica explicitado o real motivo da separação. Todavia, nota-se que o mesmo não deve ter sido decorrente de prejuízos contabilizados. Pelo contrário, observa-se o destacado lucro na casa dos vinte e cinco contos de réis, obtido ao longo dos três anos, em que mantiveram o negócio em comum. O fato é que, depois do encerramento da sociedade comercial com o irmão, ao que tudo indica José Osório de Oliveira dedicou-se à agricultura e às atividades criatórias.

Após deixar de atuar junto à empresa comercial, José Osório de Oliveira apareceu mais duas vezes nos livros de notas de São João da Boa Vista. E, nas duas, esteve negociando terras com campos de criar. Assim podemos deduzir através dos exemplos abaixo.

Em 1866, vemos o Capitão José Osório de Oliveira trocando uma parte de terras de cultura, situadas na sua Fazenda Prata, de São João da Boa Vista, por outra parte pertencente a Francisco Osório de Oliveira, com campos de criar, em Caldas. Assim apresenta-se:

Como outorgantes o Capitam Jose Ozorio de Oliveira e sua mulher D. Anna Candida de Oliveira Junqueira, e como outorgado o Alferes Francisco Ozorio de Oliveira e sua mulher D. Delmira Candida de Andrade e Oliveira, aquelles moradores no Municipio da cidade de Caldas da Provincia de Minas Gerais, e este moradores neste municipio [...] e por elles outorgantes me foi dito [...] que são senhores e possuidores com livre e geral administração de huma parte de terras de cultura na Fazenda do Prata deste Municipio, da quantia de 840\$072, que ouverão por herança de sua finada Mãe e Sogra Dona Francisca Candida de Oliveira por inventario e partilha feita mo Juizo de Orphans deste Termo, e que nesta data fazem troca da dita parte de terras com os outorgantes por huma parte de campos de criar na fazenda dos Muinhos Provincia de Minas, Municipio de Caldas, da quantia de 425\$324 que herdarão de sua finada Sogra e Mãe Dona Maria Candida da Silva em inventario e partilhas judiciais qui se procedeo no Cartorio de Orphans de Mogimirim, huma coisa por outra, sem reposição alguma, por convir a ambas as partes [...].¹³⁹

Por meio de outra escritura pública de barganha ou troca, realizada em 1867, entre o outorgante Capitão José Osório de Oliveira e sua mulher Dona Anna Cândida de Oliveira Junqueira, moradores de Caldas (MG), e os outorgados José Francisco da

¹³⁹ Escritura de troca. Livro de Notas nº 3. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 98v.

Costa e sua mulher Dona Mariana Delmira de Oliveira, residentes em Caconde (SP), detectamos movimento no mesmo sentido.

Na procuração passada por sua esposa, José Osório obteve poderes para assinar os títulos de troca dos campos que possuíam próximos à Fazenda do Moinho, em sociedade com seu sogro (Joaquim Bernardes da Costa Junqueira), irmãos e cunhados; por outros campos na mesma fazenda, que pertenciam ao seu cunhado José Francisco da Costa. Assim, por José Osório de Oliveira e sua mulher foi dito que:

Heram senhores e legítimos possuidores de duas partes de campos de criar na fazenda do Muninho, do Município da Cidade de Caldas, a saber, a primeira por herança que houverão a sua finada mãe e sogra Dona Francisca Candida de Oliveira, e outra por compra que fizeram a Francisco Ozorio de Oliveira e sua mulher, que se achão em sociedade, cujas partes montão em 3:000\$000, e os outorgado disserão que também são senhores e possuidores de huma parte de campos na mesma fazenda do Muinho, que houverão por compra a João Gonçalves Vallim e sua mulher, e estes por herança a seu finado Sogro e Pae Luís Antonio de Oliveira [...].¹⁴⁰

Desta forma, constata-se a inserção de José Osório de Oliveira, nas atividades pecuaristas, em sintonia com a conjuntura econômica vivenciada pela região fronteira de Caldas e São João da Boa Vista, antes do *boom cafeeiro*. Sua ação enlaçava territórios paulistas e mineiros, revelando a lhanza das fronteiras. Assim sendo, revela-se a “importância que a criação de animais ocupava no cenário da economia mineira, em particular no sul de Minas, onde esta atividade ainda era um dos principais núcleos geradores de riqueza”.¹⁴¹

Todavia, essa afirmação ganha maior sustentação e amplitude, ao se proceder à análise dos bens deixados pelo inventário de José Osório de Oliveira. Ele faleceu em 23 de março de 1880, com 47 anos de idade. Seu inventário iniciou-se em 23 de março de 1880 e teve conclusão, somente, em 9 de maio de 1881. Segundo a descrição de José Américo Junqueira de Mattos foram arrolados os seguintes bens:

A terça parte das terras da Faz. do Barreiro e campos anexos, no valor de 20:000\$000; a terça parte das benfeitorias da mesma Faz. (exceto da casa do sócio Joaquim Cândido da Costa Junqueira [que era esposo da sobrinha de José Osório, Maria Luiza de Oliveira Junqueira] e o

¹⁴⁰ Escritura de barganha ou troca. Livro de Notas nº 3. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 171v.

¹⁴¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro*: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 104.

telheiro de Christiano, filho de José Osório), no valor de 1:000\$000; a terça parte do engenho de serra, no valor de 400\$000; a terça parte do 'dito campo', no calor de 400\$000; a terça parte do 'Retiro', no valor de 100\$000; a terça parte das casas sitiadas nos 'Poços', com as respectivas mobílias, no valor de 13:000\$000; a terça parte na Faz. do Moinho em sociedade com seus cunhados, no valor de 4:000\$000; 1 parte (já dividida) que lhe pertencia na Faz. do Moinho, no valor de 8:000\$000; as benfeitorias na Faz. do Moinho, no valor de 100\$000; terça parte na Faz. da Lage, localizada em São João da Boa Vista, com todas as benfeitorias, no valor de 20:000\$000; a terça parte do café colhido na Faz. da Lage, no valor de 2:000\$000; a terça parte de 'dois carretões', no valor de 40\$000; a terça parte de 1 carro ferrado, no valor de 50\$000; 47 carros de milho, avaliados em 253\$000; 24 escravos (sendo 1 ingênuo), avaliados em 56:565\$000; além de vários animais como vacas, novilhas, garrotes, bois, éguas, potras, burros, cavalos, bestas e porcos; perfazendo um monte-mor no valor de 114:295\$657.¹⁴²

Por essa descrição, vemos que ele possuía três fazendas: Barreiro, Moinho e Lage, sendo esta última em São João da Boa Vista. Neste notamos ainda que, além da atividade criatória heterogênea, ele se dedicava a produção de gêneros de abastecimento para o mercado interno, cabendo destaque ao lugar ocupado pelo milho. Também já havia iniciado plantações de café, computando uma colheita na casa dos dois contos de réis. Talvez essa produção diversificada, já intentada pelo café, direcionada tanto ao mercado local quanto internacional, explique o número elevado de escravos, justificando um plantel de 24 cativos. Diante disso, seu monte mor atingiu 114:295\$657, dos quais os bens de raiz – formados pelos bens rurais e urbanos – compunham 55% e a riqueza escrava os outros 45%.

Afora tal descrição do espólio de José Osório de Oliveira, tivemos acesso ainda à divisão dos bens que foram havidos, em meação, por sua esposa e inventariante: Ana Cândida de Oliveira Junqueira. Destes dados, que se apresentaram mais detalhados, chegamos à seguinte composição, de acordo com o **Gráfico 1**.

¹⁴² MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 718.

Gráfico 1. Composição da riqueza herdada na meação por Ana Cândida de Oliveira (1880).

Fonte: Arquivo Pessoal: Documentação de Christiano Osório de Oliveira. Inventário de José Osório de Oliveira (1880).

Dentre os bens de raiz estavam: parte de terras e campos na Fazenda do Barreiro, no valor de 6:000\$000; parte nas benfeitorias da mesma fazenda, 1:000\$000; a terça parte do engenho de serra, 400\$000; a terça parte em outro engenho de serra, 260\$000; parte na casa do retiro, 100\$000; parte nas casas situada em Poços de Caldas, 10:003\$401; parte na Fazenda da Lage, em São João da Boa Vista e nas suas benfeitorias, 20:000\$000; parte no café colhido da mesma Fazenda da Lage, 1:882\$268; parte em dois carretões e um carro, 90\$000; 47 carros de milho, 235\$000; tudo no valor de 39:972\$000, perfazendo os 56% dos ativos apresentado no gráfico acima.

O segundo maior ativo (33%) foi formado pela riqueza escrava. Na meação ela recebeu 17 escravos; os quais totalizaram 23:515\$000. Por conseguinte, podemos deduzir o preço médio de 1:385\$000 por escravo; aventa-se, assim, que nessa época, ocorreu inflação desse ativo, observada principalmente naquelas localidades tocadas pela expansão cafeeira. Esse aumento do preço dos cativos deu-se num contexto incerto de aquisição de trabalhadores pelos agricultores, acarretando a situação inflacionária vivida na época que foi realizado o inventário, ou seja, no hiato entre o fim do tráfico negreiro, em 1850, e, a adoção de uma política de imigração fomentada pelo governo.

A atividade criatória compôs o terceiro maior ativo (6%) da riqueza deixada por José Osório de Oliveira e herdada por sua esposa. Dentre os semoventes, a criação de 204 porcos foi a mais expressiva, alcançando 741\$333. Havia também muito gado vacum, bois de carro, cavalos, éguas e bestas. No total somaram 4:326\$000.

Do mais, notamos 1:187\$000 de bens móveis variados e 2:509\$000 de dívidas ativas, perfazendo os 6% dos ativos restantes para computar os 100% da meação, que alcançou a dilatada quantia de 73:071\$326.

Sendo o monte-mor de José Osório de Oliveira avaliado em 114:295\$657, vemos que sua esposa Ana Cândida de Oliveira recebeu uma quantia maior na meação, uma vez que lhe coube os 73:071\$326 descritos acima. Isso se deu porque ela ficou com toda a dívida passiva – mensurada em 31:844\$995 e deduzida somente de sua “parte” – por isso, então, recebeu os 73:071\$326, sendo que o monte líquido partível foi no valor de 41:224\$331.

Diante do exposto podemos concluir que:

- a) José Osório de Oliveira se inseria no seletto grupo de ricos da sociedade imperial daquele período, principalmente por estar situado no interior do país;
- b) sua riqueza compunha-se de investimentos variados, sendo a terra e os escravos os principais ativos, similar às demais famílias da elite imperial brasileira;
- c) já havia encampado a plantação de café nos seus investimentos, fato que talvez explicasse seu alto endividamento, uma vez que, adquiriu empréstimos num valor de quase 25% dos seus bens.

Segundo Gustavo Pereira da Silva – que analisou a diversificação da riqueza em São Paulo, sob a ótica da família Lacerda Franco – “ter uma riqueza concentrada em terras, cafezais e escravos aliava-se à lógica de acumulação e investimentos na província de São Paulo da metade do século XIX”.¹⁴³

A outra parte da meação, no valor de 41:224\$331, coube aos seus cinco filhos: 1º) Christiano Osório de Oliveira, de 19 anos; 2º) D. Luiza, casada com José Procópio de Azevedo Sobrinho; 3º) Affonso, de 14 anos; 4º) Francisca, de 9 anos; 5º) Maria, de dezoito dias. Cada um recebendo a quantia de 8:244\$860 – vale frisar que será a partir deste evento que iniciaremos o segundo capítulo da pesquisa, no qual procederemos à

¹⁴³ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. p. 78.

análise mais verticalizada da figura de Christiano Osório de Oliveira. Mas, antes, se faz necessário tecer algumas considerações.

No que tange ao quadro econômico deslindado para a região de São João da Boa Vista, no meio século XIX, podemos inferir que, José Osório de Oliveira, não participou diretamente da corrida açucareira; mas, de fato, foi componente do grupo daqueles mineiros que se aproximaram desse setor dinâmico, através da produção e fornecimento de alimentos para abastecimento interno, ou seja, cultivando milho, feijão e arroz, e criando gado *vaccum*, cavalar e porcino, destinando ao mercado local e regional, então em franca expansão.

Coube ao Sul de Minas – e as regiões acopladas a ele como, por exemplo, a de São João da Boa Vista – *status* de zona privilegiada, pois sua localização dava condições de abastecer as praças de São Paulo e Rio de Janeiro. Situando-se entre esses mercados, José Osório de Oliveira, pôde expandir suas atividades econômicas, acumular capital agrário e comercial; posteriormente, aproveitou a chegada do café para diversificar seu portfólio com a prática de sua cultura.

Vale ressaltar que o comércio, o crédito e as atividades agropastoris constituíram-se no tripé da sua acumulação. Aproximando-se, assim, da visão apresentada por Marcos Ferreira de Andrade, que ao analisar as famílias do Sul de Minas, frisou que “a origem da riqueza estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro também era negociante”.¹⁴⁴

Com isso, pensamos ter jogado luz em uma faceta importante da ocupação do interior de São Paulo, que se desenvolveu sob o estímulo da produção de gêneros destinados ao mercado interno, e, foi dinamizada pela economia açucareira, na primeira metade do século XIX; sendo, por isso, capaz de acumular capitais suficientes para compra de terras e escravos, num momento anterior ao *boom cafeeiro* – preenchendo, assim, o hiato existente entre atividade mineradora e o incremento da cafeicultura exportadora, no Oeste Paulista.

Deste modo, o estudo de caso a respeito da família Osório de Oliveira, até aqui, revelou-se emblemático, pois forneceu os elementos necessários para se elucidar a tessitura plausível à compreensão de uma fase importante da história econômica do Estado de São Paulo. Assentando-se em pesquisa documental inédita, tivemos a

¹⁴⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro*: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 104.

possibilidade de esclarecer alguns aspectos importantes acerca do papel ocupado pelos entrantes mineiros no processo de expansão e constituição da cafeicultura paulista.¹⁴⁵

A seguir, no segundo capítulo, veremos a forma pela qual se deu a inserção de Christiano Osório de Oliveira nesse processo.

¹⁴⁵ Contudo, vale frisar que o enfoque exclusivo dado à participação das famílias de origem sul mineiras na constituição da economia cafeeira paulista, ao longo do século XIX, não significa desprezar os demais agrupamentos que participaram ativamente desse processo como, por exemplo: aqueles oriundos do Vale do Paraíba paulista e fluminense; os membros da elite estabelecidos nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e de outros Estados brasileiros; e, por fim, o grupo variado de imigrantes europeus que chegaram por volta do segundo quartel do século XIX.

CAPÍTULO 2

CAFEICULTURA E EXPANSÃO DA RIQUEZA: A ASCENSÃO SOCIAL DE CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA (1880-1914)

*Mas logicamente o café, tal como o chá, tornou-se uma 'mercadoria real', um meio de fazer fortuna.*¹⁴⁶

Neste segundo capítulo destacaremos a íntima relação existente entre o desenvolvimento da cafeicultura no Oeste Paulista e a expansão da fortuna da família Osório de Oliveira. No entanto, a partir de agora, o foco será direcionado ao primogênito, e membro mais bem sucedido dessa linhagem: Christiano Osório de Oliveira.

Nosso objetivo, neste capítulo, consiste em desvelar os mecanismos utilizados por esse personagem, como homem de negócios, que resultaram na montagem da grande fazenda de café, e na sua posterior incursão, ainda, como fazendeiro, no âmbito do crédito. O que é incontestável é que, entre 1880 e 1914, Christiano Osório de Oliveira experimentou significativo enriquecimento.

De acordo com nossa interpretação, esta escalada foi possível, dentre outros, por dois motivos: no plano macro, pelo crescimento da economia cafeeira tanto em âmbito mundial quanto regional; e, na esfera micro, graças ao seu *tingo* empresarial, que o levou a investir nos negócios concernentes ao café. Assim, a análise de seu crescimento individual, e material, não pode estar desvinculada do espetacular incremento das exportações dessa mercadoria que, no fundo, ensejou o próprio desenvolvimento da economia cafeeira, a qual, desde há muito tempo, esteve sempre atrelado.

Deste modo, torna-se necessário compreender uma das principais indagações formuladas pela pesquisa: como, quando e em que condições esta persona inseriu-se na produção cafeeira e no mundo do crédito? Neste capítulo, buscaremos esclarecer esses pontos, evidenciando sua participação em três *categorias* da vida econômica: como

¹⁴⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. 3.ed., t.1, As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 231.

fazendeiro de café, como *capitalista* e, posteriormente, como *representante comercial* da *Casa Comissária J. D. Martins*, de Santos.

Assim, em tal período, consideramos a ação de dois componentes que contribuíram para o robustecimento de sua figura empresarial: em primeiro lugar, o fato de ter-se constituído em proeminente cafeicultor, ao decidir pela atuação no setor da produção, justamente onde residiam boas possibilidades para se auferirem grandes lucros, e, também, as chances mais notórias para se acumular capital na esfera econômica regional; em segundo lugar, sua associação com o negociante de *grosso trato*, José Domingues Martins, de Santos, cuja parceria, ao longo do tempo, lhe possibilitou a ampliação da sua rede de negócios para além do circuito regional.

Desta maneira, vale adiantar que, antes de possuir seus próprios investimentos, nas formas de casa bancária e casa comissária, Christiano Osório, inicialmente, experimentou uma frutífera sociedade com a firma *J. D. Martins*. A princípio, intermediou os interesses comerciais dessa empresa junto às áreas cafeeiras, estabelecidas no interior paulista. Depois, já na primeira década dos novecentos, inaugurou uma sociedade com o proprietário da mesma, José Domingues Martins, por meio da *Casa Bancária Martins & Comp.*, sediada em São João da Boa Vista – que funcionou até 1913.

Objetivamos, portanto, ressaltar os laços mercantis estabelecidos por Christiano Osório de Oliveira, com outros agentes econômicos atuantes nesse complexo econômico, que impulsionaram sua escalada na hierarquia mercantil. É de se notar que tais conexões, entre os comissários e os agentes locais, foram muito pouco abordadas na historiografia pertinente ao assunto. A nosso ver, estas se constituem, juntamente com outras circunstâncias, em *elementos-chaves* para a compreensão das características essenciais da prosperidade empresarial alcançada pelo agente histórico em questão.

Todo empenho despendido, neste segundo capítulo, deu-se no sentido de desvelar, tanto os desdobramentos da economia cafeeira em nível regional – e sua correlação com o sistema de crédito subjacente – assim como as estratégias utilizadas por Christiano Osório que lhe possibilitaram a ampliação da sua fortuna, circunstâncias essas fundamentais para sua singular transformação de fazendeiro em banqueiro, e, ainda em comissário de café, como se verá no decorrer subsequente de nossa análise.

2.1- Cafeicultura, Ferrovias e Urbanização em São João da Boa Vista

Como apresentado no capítulo 1, o município de São João da Boa Vista se destacou, em meados do século XIX, pela considerável produção de abastecimento voltada ao mercado interno, sobretudo, baseando-se, na pecuária e no fornecimento de cereais. Caracterizou-se também pela produção de açúcar – vinculando-se, marginalmente, à região paulista conhecida como o *quadrilátero do açúcar* – uma das atividades agrícolas mais dinâmicas, do ponto de vista econômico, na primeira metade do século XIX.

Embora os elementos citados se apresentassem como de suma importância para uma etapa prévia de acumulação de capitais, de fato, esse município ganhou significativa projeção graças ao desenvolvimento da cafeicultura. Tal atividade realmente avançou, neste *lôcus*, no decorrer das décadas de 1870 e 1880, expandindo-se e firmando-se, entre o último decênio do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Assim, desde sua gênese, passou a constituir o sólido pilar da economia regional, situação que perdurou até meados da década de 1940.

Por sua vez, para entendermos o progresso do café em São João da Boa Vista, faz-se necessário retomarmos alguns aspectos do seu roteiro produtivo. Com a falta de terra para expansão e queda da produtividade devido ao esgotamento do solo na região do Vale do Paraíba, houve a necessidade de se buscar novas áreas para o cultivo da rubiácea. Foi por volta da segunda metade do século XIX, que a marcha do café se dirigiu rumo às terras roxas do denominado *Oeste Paulista* – onde já se encontrava localizada tal cidade.¹⁴⁷

Pode-se dizer que uma das principais características da lavoura cafeeira foi, desde sempre, seu aspecto de *fronteira dinâmica*. Esta peculiaridade resultou num

¹⁴⁷ CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.103-163. Outros autores trataram de periodizar a expansão no denominado *Oeste Paulista*: “As áreas do ‘Velho Oeste’ – o centro das regiões da Central, Mogiana e Paulista – respondiam pela maioria da terra utilizada e reivindicada. Eram terras desenvolvidas com a explosão das décadas de 1880 e 1890. A maioria das terras era aí baseada em títulos legalizados, advindos de subdivisões das sesmarias ou concessões de terras [...]. O restante do estado – o ‘novo’ Oeste, aquilo que mais tarde seria chamado de Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana – era largamente composto de terras devolutas ou terras públicas, cuja distribuição em princípio pertencia ao estado”. In: FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 232. O Oeste Paulista também pode ser subdividido em áreas menores: como aquelas atendidas pelas estradas de ferro. A cidade de São João da Boa Vista situa-se, assim, na chamada zona da *Mogiana*, em função da *Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e Navegação*. Nesta zona, o maior centro cafeeiro é Ribeirão Preto.

processo de devastação e ocupação de largas faixas de terras, com duração de mais de um século. No princípio do século XIX, a produção cafeeira de maiores proporções estava situada no Vale do Paraíba, onde deixou de ser cultivado para simples subsistência e atingiu escala comercial, devido, especialmente, à generalização do consumo nos grandes centros urbanos internacionais. Somente na segunda metade do século XIX, é que essa cultura atingiu o denominado Oeste Paulista.¹⁴⁸

Acerca do roteiro do café, nas palavras de Stanley Stein, por volta de 1880, a “produção cafeeira decaiu rapidamente na região [do Vale do Paraíba], e, no fim do século, as zonas de mata virgem ao norte e a oeste da cidade de São Paulo ultrapassaram muito, em produção, as terras esgotadas do Vale do Paraíba”.¹⁴⁹

A produtividade do cafeeiro em geral, nesta região vale-paraibana, manifestada nas primeiras décadas de plantio, estava também relacionada à fertilidade do solo, após as derrubadas das matas intocadas. Contudo, com sucessivos replantios, manifestou-se a declinante produtividade do arbusto, em função própria composição do solo, que se prestou a rápido esgotamento.

No entanto a fase ascendente da produção do Vale do Paraíba paulista constituiu o principal elemento propulsor da busca de novas terras férteis, uma vez que:

As margas argilosas e as gredas arenosas do Vale do Paraíba produziam cafezais florescentes, porém, sua fertilidade era efêmera. Foi observado que a mata virgem frequentemente tinha pouca matéria orgânica, característico do solo porosos e arenosos que permitiam o escoamento da matéria orgânica em dissolução nas águas, em vez de retê-la na superfície. Mais recentemente foi observado que esses solos lateríticos do Brasil, em que pese a sua extrema fertilidade em certos casos, são ‘sujeitos a se esgotarem rapidamente pela perda de seus elementos constitutivos essenciais, tais como a matéria orgânica de que são ricos quando virgens’.¹⁵⁰

Portanto, em meados da década de 1880, em decorrência dessa má qualidade do solo e das próprias singularidades da rubiácea, a produção cafeeira declinou de forma

¹⁴⁸ MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.

¹⁴⁹ STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. p. I.

¹⁵⁰ Ibidem. p.7. *Marga* é um tipo de calcário contendo 35 a 60% de argila, e *greda* também é uma variedade de solo calcário.

drástica no Vale do Paraíba, tanto na porção paulista, quanto na fluminense.¹⁵¹ Essa retração foi acentuada ainda mais por conta da “maior produção de Minas Gerais e a grande produtividade e melhor qualidade dos cafés da chamada zona oeste do planalto paulista”¹⁵², como denota-se da **Tabela 5**.

Tabela 5. Produção exportável de café, em mil sacas, das principais regiões produtoras, 1876-1930.

Média anual	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Total	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
1876-80	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881-90	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891-00	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901-10	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100
1911-20	9.306	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921-30	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100

Adaptado de CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 52.

Assim, uma cafeicultura de melhor qualidade, com produção de maiores quantidades à menor preço de custo, foi se estabelecendo no Oeste Paulista. Isto se deu, também, pela reunião de vários fatores, tais como, por exemplo: o clima favorável, as boas características do solo e do relevo, a tenra idade dos pés, o sucesso com a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho imigrante, o emprego da máquina de beneficiar, as estradas de ferro etc.

Verificou-se, desta forma, condições para melhor aclimação e ambientação do café nas áreas paulistas como, por exemplo, na zona da Mogiana, acentuando ainda mais as diferenças com o Vale do Paraíba. Deste modo, pode-se apontar que foi, efetivamente, por volta de 1890, que se sucedeu “o princípio do predomínio da produção paulista”.¹⁵³

Tais elementos suscitaram várias formas de se “classificar” o processo de expansão do café por São Paulo. Uma dessas foi apresentada por Roberto Simonsen, e

¹⁵¹ Há uma questão importante: a durabilidade da produtividade do cafeeiro não animava a substituição dos cafeeiros velhos por novos, pois, a cada replantio, a produtividade caía e não se sustentava; não compensando, assim, o investimento nesse plantio.

¹⁵² SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 65, p.149-226, 1940. p. 174-176. Vale ressaltar que a decadência da região do Vale do Paraíba tanto Fluminense quanto paulista, não significou a derrocada das fortunas ali geradas; muitas famílias conseguiram migrar, com significativos capitais, para o próprio Oeste Paulista, como foi o caso dos Pereira Barreto e dos Monteiro de Barros, que seguiram a marcha do café, em busca de novas terras no Oeste Paulista. Vale frisar, contudo, que o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba, configurou o fenômeno denominado de “cidades mortas”.

¹⁵³ Ibidem. p. 163.

caracteriza-se pelos diferentes *estágios evolutivos* da produção cafeeira. Nesta tentativa de periodização, atesta-se a dominância da cultura cafeeira na região do Vale do Paraíba, entre 1810 e 1870; de 1870 a 1896, a cafeicultura difundiu-se pelo planalto paulista; alcançou, ainda, nessa mesma fase, a preponderância das exportações via do Porto de Santos, superando as exportações realizadas por intermédio do Porto do Rio de Janeiro; e, culminando a lavoura cafeeira, no intervalo de 1897 a 1938, numa situação de superprodução.¹⁵⁴

À vista dessa evolução, pode-se dizer que a expansão cafeeira, “condicionando ao mesmo tempo a penetração das estradas de ferro e o sentido da marcha da população, [...] constituiria o ponto central para a explicação das transformações sofridas pela estrutura da economia paulista”, como os dados a serem apresentados corroborarão mais adiante.¹⁵⁵ A propósito, José Francisco de Camargo, referindo-se a formação dos municípios tributários da Companhia Mogiana, assevera que:

Formou-se esta zona como prolongamento da região de Campinas, a primeira ‘boca do sertão’ do Estado. Mogi Mirim, Cascavel, Casa Branca formam pontos de passagem do gado que descia de Minas para ser engordado nas suas invernadas. Estendeu-se esta zona através da cultura cafeeira orientada para o norte, até Ribeirão Preto, nova ‘boca do sertão’, nos fins do século XIX. No início do século XX é esta a mais importante zona de produção cafeeira do Estado, com uma área plantada de 115.149 alqueires paulistas e uma produção de 12.145.132 arrobas, em 1905.¹⁵⁶

A intensificação da lavoura cafeeira, somada à riqueza agrícola diversificada preexistente, atraiu a via férrea até o município de São João da Boa Vista, suscitando seu acoplamento ao *complexo cafeeiro*.¹⁵⁷ Assim podemos deduzir do trecho abaixo:

Em 1855, abrindo as sessões da Assembléia Legislativa Provincial, o presidente, José Antonio Saraiva, salientando a necessidade de uma ferrovia que ligasse o porto de Santos à zona mais produtora do

¹⁵⁴ Ibidem. p. 150.

¹⁵⁵ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p. 23.

¹⁵⁶ Ibidem. p. 36.

¹⁵⁷ O conceito de complexo cafeeiro, cunhado por Wilson Cano, possui como núcleo a produção cafeeira, porém envolve diversificada gama de atividades e investimentos, integrados entre si, tais como: transporte ferroviário, infraestrutura urbana, comércio de importação e exportação, produção de alimentos, financiamento, ensacamento, beneficiamento, enfim, compreende o conjunto das atividades necessárias à expansão da atividade nuclear, possibilitando, no fundo, a aceleração da acumulação de capitais e a sua diversificação. In: CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

Estado, declarava: ‘O quadro estatístico dos estabelecimentos rurais da Província estima a produção atual de Jundiaí, Campinas, Limeira, Constituição, Rio Claro, Mogí-Mirim, Araraquara, Casa Branca, Batatais, isto é, dos municípios que têm de aproveitar com a via férrea projetada, em perto de 1 milhão de arrobas de café e açúcar, sendo ainda geralmente reconhecido que os novos cafezais existentes nos mencionados municípios, excedem muito os que dão colheita, devendo-se, pois, contar que a produção nos referidos lugares subirá em quatro ou cinco anos a 2 milhões de arrobas.¹⁵⁸

A ferrovia atingiu São João da Boa Vista, em 1886, através do *Ramal de Poços de Caldas*, da *Companhia Mogiana*¹⁵⁹. Com isto, estamos autorizados a afirmar que foi o café que atraiu a via férrea até a localidade – apesar de haver, evidentemente, uma complementaridade entre ambos os eventos. A linha-tronco dessa empresa, já havia cruzado as cercanias da cidade por volta de 1875, quando chegou a Mogi Mirim; daí alcançou Casa Branca, em 1878. Esta proximidade, de pouco mais de trinta quilômetros, para com a linha principal da Mogiana, contribuiu, sobremaneira, para a expansão da cafeicultura local.

A autorização para a construção do *Ramal de Poços de Caldas* foi concedida à Companhia Mogiana por meio do Decreto nº 8.888, de 17 de fevereiro de 1883.¹⁶⁰ Mediante esta concessão, que oferecia privilégio de zona e garantia de juros (à taxa de 6%), efetuou-se a tão aclamada edificação da estação ferroviária, dentro do perímetro

¹⁵⁸ SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 65, p.149-226, 1940. p. 182.

¹⁵⁹ “Organiza-se, em 1872, a Companhia Mogiana, com o privilégio de ligar Campinas a Mogi Mirim com um ramal para Amparo: em 1873 inaugurava-se o ramal de Amparo e, cinco anos depois prolongava-se a linha de Mogi Mirim a Casa Branca; em 1883 inaugurava-se o prolongamento de Casa Branca a Ribeirão Preto, passando por São Simão. Eram 368 quilômetros de estradas de ferro construídos em um decênio. Em 1886, era inaugurado o ramal de Caldas [que liga o Oeste Paulista e o Sul de Minas Gerais]”. In: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p. 173.

¹⁶⁰ Pelo referido decreto, o governo Imperial concedeu á “Companhia da estrada de ferro Mogiana autorização para prolongar a mesma estrada, do ponto mais conveniente até á margem esquerda do rio Grande em direcção á cidade de Uberaba, com um *ramal para os Poços de Caldas*, na Provincia de Minas Geraes, e garantia de juros de 6 % ao anno, pelo prazo de 20 annos, até ao maximo capital de 7.000:000\$, para a construcção do mesmo prolongamento e seu ramal. [...] Além do privilegio, o Governo concede os seguintes favores: 1º) Cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionaes, e bem assim dos comprehendidos nas sesmarias e posses, excepto as indemnizações que forem de direito, para o leito da estrada, estações, armazens e outras obras especificadas no respectivo contrato. 2º) Direito de desapropriar, na fórmula do Decreto n. 816 de 10 de Julho de 1855, os terrenos de dominio particular, predios e bemeifeitorias, que forem precisos para as obras de que trata o paragrapho antecedente. 3º) Uso das madeiras e outros materiaes existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, indispensaveis para a construcção da estrada. 4º) Isenção de direitos de importação sobre os trilhos, machinas, instrumentos e mais objectos destinados á construcção, bem como sobre o carvão de pedra indispensavel para as officinas e custeio da estrada”. Legislação Informatizada: DECRETO Nº 8.888, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1883. Publicação Original. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8888-17-fevereiro-1883-544293-publicacaooriginal-55313-pe.html>. Acessado em: 17 de junho de 2014.

urbano são-joanense, bem como se cristalizou a ligação mais eficiente com o Sul de Minas Gerais, via cidade de Poços de Caldas. Segundo relato local:

A inauguração desse trecho da Estrada de Ferro Mogyana deu-se a 22 de outubro de 1886 com a presença de S. M., o Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Thereza Christina. Os festejos da recepção á família imperial foram promovidos pelo povo e pela Câmara Municipal, de que era presidente o Cel. Jose Procópio de Azevedo Sobrinho.¹⁶¹

Desta forma, a expansão ferroviária, viabilizou a ligação da cidade à nova forma de transporte, mais rápido e mais eficaz para o escoamento da produção, e, como corolário, deu-se a ampliação da área cultivada com pés de café. A partir de então, este produto passou a ser escoado para Santos, não mais em tropas de mulas ou em cangalhas, que eram bastante mais custosas do que o pagamento de fretes; e, de sobra, foi estabelecida conexão da cidade e região com a Capital, e seu principal Porto, em Santos.

No fundo a inovação técnica estimulou o investimento de capitais acumulados em um produto agrícola, cuja mercantilização estava cercada de circunstâncias propícias e impulsionava a se aproveitar oportunidades benéficas aos novos negócios que estavam surgindo; assim, em vagões de trem, garantindo a segurança da carga e a baixa dos fretes, houve estímulo para novos investimentos.

Por intermédio da **Figura 3**, abaixo, destaca-se a localização de São João da Boa Vista, em relação à malha ferroviária paulistana.

¹⁶¹ KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908*. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908. p. 40. O ramal de Poços de Caldas continha extensão de 77 quilômetros, e derivava-se do entroncamento da linha principal, ou seja, tinha como ponto inicial a estação de Cascavel, no quilômetro 128 da ferrovia Mogiana.

afirmaram ter se acentuado a crise da zona produtiva do Vale do Paraíba. Esta região vale paraibana estava pautada, especialmente, no trabalho cativo, que passou a ser obstaculizado desde 1850, com o fim do tráfico negreiro e com as subsequentes edições das leis abolicionistas (que tomaram corpo nos após a década de 1870), acelerando, assim, juntamente com a escassez da terra, a marcha do café para o Oeste Paulista.

Nos municípios do Oeste paulista as plantações da rubiácea ganhavam vulto e a preferência dos investimentos. Nesta área, o café também foi plantado com a utilização do elemento servil. Todavia, já havia sinais de superação desta forma de trabalho, por meio da introdução do imigrante europeu¹⁶⁴ Fato que, nessa chave explicativa, possibilitou a formação do *complexo cafeeiro capitalista* em São Paulo.

Nesse sentido, em relação ao Oeste Paulista, Wilson Cano afirma que:

Os altos lucros imprimiram força à acumulação e o novo plantio de 1886 a 1897 totalizaria mais de 465 milhões de cafeeiros, triplicando o estoque de 1883. A produção saltaria, vertiginosamente, das 925 mil sacas da média anual de 1876-1880 para 2,1 milhões na média anual de 1881-1890.¹⁶⁵

O contexto de expansão da produção cafeeira propiciou a modificação do perfil econômico de São João da Boa Vista.¹⁶⁶ Aos poucos começou a fluir a inversão de novos capitais na atividade cafeeira, e ocorreu a relativa especialização produtiva dos agentes econômicos neste setor agroexportador.

Apreende-se, assim, numa publicação são-joanense, da aurora do século XX, que a cafeicultura, por certo, havia se convertido no principal investimento local, eclipsando, por exemplo, a pecuária. Nesta reportagem, é interessante observar alguns

¹⁶⁴ “Deve-se notar que efetivamente a expansão cafeeira escravista em São Paulo teve fôlego curto. A duplicação do cafezal, entre 1876 e 1883, implicava que as colheitas, a partir de 1881, reclamassem braços. Contudo, o plantel escravista em São Paulo manteve-se, entre 1873 e 1883, em torno de 174 mil escravos. No mesmo período, o número de imigrantes europeus saltava de 11 mil para 33 mil, solucionando em grande parte o momentâneo problema”. In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 65.

¹⁶⁵ Ibidem. p. 65-66.

¹⁶⁶ Tal conjuntura, explicitada pelo aumento suntuoso de pés de café, estende-se até 1898, quando principia a primeira crise de superprodução do produto. Deste modo, no período compreendido por este segundo capítulo (de 1880 a 1914, a qual se atrela e se elucida a trajetória de Christiano Osório de Oliveira), podemos deduzir a existência de três “temporalidades”, no que se refere à conjuntura econômica cafeeira regional: o primeiro estende-se de 1880 a 1897, e é marcado pelo aumento dos preços do café no mercado internacional, fomentando novas plantações; o segundo vai de 1898 até 1906, assinalado pela retração dos preços no exterior, em função da superprodução dessa mercadoria, compreendendo aguda crise, principalmente, para os produtores locais, exigindo a primeira intervenção governamental no mercado cafeeiro; o terceiro ato abrange de 1907 a 1914, corroborando a eficiência do Convênio de Taubaté (1906), que sinalizou a recuperação dos preços de exportação do café, injetando novo estímulo aos produtores situados nessa região.

fazendeiros criadores de gado exibirem com “honra os seus productos da industria pecuaria, apesar de *incipiente*. E, se não fosse o acanhado limite territorial, *imposto pela cultura extensiva do café*, a industria pastoril teria, entre nós, desenvolvimento invejável [...]”.¹⁶⁷ Pela filigrana documental, nota-se que a atividade cafeeira foi, aos poucos, canalizando os investimentos disponíveis, em detrimento das demais atividades econômicas.

Isto se deveu, sobretudo, pela qualidade dos solos predominantes na região, constituídos, especialmente, pelo *massapé* e a *terra roxa* que “ofereciam, de fato, condições de produtividade e qualidade de café muito superior àquelas que já haviam sido ótimas, quando da primeira expansão cafeeira no Brasil”.¹⁶⁸

De fato, logo, na segunda metade do século XIX, foram identificadas as manchas de terras roxas existentes na mesopotâmia dos rios Pardo e Mojiguaçu, e utilizadas, com maior ênfase, onde estava situado o município de São João da Boa Vista. Embora o povoamento da região fosse mais antigo, somente após as décadas de 1860 e 1870, acelerou-se, peremptoriamente, o desenvolvimento econômico regional, em função da substituição dos engenhos de açúcar pela nova cultura cafeeira.¹⁶⁹

Destarte, como já mencionado, pode-se atribuir a notoriedade desfrutada pela cafeicultura do Oeste Paulista às excelentes qualidades dos solos, especialmente, por conta das manchas de terra roxa. Este tipo de solo originou-se da decomposição basáltica.

Assim, “seus solos profundos, argilosos, ricos em matéria orgânica, muito permeáveis, revelaram-se excepcionalmente fecundos desde os primeiros plantios na região de Campinas”.¹⁷⁰ Consequentemente, a boa qualidade da terra e a topografia desempenharam papel preponderante na ampliação da cafeicultura são-joanense:

Os campos que se dilatam para oeste têm começo na parte occidental. Esta parte do município é extremamente siliciosa. Espessa camada de argila, diversamente colorida, com predomínio do vermelho, devido ao oxydo de ferro, occupa a parte do município, repousando directamente sobre as rochas que se levantam a oriente. Diversos

¹⁶⁷ KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908*. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908. p. 67.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 176.

¹⁶⁹ CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 6.ed. t.2. v.6. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 110.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 114.

pontos dessa camada foram outrora sede de erupções diafásicas de que se originaram as ubérrimas terras roxas.¹⁷¹

Destarte, não devemos atribuir o rápido desenvolvimento do café, observado entre os anos setenta e oitenta dos oitocentos, somente à contingência dos fatores naturais encontrados no planalto paulista. Distintos elementos foram, igualmente, relevantes para esse avanço.

Para Wilson Cano, além da fertilidade da terra, da expansão ferroviária, da introdução da máquina de beneficiamento e da resolução do problema da mão de obra, os demais fatores que impulsionaram o avanço do setor agroexportador cafeeiro no Oeste Paulista foram: a “a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, [proporcionando] ao café do oeste paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região”.¹⁷²

Podemos somar, ainda, a esses elementos, a inversão dos capitais acumulados anteriormente junto à produção mercantil de alimentos, que unida à atividade açucareira, favoreceram o autofinanciamento das primeiras lavouras cafeeiras.

A **Tabela 6**, a seguir, denota o aludido incremento da produção de café na zona da Mogiana. Revela, também, um dado importante: a expansão cafeeira desenvolveu-se, lado a lado, com o incremento populacional.

Tabela 6. Produção de café e população na zona tributária da Mogiana, 1836-1935.

Anos	População	Produção de café em @	% sobre a produção total
1836	20.341	821	0,14
1854	51.265	81.750	2,31
1886	163.831	2.262.559	21,81
1920	811.974	7.852.020	35,53
1935	845.442	8.521.076	16,20

Adaptado de MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 22-23.

Percebe-se, claramente, nessa área, o salto produtivo ocorrido, entre 1854 e 1886, ou seja, a produção que antes era de 81.750 arrobas de café passou para 2.262.559; e, de 1886 a 1920, ampliou-se para 7.852.020 arrobas, quando abarcou aproximadamente 35% da produção paulista. Do mesmo modo, de 1854 a 1920, a

¹⁷¹ KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores*: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908. p. 14-15.

¹⁷² CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p.32.

população cresceu-se em mais de 750.000 pessoas. Destarte, nesta faixa, o maior volume de crescimento verificou-se de 1886 a 1900, quando a população ampliou-se em 159,6%; de 1900 a 1920, o aumento foi de 75%.¹⁷³

Este movimento também pode ser visto, nesse período, nas principais cidades do complexo cafeeiro. Pela **Tabela 7**, abaixo, percebe-se o vigoroso incremento populacional da cidade de São Paulo (centro urbano polarizador do complexo cafeeiro), de Campinas e Ribeirão Preto (respectivas capitais regionais) fomentado, sobretudo, pela riqueza advinda do café.¹⁷⁴

Tabela 7. Evolução da população dos municípios de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, 1886-1940.

Anos	São Paulo	Campinas	Ribeirão Preto
1886	47.697	41.253	10.420
1900	239.820	67.694	59.195
1920	570.033	115.602	68.838
1934	1.033.202	132.819	81.565
1940	1.326.261	129.940	79.783

Fonte: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. Vol. II e III. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p.18-21.

Em relação a São João da Boa Vista e região, através das **Tabelas 8 e 9**, distingui-se, em escala mais modesta, mas não menos importante, um movimento similar. Isto é, o aumento do número de pés de cafés foi acompanhado, de perto, pelo crescimento populacional – em razão da citada cidade situar-se no *conjunto* do Oeste Paulista, é que avaliamos ser justificável, e compatível, a similaridade observada nas respectivas dinâmicas.

Tabela 8. Produção de café em Mogi Mirim e São João da Boa Vista, 1836-1935.

Anos	Café em @	
	Mogi Mirim	São João da Boa Vista
1836	610	-
1854	80.000	-
1886	-	150.000
1920	229.547	477.267
1935	219.968	293.704

Fonte: MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 53.

¹⁷³ CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981. p. 89.

¹⁷⁴ O desenvolvimento econômico atraiu pessoas e capitais, especialmente os imigrantes e gentes que assessoram a lavoura em busca de empregos e possibilidades de negócios.

Tabela 9. Crescimento demográfico de Mogi Mirim e São João da Boa Vista, 1836-1935.

Anos	População	
	Mogi Mirim	São João da Boa Vista
1836	9.677	-
1854	12.636	3.460
1886	14.935	9.555
1920	37.700	51.993
1935	42.442	41.406

Fonte: MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 53.

Desta maneira, em São João da Boa Vista, a produção cafeeira teve seu primeiro ímpeto, após a década de 1870, atingindo, em 1886, a marca de 150.000 arrobas produzidas. Chegou a triplicar esse número, em 1920, quando forneceu 477.267 arrobas de café. Por seu turno, a população saltou de 3.460 moradores para 9.555, entre 1854 e 1886; daí em diante, até 1920, quintuplicou esse número, alcançando o total de 51.993 habitantes. Em consonância com Flávio Saes:

É nítido o paralelismo entre a extensão das linhas férreas, o crescimento populacional e a produção de café [...]. E não se trata de mera coincidência: ao crescimento da população correspondia a ampliação da mão de obra necessária à produção de café; da mesma forma, a extensão das linhas férreas tornava viável a produção de café em terras mais distantes do porto de exportação.¹⁷⁵

No entanto, as fontes históricas corroboram tais assertivas? Os documentos consultados, realmente, sinalizam para o contexto de expansão da cafeicultura, na região, entre as décadas de 1870 e 1880. Até então, poucos relatos consultados nas fontes históricas faziam menção de modo a explicitar a qualidade das terras e da possibilidade da exploração do produto *café*.

As plantações da rubiácea se intensificaram, de fato, por essa época. Nessa acepção, podemos citar várias evidências nas referidas fontes históricas pesquisadas. Por exemplo, no ano de 1871, vemos um contrato lavrado, em Mogi Mirim, já revelando na cidade a existência de lavouras portentosas. Nesta escritura de hipoteca, no valor de 100:000\$000, aparecem como credores *Salles Oliveira & Sá*, negociantes de

¹⁷⁵ SAES, Flávio Azevedo Marques de. O estado de São Paulo no século XX: café, indústria e finanças na dinâmica da economia paulista. In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (orgs.) *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010. p. 17.

Santos, e, como devedor, Manoel Antonio G. Cotrim, lavrador de Mogi Mirim. Este último hipotecou a Fazenda São Manoel, situada no mesmo município. Pela descrição, ela compunha-se de “terras de cultura, com 120.000 pés de café formados e 15.000 pés novos, casas de morada, sensallas, casas de café, pilões, serra, moinho [...]”, e, ainda, 29 escravos.

Da mesma maneira, em 1874, contemplamos Joaquim Theodoro de Oliveira, lavrador e morador em São João da Boa Vista, contrair um empréstimo de 20:000\$000, junto aos também lavradores Joaquim José dos Reis, Francisco Antonio Ferreira e José Antonio de Oliveira Valim, domiciliados no termo de São João da Boa Vista. Tal contrato de hipoteca, lavrado no tabelião da cidade, estipulou em quatro anos o prazo de vencimento, e a taxa de juros em 12% ao ano. Como garantia o referido devedor hipotecou a Fazenda Boa Vista, situada na mesma freguesia. O imóvel rural possuía: “terras roxas altas, próprias para a cultura de cana e café, tendo já 20.000 pés plantados, com casa de morada, senzallas, monjollo e pastos, [...] 90 alqueires de terras em mattas, capoeiras e cultivados”¹⁷⁶; além disso, como acessórios, tinha 11 escravos. Percebe-se, nitidamente, a ênfase dada à atividade cafeeira – preferência que passou a ser, mais e mais, recorrente.

Em 1883, vemos Antonio Candido de Oliveira emprestar 30:000\$000 à Ernesto de Oliveira. Ambos foram designados como lavradores, estabelecidos em São João da Boa Vista. Os juros desta dívida hipotecária ficaram na casa dos 8% ao ano, e o prazo para pagamento foi estipulado em seis anos. Ernesto, o devedor, deu como garantia a Fazenda Serrinha da Cachoeira, contendo “terras de cultura próprias para café, altas e de boa qualidade, com casa de morada [...] metade da machina de beneficiar café com seus utensilios e mais bemfeitorias, com 70.000 pés de café formados e por formar”.¹⁷⁷ O contrato revelou, ainda, que estavam empregados na lavoura, da mesma fazenda, onze escravos.

No ano de 1883, Joaquim José de Andrade, fazendeiro em São João da Boa Vista, solicitou um empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, no valor de 42:500\$000, com os juros de 9% ao ano e prazo de vinte anos para quitar. Pela escritura, o devedor deu como fiança a Fazenda Ribeirão Claro, localizada no município de São João da Boa Vista. Esta possuía “366 hectares [...] tulhas, machina de beneficiar

¹⁷⁶ Escritura de hipoteca nº 233. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim.

¹⁷⁷ Escritura de hipoteca nº 540. Livro de Inscrição Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim

café Lidgerwood, [...] 18.000 pés de café de oito anos, 24.000 ditos de seis anos, 9.000 ditos de cinco anos e 12.000 ditos de dois anos”; e, mais 24 escravos.¹⁷⁸ Tais indícios revelam o movimento de ampliação, ao longo do tempo, rumo à cafeicultura que, nesse caso, remontava nitidamente a meados da década de 1870.

Noutro exemplo, de 1884, vemos o fazendeiro Lourenço Westin, de São João da Boa Vista, constituir-se devedor da quantia de 25:000\$000, mediante empréstimo hipotecário, junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, com juros de 9% a. a., e prazo de vinte anos para saldar. Como garantia concedeu:

Uma fazenda de cultura de café denominada Santa Cecilia, com a superfície agrária de 198 hectares, situada na Freguesia de São João da Boa Vista, Comarca de Mogi Mirim [...] contendo as seguintes bemfeitorias: 56.000 pés de café, casas de morada, casa com machina de beneficiar café e tulha, paiol, casa para deposito, casa com moinho, casa para escravos e os acessorios: carro, 4 bestas, 2 cavallos, 12 bois de carro e mais 22 escravos empregados na lavoura da fazenda.¹⁷⁹

Dessa forma, se expressa a inerente relação estabelecida, naquele momento, entre a expansão da lavoura cafeeira, o trabalho cativo, a implantação de máquinas de beneficiar café e o levantamento de capitais. Podemos assegurar que, na década de 1880, já existiam, de fato, fazendas cafeeiras bem montadas na região, encontrando-se a cafeicultura numa conjuntura favorável, tanto no âmbito mundial quanto no regional. Isto é, tal atividade econômica propagou-se no município de São João da Boa Vista, apresentando-se como um investimento atrativo e capaz, ainda, de levantar capitais através do incipiente sistema bancário da época. Claro que, aqui, aparecem somente alguns exemplos; mas, em pesquisas análogas, acerca da região, ratificamos a força e predominância da cafeicultura, principalmente após a chegada dos trilhos da Cia. Mogiana, além, sem dúvida, de sua relação com o sistema bancário da Capital paulista.¹⁸⁰

Como já mencionado anteriormente, os bons preços do café e a qualidade do solo impulsionaram o avanço do plantio em São João da Boa Vista, especialmente na

¹⁷⁸ Escritura de hipoteca nº 529. Livro de Inscrição Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim.

¹⁷⁹ Escritura de hipoteca nº 588. Livro de Inscrição Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim

¹⁸⁰ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca (1874-1914). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 27.

década de 1880. Contudo, para fecharmos essa assertiva, pensamos ser emblemática a escritura adiante.

Em 1884, Antonio Manoel de Andrade Cotrim e Joaquim Leite do Canto, lavradores, com residências em Mogi Mirim e Limeira, respectivamente, emprestaram a quantia de 8:700\$000 ao agricultor são-joanense, José Antonio de Oliveira Vallim. Como garantia desse crédito hipotecário, deu os sítios Imbirassu e Boa Vista; que foram assim descritos:

Um sitio denominado Imbirassu, situado na Estação de Caldas, município de São João da Boa Vista, onde reside o devedor, sendo este sitio composto de terras de cultura e campos de criar, de cor branca e roxa, vestidas de mattas virgens e capoeiras, casas de morada, moinho e paiol coberto de tellhas, monjollo, mangueiros, pastos, cercas [...]. Um sitio denominado Boa Vista nas mesmas terras do Imbirassu, composto de terras de cultura, vestidas de mattas virgens, com espigões proprios para o café, capoeirões e capoeiras, terras de cor roxa [...].¹⁸¹

Captamos, em escala local, a manobra das unidades produtivas, em direção à atividade agroexportadora cafeeira. Nesse sentido, a terra roxa passou a ser o *locus* privilegiado desse investimento, e, por isso, passou a ser destacada como apta ao café. Por outro lado, à terra branca, principalmente os *campos*, foram associadas às atividades criatórias, típicas da conjuntura anterior, mais ligada ao abastecimento do mercado interno.

De acordo com Pierre Monbeig, no território ao norte de Campinas:

Já há muito os fazendeiros estavam aproveitando os afloramentos de terra roxa e a importância do café na depressão periférica estava diretamente ligada ao tamanho das manchas daquele solo. Nos municípios mais especializados, a estatística indica de 6 a 8 milhões de cafeeiros, com rendimentos variando de 45 a 56 arrobas por 1.000 pés e uma produção crescente.¹⁸²

Em outras localidades, com formação similar à de São João da Boa Vista, pesquisas realizadas revelaram também que, com a chegada do café e da ferrovia, houve modificações significativas no perfil produtivo e demográfico desses municípios. Por

¹⁸¹ Escritura de hipoteca nº 629. Livro de Inscrição Especial nº 2D. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi Mirim.

¹⁸² MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 170.

exemplo, Batatais, que, na primeira metade do século XIX, havia sido um importante centro catalisador de entrantes mineiros, apresentou tendência idêntica, ou seja:

Em 1873, a lavoura cafeeira dava seus primeiros passos na então Vila de Batatais. Somente na última década do século XIX é que o café passou a ter um papel significativo na economia da região. Em 1886, os trilhos da Cia. Mojiana alcançaram Batatais e estimularam o crescimento da lavoura cafeeira, barateando o frete e revolucionando o sistema de transportes. Sem dúvida o advento do café provocará uma série de alterações na realidade sócio-econômica da região. Dentre essas mudanças destaca-se a de ordem demográfica. Além da corrente migratória de Minas Gerais que, ao longo do tempo, atenua-se, mas não cessa, recebeu o antigo Sertão do Rio Pardo os migrantes fluminenses, paulistas, nordestinos e os imigrantes europeus, especialmente os italianos.¹⁸³

Por conseguinte, podemos afirmar, com relativa segurança, que a mudança nos padrões de enriquecimento deu-se, sobretudo, em virtude do incremento da lavoura cafeeira. Seu avanço ocasionou o abandono, ainda que não integral, das demais atividades pretéritas.

Não resta dúvida que a economia são-joanense continuou atrelada às ingerências do mercado interno, uma vez que o *boom* do café, em seu limiar, dinamizou as atividades até então existentes. Porém, São João da Boa Vista passou a ser, cada vez mais, influenciada pelas conjunturas do mercado externo, ao qual se conectou, em razão das crescentes safras de café colhidas nas unidades produtivas, situadas no município. A partir de então, as flutuações nos preços dessa mercadoria, ocorridas no mercado internacional, passariam, de forma contundente e determinante, a impactar sobre a vida do município.

O café foi o fermento que avolumou a vida econômica de São João da Boa Vista. Por meio das safras produzidas, e, encaminhadas à exportação, houve a possibilidade de se conectar a um circuito de acumulação de capital mais dilatado. Tudo isso, graças às receitas oriundas do sistema agrário cafeicultor, que se tornou, nessa época, a principal fonte da riqueza pública e privada.

Nas palavras de Sérgio Milliet, no período que se estende de 1830 a 1940, o “panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas de cafezais. Tudo gira em torno do ‘ouro verde’, dele tudo emana e a

¹⁸³ BRIOSCHI, Lucila Reis. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991. p. 53.

ele tudo se destina: homens, animais, máquinas”.¹⁸⁴ Portanto, tornava-se manifesta a profunda relação existente entre o crescimento das exportações cafeeiras, a expansão da rede ferroviária e o adensamento demográfico. Em nível local, pode-se observar, claramente, a alteração do perfil de gestação da riqueza.¹⁸⁵

Pode-se afirmar, conforme os dados apresentados por Delfim Netto, que foi “justamente na segunda metade do século passado que a exportação nacional mostrou maior dinamismo, tendo passado de 2,5 milhões de sacas entre 1857-60 para quase 9,5 milhões entre 1897/1900 e, a mais ou menos, 13 milhões em 1901/04”.¹⁸⁶

Este aumento volumoso nas quantidades de café exportadas foi motivado, sobretudo, pela grande demanda do produto e pela alta dos preços no mercado internacional. A vertiginosa expansão cafeeira, no Oeste Paulista, ocorreu, com efeito, entre 1886 e 1898, aproveitando-se da prolongada elevação dos preços do café, irrompida depois de 1886.

Essa tendência altista durou por mais de uma década e manteve-se até 1898. A partir de então, houve a primeira crise de superprodução cafeeira, que culminou com a intervenção governamental no setor, mediante as ações deliberadas no chamado Convênio de Taubaté, de 1906.¹⁸⁷ Assim, de 1886 a 1906, assistiu-se a quase duas décadas de crescimento da produção cafeeira, sem a necessidade de interferência do governo brasileiro.

Contudo, ao longo desses anos, ocorreram flutuações drásticas nos preços do produto, fomentando conjunturas econômicas extremas, e impactando distintamente no mundo da produção do café. De 1886 a 1897, os preços subiram; de 1898 a 1906, houve retração dos preços e acentuada crise no setor; de 1907 a 1914, sob o jugo da política de defesa do café, assistiu-se a nova recuperação e arranque dos preços, estimulando a produção e as exportações deste artigo.¹⁸⁸ Tais flutuações, como veremos, refletiram-se sobremaneira no sistema agrário cafeeiro, especialmente na esfera da produção,

¹⁸⁴ MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 11.

¹⁸⁵ Outros trabalhos ressaltaram essa alteração nas formas de acumulação: MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Hucitec. São Paulo, 1990. SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011.

¹⁸⁶ DELFIM NETTO, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979. p. 7.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 16.

¹⁸⁸ A conjuntura pós-1914 será analisada por nós, a seguir, no capítulo 3.

ocasionando falências e rearranjos da malha fundiária e, até mesmo, do sistema de crédito.

Vale assinalar que as oscilações radicais equivalentes à oferta do café foram oriundas, sobretudo, da própria natureza da planta, ou seja, do ciclo de maturação do cafeeiro. Estas flutuações se constituem num dos “elementos importantes para a explicação das elevações que se processaram entre 1885 e 1890 e que duplicaram o preço internacional do produto”.¹⁸⁹ Vale ressaltar que, em condições climáticas normais, o mais comum é observar, na produção cafeeira, a intercalação de anos *bons* e anos *ruins* de colheita.

Referenciando tais vicissitudes, pode-se afirmar que o grande salto da produção cafeeira, em São João da Boa Vista, ocorreu no transcorrer da década de 1890. Por meio de relato coetâneo, certificamo-nos que:

A plantação methodica do café data de 1870, existindo nessa epocha plantações insignificantes – e uma exportação sem importância. A cultura extensiva teve inicio em 1880, chegando a possuir, em 1890, 10.000.000 de cafeeiros que produziram, em 1906, a quantia superior á 1.000.000 de arrobas de café exportável, no valor de 6.000:000\$000.¹⁹⁰

Como aludido, outras circunstâncias de caráter local, como a chegada da ferrovia, em 1886, e às boas qualidades do solo, também contribuíram para a expansão da produção cafeeira, na localidade, no último decênio do século XIX.

De acordo com Pierre Monbeig, “no limiar do século XX, entram em plena produção gigantescas plantações, cuja distribuição geográfica corresponde, de maneira flagrante, à das terras roxas”.¹⁹¹ Para Flávio Saes, “não é necessário nenhum argumento complexo, portanto, para reconhecer que o estabelecimento de linhas férreas a partir do porto de Santos constituiu forte estímulo à expansão das plantações de café”.¹⁹²

Todavia, em relação à cultura cafeeira no Oeste Paulista, vale frisar que ela não teve avanço homogêneo, ou seja, em alguns pontos ela despontou mais cedo, e expandiu-se em ritmo mais veloz; em outros, contemporaneamente, tardou mais em

¹⁸⁹ Ibidem. p. 17.

¹⁹⁰ KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908*. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908. p. 15.

¹⁹¹ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 172.

¹⁹² SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 180.

alastrar-se alcançando maior volume de produção em época mais tardia, e até registrando-se casos de estagnação e recuo. Assim, pode-se afirmar que:

Era mais velha em Itu e Campinas, sendo que neste último município começava a dar sinal de enfraquecimento. A produção não variou muito entre 1886 e 1904-1905 em Itu, Jundiaí e mesmo em Amparo. Mais ao norte, porém, observa-se um progresso notável: a produção de Mococa passou de 93.333 arrobas a 699.100 e a de Espírito Santo do Pinhal, de 150.600 a 428.420. Os rendimentos ultrapassavam largamente os do Vale do Paraíba: 57 arrobas por 1.000 pés em Itu, 43 em Campinas, 48 em Espírito Santo do Pinhal, 30 em São João da Boa Vista e 73 em Mococa – todos esses municípios indicando plantações jovens.¹⁹³

Outro ponto que merece destaque, porém já mencionado, são os nexos café-ferrovia, que foram latentes no município de São João da Boa Vista. A chegada dos trilhos acelerou a economia regional, contribuindo para o incremento da cafeicultura e o maior desenvolvimento do meio urbano. Tais correlações podem ser evidenciadas por meio dos embarques de mercadorias promovidos nas estações da Companhia Mogiana, localizadas em São João da Boa Vista. Assim, os dados expressados nos **Gráficos 2 e 3**, abaixo, referendam a nossa visão e explicitam a acentuada expansão cafeeira após da década de 1890:

¹⁹³ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 168.

Gráfico 2. Quantidade de café, cereais e açúcar embarcado na estação de *São João da Boa Vista*, da Companhia Mogiana, 1888-1917.

Fonte: Relatório da Directoria da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação para Assembleia Geral (1873-1950). São Paulo/ Campinas: vv autores, dd. Diversas. 97 v. Dados relativos ao embarque de mercadorias da principal estação ferroviária do município, situada no perímetro urbano.

Gráfico 3. Quantidade de café, cereais e açúcar embarcado em todas as estações da Companhia Mogiana, do Município de São João da Boa Vista, 1888-1917.

Fonte: Relatório da Directoria da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação para Assembleia Geral (1873-1950). São Paulo/ Campinas: vv autores, dd. Diversas. 97 v. Dados relativos ao embarque de mercadorias das cinco estações ferroviárias do município, situadas dentro e fora do perímetro urbano.

Percebe-se, em ambos os gráficos, que a cafeicultura obteve, de fato, irrefutável ampliação a partir dos idos de 1890, ou, mais especificamente, após a chegada da estrada de ferro. Explicita-se assim:

a) a manutenção do diminuto patamar auferido pelos embarques de açúcar, sinalizando a contenção desse setor;

b) a profunda conexão entre a cafeicultura e a produção de alimentos.

Tais atividades – plantação de café e de alimentos – surgem como característica própria da lavoura cafeeira em sua fase assalariada, sendo impelidas tanto pelas novas relações de trabalho quanto pelo crescimento da população nesse complexo econômico.¹⁹⁴

Este processo de crescimento da cafeicultura, nesta época, combinou-se ainda com outros fatores, que também favoreceram seu impulso, como, por exemplo, a abolição da escravidão, o aumento da entrada de imigrantes e alguns aspectos do novo governo republicano, como a expansão do sistema de crédito.

As maiores safras possibilitaram a dinamização e a modernização da economia, favorecendo a integração da cidade no *complexo cafeeiro*. Tal complexo econômico, mesmo tendo importante parcela de acumulação vinculada ao meio rural, onde reside à fonte de germinação do *capital cafeeiro*, não deixou de extravasar esses limites e:

À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de importação e exportação e outras, requerendo e facultando, ainda, a expansão do

¹⁹⁴ Para Rogério Naques Faleiros, evidentemente, “a partir da consolidação do café nesta região na década de 1890, não se poderá negar o papel “autárquico” exercido por esta cultura. A cafeicultura nucleava uma série de outras atividades, melhor dizendo, o café constituía-se como o núcleo básico da acumulação de capitais, o núcleo de todo um complexo econômico – o complexo cafeeiro. O avanço da fronteira e a ampliação das lavouras criavam as possibilidades necessárias para uma série de atividades complementares e fundamentais ao funcionamento da economia cafeeira, tais como alguns ramos industriais, sistemas de transporte, maquinários para beneficiamento e o próprio estabelecimento de um mercado de gêneros alimentícios, condição essencial para uma sociedade que tendia ao assalariamento. [...] Acreditamos não ser possível traçar uma nítida separação entre unidades produtoras de café (voltadas à exportação) e unidades que priorizavam a produção de outras culturas, supostamente direcionadas ao mercado interno. Assumir tal separação significa desconhecer os mecanismos de formação dos cafezais, pois à medida que iam se plantando novas lavouras de café, os espaços existentes entre os pés eram utilizados para o plantio de outras culturas, destacadamente o milho, o arroz e o feijão, como veremos adiante. Assim, com o advento do café, criaram-se novas possibilidades de ampliação para as outras culturas: ao se queimar e derrubar as matas nativas, avançando a fronteira agrícola cafeeira, concomitantemente se aumentavam os espaços para as culturas de alimentos, redundando em considerável ampliação das quantidades produzidas, o que também era muito interessante para os fazendeiros, que centralizavam e organizavam a colocação dos excedentes destas produções nos mercados”. In: FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010. p. 216.

aparelho de Estado. No momento em que estas crescem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços.¹⁹⁵

Na esteira da exportação cafeeira, foram agregando-se outras atividades, denominadas *complementares*. Estas receberam tal denominação por estarem estreitamente vinculadas, e em dependência do produto principal; contudo, não deixavam de ser importantíssimas para a manutenção do processo de acumulação de capitais nesse complexo.

Destarte, foi nos grandes centros urbanos como, por exemplo, a cidade de São Paulo, que a maior diversificação do *capital cafeeiro* se realçou, servindo de base para outros negócios e investimentos¹⁹⁶ Nas cidades mais interioranas, apesar da preponderância das atividades agropecuárias, a diversificação econômica também fomentou o desenvolvimento das atividades urbanas. Esse ponto merece ser destacado, pois chama atenção para os *lugares de eleição* da acumulação do *capital cafeeiro* que, a despeito de ter sido gestado no campo, viu seu “extravazamento” ocorrer no meio urbano, principalmente nos polos centrais do *complexo cafeeiro*, fomentando a formação de setores industriais e financeiros, concatenados com o setor agrícola. Segundo Flávio Saes:

O grande capital paulista organiza-se, em sua origem, ao redor da mercadoria café. As ferrovias obtêm a maior parte de suas receitas do transporte de café; as grandes casas comerciais exportam café ou fazem importações de equipamentos e bens de consumo destinados à fazenda de café; a própria vida urbana gira em torno de atividades ligadas à produção e ao comércio de café.¹⁹⁷

Dessa forma, julgamos ser, tal linha interpretativa, extremamente apropriada para se compreender o processo de crescimento da economia paulista no período em

¹⁹⁵ Ibidem. p.69.

¹⁹⁶ Para Flávio Saes é “lícito concluir, portanto, que a cidade de São Paulo tornou-se nos anos oitenta [do século XIX] o centro financeiro da Província, prenúncio da progressiva concentração econômica na capital em detrimento especialmente da atividade comercial e financeira situada em Santos. Ao mesmo tempo, a vitalidade econômica da capital parece garantir-lhe crescente autonomia frente ao mercado financeiro do Rio de Janeiro”. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 86.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 194.

tela, pois possibilita não só entendermos a expansão da lavoura cafeeira, mas também o transbordamento dos capitais para outras áreas, bem como suas inter-relações, que possibilitaram o aparecimento de um conjunto econômico integralizado.

Vale ressaltar, porém, que nesse quadro, a economia brasileira ocupava uma posição periférica frente aos grandes centros consumidores e financeiros, sejam eles norte-americanos ou europeus, caracterizando uma relação de dependência frente a tais países industrializados¹⁹⁸.

O Brasil ocupava, portanto, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, como país exportador de produtos agrícolas, sendo o café o elemento mais dinâmico do desenvolvimento capitalista no país, fortemente influenciado pela demanda do produto em escala mundial. Esse fato, porém, não impedia um processo de acumulação endógena de capitais; o que não significa, nesse contexto, total autonomia na realização do mesmo e igualdade de oportunidades para todas as regiões envolvidas.¹⁹⁹

João Manuel Cardoso de Mello, que se debruçou sobre a economia cafeeira, ressaltou que “o grosso da acumulação do complexo exportador cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional”. Assim, tanto os fatores internos quanto os externos jogaram papel preponderante no processo de acumulação do capital cafeeiro.²⁰⁰

De volta às ingerências da economia cafeeira em nível regional, e, justamente com o intuito de oferecer uma visão de conjunto para melhor compreendermos o movimento da cafeicultura no município de São João da Boa Vista, elaboramos o **Gráfico 4**, que demonstra a relação entre o número de cafeeiros existentes e a quantidade de arrobas produzidas, no período de 1909 a 1939.

¹⁹⁸ De acordo com Immanuel Wallerstein isto não poderia ser diferente dada à organização do sistema-mundial moderno, pois: “A divisão de uma economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão reservadas às áreas mais bem posicionadas. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força do trabalho ‘em bruto’, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma certa tendência para a sua auto-manutenção. As forças do mercado reforçam-na em vez de a minar”. In: WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. v.1. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p. 339-340.

¹⁹⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

²⁰⁰ Ibidem. p. 86.

Gráfico 4. Números de cafeeiros/ arrobas produzidas em São João da Boa Vista, 1909-1938.

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-38.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que o número de pés de café em São João da Boa Vista chegou ao patamar de 10.000.000, na década de 1910, atingindo o ápice, com mais de 11.000.000 de árvores, logo na metade da década de 1920. Em seguida, nos anos trinta, manteve-se entre as principais culturas do município, porém não mais recuperou os níveis de produção e números de pés atingidos no passado. Uma análise na curva de arrobas produzidas também evidencia a tendência da produção cafeeira, em arrobas, obtidas no município, que teve seu ápice entre 1913 e 1918, quando chegou à cifra de quase 1.000.000 arrobas produzidas, nos respectivos anos; em comparação, nos anos finais da década de 1930, a produtividade baixou sobremaneira e alcançou índices pouco superiores a 200.000 arrobas/ ano.

A população do município atingiu os 32.000 habitantes, em 1910; sendo que 8.000 eram estrangeiros de diversas nacionalidades e na, sua maioria, *colonos*. Nessa época, existiam 444 propriedades agrícolas de café, e 367 sítios de pequenos proprietários, que exploravam além do café outras culturas.²⁰¹

²⁰¹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Questionários sobre as condições da agricultura dos 173 municípios do estado de São Paulo*. Realizado pelo Serviço de Inspeção e Defesa

Em 1911, através de outra fonte (devido à ausência do Censo Populacional de 1910), constatou-se que a população de São João da Boa Vista tinha alcançado cerca de 35.000 habitantes; destes, aproximadamente 8.000 residiam na zona urbana e, a grande maioria, encontrava-se no meio rural. Essa preponderância era notória no restante do país.

Neste mesmo ano, havia no município duas casas bancárias, quarenta e uma lojas de fazendas, noventa e quatro casas de secos e molhados e seis de ferragens, além de inúmeros comércios de gêneros variados, como farmácia, padaria, bar e açougue.²⁰² Além disso, na localidade, existiam as seguintes fábricas e estabelecimentos industriais:

Uma fabrica de chapéus, duas de licores, sete de cerveja, cinco de macarrão, duas de sabão, quatro de manteiga, 38 olarias, um curtume, 3 torrefacções de café, 37 machinas de beneficiar café, quatro despoldadores, dois seccadores de café, 56 engenhos de canna e 43 serrarias. Destes machinismos, são movidos a vapor 25, os outros são movidos a água.²⁰³

Assim, admite-se que a dinamização da economia possibilitou não só o maior incremento da própria atividade agrícola, mas também favoreceu a constante urbanização do modo de vida da população. Tal processo, no território paulista, acentuou-se pelo destacado crescimento urbano, pois o número de cidades aumentou significativamente, dando origem a uma das mais densas redes urbanas do hemisfério Sul.

Este processo foi iniciado e sustentado basicamente pela expansão cafeeira. Nesse sentido, a sociedade paulista, que até então era estritamente rural, viu-se impulsionada, graças às exportações dessa mercadoria, à progressiva urbanização. Desta maneira, *a cidade*, nesse complexo econômico, passou a ser o ponto de convergência de acumulação do *capital cafeeiro*.

Em pesquisa sobre a cidade de Casa Branca, igualmente situada na zona da Mogiana, Rodrigo Fontanari constatou a íntima relação existente entre desenvolvimento da cafeicultura, da ferrovia e do núcleo urbano. Tais elementos possibilitaram a plena vinculação entre o *campo* – singularizado pelas fazendas e sítios voltados à exportação

Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913. p. 506-507.

²⁰² GODOY, Jorge Pires de. *Almanach para Amparo para 1912*: contendo informações sobre cerca de 25 municípios do Est. de S. Paulo e alguns de Minas. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1911. p. 136.

²⁰³ Ibidem. p. 140.

– e a *cidade*, que fornecia o suporte à acumulação do capital cafeeiro, através da diversificação do comércio e dos novos hábitos, que favoreciam, no fundo, a urbanização da vida.²⁰⁴

Nessa perspectiva, ganha relevo a afirmação de Oliveira Vianna, na qual ressaltou a importância do café para o desdobramento do modo de vida urbano e para o próprio desenvolvimento da economia e da sociedade, nas regiões especializadas pela sua produção. Este autor sustenta que:

Nas zonas do café, tudo gira em torno do café e do valor que ele representa. Das tulhas repletas das fazendas é que emana, em torrentes de ouro, toda força que anima a vida comercial, industrial e social destas zonas. Dos pequenos retalhistas aos grandes atacadistas e comerciantes fortes; dos pequenos ofícios aos grandes ofícios; das pequenas indústrias locais às grandes indústrias da capital, às grandes e pequenas empresas de transportes – tudo está dependendo, nas zonas cafeeiras, deste pequenino grão vermelho, da sua pronta realização, da sua comercialização fácil e segura.²⁰⁵

Em outras palavras, de acordo com Albert Hirschman, sempre que se observa tal circunstância, ou seja, quando um produto primário de exportação impulsiona outras atividades, estamos na presença de um *efeito em cadeia*. Desta forma, parte-se da atividade agrícola em andamento – que no caso é caracterizada pelo café – para novas atividades econômicas, que nessa ocasião, são essencialmente urbanas. Em sua análise, configura-se, assim, a tese do produto primário de exportação (*staple thesis*), à qual:

Tem tentado demonstrar como a experiência do crescimento econômico de um país ‘novo’ é moldada de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam sucessivamente para os mercados internacionais. É uma tentativa para descobrir em seus pormenores como *uma coisa leva à outra* por meio das exigências e influências do produto primário de exportação, de facilidades de transporte a modelos de acordos, e à criação de novas atividades econômicas.²⁰⁶

²⁰⁴ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca (1874-1914). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 73.

²⁰⁵ VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991. p. 289-290.

²⁰⁶ HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Mauricio. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 39.

Assim, para fecharmos esse debate e começarmos a apontar a forma pela qual se deu a participação de Christiano Osório nesse processo, vale mencionar a categórica dedução de Flávio Saes sobre o assunto. Para ele:

Percebe-se, portanto, que ao longo dos anos noventa [do século XIX], a economia da cidade de São Paulo passou a oferecer amplo campo de investimento para o grande capital cafeeiro. Este, cuja primeira manifestação se verifica na instalação das estradas de ferro de propriedade de empresas nacionais, iria consolidar-se por meio de uma diversificação que abrangia serviços de utilidade pública, comércio, bancos e mesmo algumas investidas industriais. Este grande capital cafeeiro, embora mantendo interesses significativos na agricultura, estava longe de sua origem essencialmente agrícola. [...] Em suma, na estruturação do grande capital cafeeiro prevaleceram os interesses de sua face urbana (e não os de sua face agrícola-cafeeira).²⁰⁷

Realizado tal percurso interpretativo acerca das ingerências da economia cafeeira, passemos a ver, agora, como a *persona* de Christiano Osório de Oliveira, valendo-se dessa conjuntura favorável – fomentada tanto pelos preços internacionais quanto pelas condições locais – passou a tencionar seus investimentos à nova atividade, a princípio, por meio da montagem de uma típica *fazenda cafeeira* e, posteriormente, através da sua inserção no meio urbano, mediante o comércio e o financiamento de café.

2.2- A montagem da fazenda de café: o processo de reconcentração fundiária

Como reagiram os agentes econômicos estabelecidos em São João da Boa Vista, frente ao avanço da lavoura cafeeira? Investiram abruptamente no novo negócio, ou não? A malha fundiária sofreu alterações substanciais? E, de que forma Christiano Osório envolveu-se nessa conjuntura favorável, caracterizada pela expansão cafeeira?

Vale destacar que, já no primeiro decênio do século XX, o então Major Christiano Osório de Oliveira, apareceu como sendo proprietário, em São João da Boa

²⁰⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 180. Essa diversificação econômica jogou papel fundamental na formação e manutenção de dois estratos no interior da elite paulista: um, o *médio capital cafeeiro*, ligado exclusivamente à propriedade rural e à produção de café; e outro, o *grande capital cafeeiro*, ligado a negócios variados dentro desse complexo, principalmente nas atividades urbanas como a comercialização, financiamento, serviços públicos etc.

Vista, de uma grande fazenda, especializada na produção de café. O referido imóvel foi assim descrito:

Além de 1.200 hectares, abrange também uma parte das férteis planícies do *Alegre*, com uma plantação de 400.000 pés de café e uma produção média de 30.000 arrobas, tendo ainda muitas terras em matas de superior qualidade. A fazenda é custeada por pessoal mixto sendo a maioria de italianos. Tem 100 casas bem construídas de pedra e tijolos, onde residem as famílias que se dedicam aos vários serviços da propriedade. Para o completo preparo do café de forma a nada mais exigir para ser exportado, tem a fazenda um bom terreiro, rebocado de cal e cercado de tijolos, um seccador destinado a auxiliar o seccamento nos annos chuvosos, uma machina montada com todos os aperfeiçoamentos modernos, sendo todos esses machinismos movidos por força hydraulica, fornecida pelo ribeirão do Prata. [...] A fazenda é servida por duas estações, sendo a mais próxima distante somente 2 kilometros.²⁰⁸

A fazenda em questão, denominada *Laje*, aparecia como uma das principais propriedades produtoras de café do município. Sem embargo, vale indagar: como se formou tal latifúndio cafeeiro²⁰⁹? Nasceu “pronto”, do ponto de vista da extensão territorial, ou frutificou de uma possível reconcentração fundiária?

Visando esclarecer este e outros pontos, vejamos como se desenrolou a trajetória específica do protagonista, simultaneamente ao avanço da economia cafeeira paulista. Em relação ao seu progresso empresarial, nesta ocasião, ainda, como cafeeiro, podemos tomar como ponto de referência o momento situado logo após a morte de seu pai, José Osório de Oliveira, que faleceu em 1880. Segundo biografia realizada por Renato Paes de Barros, “este acontecimento é o marco que assignala o inicio da vida de chefe de família e de cidadão de Christiano Osório”²¹⁰.

²⁰⁸ KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores*: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908. p. 47.

²⁰⁹ De acordo com a classificação proposta por Sérgio Milliet, apoiada em parâmetros anteriores de Caio Prado Junior, existem quatro categorias de propriedades agrícolas: a pequena, de 1 a 25 alqueires; a média, de 26 a 100; a grande, de 100 a 500; e, o latifúndio com mais de 500 alqueires. In: MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 70.

²¹⁰ BARROS, Renato Paes de. Um verão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938. p. 5. Esta biografia foi escrita como uma homenagem prestada por Renato Paes de Barros ao seu sogro Christiano Osório de Oliveira, quando de seu falecimento, em 1938. Reportaremos-nos sempre a mesma quando for necessário – valendo-se do senso crítico requerido para análise dessas biografias lisonjeiras – pois muitos aspectos pessoais foram evidenciados e tratados com minúcia; como, por exemplo, o trecho a seguir, que faz alusão à sua formação escolar: “A velha cidade de Caldas era o centro urbano de toda aquela redondeza. Para lá se dirigiram Christiano Osório e seu Irmão José – promissora inteligência ceifada no Rio de Janeiro, pela febre amarela – para a conquista das primeiras letras. Na escola régia do mestre Flausino, aprendera a ler ao lado do sábio Vital Brasil e de Silviano Barbosa, grande poeta e

À vista disso, vemos que Christiano Osório de Oliveira herdou seu primeiro conjunto de bens, através do recebimento da legítima paterna, no valor de 8:244\$860, aos dezenove anos de idade. Assim, podemos depreender do formal de partilha:

Anno de nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1880, aos oito dias do mês de outubro do dito anno, nesta cidade de Caldas, e caza de residência do Doutor Eugenio de Paula Ferreira, Juiz de Orphãos do Termo [...] o dito juiz ordennou-lhes que procedessem a partilha dos bens deixados do fallecido Capitão José Osório de Oliveira, pela viuva e herdeiros do mesmo, guardando a maior possível igualdade recommendada pela lei. Cujo encargo eles aceitando passaram a fazê-lo pelo modo seguinte: Acharam o monte mor da quantia de cento e quatorze contos, duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e cinquenta e sete réis [114:255\$657]; do qual deduzida a importância do passivo, a saber: a dívida do Tenente Coronel Agostinho José da Costa Junqueira, Rs. 26:079\$325; ao Barão de Caldas, Rs. 4:000\$000; à Joaquim Jose de Oliveira Rs. 800\$000; à Antonio Candido de Oliveira Rs. 272\$000; à Eugenio de Azevedo e Irmão Rs. 695\$670; ao todo Rs. 31:846\$995; ficava sendo o líquido partível da quantia de Rs. 82:448\$662; o qual dividido em duas meiação iguaes era a da viuva inventariante da quantia de Rs. 41:224\$331, e outra igual para os herdeiros, a qual sendo dividida pelos cinco tocava a cada um Rs. 8:244\$860. [...].²¹¹

Diante do referido registro, três aspectos merecem destaque:

a) como já havíamos mencionado, constatamos a existência de avultada dívida passiva nos bens deixados pelo pai de Christiano Osório, montando a casa dos trinta contos de réis; porém, pelo inventário, não conseguimos diagnosticar a finalidade de tais empréstimos, mas, pelo contexto da época, podemos conjecturar que, em grande medida, essa soma destinou-se a investimentos na cafeicultura, uma vez que, em seu inventário, foram arroladas consideráveis quantidades de café colhido, sinalizando a inversão dos capitais em direção à rubiácea;

b) quanto à fonte de captação do dinheiro, observamos que ela adveio do próprio círculo familiar, ou seja, o maior valor devido (26:079\$325), foi emprestado por seu cunhado, o Tenente Coronel Agostinho José da Costa Junqueira – filho de Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, um dos maiores fazendeiros do Sul de Minas²¹²;

brilhante jornalista. Mais tarde, matricularam-se os dois irmãos no Colégio Amaro Nogueira de Baependy, onde fizeram o secundário”.

²¹¹ Formal de partilha extraído do inventário de José Osório de Oliveira (1881). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²¹² A possibilidade de *capitalização*, promovida junto ao seio familiar, visando à formação de cafezais, no Oeste Paulista, foi uma realidade. Para Gustavo Pereira da Silva, “o sucesso da nova empreitada em muito seria facilitado se o indivíduo fosse oriundo de uma família com bom cabedal, o que poderia lhe

c) circunstância interessante, outrora aludida, foi que toda a dívida passiva incidiu à parte herdada pela mãe de Christiano Osório, por intermédio de acordo firmado, consensualmente, entre os herdeiros; mesmo tendo ela recebido bens equivalentes para equiparar o pagamento da dívida, pode-se dizer que ela livrou a herança dos filhos de tal compromisso.

Ratifica-se, ante o exposto, que a capitalização de Christiano Osório, de fato, alicerçou-se em riqueza gestada no âmbito familiar. Tendo seu pai auferido significativo patrimônio, para os padrões da sociedade interiorana de São João da Boa Vista, à época – apesar de não se comparar ainda com as grandes fortunas da elite paulistana – esse primeiro cabedal, recebido via herança, coube-lhe livre de qualquer ônus, em função do acordo entre os herdeiros e a meeira, à qual optou pela unificação e centralização de toda a dívida passiva em sua pessoa.

Todavia, qual teria sido a natureza dos bens herdados pelo jovem Christiano Osório de Oliveira? De acordo com o auto de partilha, o pagamento feito a ele, decorrente de legítima paterna, avaliada em 8:244\$866, compunha-se de:

Um relógio de ouro e trancelin, 150\$000. Um par de esporas de prata, 25\$000. Cinco vacas de corte, 175\$000. Onze garrotes de quatro anos, 330\$000. A vaca de nome Estrelinha, 42\$000. O poldro pampa, de quatro anos, 40\$000. O burrinho de um ano, 30\$000. Duas egoas, 20\$000. Parte na fazenda do Barreiro e Campo, 2:800\$000. Dito na fazenda do Moinho, 2:400\$000. Dito nas benfeitorias desta, 20\$000. O escravo Constantino, creoulo, de vinte anos, 2:100\$000. Dito no café colhido na fazenda da Laje, 37\$866. O que tudo somma a mencionada quantia de 8:244\$866.²¹³

Desta forma, podemos inferir que, com tal herança, iniciou-se a trajetória empresarial de Christiano Osório de Oliveira. Contudo, percebe-se, pelos bens herdados, que a atividade produtiva mais destacada residia ainda na pecuária, cabendo ao café, até então, uma cifra muito pequena, dentre os bens obtidos – dando a entender que, nesta altura, seu percurso como cafeicultor estava apenas no prelúdio.

proporcionar meios de financiamento, considerando que o sistema bancário paulista estava em uma fase embrionária”. In: SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. p. 135.

²¹³ Formal de partilha extraído do inventário de José Osório de Oliveira (1881). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Pela análise do **Gráfico 5**, relativo ao formal de partilha, notamos que a composição da riqueza exprimiu-se, principalmente, pelo ativo terra e escravo, em sintonia com o padrão de riqueza da elite imperial paulista.

Gráfico 5: Composição da riqueza herdada por Christiano Osório de Oliveira (1880).

Fonte: *Arquivo Pessoal*: Documentação de Christiano Osório de Oliveira. Formal de partilha extraído do inventário de José Osório de Oliveira (1881).

Contudo, comparando sua herança e a meação obtida pela sua mãe, Ana Cândida de Oliveira – apresentada no capítulo 1, no gráfico 1 – nota-se uma interessante assimetria: na divisão geral dos bens arrolados no inventário, ele recebeu uma porcentagem de ativo *escravo* cerca de 7% menor, enquanto, deteve 8% a mais em relação ao ativo *bem de raiz*, e 2% a mais também no ativo *animal*. Isso significa que, na divisão dos bens deixados por seu pai, tocou-lhe mais terras e animais, e menos escravos.

Talvez a divisão *não* equânime, dos 24 cativos existentes no espólio de José Osório de Oliveira, esteja correlacionada ao fato de a mãe ter ficado com a incumbência de pagar todos os empréstimos levantados por seu marido, José Osório de Oliveira, e exigindo para isso, não só um volume maior de bens, mas a necessidade de se fazer trabalhar a terra, para saldar as dívidas assumidas – daí a necessidade de conservar a escravaria incólume. Deste modo, todos os cinco herdeiros receberam somente um

escravo cada, condizendo, ao que parece, com certa estratégia arquitetada: a não dissolução do plantel existente.

Desta forma, mesmo seu irmão Affonso – o segundo varão na sucessão – nesse caso com 14 anos de idade, também recebeu somente um escravo, além de não assenhorear nenhum café, como podemos ver pela descrição do auto de partilha:

Pagamento feito ao herdeiro Affonso de sua legitima paterna da quantia de 8:244\$866. Haverá em pagamento: a corrente de ouro para relógio, 15\$000. Um sinete para corrente do relógio, 12\$000. O cavalo manso, 40\$000. O poldro de um anno, 25\$000. Duas poldras de quatro annos, 40\$000. Duas egoas falhadas, 30\$000. Duas vaccas com cria, 84\$000. Duas ditas ditas, 80\$000. Duas novilhas de três annos, 58\$000. Quatro ditas de um anno, 60\$000. O escravo Simplício, creoulo, de dezenove annos, 2:200\$000. Parte na fazenda Barreiro e campo, 2:800\$000. Dita na fazenda do Moinho, 2:400\$000. Dita nas bemfeitorias da mesma, 20\$000. Dita nas cazas dos Poços, 380\$866. O que tudo somma na mencionada quantia de 8:244\$866.²¹⁴

Destarte, podemos indicar que, no período compreendido entre 1880 e 1883 – que se estende da morte do seu pai ao seu primeiro casamento – Christiano Osório dedicou-se às atividades produtivas concomitantes, destacando-se propriamente a *pecuária* e a *cafeicultura*.

Depois de 1880, ele passou a residir na fazenda da Laje, em conjunto com sua mãe e seus irmãos, numa espécie de associativismo familiar. Esta propriedade ficava a dois quilômetros de Águas da Prata, já dentro dos limites do território paulista, no município de São João da Boa Vista. Foi nessa época que, de acordo com Renato Paes de Barros, Christiano Osório de Oliveira passou a dedicar-se a formação de cafezais e criação de gado.²¹⁵

Deste modo, justificam-se os 8% do ativo *animal*, na composição de sua riqueza, exibida no **Gráfico 5**. Os bens herdados por seu irmão revelam, também, a importância assumida ainda pelas atividades criatórias, para a continuidade dos rendimentos. Nesse sentido, poderíamos supor que, decorridos alguns anos, manter-se-ia o peso dos *costumes mineiros*, ou seja, continuariam a dedicar-se tanto à pecuária quanto à produção de gêneros alimentícios variados.

²¹⁴ Formal de partilha extraído do inventário de José Osório de Oliveira (1881). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²¹⁵ BARROS, Renato Paes de. Um varão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938. p. 5.

Nesse ponto de vista, algumas versões historiográficas, acertadamente, revelaram a parcimônia dos investimentos das famílias de origem *mineira* em direção à cafeicultura. Lélío Luiz de Oliveira, acerca da região de Franca, afirmou que esses fazendeiros “assimilaram com parcimônia o empreendimento dos paulistas, sem relegar o comedimento das tradições mineiras. Portanto, o processo de modernização do campo foi controlado, ponderado no limiar entre o novo e o velho”.²¹⁶ Assim, introduzido “em propriedades rurais, com estruturas produtivas tradicionalmente voltadas para o abastecimento do mercado interno, o café, em Franca, passou a ser mais uma das atividades dessa economia diversificada”.²¹⁷ De acordo com tal autor, efetivamente:

Os fazendeiros francanos preservaram o perfil tradicional das propriedades. A habitual auto-suficiência das fazendas, que trazia segurança aos proprietários, foi um fator de manutenção das práticas econômicas arraigadas. Houve resistência em fazer investimentos vultuosos em uma nova lavoura, cujos resultados dependiam dos preços internacionais e da manipulação dos atacadistas. Produzir para o autoconsumo e para os mercados conhecidos era mais seguro.²¹⁸

Assegura-se, nessa lógica, que os mencionados *entrantes mineiros* não investiram apressadamente na lavoura cafeeira, encarada como muito “arrojada” para eles. Optaram por prosseguir produzindo gêneros variados para o mercado interno, e, aos poucos, foram inserindo-se no novo investimento. Nesta direção, uma prática econômica não eliminou a outra; a fazenda de “origem mineira” manteve-se com caráter misto, ou seja, plasmou a produção de gêneros de abastecimento para o mercado interno à produção de café, com destino ao mercado externo.

Por sua vez, Lélío Luiz de Oliveira não deixou de frisar, nesse quadro de transformações, a importância da cafeicultura para a nova lógica da acumulação de capitais:

Concomitante às resistências, a cafeicultura ditou a nova lógica econômica. Mais dinâmica, ligou o município ao mercado externo e promoveu a retroalimentação dos setores destinados ao abastecimento interno. Com isso, velhas forças não foram destruídas, pelo contrário, foram beneficiadas. A cafeicultura, sem se tornar monocultura, por

²¹⁶ OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006. p. 24.

²¹⁷ Ibidem. p. 43.

²¹⁸ Ibidem. p. 44.

consequente, reestruturou a pecuária e a agricultura de abastecimento interno, dando maior fôlego, inclusive, às atividades urbanas.²¹⁹

Sem embargo, outras interpretações foram mais longe, chegando mesmo a afirmar que os *entrantes mineiros* tiveram conduta econômica incompatível com a cafeicultura, ou seja, sua tradição, calcada na fazenda produtora de alimentos variados para o mercado interno, impediu-os de investir no café.

Tal enfoque garante que a: “presença dos mineiros e sua preponderância na população do Nordeste Paulista durou enquanto o gado e a agricultura do excedente dominaram a economia regional”.²²⁰ Com o avanço da cafeicultura, os homens de raízes paulistas voltaram a dominar esse espaço, “desta vez acompanhados de fluminenses originários do vale do Paraíba e pelos imigrantes europeus, dentre os quais se destacam os italianos”.²²¹ Deste modo, admite-se que as levas populacionais, com raiz familiar em Minas Gerais, além de não dedicarem-se a lavoura cafeeira, foram expulsas pelo avanço da fronteira do café.

Tal ótica sustenta, invariavelmente, a existência de uma possível incompatibilidade de perspectivas, em função de mentalidades dissonantes, sendo defrontados *paulistas* de um lado, e *mineiros* de outro, como se lê abaixo:

Vivendo em suas fazendas, necessitados de grandes extensões de terras para a criação de gado e acostumados à largueza dos espaços para sua atividade de caça, os descendentes de mineiros viam com desconfiança o avanço da nova atividade produtiva, cuja técnica não dominavam. O choque entre as duas mentalidades – a de criadores de gado e cafeicultores – realçava as diferenças entre os tipos de organização do trabalho e do estilo de vida de uns e outros, identificados, nesse momento, como mineiros e paulistas.²²²

Quanto a isso, ainda, acentua-se que aos “olhos dos cafeicultores, representantes de uma nova etapa do processo de acumulação capitalista, os ‘mineiros com seus gados’ eram o símbolo do atraso e do entrave à expansão das novas formas de produzir riqueza”.²²³

²¹⁹ Ibidem. p. 24.

²²⁰ BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de Criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 76.

²²¹ Ibidem. p. 76.

²²² Ibidem. p. 88.

²²³ Ibidem. p. 89.

Todavia, o estudo de caso aqui elencado, aponta em outra direção, diametralmente oposta. Nesta mesma época, em São João da Boa Vista, notamos que uma significativa mudança estava em curso, como destacado no item 2.1.

Verdadeiramente, o café passou a canalizar os investimentos de forma mais aguda, de modo que:

A partir da década de 1870, uma conjuntura favorável viria a incentivar a expansão da frente pioneira do café sobre o Nordeste Paulista, ampliando o espaço agrário voltado para a lavoura de exportação. A relativa valorização do café, a abertura do mercado consumidor norte-americano e a disponibilidade técnica das ferrovias como meio de encurtar e baratear o transporte foram incentivos essenciais, que permitiram a paulatina incorporação dessa região à cafeicultura.²²⁴

Esse avanço da cafeicultura pela região, a nossa ver, não excluiu de sua lida os *entrantes mineiros*. Pelo contrário, sustentamos que estes participaram ativamente do incremento dessa nova atividade, no Oeste Paulista, juntamente com outros grupos difusos. Isto ocorreu por meio da participação direta deles na produção, ou através do fornecimento de crédito àqueles que se voltaram ao cultivo da rubiácea, uma vez que possuíam capitais acumulados, preteritamente, em atividades agropastoris e comerciais, desenvolvidas nas fímbrias do mercado interno.

Por isso, conjugamos com as interpretações mais prudentes, que destacam a participação, mesmo que moderada, dos mineiros na constituição da cafeicultura paulista, através de uma prática, na qual, o traço comum foi à associação de culturas produtivas. Consideramos que os primeiros plantadores do Oeste Paulista sustentaram a lavoura cafeeira, em estágio embrionário:

Plantando simultaneamente gêneros alimentícios em suas terras e [usando] a mão-de-obra então disponível para começar seus cafezais. Provavelmente foi mais fácil custear esse investimento no café com a renda gerada pelas vendas de milho, feijão e arroz. Tudo isso permitiu uma expansão muito rápida do café, com baixo custo social e econômico para os agricultores.²²⁵

²²⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 92.

²²⁵ LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 103.

Nesse contexto, Christiano Osório de Oliveira com a fortuna recebida mediante herança passou a angariar cada vez mais terras, com vistas à produção exclusiva de café. Vejamos agora como, esse personagem levou a cabo a montagem da sua fazenda cafeicultora.

O primeiro ponto a destacar é que, no período compreendido entre 1880 e 1890, ele adquiriu doze novas propriedades agrícolas. A primeira (e única) foi mediante permuta e comunhão com membros ligados à família, e, todas as demais, foram decorrentes de compra.

Essas transações revelaram uma ação que, como veremos, tendia ao processo de *reconcentração fundiária*. Tal estratégia foi necessária, não só por conta da fragmentação decorrente da divisão dos bens partilhados no inventário, mas, desenvolveu-se no sentido de um plano previamente arquitetado, com vistas à aglutinação de terras, numa só gleba, com o intuito de facilitar o cultivo do café. Pensamos que, como a finalidade pretendida, mirava a inserção numa atividade agroexportadora; este projeto mostrou-se, com o tempo, o mais adequado.

Assim, em 1881, juntamente com sua mãe, ele permutou parte fazenda do Barreiro, situada em Caldas, com terras da fazenda da Laje, localizada em São João da Boa Vista – constituindo-se, esta última, no domicílio da família Osório de Oliveira, até o falecimento da mãe em 1897.²²⁶

Na escritura de permuta, o Tenente Coronel Agostinho José da Costa Junqueira e sua mulher, Isaura Claudina Affonso Junqueira, juntamente com o Capitão Joaquim Candido da Costa Junqueira e sua mulher, Maria Luiza de Oliveira, trocaram duas partes de terras que possuíam na Fazenda da Laje, contendo benfeitorias, terreiro, casa de morada e *cafezais*, com Ana Cândida de Oliveira, por duas partes de terras que esta possuía na Fazenda do Barreiro. Tais glebas foram assim descritas:

Terras havidas por compra e herança, inclusive as bemfeitorias na fazenda do Barreiro, no retiro e no engenho de serra [...] não compreendendo-se na troca as bemfeitorias em sociedade nos Poços, bem como o pasto de campo no Monjollinho que se acha allugado ao Coronel Diniz [...] assim como pela mesma forma fica reservado duzentos alqueires de terras de matto no correjo do Andrade. [...] Foi dito por Donna Anna Candida de Oliveira, na qualidade de tutora de

²²⁶ Sua mãe, Ana Cândida de Oliveira Junqueira, optou por não casar-se novamente, após a morte do patriarca José Osório de Oliveira. O que notamos foi uma concentração ainda maior das ações no núcleo familiar, a partir desse momento, centralizado pela figura da matriarca. Os filhos passaram a gerir seus investimentos individuais sem, contudo, abrir mão dos negócios em associação familiar, até o falecimento da progenitora.

seus filhos orphãos, por falecimento do Capitão José Osório de Oliveira.²²⁷

Acerca dessa escritura podemos dizer ainda que:

a) o valor desse contrato, realizado na cidade de Caldas, foi estabelecido em 40:000\$000, e não especificava o tamanho da propriedade;

b) as terras permutadas, na fazenda do Barreiro, compunham-se de campos e matos, e lhe couberam em pagamento no inventário do dito Capitão José Osório de Oliveira;

c) as terras que passaram às suas mãos constituíam, em boa parte, a fazenda da Laje, situada em São João da Boa Vista, a qual continha cafezais e terreiros, já sinalizando a atração exercida pelo *café*, e o abandono, mesmo que progressivo, da *pecuária* – que ainda continuou a despertar a atenção dos demais envolvidos no contrato, mais ligados a região do Sul de Minas.

Nessa acepção, outro evento da vida de Christiano Osório, ocorrido na década de 1880, ganhou relevo: seu casamento, em 23 de maio de 1883. Por intermédio deste ato jurídico, consorcia-se “com Dona Rita Hortência de Azevedo, filha do Coronel José Procópio de Azevedo Sobrinho e de Dona Gabriela Amélia de Azevedo”.²²⁸

O Coronel José Procópio de Azevedo Sobrinho, membro da elite local, também compunha aquele conjunto de *entrantes mineiros* que se dirigiram para as plagas paulistas em busca de terras férteis. Porém, ele compôs a corrente demográfica que atingiu a região, já na segunda metade do século XIX, com certeza, por conta da atratividade exercida pelo *café*.²²⁹ Em seu livro de memórias, José Osório de Oliveira Azevedo, afirma que seu avô, José Procópio de Azevedo Sobrinho, rumou para São João da Boa Vista, em 1867, vindo do distrito de São Tomé das Letras, Município de Baependi, Minas Gerais, e, aqui, transformou-se em grande fazendeiro.²³⁰

Não podemos mensurar, efetivamente, a importância do aporte material decorrido do casamento, para a vida econômica de Christiano Osório de Oliveira. Mas, de fato, através deste, como era comum na época, ele aumentou consideravelmente seu

²²⁷ Escritura de permuta (1881). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²²⁸ BARROS, Renato Paes de. Um varão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938. p. 5.

²²⁹ José Procópio de Azevedo Sobrinho possuía, em 1908, mais de 3.500 alqueires de terras, com cerca de 1.200.000 pés de café, no município de São João da Boa Vista. In: KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores*: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908.

²³⁰ AZEVEDO, Jose Osório de Oliveira. *Minhas Memórias*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1975. p. 11-19.

cabedal. Pois, mais do que constituir uma unidade familiar, o matrimônio surgia, nessa sociedade, como uma espécie de ferramenta para a promoção social, e também servia para a manutenção do poder *intra-elite*.

De acordo com Gustavo Pereira da Silva, que estudou a trajetória econômica da família Lacerda Franco o “dote e as heranças foram de substancial importância à formação de investimentos”.²³¹ Esses dois mecanismos, encarados dessa maneira, surgem como formas inerentes de financiamento da economia paulista.

Carlos Guimarães Monti, em sua pesquisa sobre um ramo da família Diniz Junqueira, estabelecido em Ribeirão Preto, obteve conclusões similares. Constatou que tal “família se caracterizou pelo uso de práticas tradicionais para adquirir o seu patrimônio, como o casamento entre a parentela, que possibilitava a manutenção do principal bem de capital da família, a terra”.²³²

Em vista disso, no período de 1883 a 1890, Christiano Osório de Oliveira contraiu os demais imóveis rurais, em número de onze. Dois deles foram comprados em 02 de outubro de 1883, de Manoel Francisco da Silva e Manoela Maria de Jesus, respectivamente. De Manoel Francisco da Silva adquiriu, por 2:000\$000, “cinco partes de terras de cultura na fazenda do Alegre, deste Termo, nos doze alqueires outrora dividido, e comprado por seu finado pae e sogro José Garcia da Silva á Manoel Gonçalves Frederico”, contendo 12.000 pés de café novos e formados. De Manoela Maria de Jesus obteve uma parte de terra de cultura, na mesma fazenda do Alegre, sem nenhum pé de café, mas com uma casa de morada, pelo valor de 199\$250.²³³

Dentre os imóveis comprados, percebe-se, claramente, a orientação que norteou sua ação: a montagem da fazenda cafeeira. Assim, vemo-lo adquirir, em 02 de setembro de 1886, de Antonio Vicente de Souza, mais uma sorte de terras de cultura, contendo 5.916 cafeeiros, duas casas de morada, sendo uma coberta de telha e outra coberta de capim, pelo preço de 2:866\$000.²³⁴ Visando elucidar ainda mais o processo de

²³¹ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. p.134.

²³² MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. p. 18.

²³³ Escritura de compra e venda de terra (1883). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²³⁴ Escritura de compra e venda de terra (1886). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

integração de propriedades, desenvolvido por Christiano Osório, confeccionamos a **Tabela 10**, elencada logo abaixo.

Tabela 10. Propriedades adquiridas por Christiano Osório de Oliveira, 1883-1890.

Ano	Transmitente	Título	Unido ao Imóvel	Alq.	Valor (Rs.)
1883	Manoel Francisco da Silva	Compra	Fazenda do Alegre	-	2:000\$000
1883	Manoela Maria de Jesus	Compra	Fazenda do Alegre	-	199\$250
1886	Domiciano José Marcelino	Compra	Fazenda do Alegre	2	1:000\$000
1886	Antonio Vicente de Souza	Compra	Fazenda do Alegre	6	2:866\$000
1886	Antonio Bernardes Diniz	Compra	Fazenda do Alegre	0,5	400\$000
1887	Joaquim Pires de Lemos	Compra	Fazenda do Alegre	3	300\$000
1888	João Francisco da Silva	Compra	Fazenda do Alegre	1	70\$000
1889	Francisco Mariano Parreira	Compra	Fazenda do Alegre	22	10:000\$000
1890	João Cabral de Vasconcellos	Compra	Fazenda do Alegre	50	7:000\$000
1890	Francisco Pereira da Silva	Compra	Fazenda do Alegre	2	500\$000
1890	Vicente José Bernardes	Compra	Fazenda do Alegre	1,5	150\$000

Fonte: Arquivo Pessoal: documentação de Christiano Osório de Oliveira. Escrituras de compra de terra.

No total, como aludido, ao longo de década de 1880, ele angariou onze quinhões de terra. Todos foram descritos, detalhadamente, como próprios para o cultivo de café; juntos, eles integralizaram cerca de 100 alqueires de terra – somando-se somente as partes que tiveram a dimensão especificada – e despenderam uma soma superior a 24:000\$000 para à aquisição. Importante frisar que todos os negócios foram quitados com moeda sonante, e, nesse interstício, não se encontrou nenhum empréstimo constituído em seu nome.²³⁵ Vale frisar que tais propriedades foram incorporadas numa única gleba, ou seja, na respectiva fazenda do Alegre.

O *rush* cafeeiro que atingiu São João da Boa Vista, no segundo quartel do século XIX, fomentou não só o mercado de terras, mas também o mercado de trabalho. É sabido que nesse momento o Brasil enfrentou os desideratos da campanha pela abolição.²³⁶ À vista disso, há que se evidenciar que, essa região, presenciou de perto o delicado contexto perpassado pela transição da mão de obra escrava, para a designada *assalariada*. Tais desdobramentos foram agravados, do ponto de vista exclusivo dos

²³⁵ Pesquisamos os cartórios de todas as localidades onde ele possuía propriedades, a fim de saber se tinha constituído alguma hipoteca ou penhor agrícola, nesse contexto, porém, não nos deparamos com nenhuma escritura de empréstimo ou aporte de capital.

²³⁶ Desde a proibição do tráfico negreiro, em 1850, viu-se inflacionar o preço dos cativos, ainda mais nas zonas cafeeiras, em função de demandarem mais mão de obra. Além da pressão abolicionista e das revoltas dos escravos, que se tornam mais constantes na última década escravista, faz-se necessário mencionar as leis imperiais que almejaram o fim do trabalho escravo como, por exemplo, a Lei do Ventre Livre, decretada em 1871, e a Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885. Todos esses fatores contribuíram de forma sistemática para a configuração do contexto da época.

fazendeiros, ainda mais, em decorrência do acelerado desenvolvimento econômico regional fomentado pelo café.

Vários estudiosos salientaram ter existido uma íntima relação entre a expansão da lavoura cafeeira e o crescimento do número de os escravos.²³⁷ Assim sendo, o crescimento da cafeicultura foi seguido de perto pelo aumento – ainda que moderado, talvez por conta da utilização do trabalho dos imigrantes – do número de escravos registrados em São João da Boa Vista, que passou de 2.042 cativos, em 1874, para 2.363, no ano de 1885.²³⁸

Por esse ângulo, e considerando-se a imprescindibilidade do elemento servil para a exploração da faina cafeeira, uma pergunta vem à tona: qual sistema de trabalho utilizado por Christiano Osório, nessa conjuntura? Tendo em vista que ele recebeu somente um escravo, via herança paterna, teria ele já se valido do trabalho do imigrante “livre”? Ou comprado novos escravos no mercado interprovincial?

Pelos dados arrolados, podemos salientar que a opção do trabalho do imigrante não foi à tônica dada por ele, quanto ao desenvolvimento da cafeicultura; uma vez que não encontramos nenhuma menção ou relato de existência de “colônias”, (como eram denominadas as residências exclusivas para abrigar os imigrantes), em suas posses, até 1888.

Destarte, as informações compulsadas ilustram a ação de um empresário do café em sintonia com seu tempo, ou seja, recorrendo ao trabalho cativo para abrir as primeiras plantações da rubiácea. A observância da escritura abaixo referenda esta suposição:

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura publica de venda e compra virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1884, aos 4 dias do mês de dezembro do dito anno, nesta cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, em meu cartório compareceram com vendedor outorgante Gabriel Jose Ferreira, e como compradores outorgado Christiano Osório de Oliveira e sua mãe Dona Anna Cândida de Oliveira representada pelo seu procurador dito Christiano Osório de Oliveira, todos residentes neste termo [...]. E por ele outorgante vendedor lhe foi dito [...] que hé senhor e legítimo possuidor dos escravos seguintes: Vicente, crioulo, idade 20 annos, solteiro, rosseiro, matriculado com os números 755 da matricula geral e 14 da relação, matriculado na Collectoria de Caldas,

²³⁷ SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888). São Paulo: IPE/ USP, 1980. p. 19. LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 93.

²³⁸ Reproduziremos, mais adiante, os números relativos ao crescimento da população do Município, bem como sua relação com a expansão da cafeicultura e da ferrovia.

em 31 de maio de 1872 e averbado na Collectoria desta cidade a 16 de fevereiro de 1880. Vicência, crioula, idade 25 annos, solteira, serviço domestico, matriculada com o nº 1451, e 19 da relação; acompanha outra, sua filha ingênua de nome Aguida, cor preta, idade de 10 meses mais ou menos, matriculada com o nº 1208 em de março do corrente anno. Miguel, cor preta, idade 34 annos, rosseiro, casado e matriculado com o nº 1439, e 6 da relação, e sua mulher Joana, cor preta, idade 25 annos, mulher de Miguel, rosseira, matriculada com os nº 1450, e 18 da relação, em 23 de setembro de 1872, acompanhando este casal de escravos seus filhos ingênuos de nomes Cândida, cor preta, idade de 2 annos mais ou menos, matriculada com o nº 1050 em 9 de abril 1882, e Lino, cor preta, idade de 3 annos mais ou menos, matriculado com o nº 1259 em 10 de setembro do corrente anno; e Felipe, crioulo, idade 34 annos, solteiro, rosseiro, matriculado com o nº 81 em 30 de agosto de 1872, e averbado em nome do vendedor no dia de hoje, e Domingos crioulo, idade 19 annos, solteiro, lavrador, matriculado com os nº 1454 e 22 da relação, todos em 23 de setembro de 1872, nesta Collectoria: que dos escravos Vicente e Vicência faria venda ao comprador Christiano Osório de Oliveira pela quantia de Rs. 1:333\$332, acompanhando a escrava Vicência sua filha ingênua de nome Aguida; e dos escravos Miguel e sua mulher Joana, Felipe e Domingos, delles faria venda a compradora Dona Anna Cândida de Oliveira pela quantia Rs. 2:666\$668, acompanhando o casal de escravos Miguel e Joana seus filhos ingênuos Cândida e Lino, cujos valores das vendas retro declaradas, o outorgante recebeu dos compradores em moeda corrente de que lhe dava quitação [...].²³⁹

Consoante à escritura de compra e venda exposta constata-se que:

- a) a aquisição de seis escravos adultos, acompanhados de três ingênuos, pelo valor de 4:000\$000, em conjunto com sua mãe;
- b) a quase totalidade dos escravos destinavam-se a faina rural, cabendo destaque a ocupação de *rosseiro* e *lavrador*;
- c) os escravos provinham da cidade de Caldas, no Sul de Minas Gerais, coadunando com as proposições que assinalam a maior pujança do Oeste Paulista, nesse momento;
- d) a nosso ver, os baixos preços alcançados pelos cativos devem-se, sobretudo, a três fatores: primeiro, o plantel estava composto por 1/3 de elementos que não se encontravam em idade produtiva; segundo, o risco do negócio, pois se caminhava para o eclipse da escravidão; terceiro, o fato de os compradores terem quitado a compra em moeda corrente e à vista.

Todavia, esta consideração acerca da utilização do trabalho cativo, por Christiano Osório, com o fito de plantar os primeiros cafezais, merece ponderações;

²³⁹ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 18. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista. p. 201-202v.

pois, sabemos que a despeito de estarem comprando escravos, ao que tudo indica para essa finalidade, há que se lembrar de que os cativos surgem ainda, nesse momento, como importante ativo, no cômputo geral da riqueza, e, por isso, o recorrente aparecimento mais categórico dos escravos na documentação pesquisada.

Nesse sentido, claro, nada impede de existirem lacunas quanto ao uso de contratos de trabalho de outra natureza como, por exemplo, a *parceria* ou o *colonato* – ainda que, nas fontes cartoriais, não encontramos nada com tal conteúdo.

Com isso queremos denotar que não descartamos a possibilidade de ele ter se valido do trabalho assalariado, visto que, alguns especialistas no assunto, sustentam que o “primeiro grande salto da expansão cafeeira de São Paulo, entre 1876 a 1883, quando dobra a capacidade produtiva do café, já seria feito, parcialmente dentro de relações capitalistas de produção”.²⁴⁰

Mas, voltando à questão da terra e da transformação nos padrões de acumulação da economia local, em que medida se pode atestar a transformação do *mineiro* Christiano Osório de Oliveira, em cafeeiro no território paulista? Isto é possível, mais uma vez, recorrendo-se à análise documental.

Assim, temos duas constatações que confirmam, não só a transformação da fonte alimentadora principal de sua riqueza – em função dos investimentos realizados diretamente na cafeicultura – mas, também, corroboram com a ideia de progressivo abandono da produção de alimentos para o mercado interno, em detrimento da atividade cafeeira com vistas ao mercado externo.

Primeiramente, esta conversão na procedência dos ganhos que engrandeciam seu patrimônio pode ser elucidada através da análise do inventário de sua primeira mulher, Rita Hortência de Azevedo, que faleceu, prematuramente, em 1884, em virtude de problemas no parto do primogênito do casal.²⁴¹ Assim, apenas quatro anos depois de

²⁴⁰ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 35. Neste sentido o autor afirma: “Deve-se notar que efetivamente a expansão cafeeira escravista em São Paulo teve fôlego curto. A duplicação do cafezal, entre 1876 e 1883, implicava que as colheitas, a partir de 1881, reclamassem braços. Contudo, o plantel de escravista em São Paulo manteve-se, entre 1873 e 1883, em torno de 174 mil escravos. No mesmo período, o número de imigrantes europeus saltava de 11 mil para 33 mil, solucionando em grande parte o momentâneo problema”. In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.65.

²⁴¹ O recém-nascido sobreviveu ao evento. Cabe mencionar que, depois disso, “Christiano Osório contraiu segundas núpcias com Gabriella Ribeiro de Oliveira, filha de João Francisco Ribeiro da Silva e Maria Rosa de Jesus Moreyra. Gabriella Ribeiro nasceu em 18 de março de 1872, em Caconde-SP e faleceu em 16 de setembro de 1953, em São João da Boa Vista-SP. Tiveram 11 filhos”. In: MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004. p. 719. Apesar da insistência, até o presente momento, não conseguimos encontrar a data desse segundo matrimônio.

receber a primeira fortuna, com este inventário, surgiu à circunstância adequada que nos proporcionou uma escala de referência segura para tecermos as devidas comparações, sobre a real situação, ao longo do tempo, da origem dos bens que constituíam sua riqueza.

Neste inventário, nota-se um significativo aumento da fortuna – que triplicou em relação à riqueza herdada, em 1880. O montante inventariado superou a casa dos 27:000\$000. Os bens de raiz arrolados foram os seguintes: um cafezal, no lugar denominado *Alegre*, deste termo, contendo 7.000 pés de café formados, a \$700 o pé, que pertenceu outrora a Manoel Pereira, por 4:900\$000; outro cafezal, unido ao primeiro, que houve do dito Manoel Pereira, contendo 1.500 pés de café, de três anos, a \$300 o pé, por 450\$000; outro cafezal, no mesmo lugar denominado *Alegre*, do lado de cima da estrada que vai para a cidade de São João da Boa Vista, que houve do mesmo Manoel Pereira, contendo 1.500 pés de café formados, por 900\$000; uma parte de terras, na mesma fazenda do Alegre, e três casas nessa mesma parte de terra, sendo uma de moradia, coberta de telha, por 500\$000; parte no cafezal formado, na fazenda da Aliança, deste termo, propriedade do Capitão José Procópio de Azevedo Sobrinho, que a inventariada houve por herança de sua finada mãe, por 2:000\$000; em terras da referida fazenda da Aliança, que a inventariada também recebeu via herança materna, por 1:312\$000; uma parte de terras na fazenda do Barreiro, em Poços de Caldas, província de Minas Gerais, composta de matas e campos, por 200\$000; em terras da fazenda da Laje, deste município de São João da Boa Vista, em comum com Ana Cândida de Oliveira Junqueira – mãe do inventariante Christiano Osório de Oliveira – por 6:200\$000; 300 arrobas de café, por 300\$000; somando, assim, os bens imóveis rurais, o valor de 17:992\$000.²⁴²

Havia, dentre os demais bens do casal, os seguintes itens: 4 escravos (Tobias, com 23 anos; Amadeu, com 23 anos; Constantino, com 24 anos; e, Deolinda, sem idade mencionada), por 4:000\$000. O número de 64 animais, sendo: 31 bois de corte, por 775\$000; 16 bois de carro, por 637\$000; 6 vacas, por 250\$000; 5 garrotes, por 74\$000; 1 touro, por 25\$000; 1 burro, por 40\$000; 4 cavalos, por 390\$000; perfazendo o total de 2:191\$000. A existência de três créditos a receber, ou seja, três dívidas ativas, no valor de 2:478\$000. Ainda, mais bens imóveis diversos no valor de 828\$000.²⁴³

²⁴² Formal de partilha extraído do inventário de Rita Hortência de Azevedo Oliveira (1884). *Arquivo Pessoal*: Documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²⁴³ *Ibidem*.

Desta forma, podemos notar que a riqueza passou a se fundamentar, de fato, no café. Contudo este ainda aparecia mesclado com a pecuária – a despeito de esta última atividade representar um valor irrisório, frente às plantações da rubiácea. O padrão de acumulação, visivelmente, metamorfoseou-se. Vale notar que, além de ter plantado anteriormente café, parece ter se valido de outra estratégia: a decisão de comprar lavouras já “prontas”, de modo a eliminar etapas, objetivando, mais rapidamente, ascender à condição de cafeicultor.

A transformação em direção à cafeicultura decorre, ao mesmo tempo, como causa e consequência do aumento do seu patrimônio – o qual, de acordo com o **Gráfico 6**, apresentado abaixo, perfez a seguinte composição: 65% concernente aos *bens de raiz* (onde foi inserido tudo relacionado ao café); 15% referente ao ativo *escravo*; 9% alusivo a *dívida ativa*, ou seja, em valores a receber de empréstimos efetuados por ele; 8% da riqueza em *animais*; e, 3% em *bens móveis*.

Gráfico 6. Composição da riqueza do inventário de Dona Rita Hortência de Azevedo Oliveira (1884).

Fonte: *Arquivo Pessoal*: Documentação de Christiano Osório de Oliveira. Formal de partilha extraído do inventário de Rita Hortência de Azevedo Oliveira (1884).

Nesse sentido, e de forma subsidiária, podemos elencar uma segunda fonte histórica que revelou, categoricamente, a predileção dos investimentos de Christiano

Osório de Oliveira pela cafeicultura. Assim, temos a escritura de compra realizada em 1890, na qual adquiriu:

Metade da Fazenda da Prata, contando casa de morada coberta de telha, parte assoalhada, com uma porta e uma janella de frente, mais duas casas cobertas de telha, sendo uma no pasto e outra para colonos, um moinho com casa, um monjollo, pasto fechado de cerca e parte em aberto, cinquenta alqueires de terra, em matta virgem, capoeiras, cafezaes e pastos, estando plantados com cafesaes quatro e meio alqueires [...] ficam comprehendidas na presente venda todas as benfeitorias existentes nas ditas terras [...] e excluidas todas as demais roças de milho, canna e mandioca.

Evidencia-se, portanto, o favoritismo dado à lavoura cafeeira nas suas negociações; e, de outro lado, percebe-se a circunstancial renúncia pelas demais atividades, quase todas voltadas à produção de alimentos. Diante do exposto, até aqui, pode-se afirmar que o foco de sua ação empresarial, ao longo da década de 1880, foi a montagem da fazenda cafeeira. Tal prática deu-se por intermédio de concentração fundiária, ou seja, partindo de uma primitiva fazenda, foram progressivamente anexadas várias glebas heterogêneas (de proprietários, áreas, e localizações diversas), que compuseram os quadros da grande unidade produtiva, destinada ao café.

Este processo histórico de organização da fazenda cafeeira, estritamente marcado pela reconcentração da terra, também, foi percebido por outros estudiosos. Octavio Ianni analisando a formação histórica da região de Sertãozinho, intimamente influenciada pelo avanço da fronteira do café, frisou que:

Foi assim que as pequenas propriedades foram diminuindo para se incorporarem na formação de médias e grandes fazendas. No decurso dos anos de 1880 e 1890, o maior comprador de terras e de pequenas propriedades foi o Dr. Henrique Dumont, no princípio, e depois a Cia. Agrícola Fazendas Dumont. [...] De 1890 a 1900 o maior comprador de terras e pequenos sítios de diversos proprietários foi o Cel. Francisco Schmidt, que comprou pelo menos onze fazendas.²⁴⁴

Dessa maneira, Octavio Ianni salientou que, “à medida que avançava a monocultura cafeeira, ocorria à ocupação e concentração da propriedade fundiária e a formação de grandes empresas agrícolas”.²⁴⁵

²⁴⁴ IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. p. 13.

²⁴⁵ Ibidem. p. 14. A formação de grandes propriedades não exclui, a nosso ver, o surgimento e desenvolvimento correlato de médias e pequenas propriedades também dedicadas à produção cafeeira.

Nesta chave, portanto, operou-se a conexão com as linhas do mercado internacional, proporcionadas pelas crescentes quantidades de café exportadas, que gerou a alteração substancial da estrutura fundiária, principalmente naquelas localidades onde se encontravam as unidades produtivas. Em tais regiões, os agentes econômicos capazes de acompanhar tal transformação, fomentaram esse processo, tencionando a reconcentração de terra e compondo os quadros da grande propriedade.

Ademais, Ernesta Zamboni, verificou processo análogo. Esta autora demonstrou que as “grandes unidades produtoras de café, na área de Ribeirão Preto, originaram-se da aglutinação de unidades territoriais ou da fragmentação de extensas propriedades”.²⁴⁶ Afirmar que o “*retalhamento* e a *aglutinação* do primitivo latifúndio, com a penetração da frente pioneira do café, formaram um novo tipo de grande propriedade, onde a terra passou a ser intensamente aproveitada com lavouras de café”.²⁴⁷ E, além disso, ressaltou que a cafeicultura “solidificou a grande propriedade e modificou sua estrutura interna”.²⁴⁸

Reforçando essa ideia, Carlos Bacellar, afirma que, com a cafeicultura, a terra passou por um processo bastante generalizado de concentração, de forma a ensejar o aparecimento de grandes fazendas. Assim, reverteu-se à tendência natural de fragmentação com o passar das gerações, que se observou naquelas regiões de ocupação mais antiga.²⁴⁹

Desta forma, o latifúndio cafeicultor não nasceu pronto. Nem mesmo o grande fazendeiro, altivo e soberano, se fez do dia para a noite. Ambos são resultados de um processo histórico calcado na longa duração e engendrado por circunstâncias que vão além da simples ambição, da força de vontade e do espírito empreendedor que, muitas vezes, aparece guiado unicamente pelo saber-fazer individual. Ou seja, mais do que o mérito particular foi necessária a concorrência de várias circunstâncias específicas para resultar na configuração de tais empreendimentos.

Em regiões de ocupação antiga, como a de São João da Boa Vista, assistiu-se, ao longo do tempo, ao incontestado retalhamento da terra, em função, principalmente, do tipo

²⁴⁶ ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900): uma contribuição ao estudo da estrutura agrária*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo: São Paulo, 1978. p. 5.

²⁴⁷ Ibidem. p. 99.

²⁴⁸ Ibidem. p. 5.

²⁴⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 93.

de sucessão hereditária dos bens.²⁵⁰ Esta fragmentação sucessória das terras conduziu ao fracionamento da grande propriedade, resultando no retalhamento congênito das antigas sesmarias, que nos primórdios da exploração desse território deram origem à região. Essa fragmentação foi fruto ainda do alargamento do mercado de terras que, em decorrência da dinamização da economia, encetou, cada vez mais, as negociações de compra e venda dessa mercadoria.

A grande fazenda cafeeira, com mais 500 alqueires, frutificou de um complexo jogo de relações sociais e econômicas. Todavia, o elemento primordial que favoreceu a essa reconcentração fundiária, nas regiões mencionadas acima, se deu em função da integração da economia local às linhas do mercado mundial, via exportação cafeeira.

Essa mercadoria, o café, possibilitou a conexão da região à cadeia mercantil do produto, que estava situada, em sua maior parte no exterior, fora da esfera nacional. Esta cadeia – segundo observaram Braudel e Wallerstein – passou a ser cada vez mais ampliada, com vistas à lucratividade, distanciando os elos setoriais que eram formados, por exemplo, pela produção, financiamento, transporte e comercialização desse artigo, que se realizava, sobretudo, nos mercados da Europa e América do Norte.²⁵¹

Como uma espécie de toque de condão, a internacionalização da economia regional possibilitou, na base da pirâmide – situada nas cidades do interior paulista, especializadas na produção da rubiácea – novo impulso à grande propriedade. Esse estímulo foi captado e assimilado por agentes econômicos abastados, análogos ao aqui estudado. Estes conseguiram sintonizar sua ação empresarial à escala da comercialização mundial do café.

No caso de Christiano Osório de Oliveira, isso se viabilizou por dois motivos, já mencionados: em decorrência da acumulação prévia de capital, auferida no âmbito familiar; e, em função do casamento, que lhe possibilitou ampla capitalização. Através dessas estratégias, tal agente econômico, conseguiu adentrar com êxito na cafeicultura,

²⁵⁰ Quanto ao sistema de herança adotado no Brasil, vale dizer que a “fragmentação das propriedades no decurso de apenas uma ou duas gerações era resultado da prática recorrente do modelo sucessório português, largamente igualitário, onde cada herdeiro, independentemente de sexo, idade ou estado civil, tinha respeitados seus direitos a receber legítimas de igual valor às de seus irmãos”. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999. p. 102.

²⁵¹ VIEIRA, Rosângela de Lima. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929. In: Vieira, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

num momento oportuno. Por esse motivo, ele não somente manteve, mas também expandiu, concentrando ainda mais riqueza.

Foi imprescindível, nesse caso, uma ação empresarial com relação a fins, visando à montagem da grande fazenda de café. Christiano Osório de Oliveira estabeleceu conduta astuciosa de concentração fundiária, na qual, valendo-se da propriedade herdada, que funcionou como espécie de *eixo-central*, passou a aglutinar as pequenas propriedades ao seu redor, configurando, ao final, uma grande unidade cafeicultora.

Dessa forma, podemos sustentar que reuniu condições e requisitos indispensáveis para esse salto: encontrava-se "bem situado", do ponto de vista da hierarquia social, no momento em que ocorreu o *boom* cafeeiro na região de São João da Boa Vista, por volta da década de 1880. Não somente pelo fato de ter adquirido terra e escravo através de herança; mas, também pelo fato de ele ter sido membro de uma importante família da elite regional, proporcionando-lhe, além de riqueza, status para (promover) bons casamentos.

Em nossa interpretação, a clivagem da riqueza da família Osório de Oliveira, dos gêneros de abastecimento interno ao café, cristaliza-se com a trajetória de Christiano. Vários eventos confirmaram essa mudança do padrão de acumulação, que foi das atividades agropastoris à cafeicultura. Pelo prisma da história econômica brasileira, concretiza-se, em suma, um movimento mais dilatado: a transferência dos investimentos do Sul de Minas para Oeste Paulista. Christiano Osório revelou-se expressão de parte deste processo, singularizando tais transformações no tempo e no espaço.

Na **Figura 4**, posicionada em seguida, apresentamos os detalhes dessa trajetória econômico-financeira que serão apresentados no decorrer do trabalho.

Figura 4: Trajetória e aquisição de terras de Christiano Osório de Oliveira.

2.3- A cafeicultura como núcleo da riqueza

Com a dinamização crescente dos negócios, ensejada pela cafeicultura, principalmente, depois de 1890, observamos Christiano Osório alargar seus investimentos, tanto na esfera rural quanto na urbana. A aquisição de novas terras continuou ao longo da última década do século XIX e no primeiro decênio do século XX – aliás, a obtenção de terras não cessou, tendo prosseguido até seu falecimento, em 1938; ela constituiu-se em uma constante de sua ação empresarial, isto é, a despeito de diversificar seu capital para os segmentos urbanos, ele nunca deixou de investir em novas terras, e, assim, lograr maior renda fundiária.

Dessa forma, Christiano Osório de Oliveira comprou mais quatro partes de terras no município de São João da Boa Vista, entre 1894 e 1896, que foram anexadas à Fazenda do Alegre: a primeira, de João Baptista de Souza Benevides, com 18 alqueires, 4.000 pés de café e casas de madeira, por 10:000\$000; a segunda, de João Moreira de Andrade, contendo um cafezal, porém sem maiores informações referentes ao número de pés e dimensão, por 800\$000; a terceira, de Manoel Paiva, constituía-se de parte de terras do Sítio das Rochas, que fazia divisa com terras do comprador na Fazenda do

Alegre, possuindo 3 alqueires de terras, casa de morada e 2.000 pés de café, por 6:000\$000; a quarta, de José Pio do Amaral, também foram desmembradas do Sítio Rochas, e continha 8 alqueires de terras, com 4 casas de morada, sendo três coberta de telhas e uma de capim e 12.000 pés de café, entre novos e formados, e, um açude, por 8:000\$000.²⁵²

O café se constituiu na alavanca que permitiu ao Estado de São Paulo superar sua situação de ruralidade. Isso se deu apesar de ter havido o alargamento de suas plantações e, conseqüentemente, de sua área agrícola. O fato é que parcelas dos lucros auferidos com a venda do café foram canalizadas aos centros urbanos, e materializaram-se nas cidades, ativando a vivência urbana, desde os pequenos núcleos citadinos do interior até a capital de São Paulo, onde o ritmo destas transformações foi muito mais intenso.

Nesse sentido, dois eventos relativos à trajetória empresarial de Christiano, ganham destaque: primeiramente, sua efetiva instalação no meio urbano, mediante compra de um imóvel, em 1896, no centro da cidade de São João da Boa Vista, assim já sinalizando incipiente diversificação de seus investimentos; em segundo lugar, na década de 1890, seu estabelecimento, realmente, como grande cafeicultor, rendendo-lhe significativa *ascensão social* – ocasião em que recebeu indicação para compor os quadros do poder político republicano local, em 1893, ocupando o cargo de Tenente, do 124º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional.²⁵³ Tal circunstância pôde ser confirmada através da análise dos bens arrolados pelo falecimento de sua mãe, em 1897, com a qual possuía sociedade, como já mencionado anteriormente.

Em relação à compra do imóvel urbano, constatamos que o então Major Christiano Osorio de Oliveira adquiriu de Nicolau Rehder e sua mulher, uma casa de sobrado, por 25:000\$000. O referido *bem* foi assim descrito pela escritura de compra e venda:

²⁵² Escrituras de compra de terras (1894; 1894; 1896; 1896). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²⁵³ *O ESTADO DE S. PAULO*. São Paulo, 18 fev. 1893. p. 1. Deste modo, a “base do poder vem, senão da propriedade, pelo menos da riqueza”. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 39. Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que, deveras, o fundamento da estrutura coronelística residia na posse de bens de fortuna. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. FAUSTO, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III, V. 8. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. p. 172-212.

Uma casa de sobrado, nesta cidade e freguesia situado a Praça de José Bonifácio, esquina da rua São João, com tres portas e quatro janellas para o Largo, e cinco janellas e uma porta no pavimento inferior do lado da rua de São João, e seis janellas no pavimento superior, do mesmo lado, toda forrada e assoalhada, com grande comodo e armação para negocio, quintal todo fechado, contendo estrebaria com um pequeno quarto, e bem assim uma casa para deposito nos fundos da casa de José Dias Paschoal, e um pequeno terreno atrás da estrebaria, confrontando pelo lado de cima com José Dias Paschoal e Luiz Caggiano e pelos fundos com os vendedores.²⁵⁴

Houve, portanto, com tal evento, mudança significativa na sua trajetória socioeconômica: não se circunscreveu somente à especialização da produção cafeeira; passou também a atuar no âmbito da cidade, em negócios que nitidamente extravasaram a porteira da fazenda, ressaltando, assim, uma característica “congenita” dos empresários ligados ao grande capital cafeeiro, ou seja, a diversificação de sua riqueza, para além da atividade cafeeira.

Renato Paes de Barros, em sua breve biografia, afirma que, neste contexto, apesar de Christiano Osório ser lavrador de linhagem, e de vocação, entretanto, não deixou de ser atraído, pelo comércio.²⁵⁵ No entanto, não obtivemos maiores informações acerca desse “primeiro ramo comercial” praticado por ele. Todavia, ao que tudo indica, deveria ser algo relacionado ao gênero de *secos e molhados*, pelo qual vendia os mais variados produtos, atendendo a demanda, tanto do meio urbano, quanto rural.

Quanto à sua condição de cafeicultor, pode-se enfatizar que, em tal contexto, ocorreu nítida especialização da riqueza, ensejada por esta lucrativa atividade econômica. A cafeicultura, a partir de então, revelou-se em um dos elementos primordiais do processo de multiplicação da riqueza privada. Isso pode ser comprovado pela análise dos bens deixados no inventário de sua mãe, Ana Cândida Junqueira de Oliveira, que faleceu em 1897, em São João da Boa Vista.

Dentre os bens de raiz arrolados, ela possuía: um chalé urbano, em Poços de Caldas, avaliado em 25:000\$000; as terras da fazenda da Laje, por 120:000\$000; os bens existentes na fazenda da Laje: uma casa de vivenda e anexos, por 12:000\$000; 34 casas de colonos, para duas famílias, por 34:000\$000; 3 casas, por 1:500\$000; 4 casinhas no terreiro de café, por 1:000\$000; duas casas para tulhas, por 1:200\$000; um

²⁵⁴ Escritura de compra e venda. Livro de Notas nº 42. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista (SP). p. 24v-26.

²⁵⁵ BARROS, Renato Paes de. Um varão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938. p. 5.

paioi novo e chiqueiro por acabar, por 700\$000; uma olaria, com forno, por 600\$000; um cafezal, com 77.532 pés, por 20:738\$400; outro cafezal, com 23.071 pés, por 23:071\$000. As terras do sítio João de Aguiar, por 30:000\$000; um cafezal, neste mesmo sítio, com 13.833 pés, por 14:235\$685. A quantia de 656 arrobas de café em coco, avaliada em 12\$000 cada arroba, por 7:872\$000. O valor dos bens imóveis (rurais e urbanos) superou a casa dos 290:000\$000. Em relação aos bens móveis vale citar a existência de uma máquina de beneficiar café, avaliada em 20:000\$000, e, como parte desta, mais um secador e moinho, por 13:000\$000. Possuía, também, 11:068\$000 em dinheiro sonante; e, o número de 83 animais, sendo 59 bois de carro, 12 porcos, 9 vacas e 3 burros, tudo por 6:925\$000.²⁵⁶

Destarte, o monte-mor foi avaliado em 345:161\$000. Segundo o **Gráfico 7**, exposto abaixo, a composição da riqueza compôs-se da seguinte maneira: 85% concernente aos *bens de raiz* (englobando tudo relativo ao café e o imóvel urbano); 10% referente aos *bens móveis*; 3% em *dinheiro* vivo; e, 2% da riqueza em *animais*.

Gráfico 7. Composição da riqueza de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897).

Fonte: Arquivo Pessoal: Documentação de Christiano Osório de Oliveira. Formal de partilha extraído do inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897).

Evidencia-se, assim:

a) um considerável aumento da fortuna familiar;

²⁵⁶ Formal de partilha extraído do inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897). *Arquivo Pessoal*: Documentação de Christiano Osório de Oliveira.

- b) a riqueza passou a assentar-se, de fato, na cafeicultura;
- c) o abandono latente das atividades criatórias;
- d) o expressivo valor atingido pelas terras, bem como pelas benfeitorias incluídas em tais imóveis rurais, cabendo proeminência às casas de colonos e aos maquinários de beneficiar café.

Gráfico 8. Importância do ativo *café*, no cômputo dos *bens de raiz*, do inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897).

Fonte: Arquivo Pessoal: Documentação de Christiano Osório de Oliveira. Formal de partilha extraído do inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897).

Para melhor avaliarmos o peso da atividade cafeeira, frente ao conjunto do patrimônio da inventariada, fracionamos os bens de raiz, em *bens imóveis rurais*, *bens imóveis urbanos* e os ativos que se referem exclusivamente ao *café*, ou seja, pés de café e café em coco, existentes no inventário. Desta maneira, observa-se, mediante a análise do **Gráfico 8**, apresentado acima, que a atividade cafeeira, no conjunto total dos bens de raiz, representa a expressiva cifra de 21%. Constituindo-se, assim – sem contar as demais benfeitorias como, por exemplo, casas de colonos, tulhas, terreiros e maquinários – no núcleo da acumulação de capital dos Osório de Oliveira, transformando-se na base principal de sua riqueza, naquele momento.

Contudo, neste inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira, o mais interessante a se ressaltar foi à constatação de que os bens arrolados estavam em sociedade com o também herdeiro, Christiano Osório de Oliveira. Assim, antes de se realizar a divisão do patrimônio entre os quatro herdeiros, isto é, entre Christiano e seus

três irmãos, deduziu-se a metade dos haveres existentes na sociedade entre ele e sua mãe.

Os bens da sociedade somaram o valor de 233:124\$800. Estes se compunham das terras e benfeitorias da fazenda da Laje; do sítio João Aguiar; e, do chalé em Poços de Caldas. Consequentemente, Christiano Osório ficou com a metade desta soma (116:562\$400), que foi deduzida do monte-mor a princípio relacionado. Recebeu, ainda, mais a quarta parte da herança referente ao líquido partível que lhe cabia no inventário de sua mãe, à qual tinha direito, no montante de 61:145\$627.²⁵⁷

Grosso modo, podemos afirmar que houve um salto quantitativo considerável na fortuna de Christiano Osório de Oliveira, pois, vale lembrar que, em 1884, seu patrimônio orçou a casa dos 27:000\$000 – como descrito no inventário de sua primeira mulher. Neste novo inventário, de 1897, sua riqueza, nucleada pelo café, alcançou a cifra de 177:708\$127, como já mencionado, composta pela metade dos bens em sociedade e acrescida de sua parte na herança materna.

Perante o exposto, constata-se que o processo de enriquecimento dessa *persona* esteve ligado às seguintes estratégias: casamentos endogâmicos e ao *associativismo* intra-familiar com vistas à organização da grande fazenda de café. Aspectos esses que facilitaram a *capitalização* necessária para adentrar com maior força no mundo da grande produção cafeeira.

Neste sentido, vale frisar que, para caracterização do patrimônio de Christiano Osório, valemo-nos dos conceitos de associativismo e capitalização familiar, temas densamente trabalhados por Gustavo Pereira da Silva, em sua tese acerca da família Lacerda Franco.²⁵⁸

Deste modo, servindo-nos dos conceitos e reforçando-os, sustentamos que tais estratégias, de fato, foram comumente adotadas por outras famílias ligadas ao grande capital cafeeiro, como a de Osório de Oliveira, no decorrer do processo de formação e diversificação da riqueza na economia cafeeira paulista.

²⁵⁷ Arquivo Pessoal: Documentação de Christiano Osório de Oliveira. Formal de partilha extraído do inventário de Ana Cândida Junqueira de Oliveira (1897).

²⁵⁸ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. Tais ideias foram lapidadas no artigo: SILVA, Gustavo Pereira da. A dinâmica do enriquecimento paulista no século XIX: das origens à diversificação do capital da família Lacerda Franco. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 347-376, abr.-jun. 2015.

2.4- Enlaces oportunos: a inserção de Christiano Osório nos negócios do crédito na economia cafeeira

Diante do exposto, até aqui, podemos destacar outro aspecto muito importante de suas múltiplas atividades: Christiano Osório pôde inserir-se no mundo dos negócios do café mediante a prática do *autofinanciamento*. Como visto anteriormente, a sua capitalização efetiva sobreveio logo após o falecimento de sua mãe. Contudo, o fato de ter organizado uma sociedade com a mesma, na Fazenda da Laje, visando à produção de café, favoreceu não só a manutenção e a unidade de parte da fortuna familiar, mas, também, promoveu sua ascensão socioeconômica, potencializada, ademais, pela realização de dois “bons” casamentos, com esposas pertencentes à elite local – inseridas, predominantemente, em atividade ruralista.

Gustavo Pereira da Silva, ao estudar a trajetória da família Lacerda Franco, percebeu que o “sucesso da nova empreitada em muito seria facilitado se o indivíduo fosse oriundo de uma família com bom cabedal, o que poderia lhe proporcionar meios de financiamento, considerando que o sistema bancário paulista estava em uma fase embrionária”.²⁵⁹

Todavia, se o autofinanciamento foi uma estratégia comumente utilizada na economia cafeeira, principalmente, em sua fase gestatória, consideramos que, em sua fase de expansão, tal atividade demandou sistema de crédito exclusivo à lavoura.

Deste modo, tanto aqueles indivíduos que, porventura, não possuíam numerários próprios, como outros que, mesmo dispondo de algum portfólio ainda pleiteavam obter mais capitais para investirem no café, acabavam recorrendo ao sistema de crédito da época.²⁶⁰

Como aludido, a própria acumulação de capital no complexo cafeeiro contribuiu para a formação de um sistema de crédito em geral e para o robustecimento do próprio sistema bancário. Sustentamos, pois, que, mesmo existindo um *sistema bancário*

²⁵⁹ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. p. 135.

²⁶⁰ Para Celso Furtado, as rendas auferidas com o café possibilitaram a montagem de um sistema de financiamento intrínseco. Em sua visão, ao “concluir-se o terceiro quartel do século XIX os termos do problema econômico brasileiro se haviam modificado bastante. Surgira o produto que permitiria o país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. p. 122.

compatível com a economia cafeeira, ao longo da Primeira República, este não abarcava *todo o sistema de crédito* – como será desenvolvido ao da tese, em outra oportunidade.

Em seu processo de diversificação, é fato, que o capital cafeeiro transbordou para outros setores como, por exemplo, o próprio sistema bancário. Entretanto, os Bancos daí resultantes não conseguiram financiar, de maneira efetiva, todas as esferas desse complexo econômico. Em outras palavras, tal sistema bancário, apesar de ter suplantado uma série de entraves atinentes à economia cafeeira paulista, não englobou a totalidade das relações financeiras necessárias à manutenção e expansão do setor principal, ou seja, o da produção cafeeira.

Assim, se pode afirmar que, ao longo da Primeira República, em função do desenvolvimento da economia cafeeira, de fato, formou-se em São Paulo um sistema bancário, oriundo da acumulação provinda do café. Este foi constituído por Bancos internacionais, Bancos nacionais de grande porte, sediados na capital paulista, e Bancos nacionais de pequeno porte, com sede na capital e, também, com filiais nas cidades do interior do Estado.²⁶¹

Contudo, a principal característica desse incipiente sistema bancário paulista foi que “nasceu e viveu em função da atividade urbana, mesmo que esse sistema estivesse situado numa economia agroexportadora e aquela atividade urbana fosse, em grande parte, sustentada pela exportação”.²⁶²

Para Flávio Saes, os Bancos que surgiram neste contexto voltaram suas carteiras de empréstimos às atividades urbanas e comerciais, deixando a agricultura fora de suas operações e, por isso, presa a *formas indiretas de crédito*, mais próximas dos comerciantes, capitalistas, comissários de café, dentre outros agentes. Muitos destes agentes econômicos possuíam acesso aos Bancos e repassavam os capitais aos cafeicultores, originando uma estrutura peculiar para atendimento aos lavradores.

Deste modo:

Conclui-se, portanto, que a moeda bancária serviu, fundamentalmente, para acionar a economia urbana, em especial da cidade de São Paulo. O financiamento do comércio cafeeiro, também realizado pelos

²⁶¹ SAES, Flávio A. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 97.

²⁶² SAES, Flávio A. Marques de. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p.29-47, 1988. p.47.

bancos, chegava apenas de modo limitado ao fazendeiro de café, dadas as próprias condições – prazos e taxas – com que é realizado.²⁶³

É oportuno esclarecer que o crédito bancário, por sua vez, não foi totalmente “vedado” aos fazendeiros de café. Todavia, somente os grandes cafeicultores conseguiam acesso direto aos seus fundos, pois eram raros aqueles fazendeiros que possuíam as condições necessárias para atender às exigências feitas pelos Bancos da cidade de São Paulo pelos motivos seguintes: não portavam a documentação (títulos de propriedade, mapas etc) e, muitas vezes, desconheciam o *know-how* para se chegar às mesmas.²⁶⁴ Estes entraves, somados à falta, nestes Bancos, de linhas de financiamento destinadas à lavoura, reforçam a afirmação de Flávio Saes, pela qual “em geral, o crédito para a economia cafeeira era obtido pelo comerciante de café”.²⁶⁵

Aos setores vinculados à agricultura de exportação restava, pois, utilizar-se das ditas *formas indiretas* de crédito, que tinha como principal agente o *comissário de café*, estabelecido em Santos ou São Paulo.²⁶⁶ Assim, dada à impossibilidade de se levantar os capitais no sistema bancário institucionalizado foi fundamental o papel desempenhado pelos comissários como autênticos banqueiros dos fazendeiros, da última década do século XIX, aos anos de 1930.

É nítida, portanto, a dependência assumida pelo fazendeiro de café frente aos comissários e os demais comerciantes do produto. Porém, sabemos que mesmo o esquema *bancos* → *comissários* → *lavradores* não atendeu totalmente, da mesma forma que os bancos, todas as unidades produtivas existentes no complexo cafeeiro.

Portanto, pela estratificação do setor produtivo, caracterizada pela confluência de grandes, médias e pequenas propriedades cafeeiras, que desempenhavam papel

²⁶³ SAES, Flávio A. Marques de. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 185.

²⁶⁴ Esta discussão foi abordada por: TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e Hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, p. 401-412, 2011.

²⁶⁵ SAES, Flávio Azevedo Marques de. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p.29-47, 1988, p. 122.

²⁶⁶ Andrea Lluch destacou o papel dos *intermediários* nos mercados rurais argentinos, no alvorecer do século XX. Estes agentes econômicos desempenharam importantes funções na comercialização e no financiamento da produção agrícola. Ela revelou as ligações entre os comerciantes urbanos, localizados em pequenas cidades do interior, e os bancos sediados em Buenos Aires. Ainda, frisou a importância destes intermediários para o custeio e subsistência dos proprietários rurais. In: LLUCH, Andrea. Comercio y crédito agrario: Un estudio de caso sobre las prácticas y lógicas crediticias de comerciantes de campaña a comienzos del siglo XX en La Pampa. *Boletín Del Instituto de Historia Argentina Y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 29, p.51-83, jan/jun. 2006.

fundamental na produção cafeeira, fez com que, nem mesmo os comissários, dessem conta do fornecimento de crédito, equitativamente, a toda lavoura.²⁶⁷

Além disso, o crédito do comissário não oferecia as melhores condições de prazo e de custo, quando muito, tal agente, “podia esperar a época da safra para cobrar os adiantamentos realizados. O crédito a longo prazo, portanto, era raro e quando disponível implicava em elevadas taxas de juros”.²⁶⁸

Frente a toda riqueza gerada pela economia cafeeira seria de se supor que não faltasse *dinheiro* e *crédito*, necessário à expansão das novas plantações de café ou mesmo para o custeio das fazendas já formadas. Entretanto, de acordo com Flávio Saes:

Há, especialmente na imprensa, constante presença da ‘lavoura’ – identificada com o grupo de fazendeiros cuja renda deriva apenas da atividade agrícola – a queixar-se da escassez de recursos para o custeio de suas fazendas ou para estabelecer novas plantações. Embora o problema do crédito para a lavoura não seja novo, os reclamos insistentes dos fazendeiros em São Paulo contrastam com a visão usual da riqueza cafeeira paulista.²⁶⁹

Então, se o autofinanciamento, oriundo da capitalização familiar, não esteve à disposição de todos os envolvidos na produção cafeeira, e, nem mesmo o sistema bancário e também o sistema de crédito indireto exercido pelos comissários contemplaram este segmento, cabe, pois, nos questionar como foi, em realidade, financiado o desenvolvimento da cafeicultura paulista, na passagem do século XIX para o século XX?

Rodrigo Fontanari, estudando a implantação da cafeicultura nas cidades do interior paulista, na região da Paulista e da Mogiana, verificou o importante papel assumido por um conjunto variado de agentes difusos, que compunham, em sua totalidade, o sistema de crédito que atendia as necessidades do complexo cafeeiro.²⁷⁰

²⁶⁷ Esta questão pode ser mais bem observada em: FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

²⁶⁸ SAES, Flávio A. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 67.

²⁶⁹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. A questão do crédito na economia paulista na Primeira República. In: BARRETO, A. M.; LUNA, F. V.; SAES, F. A. M.; COSTA, I. N.; NOZOE, N.; MELLO, Z. M. C. *História Econômica: ensaios*. 1. ed. São Paulo: IPE/USP, 1983. p. 121.

²⁷⁰ As fontes de financiamento disponibilizadas às fazendas de café ou mesmo aos sítios podiam ser variadas: pelo acúmulo de capitais de safras anteriores, ou seja, através dos seus próprios lucros; dos Bancos de origem internacional, nacional ou mesmo local; crédito de fornecedores, como os comerciantes e negociantes atacadistas e varejistas; dos comissários; dos fazendeiros mais abastados e dos *capitalistas*, que eram sujeitos, de variados segmentos, especializados no empréstimo de capitais a juros.

Dada a impossibilidade de financiamento *direto* à lavoura, por parte do sistema bancário, tais agentes, em sua visão, foram cruciais para a expansão e custeio das lavouras de café.²⁷¹

Assim, os próprios capitais acumulados na produção cafeeira, bem como o lucro auferido no setor comercial, por exemplo, poderiam ser diversificados como forma de investimentos no crédito aos lavradores de café. Afirmar-se, com isso, que na economia paulista referente à Primeira República, e, até mesmo depois de 1930, houve o predomínio de uma *cadeia de crédito multifacetada*, composta por múltiplos agentes detentores de capitais capazes de dedicarem-se aos negócios do crédito, com a qual foi possível superar o *problema do financiamento* da cafeicultura.

Outro trabalho que corroborou a existência de *cadeia de crédito multifacetada*, na economia cafeeira paulista, após a abolição, foi Fábio Rogério Cassimiro Correa. Para este autor, além de extremamente hierarquizado, tal sistema de crédito foi muito além das formas de financiamento praticada pelos Bancos e comissários.

Em suas palavras:

Em São Paulo, o comércio cafeeiro apresentava-se menos concentrado que no Rio de Janeiro durante o auge da produção do vale-paraibano. Além disso, a cadeia de intermediários era mais complexa e incluía desde agentes que repassavam o café a casas maiores até o estabelecimento de firmas comissárias menores, com sede no interior, que concorriam com aquelas sediadas em São Paulo e Santos, além de uma ampla gama de comerciantes não especializados que tinham na compra e venda de café apenas uma parte de seus negócios.²⁷²

Nesse sentido, qual seria a relação de Christiano Osório de Oliveira com o respectivo sistema de crédito da economia cafeeira paulista? Ou, de que forma Christiano Osório envolveu-se com o financiamento nesse complexo econômico?

Na verdade, com o grande desenvolvimento da cafeicultura paulista houve, com efeito, uma demanda crescente por capitais. Nesse contexto, verificamos que teve início a atuação de Christiano Osório de Oliveira, que, no cenário em que atuava, passou a inverter seu capital agrário diretamente no negócio do crédito, como se poderá constatar abaixo.

²⁷¹ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

²⁷² CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo: 1906-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/ USP, 2014. p. 56.

Gráfico 9. Volume dos empréstimos hipotecários, em contos de réis, realizados por Christiano Osório de Oliveira, em São João da Boa Vista (1889-1938).

Fonte: Livros de *Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Antes de adentrarmos na particularidade dos contratos de crédito concedido por Christiano Osório de Oliveira, façamos um parêntese, visando a melhor compreender as oscilações da economia cafeeira e, suas implicações nas respectivas ações desse personagem. Podemos perceber, de acordo com o **Gráfico 9**, que a atuação de Christiano Osório, como agente do crédito, tem início logo após a abolição da escravatura, momento em que a economia cafeeira precisou de uma injeção de meios de pagamento, visando, dentre outros, a supri-los para pagamentos dos salários dos *colonos*.

Segundo Flávio Saes, com o fim da escravidão e a consecutiva propagação do trabalho livre, perante o sistema de *colonato*, ocorreu importante guinada no sistema financeiro nacional, que exigiu a monetarização da economia cafeeira, uma vez que a demanda da lavoura, por moeda corrente, dilatou-se em função da remuneração estipulada nas cláusulas dos contratos de trabalho, celebrados pelos cafeicultores com os colonos.²⁷³

²⁷³ SAES, Flávio A. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 184.

Para John Schulz “a crise abolicionista trouxe uma mudança radical nas políticas de crédito”²⁷⁴, principalmente porque alteraram-se as bases legais das garantias, que até então eram feitas mediante caução de escravos. Quase todos os financiamentos realizados, até próximo ao ano de 1888, apresentavam uma característica comum, isto é, exigiam como garantia, a *propriedade escrava*, dando-se preferência aos empréstimos garantidos com o ativo mais valorizado da economia paulista, à época, o escravo.

Após o término da escravidão, de acordo com José de Souza Martins, foram necessárias modificações na legislação creditícia, dentre ela foi instituído o penhor agrícola:

De modo que, no lugar da hipoteca do imóvel, lhes fosse garantida a penhora do fruto pendente e do fruto colhido. Essas alterações nas condições de financiamento da produção de café eram necessárias igualmente porque [...] depois da acentuada alta decorrente do fim do tráfico, a queda no preço dos escravos, ante o fim previsível e iminente do regime servil, diminuía a capacidade dos fazendeiros de levantarem capitais junto a seus credores em proporção ao volume de seus negócios.²⁷⁵

Foi a partir de então, após o fim do escravismo, que ocorreu a expansão monetária, que propiciou que também se consolidasse a economia cafeeira capitalista, ocasião em que se acelerou a demanda por financiamento agrícola.

Através dos **Gráficos 10 e 11**, abaixo, realizamos a quantificação absoluta de todas as escrituras de hipotecas realizadas no município de São João da Boa Vista, e, as relacionamos com a totalidade dos empréstimos hipotecários efetivados por Christiano Osório, na mesma cidade e na região.

²⁷⁴ SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo: Edusp; Instituto Fernand Braudel, 1996. p. 18.

²⁷⁵ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 46.

Gráfico 10. Relação entre o volume de crédito hipotecário realizado em São João da Boa Vista e os concedidos por Christiano Osório de Oliveira (1889-1937).

Fonte: Livros de *Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Gráfico 11. Relação entre o volume de crédito hipotecário realizado em São João da Boa Vista e os de Christiano Osório de Oliveira, na cidade e região (1889-1937).

Fonte: Livros de *Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista, Palmeiras e Casa Branca. Regionalmente emprestou para: Vargem Grande do Sul, Espírito Santo do Pinhal, Casa Branca, Tambaú, Aguaí e Santa Cruz das Palmeiras. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

A primeira dedução que podemos fazer é quanto à variação no volume de crédito hipotecário, com base nos valores transacionados. Esta variação manteve estreita relação com a conjuntura perpassada pela economia cafeeira. Observa-se também que, depois de meados da década de 1880, e, especialmente, logo após o fim da escravidão, houve uma crescente demanda por papel moeda ocasionada, sobretudo, pelas características do trabalho livre, que pressupunha o pagamento em dinheiro, em parte da remuneração dos colonos, que eram, na maioria, imigrantes europeus. Essa necessidade de liquidez fomentou a busca por capitais no sistema de crédito.

O período compreendido entre 1889 e 1898 foi amplamente caracterizado pela expansão cafeeira, pelas modificações no mercado de trabalho e pela “farta emissão de moedas, derivada da política republicana que visava aumentar o meio circulante, resultando mais tarde no *Encilhamento* e no *Funding Loan*, em 1898”.²⁷⁶ A ebulição dos negócios não se resumiu apenas ao setor agrícola, mas, também, esteve presente nos setores urbanos, principalmente na capital federal e na capital paulista.²⁷⁷

O *Encilhamento* pode ser entendido como um movimento de ampla especulação financeira, ocasionado em virtude das medidas republicanas tomadas depois de 1889, para aumentar a circulação monetária e dinamizar a economia nacional. Contudo, este processo acarretou grave crise financeira, por volta de 1891 e 1892.²⁷⁸

Num segundo momento, entre 1898 e 1906, nota-se uma retração nos empréstimos hipotecários concedidos em São João da Boa Vista, resultando no menor volume de capitais transacionados, em 1906. Este movimento guardou íntima relação com a política *contencionista* e *deflacionista* adotada por Campos Sales e continuada por Rodrigues Alves. Tal política econômica ortodoxa, ensejada pelo primeiro *funding loan*²⁷⁹, foi marcada pela retração do meio circulante e aumento da taxa cambial, e tinha como objetivo corrigir os excessos do período anterior. Se por um lado, este projeto político saneou as contas públicas, por outro, culminou numa situação desconfortável, principalmente para a lavoura cafeeira, que havia experimentado forte expansão das plantações, no contexto do encilhamento.

²⁷⁶ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca (1874-1914). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 96.

²⁷⁷ TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento*. São Paulo: HUCITEC; Campinas, SP: FUNCAMP, 1981. p. 65.

²⁷⁸ PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na Republica Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 57.

²⁷⁹ Ibidem. p. 62.

No que se refere ao setor da produção cafeeira, pode-se dizer que a situação melhorou somente, a partir de 1906, com a instalação do *Convênio de Taubaté*.²⁸⁰ Por meio deste, o governo brasileiro, em associação com a administração pública paulista, passou a colocar em prática o primeiro plano de valorização da mercadoria, visando à alta dos preços do café. Deste modo, iniciou-se um novo ciclo altista dos preços (somente a partir de 1909-10) e de recuperação no setor cafeeiro, que perdurou até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e o segundo *funding loan*.

Afora o intervalo de 1914 a 1918, conturbado no plano internacional, por conta da Grande Guerra, e, agravado, no plano nacional, pela geada de 1918, pode-se dizer que, a partir de então, em função dos sucessivos planos de valorização instituídos em 1917, 1921 e 1924, houve nova fase de expansão cafeeira, no decorrer da década de 1920. Entre 1921 e 1929, assistiu-se a retomada dos preços, das plantações e, por conseguinte, contemplou-se o a ampliação dos empréstimos hipotecários.²⁸¹

Com a crise de 1929, a atividade cafeeira sofre um grande golpe, não mais recuperando a força obtida até então. Percebe-se, pelos dados compilados pela pesquisa, que o ápice do volume de crédito ocorreu, na região estudada, no ano de 1931, como reflexo, ainda, do *boom* dos anos vinte.

Sem fôlego para resistir à *débâcle* do mercado cafeeiro, os preços decaíram, e, gradativamente, os planos de defesa foram sendo abandonados – o que se deu em 1937. Nota-se que o volume de crédito também declinou drasticamente neste lapso temporal. Contudo, vale frisar que, mesmo diante desse cenário desfavorável, a cafeicultura manteve participação importante no cômputo da economia paulista, bem como na esfera da economia de São João da Boa Vista.²⁸²

A atuação empresarial de Christiano Osório de Oliveira desenrolou-se nestes quadros. No decorrer do trabalho, detalharemos, com maior ênfase, os mecanismos e as

²⁸⁰ HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. p. 95-96.

²⁸¹ “Entre 1919 e 1929, o capital cafeeiro conheceu notável expansão. Basta recordar que a produção média cresce de 14,1 milhões de sacas entre 1914/15 e 1918/19, para 18,2 milhões, entre 1924/25 e 1928/29, chegando aos espantosos 24,2 milhões entre 1929/30 e 1933/34”. In: AURELIANO, Liana Maria L. *No limiar da industrialização: Estado e acumulação de capital, 1919-1937*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 1976. p. 4.

²⁸² Além do mais, mesmo a cidade de São João da Boa Vista não sendo palco de grandes inversões industriais e de considerável desenvolvimento urbano, ela não chegou à condição de *cidade morta* com o arrefecimento da cafeicultura. Na verdade, o fim do exclusivismo dessa atividade foi correlato ao amplo processo de diversificação iniciado, desde os anos da Primeira Guerra Mundial, encorpado na década de 1920, e, acelerado nos anos trinta, destacando-se, nesse contexto, um *mix* de atividades como, por exemplo, a pecuária, o setor de laticínios, o algodão e a laranja, que acabaram por sustentar a relativa manutenção da economia regional.

práticas financeiras de que lançou mão, ao longo de sua trajetória empresarial, adaptando-as em razão das diferentes conjunturas. A execução de tais estratégias, no fundo, possibilitou-lhe amplo sucesso em seus empreendimentos e foi responsável pelo seu enriquecimento. Conhecê-las, em seus meandros, nos faz compreender melhor, não só as formas de financiamento da economia cafeeira, mas também o modo de atuação do capital cafeeiro, em seu processo de diversificação.

Podemos indagar, nesse contexto, como Christiano Osório de Oliveira realizou os seus empréstimos? Quais as taxas de juros e os prazos praticados? Quais garantias ele exigiu? Que valor transacionou? Quem foram os seus devedores?

Para facilitar a análise optamos por separar a atuação do referido agente de crédito em três fases²⁸³: a primeira, (1890-1896) corresponde a sua atuação, como grande fazendeiro que, buscando reinvestir seus excedentes, realizava excepcionalmente empréstimos, configurando uma forma de crédito *não institucionalizado*, ou seja, concedia, esporadicamente, crédito sob a batuta pessoal.

A segunda fase (1897-1914) alude a sua *especialização* nos negócios do dinheiro, passando a operar como *capitalista*; nessa fase, ainda, estabeleceu ligações com um comissário de Santos – a firma *J. D. Martins* – evidenciando seu interesse pela comercialização do café.

Na terceira fase (1914-1938), passou a atuar como *banqueiro*, a partir da cidade de São João da Boa Vista e, também, fundou sua própria Casa Comissária, em Santos. Esta terceira fase será objeto de atenção no próximo capítulo. Por hora, nos ateremos à primeira e à segunda fase, ou seja, procuraremos compreender sua trajetória no mundo do crédito como *fazendeiro* e, depois, como *capitalista* – no decorrer dos anos, de 1890 até 1914.

A princípio, pode-se afirmar que sua trajetória pautou-se pela crescente *institucionalização do crédito*. Este processo de *profissionalização* no exercício habilitador do crédito foi observado por Flavio Saes, nos seus estudos sobre o crédito na economia cafeeira paulista. Porém, nota-se uma importante diferença: no caso em questão, Christiano Osório aproveitou o *nicho* existente, deixado especialmente pelo

²⁸³ Tais fases pautam-se na sequência *profissional-ocupacional*, estabelecida através da análise das fontes históricas computadas, entre 1889 e 1938. Assim, pode-se dizer que ele foi *fazendeiro* de café, em todo período; *capitalista* e *representante* da casa comissária *J. D. Martins*, de Santos, entre 1897 e 1914; *banqueiro*, sediado em São João da Boa Vista, de 1914 a 1938; e, *comissário*, em Santos, de 1915 até o final da vida, em 1938.

desinteresse dos grandes Bancos pelo financiamento agrícola, passando a priorizar, preferencialmente, o financiamento aos lavradores.

Esta afirmação ganha sustentação quando consideramos os valores por ele transacionados, em todo o período de sua atuação: a considerável soma de 1:913:889\$000 mil contos de réis em empréstimos com penhor agrícola, e a cifra elevadíssima de 9:762:652\$000 mil contos de réis com empréstimos hipotecários, totalizando 11:676:541\$000 mil contos de réis.²⁸⁴

Tabela 11. Porcentagem, por ocupação dos devedores, no crédito hipotecário fornecido por Christiano Osório de Oliveira, 1890-1937.

PROFISSÃO DOS DEVEDORES	VALOR	%
Lavrador	8.944.849	91,6%
Industrial	387.000	4,0%
Proprietário	233.338	2,4%
Comerciante	197.465	2,0%
Total	9.762.652	100,0%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista. Valores em contos de réis.

Na tabela acima, aparece especificada a ocupação dos devedores no total de empréstimos hipotecários concedidos por Christiano Osório de Oliveira. Percebe-se, nitidamente, que mais de 90% de seus capitais foram empregados com empréstimos aos lavradores de café da região. Fato que demonstra seu interesse por esse setor, bem como revela sua intenção maior: o acesso à produção cafeeira dos devedores, visando a sua posterior comercialização.

Estes dados podem ser corroborados pela segmentação dos volumes emprestados entre o *campo* e a *cidade*. Neste quesito, o meio rural absorveu 91,5% do volume dos seus empréstimos hipotecários e 100% do volume dos seus empréstimos com penhor agrícola, mediante a garantia obrigatória das safras de café “pendentes” ou futuras.

Nesse sentido, vejamos no item 2.5, como Christiano Osório de Oliveira passou a se inserir no mundo do crédito da economia cafeeira paulista, ainda na categoria de *fazendeiro*.

²⁸⁴ Tais valores dizem respeito aos contratos por ele transacionado e devidamente registrado nos livros cartoriais dos municípios de São João da Boa Vista, Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras.

2.5- O fazendeiro na condição de empréstador do dinheiro: oportunidades abertas ao capital cafeeiro (1890-1897)

No *Almanach de São João da Boa Vista*, para o ano de 1901, Christiano Osório de Oliveira apareceu descrito, ainda, como *lavrador*, possuindo o número considerável de 541.000 pés de café.²⁸⁵ Nas tabelas abaixo, referentes a períodos subsequentes, assistimos sua ascensão como destacado fazendeiro de café, em São João da Boa Vista.

Tabela 12. Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1919.

Colocação	Nome	Cafeeiros
1	D. Luiza Cândida de O. Azevedo	750.000
2	<i>Christiano Osório de Oliveira</i>	500.000
3	Gabriel Azevedo Junqueira	310.000
4	Cel. Ernesto de Oliveira	300.000
5	Joaquim Candido de Oliveira	300.000

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919.

Tabela 13. Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1929.

Colocação	Nome	Cafeeiros
1	<i>Christiano Osório Oliveira</i>	720.000
2	D. Luiza Cândida de O. Azevedo	497.000
3	Domingos Theodoro de Azevedo	395.000
4	Joaquim Candido de Oliveira	260.000
5	Waldemar Ferreira & Irmão	255.000

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1929.

Tabela 14. Principais produtores de café de São João da Boa Vista, 1938.

Colocação	Nome	Cafeeiros
1	<i>Christiano Osório Oliveira</i>	600.000
2	D. Luiza Cândida de O. Azevedo	520.000
3	D. Lucina Raposo de Vasconcellos	341.000
4	Gabriel Azevedo Junqueira	270.000
5	Pedro Cabral de Vasconcellos	200.000

Fonte: SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1937-1938.

De fato, os dados acima, ainda que relativos somente a São João da Boa Vista, referendam sua posição como grande fazendeiro de café, ao longo de toda a vida. Esta posição ganha ainda mais força se computarmos os números de cafeeiros que foi

²⁸⁵ MARTINS, Antonio Gomes. *Almanach de São João da Boa Vista para o ano de 1901*: São João da Boa Vista: S/E, 1901.

arrebanhando, no decorrer do tempo, em outros municípios da região. Em Casa Branca, no ano de 1919, ele aparece como o maior produtor, com 1.790.000 pés de café.²⁸⁶ No mesmo ano, em Santa Cruz das Palmeiras, ele é 5º na lista de produtores, com 484.500 pés.²⁸⁷

Nesta categoria de *fazendeiro*, no período de 1890 a 1897, quando ainda se restringia fortuitamente aos negócios do crédito na esfera local e regional, ele realizou 15 empréstimos – com registro em cartório – totalizando cerca de trezentos contos de réis.

Faz-se necessário destacar que, no tocante à prática de concessão de crédito, por parte dos fazendeiros mais abastados das cidades do interior paulista, especializadas na produção cafeeira, certamente, este não foi um estratagema exclusivo de Christiano Osório. Esta operação comercial, caracterizada pela concessão de empréstimos a juros àqueles que necessitavam de capitais, foi amplamente praticada por outros fazendeiros.

Aliás, de acordo com os dados confeccionados, a respeito do mercado de crédito de São João da Boa Vista, neste período, tal operação de crédito revelou-se habitual. Entre 1890 e 1897, de acordo com a **Tabela 15**, 35% dos empréstimos hipotecários concedidos na cidade foram derivados desta categoria profissional (de lavrador).

Tabela 15. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nas hipotecas registradas no município de São João da Boa Vista, 1890-1913.

<i>Categoria</i>	<i>1890-1897</i>		<i>1898-1906</i>		<i>1907-1913</i>	
Lavrador	1.311.024	35%	609.556	21%	462.000	10%
Banco nacional	862.000	23%	0	0%	300.000	7%
Proprietário	538.235	14%	326.361	11%	613.601	13%
Comerciante	439.040	12%	209.050	7%	71.000	2%
Capitalista	423.907	11%	642.099	23%	201.771	4%
Outros	113.298	3%	46.640	2%	35.150	1%
Comissário	39.000	1%	767.023	27%	2.689.439	59%
Banco internacional	0	0%	0	0%	120.000	3%
Banco regional	0	0%	252.411	9%	62.009	1%
Total	3.726.504	100%	2.853.140	100%	4.554.970	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2, 2A, 2B e 2C, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

²⁸⁶ SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919. p. 65.

²⁸⁷ Ibidem. p. 116.

Antes de continuarmos nossa exposição, façamos uma digressão explicativa acerca da classificação utilizada no tratamento dos dados.²⁸⁸ As escrituras de crédito examinadas mantiveram-se inalteradas quanto à *estruturação*, ou seja, não sofreram modificações em sua forma e conteúdo, ao longo dos anos pesquisados, de 1889 a 1937.

Nos livros cartoriais, muitas vezes, um mesmo personagem foi descrito com ocupações diferentes, ao longo dos anos. A fim de evitar distorções, quando da transcrição das fontes, adotamos o critério de sempre preservar a profissão descrita em cada um dos contratos, ou seja, se em determinado contrato “x”, o *credor A* apareceu descrito como *comerciante*, e, no contrato “y”, o mesmo *credor A*, foi designado como *fazendeiro*, optamos por manter, respectivamente, ambas as ocupações.

Foram raros os contratos em que constavam, ao mesmo tempo, mais de uma ocupação, para o credor ou devedor. O mais comum foi aparecer, nesse levantamento de escrituras, uma profissão para cada agente envolvido. Porém, esse fato, não exclui a possibilidade de apreendermos, no transcorrer dos anos, a evolução de determinados *agentes do crédito* que, por exemplo, começando como *fazendeiros*, passaram a *capitalistas* e, depois, a *comissários*.

Procuramos contemplar todas as ocupações arroladas nas fontes, preservando, da forma mais fiel possível, as maneiras como eram denominadas, no momento específico da constituição dos empréstimos.

Os *capitalistas* eram agentes que desempenhavam papel muito parecido com o dos agiotas no mundo contemporâneo. Todavia, na época, eles podiam praticar os empréstimos de forma legal, sob o ponto de vista jurídico. Tais agentes, assim designados, faziam parte do setor específico da sociedade cafeeira que se especializou na concessão de dinheiro a juros para todos aqueles segmentos que demandassem crédito. Seu papel foi de suma importância para o sistema de crédito existente no período enfocado.

Por sua vez, os *comerciantes* ou *negociantes* correspondiam àqueles sujeitos que viviam ou mantinham negócios de compra e venda de mercadorias, independente do gênero comercializado. Um ponto importante a ser mencionado é o que diz respeito a não se encarar esse segmento como homogêneo, pois, estes se dividiam em atacadistas,

²⁸⁸ Quanto à classificação das categorias de credores, amparamo-nos nas proposições elencadas por TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca, 1885-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/ UNICAMP, 2006. FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

que atuavam a partir dos grandes centros urbanos, e, os varejistas que atuavam em âmbito local.

Quanto aos classificados como *proprietários* houve grande alternância nas escrituras, no que se refere às respectivas designações; poderiam ser ao mesmo tempo proprietários, ou personagens do meio urbano, donos de casas de aluguel ou de prédios para negócios, *rentistas* em geral, e, até mesmo, proprietários rurais de pequenas posses, como os donos de chácaras. Esse segmento dos proprietários foi o mais difícil de classificar, pois os dados apresentavam informações muito gerais, não especificando, realmente, uma ocupação principal; mas, em grande medida, foi empregado para designar o agente do meio citadino, que, aliás, onde aparece com maior recorrência.

Reservamos a classificação de *comissários* a todas aquelas empresas ou elementos que atuaram a partir de Santos ou São Paulo, e que se ocuparam com a compra e venda exclusiva do café. A princípio, eram agentes independentes, prevalecendo o caráter pessoal nos negócios. Com o passar dos anos, e com o incremento das atividades, transformaram-se em empresas com alto grau de especialização nos negócios de compra, venda, classificação e ensacamento do café, atuando não só no mercado nacional, entre o porto e as fazendas, mas, também, conectando-se diretamente com o mercado internacional. No devido momento, faremos uma caracterização mais aperfeiçoada desse segmento. Notamos que, na maioria dos casos, as Casas Comissárias dedicavam-se à compra de café junto às fazendas do interior, para a posterior venda, em Santos. Contudo, poderiam também, concomitantemente, atuarem na exportação direta do produto. Como veremos, embora esse setor tenha perdido relativa importância para os Bancos, na década de 1920, não deixaram de desempenhar papel marcante na economia cafeeira, ao longo do tempo, tanto na comercialização das safras, quanto na função de financiadores dos fazendeiros.

Em relação aos *Bancos*, adotamos a designação de *nacionais*, *internacionais* e *regionais*, de acordo com a origem de seus capitais. Nota-se, claramente, uma supremacia, no que se refere à localização da maioria dessas empresas, por suas sedes estarem estabelecidas na cidade de São Paulo. Com o incremento da economia cafeeira, surgiram inúmeros Bancos e Casas Bancárias pelo interior paulista, os quais foram designados como *regionais*. Outra observação que julgamos constituir um indício pertinente foi a escassa participação do capital bancário internacional nos investimentos diretos na produção do café.

Também, optamos por designar os fazendeiros de *lavradores*, pois foi a maneira mais comumente adotada para serem descritos nos contratos. Nesta designação estão incluídos tanto os grandes quanto os pequenos proprietários de terras; não entendemos aqui o *lavrador* como sendo um trabalhador rural assalariado, mero instrumento braçal. Pelo contrário, diz respeito seja aquele dono de portentosas fazendas de café, tanto como o sitiante que lavrava a terra com os próprios braços.

Em decorrência do significativo número de profissões liberais existentes nas fontes históricas, compostas por vários segmentos, tais como: médicos, advogados, empreiteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, empregados públicos, empregados de companhias ferroviárias, empregadas domésticas, professores, farmacêuticos etc, e, que, de alguma forma, escapavam às denominações aludidas acima, preferimos defini-los como *outros*.

Deste modo, voltando à questão levantada anteriormente, sobre concessão de empréstimos pode-se afirmar que, a princípio, na década de 1890, quando a cafeicultura presenciou forte expansão no Oeste Paulista, alguns lavradores de café – desfrutando de capitais excedentes, graças à lucratividade promovida no setor da produção – passaram a reinvestir o dinheiro, oferecendo empréstimos com juros aos plantadores locais. Assim, diante da inexistência de sistema de crédito institucionalizado (sem agências bancárias voltadas ao crédito agrícola), a demanda por liquidez monetária pôde ser suprida pelos capitais gerados na própria atividade principal deste complexo econômico, ou seja, o lucro obtido pela via do café se retroalimentava, via financiamento.

Na cidade de Casa Branca, esta oportunidade de reinvestimento, aberta ao capital cafeeiro, via crédito, num momento de expansão, e às vezes, até de euforia pelo vislumbre “lógico” de um provável, seguro e lucrativo retorno, também foi constatada. Entre 1885 e 1895, os lavradores locais foram responsáveis pelo fornecimento de 24% dos empréstimos hipotecários registrados no município.²⁸⁹

Rodrigo Teodoro, em pesquisa atinente à Franca, evidenciou que, no complexo cafeeiro, nesta mesma época, o *comércio de café* apresentava-se como uma área exclusiva, ocupando o cume da cadeia mercantil, atraindo o grande capital cafeeiro e o capital internacional, obstaculizando a entrada de agentes com baixa capitalização. Por outro lado, destacou também que “o crédito aos produtores, em uma conjuntura de elevada disponibilidade monetária, se abria a muitos participantes”; isto é, em períodos

²⁸⁹ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 97.

favoráveis à economia cafeeira, como foi entre 1890 e 1898, ocorria à entrada de novos investidores, configurando uma *democratização da atividade creditícia*.²⁹⁰

Assim, na visão de Rodrigo Teodoro, “o que os dados coletados nessas regiões nos sugerem é que a alta predominância de crédito de origem local se constituiu em uma característica estrutural do complexo cafeeiro”. Tanto nós, quanto outros trabalhos, igualmente, apontam nesse sentido. Assim, para Anderson Pires:

É precisamente a *coexistência, numa mesma economia, de pressões na demanda por financiamento e de recursos disponíveis na forma de poupança*, mesmo que como consequência da concentração de renda, que produzirá como corolário os elos de encadeamento financeiros [...]. Os agentes sociais que irão se envolver com as oportunidades de ganho geradas pelas distintas demandas de crédito originadas pela produção de café podem ser inúmeros, incluindo vários tipos de grandes comerciantes, ‘capitalistas’ de vários matizes, comissários, bancos, além dos próprios produtores do produto principal; ou seja, setores ou grupos sociais que de uma forma ou de outra, vão se privilegiar da concentração de renda da economia e do controle dos escassos níveis de liquidez que lhe caracterizam.²⁹¹

A constatação da presença dos produtores de café nos negócios do crédito, como apontado acima pelo autor, pode sugerir, à primeira vista, aparente contradição. Em face dos dados coletados por ele e por nós, pode-se indagar: Como a categoria dos *lavradores* surgiu, por um lado, como aquela que mais captou crédito e, por outro, ao mesmo tempo despontou, como uma das categorias que mais concederam crédito na esfera local?

Sob este ponto de vista, argumentou Anderson Pires que, dadas às diferenças de grau de acumulação nessas sociedades, marcadas pela concentração de terra e renda, geraram-se setores também capazes de conceder crédito na esfera local. Em suas próprias palavras se lêem:

Um leitor mais atento poderia acusar nossa análise de tautológica, advertindo que, afinal de contas (e no que se refere especificamente à participação direta dos produtores de café no processo), os mesmos atores sociais que estão a demandar financiamento seriam os mesmos a prover os recursos financeiros [...]. Esta crítica seria válida se considerássemos a classe dos grandes proprietários de terra como uma massa invariável, inerte, de comportamento uniforme e,

²⁹⁰ TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca, 1885-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/ UNICAMP, 2006. p. 101-102.

²⁹¹ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*: Juiz de Fora, 1889/ 1930. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009. p. 197.

principalmente, destituída de níveis significativos de *diferenciação em sua posição financeira, grau de endividamento, níveis variados de lucratividade, etc.*²⁹²

Na verdade, existiu na sociedade cafeeira, do ponto de vista das unidades produtivas, o predomínio de significativa multiplicidade. Isto por que o setor da produção compunha-se de grandes, médias e pequenas propriedades agrícolas, configurando escalas de lucratividade distintas. Se por um lado existiram agentes econômicos com excedentes financeiros aptos a fornecer crédito, por outro, havia também agentes e unidades produtivas com evidente carência de capitais. Tais elementos, coexistindo num mesmo espaço econômico, acabaram por configurar uma sociedade desigual e hierarquizada. Isto propiciou, ao lado de outros elementos, a necessidade do *surgimento do mercado financeiro local*, ou seja, em razão dessas dissonâncias econômico-financeiras, ativaram-se os fluxos de capital de crédito.

E, se de fato houve maior democratização no fornecimento de capitais aos produtores de café, especialmente, em conjunturas financeiras favoráveis, salienta-se que, em contrapartida, o mesmo quadro não se mantinha com relação à comercialização do produto. Realmente esta atividade ficou restrita aos participantes que detinham maiores cabedais, nesse caso, os membros do grande capital cafeeiro ou empresas vinculadas ao capital internacional, altamente especializada no comércio do café. Neste estrato da vida econômica, os comissários tiveram dominância, como pode ser visto através da **Tabela 16**.

Tabela 16. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nos empréstimos com penhor agrícola registrados no município de São João da Boa Vista, 1890-1913.

<i>Categoria</i>	<i>1890-1897</i>		<i>1898-1906</i>		<i>1907-1913</i>	
Comissário	76.362	70%	1.921.043	83%	2.066.784	65%
Lavrador	19.761	18%	134.026	6%	0	0%
Comerciante	12.300	11%	64.900	3%	0	0%
Capitalista	0	0%	119.114	5%	0	0%
Banco internacional	0	0%	0	0%	821.726	26%
Banco nacional	0	0%	0	0%	264.900	8%
Banco regional	0	0%	0	0%	0	0%
Proprietário	0	0%	63.940	3%	7.800	0%
Outros	0	0%	900	0%	0	0%
Total	108.423	100%	2.303.923	100%	3.161.210	100%

Fonte: *Livro de Transcrição de Penhor Agrícola*, sob o número 5, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

²⁹² Ibidem. p. 198.

Nos três subperíodos, de 1890 a 1913, segundo a Tabela 16, os comissários concentraram o crédito mediante penhor agrícola. Tais evidências explicitam, assim, a dominância desse segmento quando o assunto referia-se à *comercialização das safras cafeeiras*, uma vez que, as contrapartidas contratuais presentes nos empréstimos pignoratícios deixaram transparecer o objetivo final dessas negociações, ou seja, a absorção da produção cafeeira, das respectivas unidades produtivas espalhadas pelo interior paulista.

Nesse sentido, ainda segundo a Tabela 16, a categoria dos *lavradores* que, num primeiro momento, entre 1890-1897, período esse profundamente marcado pela expansão da produção, e pela farta emissão monetária, respondeu por 18% dos empréstimos com penhor agrícola; mas, viu sua fatia reduzir-se, para 6%, entre 1898 e 1906, até eclipsar-se, completamente, entre 1907-1913.

Já nos anos de 1898 a 1906, o complexo cafeeiro paulista deparou-se com a primeira crise de superprodução, acentuando-se a queda de preço do produto principal, e iniciando uma severa crise para os cafeicultores; circunstância que, talvez, explique o enxugamento dos capitais, especialmente, o capital agrário, e seu corolário, a saber, a ausência de lavradores na função de credores, como aponta a **Tabela 16**.

A retração da categoria dos lavradores nos financiamentos com penhor deu-se, a nosso ver, também em função de outro aspecto: a *profissionalização dos agentes do crédito* no complexo cafeeiro. Isto fez com que muitos lavradores – que intervinham no mercado de crédito – passassem a ser denominados de outra forma, caracterizando sua especialização nos negócios do crédito. Aqueles que resistiram à crise, como veremos, tiveram a oportunidade de se especializarem, ainda mais, nas atividades creditícias, como foi o caso de Christiano Osório de Oliveira, que se tornou *capitalista*, além de cafeicultor.

Outra circunstância que pesou no afastamento dos lavradores do universo dos credores foi a entrada de novos agentes, muitas vezes, em melhores condições financeiras. Este fato acirrou a concorrência entre os capitais, principalmente, no período subsequente ao primeiro plano de valorização do café, que entrou em funcionamento em 1906.

Desse modo, de acordo com a **Tabela 16**, o subperíodo de 1907-1913 caracterizou-se pela forte participação do capital internacional, que (o qual), juntamente com outras empresas e categorias mais especializadas, com capacidade de conceder crédito com menores taxas de juros e melhores prazos, acabou por solapar (ou) tanto os

lavradores, quanto (s) as demais *categorias* da cadeia do crédito. Em decorrência, a hegemonia dos negócios passou às mãos dos *comissários*, e dos bancos internacionais, localizados fora do âmbito municipal.

Desse modo, na modalidade de crédito pautada pelo penhor agrícola, mais ligada à comercialização das safras, evidenciou-se a dominância dos *comissários*. Portanto, corrobora-se que o *comércio de café*, de fato, restringiu-se a uma categoria mais restrita de agentes, a saber, os *comissários*, os quais estavam situados no topo da cadeia mercantil. Neste patamar da vida econômica, não houve lugar para a democratização da atividade creditícia, como o foi aconteceu com o setor hipotecário.

Contudo, a influência dos *lavradores* também perdeu espaço, ao longo dos subperíodos selecionados, no que tange aos empréstimos hipotecários. Desta forma, vemos que, entre 1890 e 1897, houve o predomínio da categoria dos *lavradores*. Conforme a **Tabela 15**, a presença destes decaiu para 21%, entre 1898-1906; e, retrocedeu, ainda mais, ficando somente com 10%, entre 1907-1913.

Em suma, dentre as principais características dessa cadeia de crédito – como se nota através das **Tabelas 15 e 16** – pode-se mencionar a constante variação no montante emprestado por distintas categorias de agentes do crédito, ao longo do tempo, em razão das oscilações de preços verificadas durante a conjuntura financeira desfavorável, que penalizava os produtores e a cafeicultura em geral. O conflito pela valorização dos capitais, no complexo cafeeiro, tornava-se latente também na cadeia de crédito, ou seja, dependendo das circunstâncias econômicas e financeiras, modificavam-se os coeficientes relativos aos montantes transacionados pelas diversas categorias de credores.

Se, por um lado, os dados denotam expressiva variação de posições em relação aos agentes que atuavam na cadeia do crédito do complexo cafeeiro paulista, por outro lado, eles não explicitam os meandros desses contratos, frente às modalidades de crédito comumente praticadas.

Impõe-se, pois, a análise desse aspecto pela necessidade de se compreender melhor esses referidos *meandros contratuais*, pois foram estes que, em suma, permitiram a apropriação, pelos agentes do crédito, de parte da renda gerada nesta economia.

Então, procuraremos, aqui, revelar os mecanismos de atuação de um agente específico: Christiano Osório de Oliveira, residente em São João da Boa Vista. Julgamos, ainda, ser sua atuação – além de reveladora das práticas, das lógicas e dos

custos no exercício habilitador de crédito – capaz de evidenciar os mecanismos que possibilitaram sua transformação, num primeiro momento, de *fazendeiro* a *capitalista*.

Por isso, pensamos que a atuação de Christiano Osório pode oferecer contribuição à compreensão da lógica habilitadora e da prática do crédito, nas cidades localizadas no interior do Estado. E, também, desvelar outro ponto crucial, que se refere à diminuição da participação dos *lavradores* no financiamento em geral.

Este encolhimento significou não só a *débâcle* dos empréstimos, por parte dos homens ligados à produção de café, mas, nos permitiu conjecturar a possibilidade de ter ocorrido, por exemplo, a *profissionalização* de alguns desses agentes, coadunando, assim, com as metamorfoses observadas, e registradas, de alguns lavradores se alçarem à condição de *capitalistas* ou *comissários*.

Nesse sentido, torna-se imperioso explicitarmos a forma como atuou este empresário do café, na condição de credor, emprestando capitais. Assim vemos, em 1894, Christiano Osório de Oliveira fornecer um dos seus primeiros financiamentos, justamente para dois lavradores de café, Lazaro de Paula Ferraz e Felix de Almeida Cesar. Vejamos os termos do contrato:

Saibam quantos esta virem que no anno sexto da republica, de 1894, aos 10 de outubro, nesta cidade de Casa Branca, em meu cartório compareceram como outorgantes devedores Lazaro de Paula Ferraz e sua mulher Dona Luiza de Almeida Cesar e Felix de Almeida Cesar e sua mulher Dona Anna Cândida de Camargo Cesar, lavradores, domiciliados nesta comarca; e, como outorgado credor, Christiano Osório de Oliveira, fazendeiro, domiciliado na comarca de São João da Boa Vista [...]. E perante as testemunhas, por eles outorgantes devedores foi dito que, a titulo de empréstimo, receberam do outorgado credor Christiano Osório de Oliveira a quantia de 40:000\$000, em moeda corrente desta republica, a prazo de 4 annos, contados desta data e vencível, portanto, a 10 de outubro de 1898, com os juros seguintes de um e meio por cento ao mês, no primeiro anno, e de um por cento também ao mês, nos annos subsequentes, ate final vencimento do prazo estipulado; si, todavia, eles outorgantes devedores não puderem cumprir essa condição, como fica estipulado, esses juros serão capitalizados, também anualmente, ate final embolso da quantia em que ora se constituem devedores; que para garantia desta divida e juros que se vencerem, dão especialmente em hipoteca ao outorgado credor Christiano Osório de Oliveira, os bens abaixo descriptos, que eles outorgantes devedores possuem livres de qualquer hipoteca legal [...] a fazenda judicialmente dividida denominada “Cafesal”, constante de terras de cultura e campos, com 60.000 pés de café, mais ou menos, novos e formados, sendo os primeiros de um anno e tanto de idade a três annos e tanto, casas de morada e de colonos, pastos, monjolo e todas as demais benfeitorias e acessorios nestas existentes, fazenda que se acha situada nesta comarca e

freguesia de Casa Branca [...]; e bem assim as benfeitorias que se fizeram no imóvel ora dada em hipoteca no decurso desta.²⁹³

Pelo exposto (que sintetiza a sistemática comumente adotada por ele neste contexto), evidencia-se que o crédito privado foi praticado pelos fazendeiros de café do Oeste Paulista. Muitos indivíduos recorreram aos credores locais para capitalizarem seus investimentos, frente à “inadequação do sistema bancário para a agricultura da época”.²⁹⁴ E, em conjunturas favoráveis, marcadas pelos preços elevados do café, comprometiam-se ao pagamento de altos juros: no caso em questão, no primeiro ano de contrato, os juros cobrados foram de 18% ao ano – bem mais elevado que os 12% ao ano, comumente praticado na economia cafeeira pelos comissários, por exemplo; e, bastante superiores aos 6% praticado por alguns bancos nacionais, em tal contexto.²⁹⁵ No entanto, como aludido, o crédito bancário, quando disponível à lavoura, ficou restrito a poucos lavradores: somente os grandes fazendeiros, quando muito, conseguiam tocar esta modalidade de financiamento.²⁹⁶

Constatamos também Christiano Osório emprestando para os estabelecimentos comerciais citadinos. Nota-se, até mesmo, a prática de taxa de juro mais acentuada, na casa dos 24% ao ano, àqueles negócios que não se relacionavam diretamente à lavoura cafeeira.

Assim, verificamos através da escritura de confissão de dívida com hipoteca, contratada entre ele, como credor, e Antonio Adriano Álvares e sua mulher, como

²⁹³ Escritura de hipoteca nº 409. *Livro de Inscrição Especial* nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca. Bem como, Extrato de Escritura de Hipoteca. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

²⁹⁴ SAES, Flávio Azevedo Marques de. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p.29-47, 1988. p. 31.

²⁹⁵ Segundo os dados por nós levantados, o Banco do Brasil e o Banco de Crédito Real de São Paulo emprestavam, na década de 1890, com juros de 6% ao ano. Para Flávio Saes, que entende a taxa de juros como o preço do dinheiro, dentre os obstáculos encontrados pela lavoura cafeeira pode-se citar: a dificuldade na obtenção de crédito e os juros altos praticados nos contratos de crédito, que variavam à taxa de 12% a 18% ao ano. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 68. Para Andrea Lluich, os juros se relacionam diretamente com o risco da operação e com o custo básico do dinheiro. In: LLUCH, Andrea. Comercio y crédito agrario: Un estudio de caso sobre las prácticas y lógicas crediticias de comerciantes de campaña a comienzos del siglo XX en La Pampa. *Boletín Del Instituto de Historia Argentina Y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 29, p.51-83, jan/jun. 2006. p. 76.

²⁹⁶ TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e hierarquia do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*, v.4, n. 65, 2011, p. 401-412.

devedores, no valor de 3:000\$000, tendo como garantia um prédio na cidade de São João da Boa Vista. Deste modo vemos que:

No anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1897 aos 7 dias do mês de setembro, nesta cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, em meu cartório por me ser hoje distribuída esta escriptura, compareceram como outorgantes devedores Antonio Adriano Álvares e sua mulher Dona Divina Adelina Álvares, negociantes moradores nesta cidade, e como outorgado credor o Major Christiano Osório de Oliveira, lavrador e capitalista, morador nesta comarca [...] foi dito que pela presente escriptura se confessam devedores ao outorgado Major Christiano Osório de Oliveira da quantia de 3:000\$000, que a titulo de empréstimo lhes foi fornecido pelo mesmo outorgado em moeda corrente, a qual quantia eles outorgantes comprometem a pagar ao mesmo outorgado desta data a 4 annos, isto é, em 7 de setembro de 1901, vencendo desde já os juros de dois por cento ao mês, que serão pagos de 3 em 3 meses, ficando salvo aos outorgantes o direito de saldarem toda a divida antes do seu vencimento, caso isso lhe convenha. E para garantia deste contracto eles outorgantes dão especialmente em hipoteca, uma casa situada nesta cidade e freguesia [...] prédio esse construído de tijollos, coberto de telhas, todo assoalhado, forrado em parte, com armação para negocio, com 4 portas e 2 janellas na frente [...] cujo prédio os outorgantes possuem livre e desembaraçados de qualquer ônus [...] e que os outorgantes houveram por aforamento feito a Fabrica da Igreja Matriz desta cidade e por construção própria [...].²⁹⁷

Neste contrato, repete-se o prazo de quatro anos para o pagamento; entretanto, os juros transacionados elevaram-se para a casa dos 24% ao ano, denotando não só o preço do dinheiro mais elevado para os empreendimentos menores – uma vez que apresentavam maior risco; mas, também, expressavam o momento delicado atravessado pela economia. Comprovamos, ainda, que Christiano Osório de Oliveira apareceu, neste contrato, como *major* e *capitalista*, sinalizando sua escalada socioeconômica.

Antes de explorarmos esta transformação em *capitalista*, caracterizada pela maior especialização nos negócios de crédito, vale ressaltar a utilização de um mecanismo que se mostrou recorrente na sua ação empresarial: a aquisição dos bens dados em garantia via execução judicial. Vejamos de que forma ele procedeu nos casos de insolvência.

Em 1893, Christiano Osório de Oliveira emprestou 2:000\$000, a Luiz Ignácio Ferreira e sua mulher, lavradores de São João da Boa Vista – este foi o menor valor

²⁹⁷ Escriitura de hipoteca nº 380. *Livro de Inscrição Especial* nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista. Bem como, Extrato de Escriitura de Hipoteca. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

fornecido por ele, na categoria *fazendeiro*. O prazo estipulado para pagamento foi de cinco anos, com taxa de juros de 12% ao ano. Como garantia recebeu a hipoteca de uma parte de terras, na Fazenda da Boa Vista. Tal propriedade rural possuía “dois alqueires de terras de cultura, uma casa coberta de telhas e 3.000 pés de café”²⁹⁸.

Contudo, o que mais chamou atenção neste contrato foi à forma pela qual ele foi liquidado: o credor acabou ficando com as terras do devedor. Dada a impossibilidade de saldar a dívida, com certeza, em função da crise que assolou a cafeicultura, nos anos iniciais do século XX, o credor recorreu à liquidação judicial. Assim lê-se na averbação: “Certifico que por carta de arrematação extrahida dos autos de execução hypotecaria, de 08 de dezembro de 1902 [...] o credor exequente Major Christiano Osório de Oliveira, senhor e possuidor dos bens inscriptos ao lado e mais dos arrematados e executados dos devedores Luiz Ignácio Ferreira e seus filhos [...]”²⁹⁹.

Nesse caso, o não pagamento da dívida resultou na apropriação dos bens dos devedores pelo credor, garantindo a solvabilidade e o retorno do capital empregado no empréstimo. Vale lembrar, mais uma vez que, entre 1898 e 1906, a cafeicultura enfrentou severa crise, resultado da baixa dos preços no mercado internacional e da política *contencionista* de Campos Sales. Esta situação delicada, principalmente, para os plantadores de café, refletiu-se, em muitos casos, em falências e execuções hipotecárias – que atingiram de forma muito mais categórica os membros do médio capital cafeeiro e os pequenos produtores em geral.

Tal fato, por outro lado, contribuiu para promover a maior concentração fundiária por parte dos cafeicultores melhores situados na hierarquia social e mercantil. O crédito, deste modo, enlaçava as propriedades rurais, reforçando o mecanismo de aquisição de terras, por parte do grande capital cafeeiro.

Em outro caso, percebemos as mesmas constatações. Em 1895, Christiano Osório de Oliveira, emprestou 7:000\$000 para Antonio Braz Ramos, lavrador residente em São João da Boa Vista, com prazo de quatro anos para total reembolso e juros de 18% ao ano. Como garantia, o devedor forneceu o Sítio Mattão, situado no mesmo município, com 14 alqueires de terra, 15.000 pés de café de “ano e meio”, contendo

²⁹⁸ Escritura de hipoteca nº 90. *Livro de Inscrição Especial* nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

²⁹⁹ Escritura de hipoteca nº 90. *Livro de Inscrição Especial* nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

casa de morada e mais benfeitorias.³⁰⁰ Como o pagamento do empréstimo não foi realizado na data estipulada, o credor executou o devedor, e recebeu os bens em *dação in-solutum*.

O maior crédito outorgado por Christiano Osório de Oliveira, neste primeiro momento, ainda como fazendeiro de café, alcançou o valor de 55:000\$000; e, também, chegou ao fim com a execução do devedor, bem como a correspondente aquisição da propriedade agrícola hipotecada. Assim sendo, em 21 de março de 1896, Francisco José Bastos, morador de Casa Branca, contraiu um empréstimo, no mencionado valor de 55:000\$000, junto ao credor Christiano Osório de Oliveira.

O prazo estipulado para o pagamento foi de dois anos, com taxa de juros de 18% ao ano. Como garantia real do contrato, hipotecou a Fazenda Quinta Michaelense e parte da Fazenda Boa Vista, ambas localizadas em Casa Branca. As garantias foram descritas da seguinte maneira:

A Fazenda agrícola Quinta Michaelense, composta de terras de campos e mattos, com três casas de morada, sete ditas de colonos, uma de vigia, uma casa de machina de beneficiar café, com os respectivos machinismos, 30.000 pés de café formados, 12.000 pés de café por formar [...] e bem vinte alqueires de campos na Fazenda Boa Vista [...].³⁰¹

Como o pagamento não se realizou na época convencionada (21 de março de 1898), o credor Christiano Osório moveu ação executiva hipotecária, contra Francisco José Bastos, para saldar a dívida:

Faço saber que por este juízo e cartorio do escrivão Antonio Forani, se promoveram os termos de uma acção hypothecaria, em que é autor Christiano Osorio de Oliveira e réu Francisco José Bastos e sua mulher dona Maria Alexandrina de Moraes Bastos, sendo penhorado o immovel hypothecado, e julgada por sentença de penhora, depois do que foi o immovel a tres praças, sendo afinal arrematada pelo supplicante [Christiano Osório de Oliveira]. Como assim o fez e me pedisse para titulo e conservação de seu direito lhe mandasse passar a sua carta de arrematação, asssim o fiz [...].³⁰²

³⁰⁰ Escritura de hipoteca nº 192. *Livro de Inscrição Especial* nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

³⁰¹ Escritura de hipoteca nº 447. *Livro de Inscrição Especial* nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

³⁰² Carta de arrematação (1898). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Os bens foram penhorados e entregues a um fiel depositário, nomeado pela justiça. Logo depois, foi realizado o auto de avaliação dos mesmos, atingindo o valor de cerca de 76:000\$000:

As terras de campos e matos, da fazenda Quinta Michaelense [...] dão o valor de 6:200\$000; três casas de moradas na mesma fazenda por 7:000\$000; sete casas para colonos por 1:800\$000; uma dita para vigia por 180\$000; uma dita para cammaradas por 500\$000; um paiol por 1:500\$000; uma casa de machina de beneficiar café com seus respectivos machinismos por 26:000\$000; 25.000 pés de café formados com os fructos pendentes e alguns já colhidos por 32:500\$000; dez a doze mil pés de cafés por formar, quase extinctos, e abandonados, por 500\$000, vinte alqueires de campos na fazenda Boa Vista por 400\$000 [...].³⁰³

Outro aspecto merece destaque: depois de ser levado a três praças, o imóvel foi arrematado, pelo próprio credor, no valor de 60:000\$000 – bem menor que a quantia avaliada. Corroborando, assim, o mecanismo de aquisição de terras, via capital de crédito. A primeira praça aconteceu em 13 de julho de 1898; a segunda, em 03 de agosto do mesmo ano; e, a última, em 12 de agosto seguinte; da qual se extraiu a sentença final, com o seguinte teor:

Aos 22 de agosto de 1898 [...] que depois de muito apregoar, deu a sua fé de não haver comparecido pretendente algum pelo preço da arrematação, pelo que o juiz mandou que fossem ditos bens levados a leilão pelo preço que alcançarem. O que cumprindo o dito official, servindo de porteiro, depois de muito apregoar deu a sua fé de haver sido o maior preço alcançado o de 60:000\$000 offerecido por Christiano Osorio de Oliveira.³⁰⁴

Evidencia-se, portanto, que pelo fato de não ter havido nenhum comprador interessado na propriedade facilitou o rebaixamento do preço final oferecido por Christiano Osório de Oliveira – julgamos que o contexto econômico conturbado pelo qual atravessava a cafeicultura, no período de 1898 a 1906, deve ter colaborado para a desvalorização do imóvel rural e também deve ter contribuído para espantar os demais investidores. Assim, vemos que, além de extrair lucro com os juros cobrados, havia a possibilidade de amealhar mais terras ao seu patrimônio, redundando num distinto mecanismo de concentração fundiária.

³⁰³ Ibidem. p. 6. Ibidem.

³⁰⁴ Ibidem. p. 19. Ibidem.

Deste modo, a análise de tais contratos de crédito permitiu-nos tecer algumas considerações:

a) o acesso ao crédito por meio de *formas indiretas*, ou seja, mediante empréstimos privados foi essencial para a manutenção da vida dos pequenos e médios lavradores de café que, impossibilitados de acessar o sistema bancário, obtinham crédito junto aos grandes fazendeiros locais;

b) Christiano Osório de Oliveira encontrou na prática do financiamento uma forma segura de investir sua riqueza, pois além de auferir lucros com as altas taxas de juros praticadas, tinha a possibilidade de incorporar os bens assegurados nas garantias;

c) embora as elevadas taxas de juros se apresentassem como obstáculo às unidades produtivas menores ou às famílias de pequenas posses, tais empreendimentos não deixaram de demandar crédito, e estiveram no rol dos devedores de Christiano Osório;

d) mesmo conseguindo acesso ao crédito, com os respectivos agentes locais, estes produtores de café e comerciantes de menor calibre ficavam reféns dos juros e prazos desvantajosos, fato que ocasionou, especialmente em momentos de crise, a perda dos bens hipotecados.

Assim sendo, denota-se a existência de frações de classes distintas, no seio da economia cafeeira paulista. Essa diversificação dos capitais resultou, segundo Renato Perissinotto – ancorado na visão de Sérgio Silva – na formação de, ao menos, duas classes no interior da elite cafeeira, a saber:

A do *grande capital cafeeiro* e a do *médio capital*. O primeiro se refere a um capital com base na produção de café, porém diversificado, agindo em outros setores da economia, ligados entre si e dependentes da economia cafeeira. Esse grande capital, embora diversificado, tem um caráter predominantemente mercantil e pode ser definido como uma burguesia comercial. É a camada superior da burguesia cafeeira. Já o médio capital define, sobretudo, uma fração de classe ligada ao capital produtivo agrário, isto é, constitui-se de indivíduos que são apenas proprietários de terra. É a camada inferior da burguesia cafeeira.³⁰⁵

Para Flávio Saes, o capital cafeeiro, apesar de ter sua origem intimamente vinculada à produção de café foi, aos poucos se diversificando, e apresentando, várias

³⁰⁵ PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na Republica Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 30.

estratificações, distanciando-os, cada vez mais, do processo de acumulação cingido à esfera produtiva. Em suas palavras:

O capital cafeeiro mostrava várias faces – a agrária, a comercial, a bancária, a ‘industrial’ (no caso da indústria de transporte – as ferrovias – e no beneficiamento) – e fracionava-se em dois estratos distintos: o grande capital – a um tempo agrícola e ‘urbano’ – e o médio capital, concentrado na ‘lavoura’ (enquanto atividade predominante e enquanto manifestação ideológica).³⁰⁶

Em relação aos desideratos desta estratificação do capital cafeeiro para o campo exclusivo do crédito, o trabalho de Rodrigo Fontanari ressaltou que tais divisões – entre *médio capital cafeeiro*, estreitamente ligado à produção, e, o *grande capital cafeeiro*, caracterizado pela diversificação dos negócios às áreas urbanas – resultou em visões políticas distintas acerca da questão do crédito. A seu ver:

Essa divisão jogará papel fundamental no campo político, onde residiram interesses conflitantes quanto as medidas governamentais de expansão ou não do crédito estatal: para os lavradores especializados na produção o governo deveria intervir; mas, para os que tinham negócios diversificados era interessante a não participação estatal, deixando o sistema de crédito comercial funcionar ‘normalmente’, pois desta forma ‘liberalizante’ teriam maior lucratividade.³⁰⁷

Constatou-se, deste modo, a predominância do caráter *multifacetado* do crédito no complexo cafeeiro, ou seja, no manuseio das fontes históricas – como observado pelas **Tabelas 15 e 16** – percebemos a existência coetânea de diferentes modalidades de financiamentos na cadeia creditícia. Tais modalidades possuíam íntimas relações com os movimentos conjunturais do mercado cafeeiro, apresentando variações substanciais no decorrer do tempo.

O caso específico de Christiano Osório de Oliveira mostra a evidente inserção da figura do *fazendeiro* de café no mundo do crédito, e de como, na falta de capitais disponíveis para os cafeicultores, tornou possível novas oportunidades de investimento através da oferta particular de crédito. Ainda, como corolário dessas operações

³⁰⁶ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hicitec, 1986. p. 275-276.

³⁰⁷ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 107.

creditícias, Christiano Osório, exercendo papel de credor, logrou a diversificação e a maior valorização do seu capital agrário.

O ponto importante a ser destacado foi à transformação do fazendeiro em prestador de dinheiro, ou seja, sua metamorfose em *capitalista*. Em outras palavras, na ausência de um sistema bancário adequado à lavoura, disponível nas cidades especializadas na produção cafeeira, surgiu, pela necessidade, um sistema de crédito mais modesto – mas, não menos lucrativo – baseado em agentes locais, que constou com destacada participação de fazendeiros enriquecidos.

Estes agentes do crédito surgiram do próprio processo de acumulação de capital no complexo cafeeiro. No caso em questão, o fazendeiro de café ao experimentar crescimento gradativo da riqueza, reinvestiu sua fortuna via crédito, suprimindo parte da demanda por financiamentos. Assim, achou oportunidades de investimento ao diversificar seus capitais por intermédio de cessão de empréstimos àqueles que não conseguiam tocar o sistema bancário da Primeira República.

Em suma, os novéis capitalistas, lançando mão destas estratégias de diversificação, deram continuidade ao seu processo de enriquecimento, obtendo significativa lucratividade, ancorada na cobrança de taxas de juros elevadas. Como já mencionado, na falta de pagamento por parte dos tomadores de empréstimos angariaram mais propriedades agrícolas, de modo que, passando à posterior condição de *capitalistas*, reforçavam também sua condição de grandes proprietários de terras.

Passaremos agora a detalhar e analisar essa ação empresarial de Christiano Osório como capitalista.

2.6- A especialização nos negócios do dinheiro: o papel do *capitalista* no complexo cafeeiro paulista (1897-1914)

Neste segundo momento (1897-1914) abordaremos, mais especificamente, a *especialização* de Christiano Osório de Oliveira como negociante de dinheiro. Esta transformação se deu quando ele passou a emprestar dinheiro, recorrentemente, atuando, desde então, como *capitalista*. Em tal contexto estabeleceu ligações com o comissário José Domingues Martins, da Praça de Santos, evidenciando, inclusive, seu interesse pela comercialização de café.³⁰⁸

³⁰⁸ José Domingues Martins nasceu em Santos a 3 de fevereiro de 1864 e faleceu em São Paulo, no Largo do Arouche n. 46, em seu palacete, a 24 de janeiro de 1924. Durante 25 anos foi comissário de café na

Sob este prisma, nossa análise voltou-se à compreensão deste agente do crédito, em seu papel de capitalista e representante da casa comissária *J. D. Martins*, de Santos. Na *categoria de capitalista*, ele movimentou, nos livros cartoriais, cerca de 800:000\$00 em empréstimos.

Segundo Flávio Saes “sabemos da existência de inúmeros bancos, mas sabemos também ter sido possível as casas comerciais e mesmo a indivíduos realizarem empréstimos de modo regular sem que haja registros documentais completos ou de fácil acesso”³⁰⁹.

Assim, julgamos ser de fundamental importância revelar os mecanismos e as lógicas dos empréstimos fornecidos por Christiano Osório como *capitalista*, uma vez que nos permitem avançar no conhecimento referente ao crédito privado, em sua face *não institucionalizada*.

No caso em questão a figura do capitalista originou-se do fazendeiro de café. Ao acumular capitais, ele exerceu também a atividade creditícia, de forma mais habitual. Contudo, presumimos que, no Oeste Paulista, os capitalistas poderiam provir tanto da categoria dos fazendeiros, quanto derivar daqueles indivíduos ligados ao comércio – não sendo vedadas as possibilidades de outros segmentos como, por exemplo, os *profissionais liberais e proprietários*, dedicarem-se às *práticas usurárias* (o conceito de usurário urbano deve ser pensado sem a conotação negativa que carrega atualmente). Rodrigo da Silva Teodoro constatou que os capitalistas, na cidade de Franca, tiveram origem, de fato, junto aos fazendeiros e comerciantes locais.³¹⁰

Praça de Santos. Presidiu a Associação Comercial de Santos no biênio de 1909-1910. Vereador à Câmara Municipal de Santos nos períodos de 11 de abril de 1893 a 23 de outubro de 1894 e de 15 de janeiro de 1908 a 15 de janeiro de 1909, sendo presidente da Mesa em 1908. Sócio influente e benemérito da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, Irmão da Irmandade dos Passos e da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo. Capitalista, comerciante e industrial, construiu o *edifício J. D. Martins*, na Praça Barão do Rio Branco, esquina da Praça da República, onde se instalou o *Santos Hotel*, falecendo antes da inauguração do prédio. In: LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

³⁰⁹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. A questão do crédito na economia paulista na Primeira República. In: BARRETO, A. M.; LUNA, F. V.; SAES, F. A. M.; COSTA, I. N.; NOZOE, N.; MELLO, Z. M. C. *História Econômica: ensaios*. São Paulo: IPE/USP, 1983. p. 122.

³¹⁰ TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca, 1885-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/ UNICAMP, 2006. O levantamento de fontes documentais, realizado para a tese, corrobora essa assertiva: dentre os comerciantes que foram designados como capitalistas tivemos: em Santa Cruz das Palmeiras: Ambrogio Margutti e José Avesani; em São João da Boa Vista: Felipe Cabral de Vasconcellos. Dentre os lavradores que passaram a ser denominados como capitalistas encontramos: em Casa Branca: Domingos Villela de Andrade; em Tambaú: Militão Nogueira de Carvalho; em São João da Boa Vista: Domingos Theodoro de Azevedo Sobrinho.

Apesar da importância assumida por tais agentes, se pode constatar quão pouco se escreveu sobre o papel dos *capitalistas* na economia brasileira, principalmente no complexo cafeeiro paulista – lembrando que, do ponto de vista jurídico, eles podiam praticar o crédito normalmente, sem restrições legais de valores, ou sujeitos a limitação de taxa de juros.³¹¹

Em relação à cafeicultura do Vale do Paraíba, no século XIX, existem alguns trabalhos como o de Stanley Stein e Renato Marcondes, acerca do papel dos capitalistas. A obra de Stein versou sobre o desenvolvimento da cafeicultura escravista em Vassouras, e destacou o modo como os fazendeiros do município captavam crédito. Conseguiram-no de três fontes principais: junto ao seio familiar, dos fazendeiros endinheirados da vizinhança, ou dos capitalistas locais – dentre os quais, destacavam-se os membros da família Teixeira Leite. Muitos capitalistas e comerciantes, ainda, representavam os interesses dos comissários situados na praça comercial do Rio de Janeiro. Tais relações, em sua visão, foram prejudiciais para os lavradores do município, pois, por conta da alta taxa de juros e do mecanismo de comercialização das safras, acabaram por aprisioná-los numa espécie de *círculo de ferro*, que somado à tendência de esgotamento da produção, na região vale-paraibana, obstaculizou a acumulação endógena de capital na cidade, e levando a ruína muitos cafeicultores.³¹²

Renato Marcondes, por sua vez, que estudou o município de Lorena, no Vale do Paraíba paulista, durante o século XIX, evidenciou as formas mais habituais de financiamento da cafeicultura regional: os capitalistas e os comissários. O crédito bancário, apesar de existente, restringiu-se a uma parcela diminuta de cafeicultores, em virtude das dificuldades contratuais e das garantias exigidas para sua realização. Embora os comissários do Rio de Janeiro desempenhassem papel importante na concessão de crédito, o autor ressaltou que: “os capitais residentes na localidade mantinham o domínio da atividade de financiamento”.³¹³

Enfatizou, ainda, que os capitalistas tiveram sua origem ligada às famílias mais ricas da cidade. Ademais, os grandes credores locais comandaram os financiamentos para a lavoura cafeeira e para o comércio municipal. Ressaltou, ainda, um dado referente ao predomínio dessa categoria social, afirmando que, apenas três capitalistas

³¹¹ Somente com a Lei da Usura, que entrou em vigor pelo Decreto nº 22.626, de 7 de Abril de 1933, que impôs limites aos juros.

³¹² STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. P.20-36.

³¹³ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998. p. 232.

concentraram 94,9% dos empréstimos apurados nos inventários. Nas palavras do Marcondes:

As trajetórias destes três indivíduos evidenciam a potencialidade de enriquecimento com base na atividade creditícia. O momento de desenvolvimento da cafeicultura propiciou-lhes condições de assumirem tal papel. Seus empréstimos destinavam-se não apenas aos grandes cafeicultores, mas também aos produtores de café de todos os portes e às pessoas com outras ocupações. Entretanto, os indivíduos de poucos recursos apresentaram condições mais frágeis de financiamento, devido à dificuldade de oferecerem garantias. A atividade usurária mostrou-se propícia à acumulação de riqueza aos indivíduos, superando a obtida por meio do comércio exclusivamente e da própria cafeicultura. A ausência de um sistema bancário desenvolvido permitiu aos capitalistas apropriarem-se de uma grande parcela da renda gerada na economia.³¹⁴

Algumas pesquisas também foram realizadas, nesse sentido, em relação ao Oeste cafeeiro paulista. Rodrigo Teodoro, baseando-se em escrituras cartoriais, destacou, para o caso de Franca, a existência de uma íntima associação entre os capitalistas locais e os comissários de Santos, no fornecimento de crédito aos lavradores.

Em sua interpretação:

O mais provável, considerando-se a magnitude das quantias movimentadas pelos capitalistas é que estes desempenhassem o papel de intermediários. Na verdade, talvez estes grandes usurários não se envolvessem na comercialização do café, apenas financiassem seus clientes e, preocupados com sua solvência, se esforçariam para colocar o seu produto no mercado da melhor forma possível. Neste caso o comissário lucraria com a comissão obtida na venda do café e o capitalista com os juros oriundos do empréstimo. Por outro lado, poderíamos pensar os capitalistas como uma correia de transmissão dos financiamentos do comissariado, situação que se mostraria lucrativa para esses usurários locais somente no caso de se apropriarem de uma parcela de juros, o que nos habilitaria a imaginar a cadeia do crédito segundo este esquema: bancos → comissário → capitalista → fazendeiro.³¹⁵

Todavia, a nosso ver, se houve uma atuação coordenada entre capitalista e comissários para o caso da cidade de Franca, pode-se dizer que esta não representou a única maneira de ação destes agentes do crédito. Tal divisão do trabalho, entre os

³¹⁴ Ibidem. p. 245.

³¹⁵ TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca, 1885-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/ UNICAMP, 2006. p. 103-104.

credores *internos* e *externos*, foi matizada por Rodrigo Fontanari, em pesquisa sobre Casa Branca, no interior paulista.³¹⁶

Nesta cidade de Casa Branca, de fato, marcada pela grande lavoura cafeeira – ao contrário de Franca – notou-se que os comissários de café, estabelecidos em Santos e São Paulo, atuaram diretamente no fornecimento de capitais. Os índices encontrados, obtidos através da quantificação dos penhores agrícolas, denotam a participação desta categoria em 21% dos contratos, fornecidos entre 1885-1895; 68%, entre 1896-1906; e, 57%, entre 1907-1914.³¹⁷ Os capitalistas, a seu turno, corresponderam com 13%, entre 1885-1895, e, depois, praticamente desapareceram dos empréstimos garantidos com penhor de café.³¹⁸

Com relação aos empréstimos hipotecários, em Casa Branca, a participação dos capitalistas elevou-se um pouco mais; todavia, ao longo do tempo, também perdeu espaço. Os capitalistas concederam 5% dos créditos, entre 1885-1895; 20%, entre 1896-1906; e, somente 1%, entre 1907-1914.³¹⁹

Fábio Correa, que investigou o crédito agrícola na economia paulista, nas duas décadas iniciais do século XX, chamou a atenção para a heterogeneidade dos agentes envolvidos na comercialização e financiamento do café. Tal grupo compunha-se de exportadores de café, comissários, bancos (de variados tamanhos), capitalistas, comerciantes, fazendeiros, maquinistas (proprietários de máquinas de beneficiar café) etc.

Destarte, fez importante observação:

Como o crédito entre particulares era uma operação amplamente disseminada, certamente muitos fazendeiros emprestavam regularmente a seus vizinhos, parentes e amigos. Entretanto, havia uma camada de indivíduos que embora atuasse em outras atividades, como fazendeiros ou comerciantes, especializou-se na concessão de empréstimos.³²⁰

Deste modo, pensamos ser esta especialização dos negócios do crédito um ponto imprescindível para entendermos, de forma geral, a figura dos capitalistas no complexo

³¹⁶ FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

³¹⁷ Ibidem. p. 135.

³¹⁸ Ibidem. p. 98.

³¹⁹ Ibidem. p. 97.

³²⁰ CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo: 1906-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/ USP, 2014. p. 30.

cafeeiro. Se por um lado, os trabalhos mencionados versaram sobre a participação desta categoria ocupacional junto ao financiamento do setor agrícola, em suas respectivas regiões, por outro, todas as pesquisas trataram os capitalistas de forma indireta.

Claro que respostas peremptórias a toda gama de questionamentos acerca do papel do capitalista na economia cafeeira demandaria uma pesquisa específica. Entretanto, pensamos que, através da atuação de Christiano Osório de Oliveira, podemos fazer algumas inferências no sentido de jogar novas luzes ao tema. Assim, vejamos alguns exemplos de como se desenvolveu sua atuação como *capitalista*.

Em 1897, o então Major Christiano Osório de Oliveira, em conjunto com Domingos Theodoro de Azevedo Sobrinho, lavradores e capitalistas, residentes em São João da Boa Vista, emprestaram 120:000\$000 ao lavrador Irineu Marçal Nogueira de Barros, também morador de São João da Boa Vista. O contrato estipulou a data de vencimento em quatro anos, e os juros de 12% a. a. Como garantia o devedor hipotecou dentre outros bens, a Fazenda Santa Margarida, composta de 55 alqueires de terras de cultura, com 100.000 pés de café, entre novos e formados, casa de morada, tulha, paiol, moinho de fubá, casas de colonos e mais benfeitorias. Ainda, ficaram submetidos à garantia “os fructos que produzirem os cafezaes descritos nas terras mencionadas, os quaes não poderão ser vendidos nem alienados sem expresso consentimento dos outorgados credores, enquanto não for saldada a presente divida”.³²¹ Desta maneira, fica clara a intenção dos credores: apropriarem-se, via relação contratual, do café produzido pelo devedor.

Este caráter de sujeição do devedor para com o credor fica evidente em outra escritura de concessão de crédito mediante penhor agrícola. Em 1908, Luciano Ribeiro Nogueira, lavrador, residente em Casa Branca contraiu uma dívida, no valor de 45:500\$000, para com o capitalista Christiano Osório de Oliveira. As cláusulas previam os juros de 1% ao mês e o prazo de vencimento de um ano. Para garantir o crédito o devedor deu “10.000 arrobas de café da safra do corrente ano, que está sendo colhida da referida fazenda, que os devedores se obrigam a remetter a *Casa Comissária J. D. Martins*, de Santos, estando incluído nesse número as 6.000 arrobas já oneradas”.³²² Esta escritura, além de exigir a entrega dos cafés nas cláusulas contratuais, revela a ligação do credor com o respectivo comissário estabelecido na cidade de Santos.

³²¹ Escritura de hipoteca nº374. *Livro de Inscrição Especial* nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

³²² Escritura de penhor agrícola nº258. *Livro de Transcrição de Penhor Agrícola* nº5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Julgamos, ainda, ser esse contrato interessante pelo fato de ter sido quitado só em 18 de maio de 1922, sem nenhuma execução judicial. Apresentou-se, assim, vantajoso para o credor, pois ele poderia prorrogar o prazo para quitação, estendendo por mais tempo seu domínio sobre a safra do devedor, elevando, dessa forma, suas possibilidades de lucratividade.

Rodrigo da Silva Teodoro, como aludido, diagnosticou a existência, na cidade de Franca, de tal mediação entre os comissários e os fazendeiros, realizada pela figura do *capitalista* local. “A conclusão a que se chega é que o comissariado deveria atuar de forma coordenada com os capitalistas locais [...]”.³²³ O autor constatou que existiu forte laço entre os comissários de café, de Santos, e os usurários locais, e, que:

Até certo ponto, aqueles não lograriam estender sua influência sobre as localidades do interior sem o auxílio dos capitalistas. Não podemos afirmar com certeza se a totalidade dos comissários dependia desta intermediação, mas este tipo de associação parece ter se intensificado durante a economia pós-plano de valorização.³²⁴

A nosso ver, como já afirmamos anteriormente, dada a complexidade das unidades produtivas existentes no complexo cafeeiro, é bem provável que essa estruturação acabasse sendo comum no complexo cafeeiro, ainda mais, pela circunstância da cafeicultura de Franca estar baseada na média e na pequena lavoura. A fragmentação das unidades requeria maior atenção no acompanhamento dos contratos de crédito – aspecto que demandava a figura do capitalista como intermediário, entre o produtor e o comissário, para o bom andamento das relações comerciais.

³²³ TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca, 1885-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/ UNICAMP, 2006. p. 109.

³²⁴ Ibidem. p. 107.

Tabela 17. Maiores produtores de café de São João da Boa Vista, 1908.

Fazenda	Proprietário	Tamanho	Nº pés	(@/ano)
Laje	Christiano Osório de Oliveira	1.200 hectares	400.000	30.000
Aliança	Cel. José Procópio de A. Sobrinho	750 hectares	400.000	30.000
Jaguary	Antonio Ribeiro dos Santos	800 alqueires	360.000	16.000
Paulicéia	Cel. José Procópio de A. Sobrinho	1.250 hectares	310.000	20.000
Refugio	Coronel Ernesto de Oliveira	5.000 hectares	300.000	20.000
Desterro	Cel. José Procópio de A. Sobrinho	1.250 hectares	300.000	28.000
Itaguassú	Coriolano de Lima	750 hectares	300.000	25.000
Alegre	Cel. Gabriel Jose Ferreira	5.500 hectares	300.000	20.000
Sta. Helena	Cel. Joaquim Candido de Oliveira	1.000 hectares	280.000	20.000
Cachoeira	Dona Ana Gabriela de Oliveira	1.500 hectares	270.000	20.000
Retiro	Cel. José Procópio de A. Sobrinho	500 hectares	220.000	20.000
Paraíso	Gabriel Junqueira	1.250 hectares	180.000	15.000
Aurora	Dona Ignacia de Azevedo	825 hectares	180.000	8.000
Aparecida	Cel. José Jacintho do Amaral Pinto	350 alqueires	170.000	10.000
Sta. Gabriela	Domingos Theodoro de A. Sobrinho	400 hectares	150.000	15.000

Fonte: KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores*: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908.

Para o caso de São João da Boa Vista, caracterizado por grandes plantações de café – como averiguado na **Tabela 17** – julgamos que, de fato, além de ter existido a intermediação comercial entre capitalistas locais e comissários, foi usual também aos comissários de Santos emprestarem diretamente aos lavradores. À vista disso, como explicar a cooperação, ou a necessidade desta, entre tais agentes?

Uma análise nos dados quantificados pode iluminar a questão. Pelas **Tabelas 15** e **16**, no subperíodo compreendido entre 1898 e 1906, nota-se a predominância, em São João da Boa Vista, dos credores locais no fornecimento de crédito com hipoteca: os *capitalistas* responderam por 23%; os *lavradores* por 21%; os proprietários por 11%; e, o banco regional (representada pela firma de descontos *João Osório de Andrade Oliveira*, fundada na cidade, em 1897) abarcou 9%. Desta maneira, os credores locais foram responsáveis por 64% dos financiamentos hipotecários registrados no município.

Vale lembrar que este período, de 1898-1906, caracterizou-se por severa crise na economia cafeeira, trazendo dificuldades tanto para o setor da produção quanto para as atividades complementares do complexo cafeeiro.

Segundo Wilson Cano:

Da vigorosa expansão monetária, que surge com o nascimento da república, se passaria, a partir de 1896, no governo Prudente de Moraes, a uma política de contenção que, associada à crise do café e à crise cambial, faria com que os rumos da política econômica se mantivessem francamente deflacionistas, tanto no governo de Campos

Sales (1898-1902) quanto no quadriênio seguinte, de Rodrigues Alves. Cassado o privilégio de emissão aos bancos, em 1896, e desencadeada a deflação, o sistema atingiria seu ponto crítico em 1900, com a crise bancária, quando vão à falência, nada menos de 17 bancos nacionais.³²⁵

Desse modo, no contexto da crise, observamos retração contundente da participação da categoria *banco nacional* e *banco internacional* nos empréstimos hipotecários e pignoratícios, em São João da Boa Vista. Com aprofundamento da crise, notamos a ausência total do capital bancário, num dos momentos mais críticos atravessados pela lavoura cafeeira. Pode-se, pois, afirmar que os Bancos enxugaram sua carteira de crédito frente à conjuntura financeira adversa, já mencionada, ocorrida em todas as esferas econômico-financeiras, e, em especial, na economia cafeeira paulista.³²⁶

Nestas circunstâncias, os credores da cidade, como aludido, assumiram papel mais ativo e foram responsáveis por 64%, dos quase três mil contos de réis transacionados na cidade, via empréstimo hipotecário. E, em relação aos credores de outras localidades, entre 1898-1906, couberam aos *comissários* 27% dos empréstimos com hipoteca, e, 83% dos empréstimos com penhor agrícola.

Constatamos, ainda, intensa atuação direta dos comissários, principalmente, depois do primeiro plano de valorização do café. Os dados colhidos indicam que a participação dos comissários, na massa de hipotecas, firmadas em São João da Boa Vista, subiu para 59%, entre 1907-1913. No tocante aos penhores, manteve-se identicamente alta, representando 65%, no mesmo período.

Tais dados confirmam a participação direta dos comissários na região em questão. Acreditamos que este sistema creditício tenha se replicado, inclusive, em outras localidades, especialmente naquelas caracterizadas pela grande lavoura cafeeira – uma vez que a cafeicultura de maiores dimensões, ao demandar mais crédito e conceber safras portentosas, acabava facilitando e despertando maior interesse dos comissários de café, em tomar parte ativa e direta desse filão bem sucedido de negócios.

³²⁵ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 73.

³²⁶ Restaurada a normalidade financeira e a alta dos preços do café, entre 1907 e 1913, a categoria *Bancos* voltou a conceder crédito à lavoura, mesmo que de forma moderada: os bancos nacionais concederam 13% do total dos empréstimos hipotecários e 8% dos empréstimos pignoratícios. Os bancos internacionais, por sua vez, concederam 3% dos empréstimos com hipoteca e 26% dos empréstimos com penhor agrícola, ressaltando seu interesse pela mercadoria café após o plano de valorização, que foi encabeçado pelo capital internacional.

Assim, o fato de a relação comercial estabelecida entre o capitalista Christiano Osório de Oliveira e a casa comissária *J. D. Martins* ter se organizado logo no início do século XX, no desenrolar da crise cafeeira e bancária, assinalada pela baixa liquidez monetária, permite-nos conjecturar que, por certo, os comissários buscavam novas estratégias de capitalização, junto aos capitalistas locais. Porém, além disso, julgamos existirem outras motivações por detrás dessa associação.

A nosso ver, a necessidade de prepostos nas cidades do interior, dar-se-ia mais por conta do rebaixamento dos riscos, inerentes às transações comerciais firmadas entre os comissários e lavradores, à qual também se vinculava o crédito. Assim, a atuação do comissário parece ter demandado, em cada região, seus respectivos representantes comerciais, considerando para isso questões relacionadas às distâncias, às condições locais, contratuais e sazonais, próprias à atividade cafeeira; assim, ficavam incumbidos esses representantes de zelar por todos os interesses determinados nestas relações, tais como: trâmite contratual, ingerências legais, fiscalização das garantias, cobrança de juros, análise da qualidade e envio do café, repasse de capitais e informações etc.

Por esse ângulo, corroboramos a hipótese da existência de forte *cunho personalista* nas relações de comercialização e financiamento do complexo cafeeiro paulista. Parece-nos que a ação desempenhada pelo fazendeiro como representante comercial das casas comissárias foi imprescindível.

A propósito José Ênio Casalecchi constatou que:

No que se refere à comercialização do café, ao lado do conhecido comprador itinerante das Casas Comissárias aparecia o *comprador local*. A sua tarefa não deveria absorver todo o seu tempo. Ao lado de épocas em que as atividades eram mais intensas – envio do café depois da safra, procura de novos fregueses entre outubro e dezembro, etc. – existia etapa em que não havia o que fazer. Por isso, o representante local deveria ter mais de uma atividade, não estando permanentemente por conta da Casa Comissária. Por outro lado, seria alguém que tivesse prestígio local, podendo usar de suas amizades, além de conhecer os problemas da cultura cafeeira. Somava todos esses atributos o fazendeiro de café, daí encontrarmos como representante de uma Casa Comissária na região de Araraquara, Carlos Leôncio Magalhães, um dos seus mais destacados cafeicultores.³²⁷

³²⁷ CASALECCHI, José Ênio. O fazendeiro de café como representante de casa comissária: estudo de uma correspondência. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, v. 1, n. 1, p.216-221, 1976. p. 219.

Portanto, nos parece bastante próximo os papéis desempenhados por Christiano Osório de Oliveira e José Domingues Martins, na região de Casa Branca e São João da Boa Vista, onde explicitou-se a mesma recorrência, conforme mostraremos a seguir. O primeiro possuía, além de capital acumulado, largo prestígio em São João da Boa Vista; e, o segundo, como comerciante de café situado no cume da hierarquia mercantil do complexo cafeeiro, necessitava de tais prepostos para garantir seus negócios e, de quebra, promover maior capitalização.

Todavia, apesar dos interesses mútuos, tal *associativismo*, não necessariamente, inibia a ação individual dos respectivos envolvidos. A princípio, não se estabeleceu uma sociedade comercial específica entre ambos, como, por exemplo, através da fundação de firma comercial. Por isso, a atuação foi acertadamente coordenada, nas palavras de Rodrigo Teodoro.

Assim, analisamos as atividades da Casa Comissária *J. D. Martins* e levantamos os dados seguintes, relacionados aos contratos realizados, em São João da Boa Vista: oito contratos com hipoteca, entre 1902 e 1910, no valor de aproximadamente 520:000\$000, com prazo de pagamento variando de 12 a 60 meses, e cobrança de juros de 12% ao ano. No mesmo período, efetuou 24 financiamentos com penhor agrícola, perfazendo o total de 514:800\$000, com prazo médio de um ano e também juros de 12% a. a.

O que estipulavam tais contratos de crédito?

Na documentação particular de Christiano Osório de Oliveira deparamo-nos com uma escritura de dívida mediante hipoteca e penhor agrícola, que vale a pena ser descrita, pois revela-nos os meandros contratuais dessas relações de crédito. Tal escritura foi efetuada, em 1901, na cidade de São José do Rio Pardo – vizinha de São João da Boa Vista – por J. D. Martins, no valor de 79:800\$000, e continha o seguinte teor:

Saibam quantos virem esta escriptura, que aos vinte e nove dias do mês de dezembro no anno de 1901, nesta cidade e comarca de São Jose do Rio Pardo, Estado de São Paulo [...] compareceram partes entre si justas e contractadas de um lado como outorgante Vicente Augusto de Sylos Lima e sua mulher Dona Leonor de Magalhães Lima, lavradores, residentes nesta cidade, representados neste acto pelo seu bastante procurador o advogado Dr. Jovino de Sylos [...] e de outro lado como outorgados credores, J. D. Martins, negociante,

domiciliado em Santos, neste acto representado por seu procurador o advogado Dr. J Coutinho de Lima.³²⁸

Para garantia e segurança da dívida, bem como dos seus juros, multas e demais obrigações, os devedores deram os seguintes bens em garantia:

a) Em especial e primeira hypotheca a parte da fazenda denominada Alegria, sita na freguesia, município e comarca de Casa Branca, deste Estado, que houveram por herança de seu finado Pae e sogro Barão de Mogy-Guassú, conforme consta do respectivo inventario julgado por sentença, que transitou em julgado no cartório do 2º officio d'aquella comarca, bens esses que constam de terras e benfeitorias, moveis e semoventes no valor de 101:350\$866, fazenda essa que confronta com terras de Bráulio de Carvalho, com terras dos herdeiros do Barão de Mogy-Guassú, com terras de Dona Veridiana Prado e outros e que ficam hipotecados com todas as suas accessões, pertences accessorios e animaes de custeio em numero de quatro; b) Em garantia do penhor agrícola a safra pendentes dos cafeeiros, da referida fazenda Alegria, durante o presente anno, que os outorgantes calculam em três mil arrobas de café beneficiadas, estendendo-se tal penhor agrícola as safras de 1902, 1903 e 1904, ficando entendido que o penhor é comprehensivo na totalidade de ditas safras; [...] Estes fructos assim empenhados ficam em poder e guarda dos devedores como fiéis depositários que pela clausula constituinte os possuirão em nome dos outorgados credores, sob as penas da lei.³²⁹

Os devedores assumiram também o encargo de tratar convenientemente o café que possuíam na Fazenda Alegria, bem como colhê-los no tempo próprio, beneficiá-los e remetê-los, à consignação do credor *J. D. Martins*, estabelecido em Santos, para serem por ele vendido. Determinou-se que a venda dos cafés seria:

Mediante a commissão de 3% uzual, pelos preços correntes do mercado, applicando o producto líquido por essas vendas a credito dos devedores para final balanço das relações do debito e do credito oriundos do presente contracto, mantida sempre a indivisibilidade do penhor, bem como a da sua solidariedade com hipoteca, ate solução final.³³⁰

Desvelou-se também que este se constituiu em um crédito destinado ao *custeio* da fazenda do credor – como ocorreu na maioria dos contratos, o fim último foi a

³²⁸ Escritura de confissão de dívida e de abertura de crédito com hipoteca, com obrigação de penhor agrícola (1901). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Ibidem.

manutenção da faina agrícola requerida pelo café. Dessa forma, a firma *J. D. Martins* ficou imbuída de fornecer valores mensais para o custeio da safra.

Notamos a existência de algumas cláusulas contratuais mais contundentes, no sentido de blindar as garantias, uma vez que, em 1901, a lavoura cafeeira se encontrava em crise e, conseqüentemente, o preço do café estava em baixa. Por isso:

Os outorgantes são obrigados a pagar annualmente qualquer prestação que seja, sob pena de vencimento de toda a divida. Os outorgantes declaram: a) Que os bens dados em garantia são de sua exclusiva propriedade; b) Que sobre eles não recahe ônus algum nem por hipotecas legaes e que os fructos empenhados estão livres e desembaraçados de quaesquer outros penhores, arresto, sequestro ou penhora; c) Que são casados pelo regimem de comunhão de bens, declaração que fazem sobre pena da lei si o contrario for provado em qualquer tempo. Por mutuo e expresse accordo ficam estimados em 102:000\$000 os bens dados em garantia, para o effeito legal. [...] As quantias a prestar por J. D. Martins só o serão depois que a presente escriptura for registrada em primeiro logar e sem convenniencia quer com relação a inscripção da hipoteca ou a transcripção do penhor.³³¹

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato de ter sido a presente escritura derivada de uma reformulação contratual entre os envolvidos – que corria em litígio. Assim, foi dito pelo credor que “pela forma deste contracto punham em perpetuo silencio as acções e execuções que contra os outorgantes traziam por este Juizo e todos conjunctamente disseram que acceitavam esta escriptura [...]”.³³²

Aqui, o período crítico vivido pela cafeicultura se fez latente; mas, mesmo assim, como o fim último do comissário residia na comercialização da maior quantidade de café possível, pois operava sob o regime de comissão, a reformulação contratual garantiu o controle da safra do devedor por mais três anos, ou seja, até 1904. O crédito cumpria, assim, seu papel no processo de acumulação de capital no complexo cafeeiro, ao garantir a continuidade das atividades na esfera da produção.

Entretanto, em muitos casos, na eventualidade do não pagamento do crédito firmado, cumpria-se o dispositivo previsto em lei, ou seja, executavam-se os devedores. Assim, nesse caso, vimos acontecer com a escritura de hipoteca lavrada em 08 de agosto de 1897, na qual apareciam como devedores Manoel Theodoro da Silva Leonardo e sua mulher, lavradores, residentes em Casa Branca, e, como credor, o Major Christiano Osório de Oliveira, capitalista, de São João de Boa Vista. A hipoteca, no valor de

³³¹ Ibidem.

³³² Ibidem.

40:000\$000, tinha juros de 12% ao ano, e o prazo de vencimento estipulado para 10 de outubro de 1898, contemplando uma ano e dois meses.³³³

Como os devedores não cumpriram o prazo de pagamento estabelecido, o credor viu-se na incumbência de sequestrar os bens judicialmente, ainda que num lapso de tempo bem mais dilatado do que o previsto, isto é, somente abriu o processo de execução judicial, em 1902. Com os juros, até esta data, a dívida elevou-se a mais de 64:000\$000. Deste modo, foi dito pelos devedores que:

Não podendo solver esta obrigação pela enorme depreciação do café, se acham contractados com o outorgado credor para lhe fazer *dação in solutum* da propriedade onerada, denominada ‘São Manoel’, outrora ‘Cafesal’ com todas as suas terras, cafeeiros formados, em numero de 40.000 mais ou menos, benfeitorias e um animal com uma carroça, sita a mesma nesta comarca e freguesia de Casa Branca, districto de Lagoa, judicialmente dividida e havida por compra a Felix de Almeida Cesar [...] tudo pelo valor actual de 20:000\$000, pois não valem mais, em vista da grande depreciação das fazendas cafeeiras, e em pagamento da referida divida, dando-lhes o credor nomeado plena quitação dela e dos respectivos juros, que em consequência da presente *dação in solutum*, transferiram na pessoa do adquirente todo o direito, domínio e posse e acções que tem sobre os mencionados bens.³³⁴

Nota-se que, por conta da crise instaurada na economia nacional, na passagem do século XIX para o século XX, os devedores não tiveram a possibilidade de quitar o crédito com Christiano Osório de Oliveira. Os preços do café, em forte baixa, não acompanharam a taxa de juros cobrados. Por conta dessa conjuntura, que solapou muitas fortunas assentadas no café, manifestou-se uma significativa desvalorização nos imóveis agrícolas, principalmente naqueles situados no Oeste Paulista.

Em função disso, a dívida foi quitada por quase um terço do seu valor: dos 64:000\$000, pagou-se 20:000\$000 – monta à qual a propriedade atingiu, após reavaliação. Destarte, manteve-se a lógica de aquisição de terras via crédito, levada a cabo pelo capitalista são-joanense.

Observamos, ainda, outra circunstância interessante: na quitação, os devedores declararam “acharem-se liquidadas todas as suas transacções com a *Casa Comissária J. D. Martins*, de Santos, para qual eram remetidos seus cafés da mencionada fazenda, em

³³³ Escritura de hipoteca nº 505. *Livro de Inscrição Especial* nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

³³⁴ Escritura de *dação in solutum* (1902). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

nome do credor outorgado, achando-se eles outorgantes pagos e satisfeitos”.³³⁵ Dessa maneira, confirma-se o circuito e a lógica das operações comerciais promovidas entre Christiano Osório e a firma *J. D. Martins*, ou seja, o financiamento e a comercialização do café.

A relação comercial e financeira, entre os dois agentes econômicos, prolongou-se, ainda mais, por meio da fundação da *Casa Bancária Martins & Companhia*, com sede em São João da Boa Vista. Não possuímos a data exata em que o empreendimento foi fundado.³³⁶ Pelo que constatamos, junto às fontes documentais, a *Casa Bancária Martins & Companhia* passou a operar, na cidade, logo após o primeiro plano de valorização, de 1906.

O *Convenio de Taubaté*, como ficou conhecido o primeiro projeto valorizador do café, além de elevar os preços do produto, mantendo o desenvolvimento da produção cafeeira, incentivou o processo de acumulação de capitais, em todo o complexo econômico. Viabilizou, ainda, como aludido, o abandono da política restritiva dos governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Segundo Wilson Cano, por volta de 1910, à situação bancária já estava plenamente recuperada.³³⁷

Tal política econômica devolveu a confiança aos negócios do café, bem como atraiu novamente o capital bancário para o setor. Estimulou também a fundação de vários Bancos e Casas Bancárias, por todo Estado de São Paulo.

Assim sendo, em 1911, passaram a existir, em São João da Boa Vista, além de algumas agências bancárias *forâneas*, mais duas casas bancárias originadas sob o acicate de capitalistas locais: *Casa Bancária João Osório de Andrade Oliveira*, que tinha como *guarda-livros*, o Alferes Leôncio de Oliveira, e o ajudante, José Telles Guimarães; e, a *Casa Bancária Martins & Companhia*, que possuía os *guarda-livros*, José Theodoro de Faria e o Major José Evangelista de Almeida.³³⁸

Em 1907, testemunhamos o primeiro relato da *Martins & Cia*, através de um contrato de crédito, consumado no cartório de São João da Boa Vista. Pela escritura de dívida com hipoteca e penhor agrícola, Casaroto Bartolo e sua mulher Dona Luiza Casaroto, lavradores, de São João da Boa Vista, constituíram-se devedores da firma *J. D. Martins*, de Santos, da quantia de 8:000\$000 – quantia que se comprometeram a

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Vale frisar que no *Livro de Registro de Firmas*, sob a guarda do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista, nós não encontramos nenhuma menção a tal empresa.

³³⁷ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 73.

³³⁸ GODOY, Jorge Pires de. *Almanach para Amparo para 1912*: contendo informações sobre cerca de 25 municípios do Est. de S. Paulo e alguns de Minas. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1911.

pagar em três anos, a partir de 03 de dezembro de 1907. O juro estipulado ficou na casa dos 12% ao ano.³³⁹ Para garantia deste débito confessado, os devedores, deram em hipoteca:

O sitio que possuem na fazenda Serra da Boa Vista [...] no lugar denominado Inveja, com sete alqueires, com tres casas de tijollos, paiol, com quinze mil pés de café, em seis alqueires [...]. Ficam igualmente incluídas nesta hypotheca, fructos dos cafezaes referidos das safras de 1908, 1909 e 1910, com obrigação de que todo o café dessas safras seja consignada ao outorgado credor, depois de convenientemente beneficiado, afim de ser vendido de accordo com as praxes da praça de Santos, mediante a commissão de três por cento sobre o preço obtido pelo café, sendo o liquido creditado em conta corrente de movimento, a juro recíproco de doze por cento ao anno. [...] Os outorgantes são mais obrigados a começar as suas remessas para Santos, ao outorgado, logo que haja café secco, terminando-as até 31 de outubro de cada anno, começando as suas colheitas o mais cedo possível, de accordo com o uso e costume na lavoura de café [...].³⁴⁰

As cláusulas contratuais determinaram que o crédito fosse utilizado da seguinte forma:

Saccará o outorgante, logo que seja assignada esta escriptura, a noventa dias de vista, a quantia de seis contos de reis, acrescida do desconto e sellos. [...] Os dois contos de reis restantes poderá saccar parcelladamente, em saques mensaes effectuados de dois em dois mezes, a sessenta dias de vista, durante o anno, podendo ser o ultimo saque de duzentos e quarenta mil reis, sendo todos descontados na Casa Bancaria Martins & Companhia, desta cidade [...]. O total de divida dos outorgantes não poderá exceder da quantia de oito contos de reis, importancia do credito aberto [...].³⁴¹

Ao que tudo indica Christiano Osório de Oliveira e José Domingues Martins, ao fundar a respectiva casa bancária, tiveram como intuito principal, o desconto de letras e títulos, em outros Bancos, como, por exemplo, nos grandes bancos da capital paulista, que operavam deste modo, e com prazo de noventa dias de vista. Assim vemos, que do total dos 8:000\$000: seis contos de réis, seriam sacados à noventa dias de vista, e, os dois contos de réis restantes, ao longo do ano.

³³⁹ Escritura de hipoteca nº 679. *Livro de Inscrição Especial* nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

³⁴⁰ Escritura pública de dívida com hipoteca e penhor (1907). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

³⁴¹ Ibidem.

Destarte, a escritura de crédito, perante hipoteca ou penhor, podia gerar outro título, para ser caucionado, ou, ainda, dar origem a uma letra de câmbio, que poderia ser descontada no sistema bancário, criando a possibilidade de se levantar, imediatamente, a totalidade do dinheiro em outras praças financeiras. Deste modo, revela-se o jogo financeiro deste circuito de crédito, que esteve calcado na capacidade de se potencializar a obtenção de novos recursos monetários.

Outra estratégia, que parece ter sido utilizada pelos sócios da *Casa Bancária Martins & Companhia*, diz respeito ao interesse pela ampliação das propriedades agrícolas, visando ao setor específico da produção cafeeira. Como já havíamos aludido, a execução de algumas de suas dívidas, pelo não pagamento, propiciou a Christiano Osório de Oliveira expandir seu capital agrário.

Tal prática parece ter sido usada também para arrematar bens pertencentes a outras execuções judiciais. De modo igual, constatamos, pela leitura de uma carta de arrematação, passada a requerimento de Christiano Osório de Oliveira, que foi extraída dos autos de precatória, do Juízo de Direito de Piracicaba, a pedido da *Casa Comissária Rafael Sampaio & Companhia*, com o seguinte conteúdo:

Aos dezessete de março de 1910, nesta cidade de Casa Branca, na sala de audiência deste juízo [...] postos em praça os bens que compõem a fazenda Boa Vista, desta comarca [...] mandou o mesmo M. Juiz por em leilão e vendidos pelo maior preço que nele alcançarem. Posto em leilão deu o mesmo official sua fé de ser o lance maior de 56:100\$000, oferecido pelo Major Christiano Osório de Oliveira, que requereu o prazo de 3 dias para exhibir a importância, com que concordou a parte contrária [...] e nestas condições foi feita a arrematação do que lavrou este auto [...] nos termos da carta precatória, producto da arrematação, devesa ser entregue aos credores Rafael Sampaio & Companhia por saldo das dividas hipotecaria e chirographaria; estas dividas em quinze de setembro e quinze de novembro do anno passado importavam respectivamente em 64:124\$500 e 731\$800 perfazendo o total de 64:850\$300.³⁴²

Pelos autos de avaliação do processo, a fazenda Boa Vista, continha: 180.000 pés de café, entre bons e ruins, que foram vistos e avaliados por \$400, cada pé, e todos, por 72:000\$000; mais 72 alqueires de terras, ocupados com o cafezal, vistos e avaliados à 120\$000, o alqueire, e o total, por 8:640\$000. Ao final, a fazenda alcançou o valor de 80:640\$000.

³⁴² Carta de arrematação (1910). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Sendo assim, a dívida que era de 64:850\$300, acabou gravando um imóvel bem mais avultado – denotando, mais uma vez, a situação de desvantagem em que se encontravam os membros do médio capital cafeeiro, frente aos do grande capital cafeeiro. Mas, o que nos chamou mais a atenção, foi o valor, bem menor, pago por Christiano Osório de Oliveira, pela referida fazenda: 56:100\$000. No termo de quitação do processo, nota-se, além disso, a menção à *Casa Bancária Martins & Cia*:

Aos 19 de março de 1910, nesta cidade de Casa Branca em meu cartório, compareceram Major Christiano Osório de Oliveira, arrematante do imóvel Boa Vista, mais o Doutor Renato Paes de Barros, advogado e procurador dos exequentes Rafael Sampaio & Cia [...] foi pelo primeiro entregue ao segundo, Doutor Renato Paes de Barros um cheque sobre o Banco do Brasil e a sua agência em Santos do valor de 56:100\$000, pagável a Rafael Sampaio & Cia, de Santos, saque desta data, sendo o nº do cheque 006081. O referido cheque é saque de Martins & Cia, por seu procurador José Evangelista de Almeida Junior. A quantia mencionada representa o preço por que foi arrematado o imóvel dito Boa Vista.³⁴³

Com relação à casa bancária, não resta dúvida de que a sociedade com José Domingues Martins foi extremamente benéfica a Christiano Osório de Oliveira. Além de ampliar seu leque de *capitalização*, abriu-lhe o horizonte quanto à comercialização do café, possibilitando a ampliação das suas propriedades fundiárias. O fim do *associativismo* entre tais empresários do café viria a acontecer, somente, em 1913. Assim, pudemos observar por meio do anúncio que colocou ponto final na *Casa Bancária Martins & Companhia*:

Communicamos a esta e demais praças com as quaes temos tido transações commerciaes que distractamos o contracto social que gyrava sob a firma de MARTINS & COMP., retirando-se livres e desembaraçados os sócios componentes della. São João da Boa Vista, 28 de Janeiro de 1913. CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA, JOSÉ DOMINGUES MARTINS.³⁴⁴

Porém, nessa altura, a fortuna de Christiano Osório já havia experimentado grande desenvolvimento e diversificação. Sua ascensão social veio juntamente com o novo título nobiliárquico de Coronel, que passou utilizar, depois de 1912.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 07 fev. 1913. p. 8.

Antes de findarmos o capítulo, vale mencionar mais um ramo de negócio – relacionado a cafeicultura – no qual investiu Christiano Osório de Oliveira: o da ferrovia. A diversificação do seu capital, também se dirigiu para o setor de transporte. Neste empreendimento, do mesmo modo, a *Casa Bancária Martins & Companhia* também jogou papel fundamental: encarregou-se da organização da operação comercial, por intermédio da subscrição e da venda das ações do *ramal férreo de Vargem Grande* – localizado no Distrito de Vargem Grande, Município de São João da Boa Vista – que mais tarde foi vendido à *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação*.

A ideia deste ramal remonta à década de 1890. Contudo, o mesmo foi inaugurado somente no ano de 1909. Ele possuía a extensão de cerca de vinte quilômetros e continha uma única estação, que servia para o embarque de café, carga em geral e passageiros. Ligava parte importante da região – compreendendo Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista, Casa Branca e São José do Rio Pardo – à linha tronco da Cia. Mogiana, na altura da cidade de Aguaí (SP).

Figura 5. Rede ferroviária paulista, com destaque para o ramal de Vargem Grande.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acessado em: 12 de janeiro de 2015. Em vermelho, destacamos o mencionado ramal.

A reunião que deu o impulso efetivo à construção do ramal ocorreu, em 1907, na cidade de Vargem Grande do Sul. Nesta compareceram vários cafeicultores da redondeza, a fim de se decidir sobre a organização da diretoria. Assim veiculou o *Correio Paulistano*:

Em casa do Sr. Major Antonio de Oliveira Fontão, lavrador no município, realizou-se no dia 25 de fevereiro próximo findo uma reunião de diversas pessoas para tratarem de construção de uma estrada de ferro ligando Vargem Grande com a estação da Lagoa. Os trabalhos foram contratados com o engenheiro Sr. Corcoroca, devendo ser encetados logo, afim de, por ocasião da futura safra, já a estrada de ferro poder funcionar. A directoria ficou assim constituída: Major Christiano Osório de Oliveira, presidente; Capitão Coriolano de Lima, Coronel Francisco Pereira de Castro, Capitão Gabriel de Ávila Ribeiro e Major Antonio de Oliveira Fontão, directores; Coronel Lucio Bernardino da Costa, Capitão Victor Manuel de Andrade Dias e Capitão Manuel Rodrigues C. Regato, fiscais.³⁴⁵

Pelo relato, constata-se que o cargo mais destacado, de presidente, foi ocupado por Christiano Osório de Oliveira. Dois anos mais tarde, em 1909, teve lugar a inauguração desta linha ferroviária. Em tal ocasião, nota-se a importância assumida pela figura empresarial de Christiano Osório, para a consecução das obras:

Esteve entre nós o importante fazendeiro, Capitão Antonio Loureiro, homem de grande prestigio e muito estimado, principalmente na vizinha cidade de São João, onde reside. O Sr. Loureiro veio aqui com intuito muito louvável para mandar fazer 2 retratos a óleo dos coronéis Coriolano de Lima e Christiano Osório de Oliveira, afim de serem collocados na estação desta vila, no dia da inauguração do ramal, prestando assim justa homenagem aquelles 2 vultos que tanto se esforçaram por dotar esta já prospera terra dum melhoramento que nunca esperou possuir – a construcção de uma estrada de ferro – e que jamais possuiria, se não fossem estes distinctos cidadãos, cabendo ao primeiro a honra da iniciativa, emprego do capital e de actividade, e ao segundo alem do capital, cabe também a honra de empregar os maiores esforços, para venda do dito ramal a Mogyana.³⁴⁶

Mais notável que a fundação e implantação da empresa – que se deu sob o regime de ações – foi a decisão de apresentar a sua venda à Companhia Mogiana. A negociação, que foi liderada por Christiano Osório, contou ainda com a doação, de parte da comissão obtida, às obras da Igreja Matriz de Vargem Grande:

³⁴⁵ *CORREIO PAULISTANO*. São Paulo, 10 mar. 1907. p. 3.

³⁴⁶ *CORREIO PAULISTANO*. São Paulo, 10 jun. 1909. p. 3.

Em assembleia geral reuniram-se os accionistas do ramal de Vargem Grande, sobre a presidência do Coronel Christiano Osório de Oliveira, com o fim de resolverem passar a procuração para se effectuar a venda à Companhia Mogyana e passar a escriptura que devera ser lavrada em Campinas, brevemente. Nesta mesma reunião foi deliberado, sob proposta do supracitado presidente, que os dividendos fossem entregues a commissao encarregada das obras da igreja, para que esta seja concluída – o que, na verdade, é dum grande alcance para nós esta tão louvável medida, pois muito necessitamos duma igreja nova.³⁴⁷

A entrega do ramal de Vargem Grande, à Companhia Mogiana, confirmou-se no dia 14 de julho de 1909. Nas negociações surgiram alguns entraves; mas, segundo a imprensa, “devido a actividade do Major Christiano Osório de Oliveira, foram vencidas, felizmente”.³⁴⁸ O pagamento aos acionistas da *Companhia Ramal de Vargem Grande* foi realizado por intermédio da *Casa Bancária Martins & Companhia*:

Convido as pessoas que se julgam credoras dessa companhia a apresentarem ate o dia 10 de janeiro de 1910, na Casa Bancaria Martins & Companhia, em São João da Boa vista, suas contas devidamente legalisadas, afim de que sejam effectuados os respectivos pagamentos.³⁴⁹

Não obtivemos acesso aos valores transacionados nessas negociações. Todavia, pelos relatos da imprensa local e nacional, alcançaram-se apreciáveis rendimentos. Nas palavras de Renato Paes de Barros:

O antigo ramal férreo de Vargem Grande, construído por um grupo de fazendeiros desejosos de obter transporte barato para as suas safras, apresentava ‘déficits’ mensais. Christiano Osório toma a sua direcção e para logo a situação se transmuda e apparecem os primeiros ‘superávits’. O sucesso leva a Companhia Mogyana a adquirir o ramal. A venda accusa apreciável lucro.³⁵⁰

Diante do exposto, e tendo em vista a trajetória empresarial de Christiano Osório de Oliveira, podemos considerá-lo, desde então, como um *membro do grande capital cafeeiro*. Com sua destacada ascensão social, passou a englobar o rol daqueles agentes

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ *CORREIO PAULISTANO*. São Paulo, 16 jul. 1909. p. 4.

³⁴⁹ *O ESTADO DE SÃO PAULO*. São Paulo, 31 dez. 1909. p. 8.

³⁵⁰ BARROS, Renato Paes de. Um verão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938. p. 5.

econômicos que “foram além da condição de produtores rurais e passaram a investir nas outras atividades do complexo cafeeiro: indústrias, casas comissárias, bancos, ferrovias, casas de importação e exportação etc”.³⁵¹

Portanto, ao longo desse período, que abarcou mais de três décadas, tivemos a possibilidade de acompanhar o enriquecimento gradativo desse sujeito histórico. Tal processo de enriquecimento, ao longo do tempo, ocorreu não só em função do recebimento da herança familiar, como destacado.

Mas, tornou-se exequível em consequência da própria expansão do capital cafeeiro; e, ainda, resultou da sua predileção pelo cultivo da rubiácea num momento chave. Decorreu também da ampliação de sua rede de negócios, que extravasou o circuito de valorização da riqueza local, possibilitando a conexão comercial com as principais praças financeiras do complexo cafeeiro, a saber, São Paulo e Santos.

Outro elemento favorável à sua ascensão financeira, nessa fase, foi o redirecionamento dos capitais para além da lavoura cafeeira, ou seja, Cristiano Osório buscou diversificar, desde cedo, seu portfólio de negócios, dedicando-se aos empréstimos de dinheiro e a comercialização de café – mesmo que de forma oblíqua nesse ínterim.

Seu grande interesse, em suma, foi pela intermediação comercial no complexo cafeeiro e pela diversificação econômica. A princípio valeu-se da sociedade com o comerciante José Domingues Martins. Como veremos no terceiro capítulo, ao longo do tempo, ele arquitetou a sua própria rede de negócios – que só pôde ser compreendida, na medida em que desvelamos as estruturas mais dilatadas da cadeia mercantil do café, na qual ele estava inserido.

Se, como mencionado, foi na década de 1890 que o agente histórico em questão adentrou ao mundo do crédito, percebe-se, nitidamente, que sua excepcional participação no ramo financeiro, ocorreu, somente mais tarde, na década de 1920 – como apresentado nos **Gráficos 9, 10 e 11** – em sintonia com a conjuntura vivenciada pela economia cafeeira, que sofreu forte expansão nessa época.

Mais especificamente, sua incursão maciça nos negócios do crédito ocorreu após a fundação da *Casa Bancária Christiano Osório*, em 1914, na cidade de São João da Boa Vista, sendo tal empreendimento acompanhado, no ano seguinte, da instalação da

³⁵¹ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. p. 167.

Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira, em Santos; assunto que abordaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

A DIVERSIFICAÇÃO DA RIQUEZA NA ECONOMIA CAFEIEIRA: OS INVESTIMENTOS DE CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA (1914-1938)

*O mesmo não ocorre no alto da pirâmide, [...] o negociante de altos vãos jamais se limitou, por assim dizer, a uma única atividade: é negociante, sem dúvida, mas nunca num único ramo, e também é, segundo as ocasiões, [...] prestamista, financista, banqueiro ou até empresário industrial ou agrícola.*³⁵²

*O verdadeiro capitalista sempre resistiu à especialização e, assim, a ficar prisioneiro de uma dada arena [...].*³⁵³

Neste terceiro capítulo versaremos sobre o processo de diversificação da riqueza levada a cabo por Christiano Osório de Oliveira, entre 1914 e 1938 – ou seja, desde a fundação de sua casa bancária até seu falecimento, ocorrido em São João da Boa Vista. Abre-se, assim, o campo de análise para se examinar minuciosamente a própria diversificação de seus investimentos particulares, sucedida no seio desse complexo econômico.

Estabelecido no interior paulista – de onde nunca se mudou – este empresário do café constituiu uma rede de transações comerciais que cobriu quase todo o Estado de São Paulo. Suas negociações, sempre assentadas no café, caminhavam tendo como bases dois eixos principais: a cidade de São João da Boa Vista (sede de sua casa bancária), e a cidade de Santos (sede da casa comissária). Todavia, sua ação empresarial envolvia circuitos mais dilatados de valorização do capital: abrangia as principais tramas do sistema de crédito da economia cafeeira paulista, isto é, perpassava o sistema bancário sediado na Capital paulista (principal Praça financeira do complexo cafeeiro à época), e, permeava, ainda, as áreas de produção cafeeira, situadas na vastidão de todo território paulista.

³⁵² BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 51.

³⁵³ WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006. p. 248.

Assim, julgamos ser sua rede de negócios capaz de revelar parte da complexa tessitura da cadeia mercantil do café, a partir das regiões produtoras, situadas na periferia da economia-mundo, desde a base até o topo, atravessando diversas etapas deste circuito econômico, envolvendo, sobretudo, o percurso que compreende do sistema de transporte à comercialização, e o do financiamento à intermediação do produto, junto às casas exportadoras.

Enfocando os dois principais empreendimentos organizados por ele – a *Casa Bancária Christiano Osório*, fundada em 1914, no município de São João da Boa Vista, e, a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, criada em 1915, na cidade de Santos – desvelamos que seu notável processo de enriquecimento esteve assentado na estreita ligação entre duas atividades principais: o empréstimo de capitais e a comercialização do café.

Nosso objetivo, neste terceiro capítulo, foi o de reconstituir os elos de sua ação empresarial à frente de tais empresas. As principais modalidades de crédito praticadas por ele foram: as *hipotecas*, os *penhores agrícolas*, o desconto e emissão de *letras de câmbio*. Tais instrumentos financeiros, no fundo, possibilitaram não só uma maior “securitização dos negócios”, garantindo tanto os valores emprestados, quanto os montantes transacionados nas contas correntes dos devedores – sendo estes últimos, em sua grande maioria, *cafeicultores*, seguidos pelos *comerciantes locais* e pelos *profissionais liberais*, residentes em São João da Boa Vista, e cidades da região. Por certo, com as transações em dinheiro, criavam-se as condições necessárias para ampliar sua acumulação, via capital a juros.

Desta forma, através da análise da *parte*, do fragmentário, houve a possibilidade de se iluminar o *todo*, o conjunto da economia cafeeira, pensada como um “micro-espço” da economia-mundo; e, a vivência desse indivíduo passou a adquirir sentido quando posicionada nessa estrutura mais ampla: o circuito de valorização da riqueza, estimulado pela cadeia mercantil do café.

O estudo focado neste ator histórico viabilizou ainda a compreensão do intrincado processo de transbordamento de parcelas do capital cafeeiro direcionadas para outros setores da economia. De fato, o dominante em sua prática econômica foi a reinserção do capital financeiro na própria atividade cafeeira, ensejando, assim, o avanço da fronteira agrícola. Contudo, seus negócios encaminharam-se para *além do café*, ou seja, sua persistente ação empresarial promoveu o *avolumamento* do capital

cafeeiro, que lhe permitiu direcioná-lo para outros setores, por meio do financiamento bancário.

Nesse sentido, ganharam destaque os empréstimos que Christiano Osório de Oliveira realizou em outros segmentos econômicos do complexo cafeeiro, como, por exemplo, o industrial e os relacionados às obras de melhoramentos urbanos. Conseguimos apreender, assim, a forma pela qual o capital cafeeiro extrapolou os limites do mundo rural, abrindo novas oportunidades de diversificação no seio do mundo urbano. Esta circunstância assumiu papel importante, não só pelo entendimento de como ocorreu a expansão de sua riqueza pessoal, mas, também, pela oportunidade de contemplar o próprio processo de diversificação da economia paulista.

3.1- A diversificação dos investimentos no complexo cafeeiro: a estratégia do Cel. Christiano Osório de Oliveira

Cabe-nos indagar: o que teria levado Christiano Osório de Oliveira a fundar às duas empresas nesse período? Qual objetivo que aspirava esse agente econômico? Quais motivações impulsionaram-no nesse sentido?

O objetivo principal, neste ponto de nossa análise, reside na tentativa de compreensão de tais questionamentos. Num primeiro momento, já podemos adiantar que a fundação dessas empresas possibilitou sua ascensão social ao ápice da hierarquia mercantil do complexo cafeeiro. Pois, como banqueiro e comissário, ele dinamizou seus negócios e acumulou enorme fortuna ao final da vida, em 1938: mais de trinta mil contos de réis.³⁵⁴

Nessa *fase* de sua trajetória empresarial ocorreu o dilatamento dos seus negócios, tanto em termos de abrangência, quanto em termos quantitativos, isto é, suas transações financeiras envolveram diversos clientes, espalhados por todo território paulista, e, também, o volume de dinheiro negociado foi muito maior – cerca de dez mil contos de réis, somente em empréstimos. Desse modo, não há como negar as vantagens comerciais e financeiras obtidas com os respectivos investimentos.

As estratégias empresariais desenvolvidas pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira, nesse sentido, demonstraram-se emblemáticas. O estudo de caso – voltado

³⁵⁴ O *Espólio do Coronel Christiano Osório de Oliveira*, que corria ainda em 1949, mencionou, em 31 de agosto de 1940, a existência do destacado valor de Cr\$ 31.417.485,33 (cifra não deflacionada). In: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

agora para a casa bancária e a casa comissária – além de revelar os mecanismos de atuação dessas firmas, também possibilitou que compreendêssemos o processo de diversificação do seu capital que, no fundo, foi essencial para o decurso do seu enriquecimento.

Contudo, se o foco da análise, neste capítulo, centra-se nessas duas empresas – que, simbolizam e traduzem a diversificação mais ampla do próprio capital cafeeiro – isso não quer dizer que o Cel. Christiano Osório tenha se limitado a essas modalidades de negócios, deixando de se enveredar por outros segmentos da economia, seguramente, em busca da máxima valorização do seu capital. Ele também investiu em ações, empreendimentos urbanos, ferrovias etc.

Podemos vê-lo empregando parcelas de seu capital até mesmo em alguns setores peculiares, como, por exemplo, o referente à tentativa de montagem de uma extração de ouro, numa de suas fazendas de café, no Oeste Paulista. Assim vemos, por meio da escritura lavrada em 10 de agosto de 1915, na cidade de São João da Boa Vista. Nesta apareceram, de um lado, como outorgante, o Coronel Christiano Osório de Oliveira e sua mulher, e, de outro, como outorgado, Arthur d’Almeida Silva e Alberto De Matteis, no valor de Rs.10:000\$000, para exploração de minério aurífero. No contrato, observamos os seguintes termos:

Em meu cartorio compareceram como outorgantes Coronel Christiano Osorio de Oliveira, por si e como procurador de sua mulher dona Gabriela Ribeiro de Oliveira, [...] e como outorgados Arthur d’Almeida Silva, empregado no commercio, domiciliado em São Paulo e Alberto De Matteis, domiciliado em Tambahú deste Estado, industrial, [...]. E perante as mesmas testemunhas pelos outorgantes Coronel Christiano Osorio de Oliveira e sua mulher foi dito que elles são senhores e possuidores da fazenda de cultura de café, denominada Campo Alegre, situada no municipio e freguesia de Casa Branca, deste Estado, a qual confronta com terras do Conselheiro Antonio Prado, Doutor Ignacio Uchôa, José Caetano de Castro, Prudente José Correa, João Horta e com a fazenda Alegria dos mesmos outorgantes e, como os outorgados tenham affirmado a elles outorgantes existir dentro d’aquelle immovel uma jazida de ouro ou minério aurifiro, facto esse desconhecido delles outorgantes, pela presente escriptura e na melhor forma de direito, contractam com os outorgados Arthur d’Almeida Silva e Alberto De Matteis o seguinte: Primeira: Os outorgados tem o praso de quatro mezes á contar de hoje ou desta data, para livremente e sem cobrança de qualquer especie, procederem a custa delles a necessaria exploração, no immovel referido, afim de ser determinada com precisão, a existencia d’aquele minerio e caso não o façam dentro d’aquele praso, ficará sem effeito o presente contracto; Segunda: Si os outorgados dentro d’aquele praso, conseguirem determinar, com precisão, a existencia da referida jazida,

por bem da presente escriptura e da clausula constituti e melhor forma de direito, fica-lhes pertencendo duas terças partes do minerio que for por elles extrahido, a titulo de indemnisação pelos seus trabalhos effectuados, reservada a outra terça parte para os outorgantes: Terceira: Si durante a exploração for retirada qualquer quantidade de ouro ou minerio aurifero, da mesma jazida será elle dividido em tres partes eguaes, ficando os outorgantes com uma parte e os outorgados com duas partes conforme já ficou dito. Quarta: Uma vez determinada a existencia da jazida, a exploração deverá ser feita sempre como desde o seu inicio as expensas dos outorgados Arthur d’Almeida Silva e Alberto De Matteis e sem nenhum auxilio dos outorgantes Christiano Osorio de Oliveira e sua mulher, podendo cada um delles transferir os seus direitos em sua totalidade ou parte delles a terceiros, tendo sempre a preferencia os outros contratantes ora outorgantes e outorgados em igoaldade de condições e preços. Quinta: No caso de venda do immovel Campo Alegre, os outorgantes se obrigam expressamente a respeitar o presente contracto em todos os seus termos. Sexta: Os outorgantes proprietarios Coronel Christiano Osorio de Oliveira e sua mulher reservam e ficam com o direito de por uma pessoa da sua confiança para fiscalizar o serviço da exploração a escripta dos outorgados, para verificação das despesas, serviços e lucros. Setima: Os outorgados não podem por forma alguma perturbar o serviço da fazenda Campo Alegre, não só com relação ao seu pessoal como prejuizo ou danno a lavoura. Oitava: Pelo não cumprimento de qualquer das clausulas desta escriptura e a menor opposição dos outorgantes para completa execução do contracto, exercida por qualquer forma, serão os mesmos obrigados ao pagamento de uma multa de dez contos de reis, alem da indemnisação completa dos serviços executados, desde que esses serviços executados tenham aquele valor, de maneira que os outorgados sejam perfeitamente indemnizados do seu esforço, uma vez que a exploração de o resultado conveniente. Nona: Pelos outorgantes e outorgados foi dito que para os fins de direito, e sem importar uma base para avaliação da referida jazida, porque essa avaliação depende de estudos technicos e de exploração, dão o valor de dez contos de reis ao presente contracto, auctorizados a registrar a presente escriptura.³⁵⁵

Como não encontramos mais nenhuma menção a esse contrato, nem mesmo alusão alguma sobre a montagem de empresa mineradora, por parte de Christiano Osório, ou de qualquer outra pessoa, no referido município e fazenda, pode-se afirmar que esse negócio não “vingou”, evidenciando seu caráter especulativo. Todavia, nesta decisão transparecem os traços de um empresário sempre aberto a novos empreendimentos, ainda mais, quando a possibilidade de lucratividade se apresentava sem grandes custos para ser efetivado.

Em outro exemplo, podemos ver claramente a percepção de Christiano Osório para novos negócios. Na década de vinte, seguindo a expansão da fronteira do café em

³⁵⁵ Escriitura de contrato. Livro de Notas nº 75. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista. p. 48v-50v.

direção ao Centro-Oeste, ele adquiriu um terreno, em 1927, onde seria instalada a futura Capital Federal, ou seja, em *Platinópolis*, Estado de Goiás.

Pela escritura definitiva de compra e venda constata-se que:

Deodato do Amaral Louly e sua mulher Dona Minervina de Sousa Louly, proprietários e comerciantes, domiciliados em Formosa (Estado de Goyaz), representado neste acto pelo Snr. Carlos Winkelmann, procurador geral dos mesmos, para venda de terrenos em Platinopolis, com escriptorio a Rua Libero Badaró, 46, salas 20 e 21, segundo andar sobre – loja, na cidade e capital de São Paulo, e o Snr. Cel. Christiano Osório de Oliveira, residente em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, pelo presente instrumento contractam a venda e a compra de um lote de terreno sob o nº 03 da quadra 1779 em Platinopolis, comarca de Formosa, município de Planaltina, Estado de Goyaz, no Quadrante do Districto Federal, próximo a pedra fundamental da nova capital federal, plantada em cumprimento do dispositivo do Decreto nº 4494 de 18 de janeiro de 1922 [...]. O terreno objecto da presente venda tem 10m de frente e desta aos fundos 50m, ou seja, uma área superficial de 500m² [...], e que estes vendem, como de facto vendido tem ao Snr. Cel. Christiano Osório de Oliveira pelo preço certo e ajustado 10\$000 que do mesmo receberam deste acto, em moeda corrente do paíz, pelo que lhe dão plena e geral quitação e ao mesmo transmittem toda a posse, direito, domínio e acção [...].³⁵⁶

Nesse caso, seu senso de investidor o levou a seguir o rastro da “nova” Capital Federal. Este plano de inauguração da nova Capital da República, porém nunca saiu do papel. Todavia, não podemos negar que ele, ou buscava o estreitamento dos laços com o possível centro decisório do país, ou também, supomos que não quisesse perder a oportunidade da compra da propriedade, em decorrência do baixo preço, o que lhe valeria o risco do pequeno investimento.

Por outro lado, evidencia-se que, ao longo de sua vida, apesar de não ter participado ativamente (com um influente cargo) da política, nunca relegou à margem essa esfera da vida. Como mais adiante mencionaremos, ao longo de sua carreira ele sempre manteve relações com personalidades do alto escalão do governo paulista, e até mesmo na esfera federal.

Destarte, a despeito dessas ocorrências marginais, vale frisar, como já mencionado, que a fortuna de Christiano Osório de Oliveira esteve assentada,

³⁵⁶ Escritura de compra e venda de um lote de terreno (1927). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira. O Decreto nº 4494, de 18 de janeiro de 1922, sob a presidência de Epitácio Pessoa, determinava que a pedra fundamental da nova Capital Federal seria lançada no *planalto de Goyaz*, no dia 7 de setembro de 1922. Hoje, essa área compõe a região administrativa de Planaltina-DF.

efetivamente, sobre o tripé formado por *fazendas cafeeiras*, *casa bancária* e *casa comissária*, ou seja, entorno destes negócios é que ele alicerçou sua ação empresarial, marcando uma trajetória de amplo sucesso, sempre vinculada ao café.

3.2- O papel das casas bancárias no sistema bancário paulista

A senda aberta à tese deu-nos a oportunidade de avançarmos em dois caminhos: na compreensão das formas de atuação das *casas comissárias* e no entendimento dos *bancos regionais*, sob o formato de *casas bancárias*. Estes pequenos bancos podem ser considerados como parte integrante do sistema bancário da Capital paulista. Os grandes Bancos, ao se ramificarem até os núcleos urbanos do interior do Estado, necessitavam da mediação destas casas bancárias – estas foram organizadas, muitas vezes, com o capital cafeeiro acumulado localmente – com vistas a valorizar seus ativos e tocar à faina da produção, possibilitando também, nesse setor, a captação de ativos financeiros.

De outra maneira, podemos questionar: O porquê do surgimento de um *Banco*, em São João da Boa Vista? E, de que forma este *Banco regional* se ligava, ou não, ao sistema bancário mais robusto, situado na Capital paulista?

Como veremos a *Casa Bancária Christiano Osório* surgiu em função do próprio grau de desenvolvimento da economia cafeeira regional, que ensejou a exploração tanto da atividade econômica urbana quanto a rural. Nesse caso, a Casa Bancária em questão agia como uma espécie de correia de transmissão do capital bancário, concentrado na cidade de São Paulo, suprimindo a necessidade desses banqueiros de fundarem agências próprias nas diversas localidades do interior; e, ainda possibilitando que alguns agentes do crédito, residentes nessas cidades, vinculados a estes grandes Bancos, enriquecerem-se com os negócios do dinheiro.

Esta hipótese encontra eco em outros estudiosos que se voltaram à história da sociedade paulista. Por exemplo, Pierre Denis afirmava que as cidades do interior “vivem também do comércio de dinheiro. Aí os fazendeiros encontram crédito nos pequenos bancos locais que são sustentados de longe por bancos mais poderosos, estabelecidos em São Paulo”.³⁵⁷

Por outro lado, antes de comentarmos e avaliarmos o conteúdo da informação acima de Denis, uma observação complementar se impõe: por que a literatura

³⁵⁷ DENIS, Pierre. *O Brasil no Século XX*. Lisboa: José Bastos & Co. Editores, s.d. p. 145.

acadêmica relega o papel desempenhado pelos *pequenos bancos regionais* na economia cafeeira paulista?

De acordo com Flávio Saes, o sistema bancário, ao longo da Primeira República, se estruturou da seguinte maneira:

As conclusões apontam para o desenvolvimento, em São Paulo, de um sistema de crédito razoavelmente complexo que abrigava: bancos estrangeiros voltados às operações de financiamento de exportação e importação, de grandes empresas estrangeiras e câmbio; grandes bancos nacionais ligados principalmente ao comércio e à indústria, ao lado de grande número de pequenos bancos nacionais (da capital e das cidades do interior do Estado), em geral de vida efêmera; e de algumas instituições de crédito hipotecário e cooperativo voltados à agricultura que, em geral, não foram bem sucedidas.³⁵⁸

Ainda de acordo com Flávio Saes, nessa estruturação, os pequenos bancos do interior paulista exerceram papel acanhado:

O sistema bancário concentra-se na capital do Estado de São Paulo. Os bancos locais do interior têm reduzidas dimensões e os bancos da capital só instalam agências no interior no fim do período em foco [1930]. Em outras palavras, a moeda bancária só circula de modo limitado nas localidades do interior.³⁵⁹

Não há dúvida de que a circulação de dinheiro na cidade de São Paulo foi muito mais dilatada que nas cidades do interior, pois, constituiu-se, ali, o principal centro financeiro e industrial do complexo cafeeiro. Ademais, o portfólio, o tamanho e o recurso dos grandes Bancos da capital paulista, por certo, haviam de ser superior aos dos pequenos Bancos regionais.

Contudo, esta segmentação entre os grandes Bancos da Capital, de um lado, e os pequenos Bancos do interior, de outro, não inviabilizou a ligação entre ambos os segmentos econômicos. Pelo contrário, em nossa visão, partimos da premissa de que a conexão entre eles foi mais comum do que se presumia.

A interligação entre a principal Praça financeira paulista e as regiões produtoras de café, fez-se necessária, em função do alto volume de crédito demandado e do

³⁵⁸ SAES, Flávio Azevedo Marques de. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p.29-47, 1988.

p. 29.

³⁵⁹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 185.

expressivo número de negócios transacionados nas cidades do interior, que, com a ampliação do setor urbano e agrícola, não se sustentaria somente com os recursos locais. Vale frisar, que a manutenção das propriedades agrícolas cafeeiras exigia significativas somas em dinheiro, uma vez que o seu custeio requeria crescentes contrapartidas monetárias, especialmente, para saldar os contratos de trabalho e manter a produtividade. Assim, tanto as maiores fazendas quanto as menores unidades produtivas sempre recorriam ao sistema de crédito, ou ao sistema bancário, para pleitear a liquidez inerente à atividade cafeeira.

Além do mais, seria muito plausível a aproximação do capital bancário, sediado em São Paulo, rumo às regiões interioranas do Estado, especializadas na produção de café. Nestas áreas frutificavam a principal mercadoria desse complexo econômico, de modo que, estender o capital bancário até elas poderia contribuir para a ampliação dos fluxos monetários e para a irrigação do próprio sistema bancário da época.

Os grandes Bancos com sede em São Paulo podem não ter atuado diretamente no interior, por meio da instalação de agências, antes da década de 1930. Todavia, a antítese desse intercâmbio – no caso a negação dessa vinculação – também carece de explicação. Por que motivo os grandes bancos, nacionais ou estrangeiros, recusariam a ampliação de sua carteira de clientes estabelecidos numa das maiores redes urbanas do hemisfério Sul? Tal afirmativa merece, por si só, uma justificativa mais convincente, pois, o que impediria aos grandes Bancos trabalharem em sincronia com estas casas bancárias, incumbindo-as de sua representação?

Em nosso estudo notabiliza-se a correlação existente entre estes setores bancários. Pensamos que somente expandindo os estudos relativos ao assunto é que entenderemos melhor a existência de tais nexos explicativos. E, com certeza, somente assim esclareceremos melhor que a formação do capital bancário paulista apresentou-se como parte integrante do movimento mais amplo de diversificação do próprio capital cafeeiro.³⁶⁰ Nesse sentido, as cidades do interior do Estado – especializadas na produção cafeeira, mas em franco processo de urbanização – com seus capitais acumulados, também estiveram presentes na gênese desse processo de diversificação e de formação do capital bancário paulista.

³⁶⁰ Ibidem. p. 77.

Mas, resta saber, qual foi o papel desempenhado pelos pequenos Bancos de âmbito local frente ao quadro mais geral do sistema bancário paulista. Para Flávio Saes, essas empresas tinham um mercado muito limitado:

Já que o alcance das suas operações não deveria ir além das vizinhanças da sede do município. Depósitos oriundos do pequeno comércio e da indústria locais, de proprietários rurais e mesmo de colonos deveriam financiar os empréstimos para o mesmo comércio, indústria e proprietários rurais.³⁶¹

Não duvidamos do estreito vínculo existente entre os depósitos e os empréstimos realizados pelos comerciantes, fazendeiros e industriais fixados naquelas localidades, onde se encontravam instalados esses pequenos bancos. De fato, essas transações ocorriam comumente. Contudo, acreditamos que reduzir a atividade desse conjunto de bancos a tais operações, de cunho estritamente local – como se esses bancos se bastassem a si próprios e ao *meio social* onde se localizavam – não condiz com a realidade das cidades do complexo cafeeiro, nem mesmo com o estudo de caso aqui proposto. Ademais, as fontes documentais assinalam, sobretudo, uma realidade mais complexa e dinâmica, como veremos ao longo de nossa exposição.

Flávio Saes, além de ressaltar o rol dos possíveis clientes, amealhados dentre fazendeiros, comerciantes e industriais locais, aludiu também para a possível origem dos proprietários desses bancos regionais.

Dessa maneira, aponta que:

A evidência disponível sugere, por um lado, a importância, para esses bancos, dos depósitos dos fazendeiros, comerciantes e colonos das fazendas de café. E sugere ainda serem os fazendeiros e os negociantes, brasileiros e estrangeiros, os que instalam os bancos locais. Não se pode, portanto, ignorar a importância do pequeno comércio local no sentido de manter o movimento desses estabelecimentos.

Nesse sentido, os pequenos bancos regionais, de fato, tiveram origem junto aos fazendeiros e aos comerciantes endinheirados das respectivas localidades.

³⁶¹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p.29-47, 1988. p. 46-47.

Por outro lado, Flávio Saes destacou uma deficiência desse segmento: a instabilidade frente às conjunturas econômicas da economia cafeeira:

Já anotamos, também, outra característica desses bancos: seu caráter efêmero, associado, em parte, à dimensão reduzida e aos poucos recursos próprios que contaram. Consequentemente, não resistiram a qualquer movimento adverso da conjuntura. Não é difícil entender porque encontramos múltiplos exemplos de bancos locais em períodos determinados.³⁶²

Como aludido, mesmo possuindo vida curta – apesar de *Casa Bancária Christiano Osório*, por exemplo, ter durado mais de três décadas, o que não parece ser pouco tempo – pensamos que esses pequenos bancos desempenharam papel preponderante no financiamento, principalmente, no respaldo da lavoura cafeeira, e, subsidiariamente, das demais firmas existentes nesse complexo econômico.

A nossa hipótese é que, para além desses negócios locais, tais bancos regionais também captavam dinheiro nos Bancos da cidade de São Paulo, para repassarem via empréstimos ou desconto de letras de câmbio, para os cafeicultores, comerciantes e industriais, não só das cidades onde se situavam, mas também das cidades vizinhas – podendo atingir até mesmo abrangência estadual, formando uma verdadeira rede de negócios, de Santos às cidades da frente pioneira do café, passando pelas zonas produtoras mais antigas e pela Capital paulista. Assim, evidenciou a ação empresarial de Christiano Osório de Oliveira, que passou de *fazendeiro* a *banqueiro* e *comissário*, espalhando-se por grande parte do território paulista, como veremos adiante.

Desse modo, a hipótese na qual os pequenos Bancos do interior constituíram-se em fornecedores de capitais para lavoura não contradiz as observações e conjecturas pioneiras a esse respeito, encontradas na obra de Flávio Saes. Apesar de não ter se aprofundado no assunto, o autor em questão testemunhou que, aos pequenos Bancos locais, restavam “espaço estreito, sujeito tanto à concorrência dos grandes bancos da capital como às crises monetárias. [Entretanto], estes bancos do interior estariam em melhores condições de atender a lavoura”.³⁶³

Destarte, apesar do pioneirismo de sua obra, e de ser, ainda, um dos principais trabalhos sobre crédito e bancos na economia paulista, Flávio Saes, em particular não

³⁶² Ibidem. p. 126.

³⁶³ SAES, Flávio Azevedo Marques de. A questão do crédito na economia paulista na Primeira República. In: BARRETO, A. M.; LUNA, F. V.; SAES, F. A. M.; COSTA, I. N.; NOZOE, N.; MELLO, Z. M. C. *História Econômica: ensaios*. 1. ed. São Paulo: IPE/USP, 1983. p.148.

avançou na questão do relacionamento dos *pequenos bancos locais* com a lavoura cafeeira. Pensamos que, ao dar atenção especial à vinculação entre o crédito e os *grandes bancos*, descartou uma vasta gama de fornecedores de crédito – dentre eles, por exemplo, os mencionados bancos do interior, os comissários, os capitalistas e os comerciantes – que participaram ativamente da cadeia do crédito, no decorrer da Primeira República.³⁶⁴

Ademais, Flávio Saes ao focar o seu estudo nos bancos da cidade de São Paulo – que se apresentava como a principal Praça financeira do complexo cafeeiro paulista – acabou por deixar de fora parte importante da cadeia do crédito e, com isso, o significativo conjunto de credores que a compunha, situados, sobretudo, no interior do Estado de São Paulo.

Assim, a nosso ver, Flávio Saes tratou a questão do crédito na economia cafeeira dando prioridade à ação dos bancos sediados na cidade de São Paulo. E, como tratou desta cidade em si, evidentemente, deparou-se com a sua respectiva e polpuda carteira de clientes. Esta era composta, por exemplo, pelas grandes empresas comerciais, ligadas ao setor exportador e importador; pelas indústrias; e, pelas empresas de serviços públicos e de melhoramentos urbanos.

Em decorrência disso, e das fontes utilizadas – balancetes publicados na imprensa – não examinou os pormenores contratuais das relações de crédito, nem mesmo interessou-se pela contabilidade bancária dos pequenos bancos.

Contudo, nem por isso a importância de sua obra deve ser desconsiderada. Muito pelo contrário, seu estudo abriu caminhos às novas pesquisas, como a tese aqui proposta, pois, no fundo, ela pretende, sobretudo, incluir suas contribuições, estendendo suas valiosas considerações e conjecturas, aprofundando-as.

Acreditamos que suas análises esclarecem, enfim, o sistema de crédito e bancário da Capital paulista, deixando algumas pistas no tocante ao interior do Estado, às quais pretendemos avançar, dissipando algumas sombras.

³⁶⁴ Renato Leite Marcondes demonstrou que o mercado de crédito hipotecário, em São Paulo, ainda se concentrava nas mãos dos agentes privados, nas três primeiras décadas do século XX. “Não obstante os valores maiores dos empréstimos bancários, o mercado hipotecário ainda se concentrava nas mãos de particulares, pois a quase totalidade das transações ocorria entre pessoas físicas. Os capitalistas realizaram um conjunto muito mais expressivo de transações do que os bancos”. In: MARCONDES, Renato Leite. Crédito Privado antes da Grande Depressão do Século XX: O Mercado Hipotecário. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 44, n. 4, p.749-786, out.-dez. 2014. p. 782.

O próprio autor apontou os limites do seu estudo. Na passagem transcrita abaixo, ele deixou claro que os pequenos bancos, com sede no interior, escaparam da sua análise:

Estamos cientes de que os dados obtidos podem omitir, a cada ano, um ou mais estabelecimentos bancários, principalmente os pequenos bancos do interior. Estamos certos, no entanto, de que tais omissões não devem afetar os resultados obtidos, em particular porque os pequenos bancos escaparam ao confronto das fontes utilizadas.³⁶⁵

Tal omissão – como o autor assim a definiu – está ligada a outro fator “conceitual”: a definição de *Bancos* e *Casas Bancárias*. Embora tivessem natureza similar em relação às operações financeiras desenvolvidas, o elemento que as distinguiam residia no aporte de capital social empenhado.

O problema referia-se também à legislação sobre tais empresas: no período em tela, as *casas bancárias*, por não serem sociedades anônimas, ou por ações, estavam dispensadas da prestação de contas, junto ao público em geral. A fonte utilizada por Flávio Saes – os balancetes publicados em jornais – a despeito de revelarem a face dos grandes bancos da capital paulista, deixou de fora as casas bancárias espalhadas pelas cidades interioranas. Mas, quais são, de fato, as diferenças entre *Bancos* e *Casas Bancárias*?

As primeiras determinações acerca deste segmento comercial, no Brasil, apareceram no Código Comercial, em 1850. Entretanto, apesar de oferecer algumas disposições gerais, este instrumento normativo não destacou nenhuma divergência substancial, quanto às maneiras de bancos e casas bancárias operarem. Nas palavras de Marcondes & Hanley:

O Código Comercial de 1850, que, pela primeira vez, definiu formalmente os bancos e seus principais negócios, procurou nada mais do que institucionalizar as práticas mercantis e os instrumentos de crédito pessoal utilizados no mundo dos negócios. O código regulamentou a criação e o cumprimento dos contratos, as responsabilidades dos prestadores de serviços, os procedimentos de falência, a adjudicação de bens em liquidação e outras medidas contratuais. Mais importante, o código enumerou os tipos de papéis de crédito aceitos como meio de pagamento e padronizou seu formato para eliminar fraudes e aumentar sua aceitação pela população. [...] Os

³⁶⁵ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 17.

bancos poderiam realizar quaisquer operações chamadas de Banco, ou que fomentem o desenvolvimento do crédito público, exceto a emissão de moeda. Isto incluía ‘empréstimos de qualquer espécie, ou natureza; operações de câmbio; depósitos de valores de qualquer natureza; [e] abertura de contas correntes’. Todos os outros serviços bancários de curto e longo prazo, com exceção da emissão de quaisquer ‘notas, bilhetes, letras, vales, papéis ou títulos de qualquer natureza’, foram permitidos por este decreto e realizados preferencialmente em termos gerais, que deixam muitas condições para a diferenciação entre os intermediários.³⁶⁶

Mais tarde, já na década de 1920, com o desenvolvimento do setor, houve novo impulso no sentido de se padronizar as operações financeiras realizadas por bancos e casas bancárias. No intuito de regulamentar tal segmento comercial foi editado o *Decreto 14.728*, de 16 de março de 1921.

De acordo com tal decreto – que tinha o fito exclusivo de fiscalizar os bancos e as casas bancárias – vemos que, ainda, não ficou explícita a diferença entre ambos, no tocante aos serviços prestados. Esta deliberação estipulou como sendo bancos, casas bancárias, agências de bancos ou companhias (nacionais ou estrangeiras), todos aqueles que exercessem as seguintes atividades:

- 1º, o commercio por conta própria ou de outrem:
 - a) de ouro ou prata em moeda, em pó ou em barra;
 - b) de títulos de empresas de qualquer natureza;
 - c) de efeitos de commercio e de outros valores negociáveis ou por endosso ou por simples tradição;
- 2º, empréstimos de qualquer espécie;
- 3º, operações de cambio;
- 4º, depósitos de valores de qualquer natureza;
- 5º, abertura de contas correntes;
- 6º, descontos e redescontos;
- 7º, quaisquer operações bancarias attinentes ao movimento de credito, seja qual for sua natureza ou forma por que se realize.

Deste modo, vemos que o regulamento não pormenorizou as diferenças, quanto aos serviços desempenhados, entre bancos e casas bancárias. Ademais, o decreto previa que até mesmo pessoas físicas, devidamente registradas, poderiam se ocupar com as várias atividades desse segmento comercial.

³⁶⁶ MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G.. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p.103-131, 2010. p. 105-106.

A única distinção no texto normativo de 1921 referiu-se ao montante de capital realizado. Ou seja: “Considera-se banco a pessoa natural ou jurídica que com capital superior a 500:000\$000 realizar as operações especificadas neste artigo, e casa bancaria a que, com o mesmo objetivo, tiver o capital igual ou inferior a 500:000\$ 000”.³⁶⁷

Marcondes & Hanley já haviam identificado que as casas bancárias “foram limitadas em tamanho pelo capital de seus fundadores, ao contrário das organizações anônimas, que ofereceram uma base substancialmente ampla de capital”.³⁶⁸

O Decreto 14.728, de 1921, além da diferença no que diz respeito ao montante de capital social entre tais estabelecimentos financeiros, estabelece, ainda, outro diferencial relevante: somente os grandes bancos, com capital integralizado superior a cinco mil contos de réis, poderiam ter acesso a *Carteira de Redesconto* do Banco do Brasil, o que abria possibilidade de se contar com um *emprestador de última instância*, aumentando a liquidez monetária, principalmente em momentos de crise econômica.³⁶⁹

Nas palavras de Ana Paula Chavantes:

Num primeiro momento, levando-se em conta que o Decreto 14.728 dispunha que o único diferencial entre os dois grupos seria o valor do capital, e, tendo em vista que todos os direitos e deveres regidos por seus estatutos deveriam ser aplicados sem distinção a ambas as categorias, poder-se-ia incorrer em equívoco grave se inferíssemos que, de fato, existia equidade de tratamento dispensado aos estabelecimentos pertencentes às distintas categorias. A explicação para tal discrepância reside no conteúdo do Art. 14º, §1, assinalado no Decreto n. 14.635 (referente às normas da nova Carteira do Banco do

³⁶⁷ Decreto nº 14.728, de 16 de Março de 1921. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14728-16-marco-1921-504798-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 23/06/2014.

³⁶⁸ MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G.. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p.103-131, 2010. p.106.

³⁶⁹ Ainda, para Flávio Saes, na década de 1920 também registraram-se dois “fatos importantes referentes ao sistema bancário. Em particular, o Banco do Brasil assume funções mais amplas: nesses anos se estabelece a Carteira de Redescontos e também é instalada a Câmara de Compensação de cheques no próprio banco. Tais providências, em princípio, tendem a ampliar a eficácia do sistema bancário em termos de circulação monetária. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 111. Na visão de Chavantes “tal ‘privilegio’ não era estendido às casas bancárias, uma vez que por sua própria natureza jurídica definida pela *Lei de Fiscalização* [como ficou conhecido o Decreto nº 14.728] não atendia aos requisitos necessários para concorrer à obtenção dos recursos financeiros disponibilizados pela Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Portanto, este instrumento, controlado pelos gestores econômicos, constituiu-se em importante elemento, com vistas à delineação do conjunto dos estabelecimentos bancários domésticos que se afirmariam como grandes potências no Estado de São Paulo, durante a década de 1920, sob égide dos seguintes aspectos: consolidação de reduzido número de bancos nacionais cujas estruturas caracterizavam-se pela vasta rede agências espalhadas pelo Estado, tendo como sede a Cidade de São Paulo. In: CHAVANTES, Ana Paula. *Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2004. p. 106.

Brasil) que viabilizavam o serviço da Carteira de Redesconto apenas às corporações que efetivamente integralizaram, no mínimo, cinco mil contos de réis (5.000:000\$000), concernentes ao respectivo capital social que dispunham no país. O dispositivo deixa claro que ao poder público interessava agir em prol do maior fortalecimento dos bancos de grande porte, além de atuar no sentido de solidificar a estrutura das instituições bancárias, que se mostrassem empenhadas em assegurar, através da melhoria de suas posições patrimoniais, a instauração de um ambiente de confiança ao setor bancário.³⁷⁰

Pode-se, pois, indagar: Frente à existência de tais diferenças, então seria justo presumir que os *pequenos bancos* espalhados pelo interior paulista realmente desempenharam um papel diminuto no sistema de crédito da época?

Acreditamos que não, por que os números evidenciam sua importância – ainda que menor em comparação com os grandes bancos nacionais e estrangeiros – e também pelo seu crescimento experimentado, ao longo das décadas de 1910 e 1920. Conforme diagnosticou Flávio Saes, em 1915, os Bancos estrangeiros foram responsáveis por 50,1% dos empréstimos; os Bancos nacionais, estabelecidos na capital de São Paulo, ficaram 48,1% dos empréstimos; e, aos Bancos nacionais, instalados no interior, coube a pequena fatia de 1,8% dos empréstimos.³⁷¹

Mais de uma década depois, em 1928, os números indicavam a seguinte situação: os Bancos Estrangeiros diminuíram sua participação, sendo responsáveis por 28,8% dos empréstimos (aproximadamente 705 mil contos de réis); os Bancos nacionais, da capital paulista, evoluíram sobremaneira, abarcando 65,2% dos empréstimos (cerca de 1 milhão e meio de contos de réis); por sua vez, os Bancos nacionais com sedes no interior, constituídos em sua maioria por pequenas agências, também apresentaram crescimento, abrangendo 6% dos empréstimos (cerca de 150 mil contos de réis).³⁷²

Por um lado, nota-se a reduzida porcentagem abarcada pelos pequenos bancos, face ao conjunto do sistema bancário paulista, à época; por outro lado, se olharmos melhor, os pequenos bancos que entraram na análise de Flávio Saes movimentaram volumes substanciais de dinheiro – cerca de 150 mil contos de réis, apenas em 1928.

³⁷⁰ CHAVANTES, Ana Paula. *Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2004. p. 105.

³⁷¹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 107.

³⁷² Ibidem. p. 111.

Assim, em relação ao fluxo monetário, é reconhecível que a eles coube movimentação de cifras consideráveis.

Isso pode ganhar maior relevo se observarmos que nem todos os pequenos bancos sediados nas cidades do interior paulista – e mesmo da Capital – foram incluídos no estudo *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista*, de Flávio Saes.

Esse mesmo autor nos apresenta outro dado revelador: em virtude do decreto de 1921, foram registrados mais de 350 pequenos bancos no Estado de São Paulo.

Em suas palavras:

As mudanças mais marcantes se dão por conta da regulamentação da atividade bancária instituída em 1922 de acordo com o Decreto 14.728 de 16 de março de 1921. Ao instituir normas para a organização de empresas bancárias e ainda as bases da fiscalização de suas atividades, esta lei deve ter conduzido grande número de pequenas sociedades a regularizarem sua atividade. [...] Com base nesse regulamento, foram concedidas entre 1922 e 1929, 825 cartas patentes para novos estabelecimentos de crédito. Em São Paulo, o número de cartas patentes concedidas no mesmo período foi de 351: daí encontrarmos nestes anos uma infinidade de pequenas casas bancárias alinhadas junto com os grandes estabelecimentos de crédito.³⁷³

Desta forma, no tocante ao Estado de São Paulo, o destaque é a existência de expressivo número de pequenos bancos que, de alguma maneira, (ainda que diagnosticados) acabaram não sendo computados à análise proposta por Flávio Saes.

Julgamos esse fato ainda mais sintomático, pois, a experiência vivenciada pelo proprietário da *Casa Bancária Christiano Osório*, revela a possibilidade de terem sido movimentadas grandes somas, ainda que a integralização do capital social fosse diminuta. Isto é, a despeito de possuir capital relativamente baixo, no valor de 100:000\$000, a *Casa Bancária Christiano Osório* chegou a apresentar uma vultosa movimentação financeira, no montante de 5.541:976\$525, de acordo com o balanço realizado em 1921.³⁷⁴ Para o ano de 1938, o balanço apontou operação bancária de 4.501:018\$900 – sendo que o capital social integralizado ainda estava circunscrito aos cem contos de réis.³⁷⁵

³⁷³ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista*. 1850-1930. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 110.

³⁷⁴ Balanço da Casa Bancária Christiano Osório, em 30 de junho de 1921. In: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

³⁷⁵ Balanço Geral da Casa Bancária Christiano Osório, em 7 de outubro de 1938. In: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Assim, a afirmativa de que as casas bancárias do interior não apresentassem movimentação financeira expressiva, ou que a circulação monetária, nessas cidades, fosse insignificante, pode ser interpretada de outro modo.

Assim, por hipótese: E se, por ventura, todos os 351 mencionados pequenos estabelecimentos de crédito legalizados também possuísem, em 1921, movimentação financeira similar à casa dos cinco mil réis? Em caso positivo, seria justo conjecturar: não teríamos mais dinheiro circulando nessas empresas do que nos grandes Bancos? E mais, caso movimentassem valores tão expressivos, não teriam elas também acesso a Carteira de Redescoto, do Banco do Brasil?

Essas perguntas, aqui formuladas, para efeito de raciocínio, objetivando inverter o papel assumido por essas casas bancárias, para se tornarem taxativas necessitam de número maior de pesquisas, para então serem discutidas pela comunidade acadêmica, e, eventualmente, aceitas ou rejeitadas. No fundo, pretendemos chamar a atenção para a necessidade de não se desconsiderar o peso desses pequenos Bancos locais nas análises sobre o sistema bancário paulista, ao longo da Primeira República. Nesse sentido, procuraremos sanar algumas dessas lacunas, e reposicionar o verdadeiro papel desempenhado pelas casas bancárias no contexto da economia cafeeira.

Apesar de o sistema bancário ter se concentrado na cidade de São Paulo – fato incontestado – não significa dizer que, nas regiões produtoras de café, localizadas no interior do Estado, a moeda bancária tenha inexistido. Em nossa visão, a moeda bancária circulou nessas cidades interioranas, e, em muitos casos, acoplou-se ao sistema bancário estabelecido na Capital paulista, constituindo-se, isso sim, em verdadeiras correias de transmissão dos grandes Bancos nacionais e estrangeiros.

3.3- Os laços mercantis do complexo cafeeiro: entre a Casa Bancária e a Casa Comissária (1914-1937)

De acordo com Paulo Silveira e Sousa, os estudos direcionados aos pequenos bancos regionais nos abrem possibilidades de se compreender, tanto o sistema de crédito mais dilatado, quanto às próprias sociedades onde estas empresas estão inseridas. Em suas palavras:

As instituições de crédito local são espaços institucionais onde convergem o giro monetário, o exercício da influência e as redes dos

negócios e da política. A sua análise e a dos corpos dirigentes surge como uma boa maneira de se avançar numa descrição mais clara do grupo dos principais protagonistas dos negócios e do capital [...], ajudando-nos a perceber quem eles eram e quais os seus interesses e as suas práticas.³⁷⁶

Destarte, antes de analisarmos a forma de atuação da *Casa Bancária Christiano Osório* e a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira* junto ao sistema de crédito da época – bem como as práticas financeiras desempenhadas por Christiano Osório na direção desses negócios – cabe deslindarmos, previamente, uma questão: Qual foi a participação dos *bancos regionais*, e dos demais credores, na cadeia do crédito existente na cidade de São João da Boa Vista, entre 1914 e 1937?

No segundo capítulo havíamos apresentado os dados referentes aos empréstimos hipotecários e pignoratícios realizados na cidade de São João da Boa Vista, entre 1890 e 1913. Agora, de acordo com as **Tabelas 18 e 19**, objetivamos apresentar os desdobramentos desse sistema de crédito, de 1914 até 1937.

Tabela 18. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nas hipotecas registradas no município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

<i>Categoria</i>	<i>1914-1918</i>		<i>1919-1929</i>		<i>1930-1937</i>	
Banco regional	1.225.477	28%	2.286.301	12%	264.538	3%
Comissário	989.373	23%	3.250.965	18%	3.559.865	39%
Outros	495.116	11%	1.253.051	7%	576.490	6%
Banco Nacional	445.000	10%	901.950	5%	882.092	10%
Capitalista	428.200	10%	778.640	4%	425.700	5%
Proprietário	419.500	10%	4.877.187	26%	1.252.777	14%
Comerciante	212.424	5%	611.814	3%	738.911	8%
Lavrador	109.040	3%	4.587.844	25%	1.326.142	15%
Total	4.324.130	100%	18.547.772	100%	9.026.515	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2C, 2D, 2E, 2F e 2G, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

³⁷⁶ SOUSA, Paulo Silveira e. Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915). *Arquipélago-História*, Açores, VI, 2º série, p.293-346, 2002. p. 293.

Tabela 19. Porcentagem, por categoria ocupacional, dos credores nos empréstimos com penhor agrícola registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

<i>Categoria</i>	<i>1914-1918</i>		<i>1919-1929</i>		<i>1930-1937</i>	
Comissário	1.327.378	58%	1.138.715	49%	1.146.352	63%
Banco nacional	354.000	15%	180.000	8%	37.500	2%
Comerciante	304.300	13%	82.300	4%	356.848	20%
Banco regional	291.778	13%	616.261	27%	75.000	4%
Capitalista	18.000	1%	100.200	4%	65.000	4%
Proprietário	6.000	0%	100.000	4%	44.672	2%
Lavrador	1.000	0%	84.720	4%	49.500	3%
Outros	800	0%	5.000	0%	0	0%
Banco internacional	0	0%	0	0%	50.000	3%
Total	2.303.256	100%	2.307.196	100%	1.824.872	100%

Fonte: *Livro de Transcrição de Penhor Agrícola*, sob o número 5, e, *Livro de Registros Diversos*, sob o número 4, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Uma primeira observação merece ser destacada: como constatado anteriormente, houve, aqui também, uma incessante oscilação dentre as distintas *categorias de credores*, no que diz respeito aos valores emprestados, ao longo dos três subperíodos selecionados, revelando a estreita ligação do mercado de crédito com as variadas conjunturas financeiras vivenciadas pelos cafeicultores, e atravessadas pela economia cafeeira como um todo.

Destarte, mesmo que tenha prevalecido tal variação nos montantes transacionados, pelas diferentes categorias de credores, evidenciou-se, justamente, a permanência de uma *cadeia de crédito multifacetada* – formada por variados *agentes do crédito*.

Em relação à **Tabela 18**, no primeiro subperíodo 1914-1918, verificamos que o grupo *Banco regional* assumiu a liderança dos empréstimos hipotecários, com 28% do total, sendo seguido de perto pelos *comissários*, que foram responsáveis por 23%. No período de 1919-1929, que foi marcado pelo amplo desenvolvimento do complexo cafeeiro, as transações hipotecárias no município chegaram ao maior volume transacionado: totalizaram mais de dezoito mil réis. Todavia, tanto a categoria dos *comissários* quanto a dos *bancos regionais*, a despeito de terem movimentado volume muito maior de capital, perderam espaço na porcentagem global, ficando com 18% e 12%, respectivamente.

No terceiro subperíodo, que se estende de 1930 a 1937, escasseou-se a participação do grupo *Banco regional*, que ficou com irrisórios 3%. Por sua vez, os *comissários* aumentaram significativamente sua presença, fornecendo 39% dos créditos

com hipoteca. Deste modo, ao passo que os *Bancos regionais* perderam espaço nos três subperíodos em questão, evidencia-se o incremento dos empréstimos hipotecários fornecidos pelos *comissários*. Mesmo no período pós-crise de 1929, constatamos, ainda, a primazia dessa categoria dos comissários na outorga de hipotecas.

Tal circunstância – a presença dos comissários no fornecimento de crédito na economia cafeeira – ganha mais força quando contemplamos a **Tabela 19**, que apresenta a quantificação das fontes documentais acerca dos penhores agrícolas. Em todos os subperíodos, essa categoria de credores, ocupou a liderança absoluta: 58%, entre 1914-1918; 49%, entre 1919-1929; e, 63%, entre 1930-1937.

Deste modo, inclusive, nossa análise contrapõe-se a *tese da decadência dos comissários*. É muito comum encontrarmos na literatura acadêmica versões que apontam para o definhamento do papel do comissário, ao longo do tempo, na economia cafeeira. Esta “tese” assevera que a categoria comissários também foi atingida severamente pelas flutuações conjunturais que afetaram o mercado cafeeiro, além de terem sofrido a concorrência do setor bancário, dos *armazéns gerais*, *armazéns reguladores* e das *companhias exportadoras*, que, em dado momento, passaram a atuar diretamente no interior.³⁷⁷

Segundo tal linhagem interpretativa, a saída de cena dos comissários provocou um vácuo no sistema de financiamento, impondo mudanças significativas no setor, e a procura por novas soluções, por parte dos cafeicultores, no longo intervalo que se estendeu da passagem para o século XIX, até os anos de 1930.

De acordo com Roberto Perosa, os fazendeiros supriram essa deficiência através do autofinanciamento:

Durante um longo período, que vai dos primórdios da economia cafeeira ao final do século passado [XIX], prevaleceu essa relação de

³⁷⁷ Para uma discussão mais verticalizada acerca do papel dos armazéns gerais e da tese da decadência dos comissários ver, dentre outros: PEROSA, Roberto. Comércio e Financiamento na Lavoura de Café de São Paulo no início do Século. *Revista de Administração de Empresa*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.63-78, jan./mar, 1980. FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulista de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 238-243. LOVE, Joseph. *A Locomotiva*: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 68-78. Alguns autores afirmam categoricamente que: “Já a partir da abolição, a figura do comissário vai perdendo importância e, pela regulamentação das empresas de Armazéns Gerais, em 1903, facilitando a realização de negócios diretos entre o fazendeiro e o exportador, sua situação é agravada, sendo esse processo acompanhado também pela diminuição da participação intermediária do ensacador. À medida que se expande o sistema bancário de São Paulo e que aumenta o grau de intervenção do Estado nos planos de valorização, esses dois intermediários tendem a desaparecer, restando somente os corretores e os exportadores”. In: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 71-72.

dependência entre fazendeiro e comerciante de café. A expansão violenta da lavoura, seguindo-se à introdução do trabalho livre do imigrante, vai transformar essa situação radicalmente. A função financiadora do comerciante declina, muito embora, [...] nenhum outro sistema de financiamento tenha tomado seu lugar antes dos anos 30, deixando inclusive espaço para os mesmos comerciantes exercerem as mesmas funções até os últimos anos 20, ainda que em escala relativamente mais reduzida. É de se supor, dessa forma, que o autofinanciamento passou a ter uma importância crescente, à medida que a economia cafeeira caminhava para a crise aberta em 1929.³⁷⁸

No entanto, as possibilidades de *autofinanciamento* da produção eram restritas, quando muito, em sua maioria, pelos grandes cafeicultores, principalmente, os membros do *grande capital cafeeiro*³⁷⁹, não se estendendo a todos aqueles que se dedicaram à cafeicultura. No confronto dos dados pesquisados, em nossa visão, a tese da decadência do comissário não se sustenta. Ao contrário, a categoria *comissário*, além de ter subsistido nos anos trinta, participaram de forma significativa em todos os subperíodos. Ainda que algumas casas comissárias tenham deixado de existir no decorrer do tempo, outras surgiram, mantendo a importância desse segmento, no tocante ao financiamento da lavoura cafeeira.

Outro ponto que merece atenção – antes de adentrarmos no caso específico do Coronel Christiano Osório de Oliveira – diz respeito às alterações da categoria dos *lavradores*. Esse grupo, como aludido, refere-se aqueles dedicados à produção de café, englobando desde fazendeiros até sitiantes.

Em momentos de crise no mercado cafeeiro, culminado com a consequente retração dos lucros, quase sempre, o grupo dos *lavradores* acabou sendo apartado dos negócios do crédito. Assim, de acordo com a **Tabela 18**, observamos que no período de 1914 a 1918, dadas as ingerências provocadas pela Primeira Guerra Mundial, os *lavradores* tiveram participação diminuta no financiamento, ou seja, concretamente emprestaram apenas 3% do cômputo geral.

³⁷⁸ PEROSA, Roberto. Comércio e Financiamento na Lavoura de Café de São Paulo no início do Século. *Revista de Administração de Empresa*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.63-78, jan./mar, 1980. p.64.

³⁷⁹ “Enquanto o grande capital tinha capacidade de autofinanciamento, podendo enfrentar as diversas dificuldades da economia cafeeira, a lavoura, por sua vez, via-se completamente desprotegida, sem condições de enfrentar crises de preços e submetidas à especulação comercial. Se, por um lado, podemos inferir a partir da persistente ausência de crédito a fraqueza política da lavoura, por outro lado, podemos também deduzir desse fato a força política do grande capital cafeeiro que conseguia, assim, perpetuar a dominação mercantil sobre a produção”. In: PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p.91. Vale frisar que o *grande capital* era constituído por aqueles atores que além de fazendeiros, tinham negócios urbanos, industriais, comerciais, ferroviários etc; e, por isso, reduzido a uma pequena parcela da população do complexo cafeeiro.

Entretanto, com a dinamização da atividade cafeeira na década de 1920 – que foi fomentada, no plano internacional, pela elevação dos preços, em função da retomada da demanda, principalmente, nos países vitoriosos, afetados pela Primeira Guerra, e, no plano nacional, pela manutenção dos preços, através dos planos de defesa do café, de 1917 e de 1924. Assim, o setor cafeeiro experimentou expressivas taxas de lucratividade, e, portanto, os *lavradores* voltaram a inverter parte dos seus lucros na concessão de empréstimos. Nesta ocasião, entre 1919-1929, abrangeram 25% dos créditos hipotecários. Mesmo no subperíodo 1930-1937 – contrastando com o cenário de decadência proeminente da cafeicultura pós-1929 – os *lavradores*, ainda, foram responsáveis por 15% dos empréstimos.

De volta à questão dos Bancos regionais e ao estudo de caso do Coronel Christiano Osório de Oliveira, nota-se que, entre 1914 e 1918, 28% dos empréstimos hipotecários fornecidos em São João da Boa Vista vieram da categoria profissional *Banco regional*. Nesse subperíodo, tal grupo creditício forneceu 1.225:477\$000.

Desse montante, a *Casa Bancária Christiano Osório* emprestou o valor de 813:142\$000. Em relação ao número de empréstimos, a empresa de Christiano Osório abarcou 14 contratos, dentre os 17 concedidos, via Bancos regionais, entre 1914 e 1918. Os demais foram assim distribuídos: dois créditos foram disponibilizados pela *Casa Bancária João Osório*, de São João da Boa Vista, totalizando 357:335\$000; e, uma única hipoteca relativa ao *Banco Regional de Mococa*, no montante de 55:000\$000.

Revela-se, assim, a preponderância assumida pela *Casa Bancária Christiano Osório* no conjunto do mercado de crédito hipotecário local. Em uma conjuntura econômica marcada pelas ingerências da Primeira Guerra Mundial – que retraiu sobremaneira a oferta de café no mercado mundial, e, ainda, retirou de cena o grupo alemão que comandava, ao lado dos ingleses e dos norte-americanos, a exportação cafeeira brasileira, houve espaço para novos agentes creditícios suprirem a necessidade de capital dinheiro junto à produção, bem como respaldarem a comercialização do café, até a Praça de Santos.

Parece-nos que o Coronel Christiano Osório de Oliveira soube aproveitar a reestruturação da cadeia mercantil do café, fortemente afetada pela Grande Guerra. Vale mencionar que as maiores casas exportadoras de café, que atuaram em Santos, sempre

contaram com a predominância do capital internacional como, por exemplo, a Theodor Wille, de capital alemão, e, a E. Johnston Co., de capital inglês.³⁸⁰

Por conta da guerra, o capital alemão, que até então figurava como um dos mais preeminentes foi obrigado a sair de cena, deixando espaço para outros agentes econômicos enveredarem nos negócios do financiamento e da comercialização do café. Observamos assim que:

A lista negra dos aliados eliminou concorrentes poderosos como as casas alemãs que haviam sido responsáveis por mais de 20 por cento das exportações de café do Brasil. A. T. Wille & Co., por exemplo, fora uma dos dois ou três maiores exportadores. Embora esse embargo sem dúvida criasse problemas para muitos fazendeiros, ele também proporcionou aberturas para exportadores de países neutros. Firms norte-americanas, como a Arbuckles e a Hard Rand, tiveram aumentos substanciais em seus embarques, além do que os importadores nos Estados Unidos, como Leon Israel e Arons fundaram suas próprias casas exportadoras no Brasil para fazer embarques diretos. Aliás, mesmo a Johnston negociou mais de 3 milhões de sacas nas colheitas de quatro anos entre 1912-13 e 1916-17 e procurou compensar seus mercados restritos na Europa central com uma presença mais vigorosa em Nova Iorque desde que os embarcadores alemães foram afastados.³⁸¹

Foi em decorrência dessa reorganização nas tramas do circuito comercial – amplamente ligado ao setor de financiamento – que se criaram os espaços para a entrada de novos agentes econômicos nos negócios do café. Assim pensamos ser o caso de Christiano Osório de Oliveira. Ele parece ter aproveitado os interstícios da economia cafeeira, visando a atingir dois *escopos*: primeiro, incrementar suas práticas creditícias, aproveitando a deficiência na concessão de crédito agrícola aos lavradores de café, por parte do setor bancário sediado na Capital paulista, aumentando suas chances de ganho via crédito e juros; segundo, desfrutar de suas relações empresariais pretéritas com a

³⁸⁰ MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)*. São Paulo: Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 1988. MARTINS, Marcellino; JOHNSTON, E. (org.). *150 anos de café*. 2.ed. São Paulo: Lis Gráfica e Editora, 1992. Se houve problemas em relação às casas exportadoras, o mesmo cenário não se repete para aos grandes Bancos, ligados ao capital estrangeiro, estabelecidos em São Paulo. Nas palavras de Flávio Saes, “a evasão de capitais estrangeiros tenderia a enfraquecer, nesse momento, as contas desse grupo de bancos. De qualquer modo, ele não chega a perder a liderança do mercado. Aliás, tal posição era sustentada pelos novos bancos estrangeiros que tiveram agências instaladas entre 1910 e 1915: Alemão Transatlântico, Espanhol do Rio da Prata, Ítalo-Belga, Francês para o Brasil e The First National City Bank of New York. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986.107

³⁸¹ MARTINS, Marcellino; JOHNSTON, E. (org.). *150 anos de café*. 2.ed. São Paulo: Lis Gráfica e Editora, 1992. p. 229-230.

firma *J. D. Martins*, para firmar-se na comercialização das safras, ao se estabelecer como comissário em Santos, em 1915, reforçando seus ganhos com a compra e venda de café, atuando das fazendas do interior até o principal Porto exportador do país.

Nesse contexto, portanto – acentuado pelo fechamento da Caixa de Conversão,³⁸² em 1914, e pela queda internacional dos preços do café, que durou até 1919 – é que se originou a entrada definitiva e massiva de Christiano Osório, bem como de inúmeros outros agentes comerciais, nos negócios do café, via financiamento e comercialização do produto, ocupando os *nichos* deixados por parte do capital internacional nos setores internos da economia brasileira, ou seja, das zonas de produção até a exportação, via Porto de Santos.

Na verdade, as possibilidades financeiras desses novos atores econômicos, advindos do setor cafeeiro nacional, dificilmente davam-lhes margens para adentrar no seleto grupo formado pelas *casas exportadoras* de café. O que não significa dizer que estivessem afastados, indubitavelmente, dos negócios de exportação, e, portanto, privados dos grandes lucros. Pelo contrário, ainda que restrito a esfera nacional, altos rendimentos poderiam ser obtidos por intermédio da concessão de empréstimos aos fazendeiros e da cobrança de comissões nas vendas de café aos exportadores.

Outro ponto que parece corroborar a conversão de Cristiano Osório em banqueiro e comissário, nessa época, foi à própria queda da lucratividade no setor da produção cafeeira. Tal circunstância comprometia, sobremaneira, a absorção de investimentos em novos plantios de cafezais. Por conta disso, e da queda nos preços do café, houve a reconversão do capital para outras áreas.

Assim sendo:

E considerando-se a quase paralisação do plantio, o café liberava recursos para a diversificação do investimento no complexo. Se agregada a este panorama a política deflacionista de então, é lícito

³⁸² Ao ser criada – através da Lei nº 1575, de 06 de dezembro de 1906, no contexto do primeiro Plano de Valorização do café – a Caixa de Conversão tinha como objetivo estabilizar o câmbio, impedindo sua valorização. Nas palavras de João Manuel Cardoso de Mello, a Caixa de Conversão, “mantendo uma taxa cambial superior à do mercado livre, atrairia moeda estrangeira, comprada através da emissão de ‘Notas de Estabilização’, fixando-se um diferencial suficientemente pequeno para desestimular operações internacionais de arbitragem”. In: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009. p. 112. Por conta dos impactos da Primeira Guerra Mundial, que forçou o repatriamento do capital internacional aplicado no Brasil, deu-se o fim das operações da Caixa de Conversão, em 1914. Para Flávio Saes, a evidência da evasão de capitais estrangeiros do país reside, justamente, no esgotamento das divisas da Caixa de Conversão, fator que obrigou o seu encerramento. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 107.

supor que grande parte desses lucros, na realidade, foi apropriado pela intermediação financeira (Bancos, Comissários, etc.) via juros cobrados nos empréstimos ao café. Diante da perspectiva de preços baixos, que continuaria até 1910, e que tornaria a ocorrer entre 1914 e 1918, é lícito também se supor que a parte dos lucros apropriados diretamente pelos fazendeiros tivesse outro destino mais rentável, na forma de inversões em ferrovias, bancos, indústrias, comércio, etc.³⁸³

Deste modo, revelou-se plausível a possibilidade de incursão desse personagem no mundo do crédito bancário e dos comissários, visto que se apresentava obstaculizada a acumulação no setor da produção cafeeira. Dotado de capitais e *know-how*, promoveu a diversificação dos investimentos, passando a operar autonomamente em outros segmentos da economia cafeeira, através da fundação de uma casa bancária e de uma casa comissária.

Na interpretação de Wilson Cano, esse processo de diversificação econômica “certamente foi acentuado entre 1914-1918, quando o plantio é mínimo: neste período, face às restrições do suprimento externo, o ‘vazamento’ reforçou as crescentes necessidades de capital circulante na indústria e no comércio, via bancos”.³⁸⁴

Ainda, segundo o mesmo autor:

Será com o abandono da política deflacionista, por volta de 1908-1910, e com o advento da primeira guerra mundial, que se dá um maior desenvolvimento dos bancos nacionais paulistas: até 1918, eles instalaram 11 agências no Estado, número que subiria para 53 em 1924 e 88 em 1927, quando passam a financiar mais decisivamente a agricultura.³⁸⁵

É nesse contexto, marcado pelo crescimento do capital bancário nacional, que observamos a fundação e o desenvolvimento da *Casa Bancária Christiano Osório*. Ela foi fundada no dia 16 de abril de 1914, no município de São João da Boa Vista. No livro de *Registro de Firmas* da cidade consta que: “a firma comercial é constituída por seu unico proprietario Christiano Osório a quem unica e exclusivamente compete o uso da firma. Seu genero de commercio é descontos e negócios concernentes a este ramo”.³⁸⁶

Nota-se que sua área de atuação voltou-se principalmente ao *desconto de títulos* de crédito que, como destacaremos adiante, referia-se, sobretudo, às práticas financeiras

³⁸³ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 85-86.

³⁸⁴ Ibidem. p. 86

³⁸⁵ Ibidem. p. 74.

³⁸⁶ *Livro de Registro de Firmas ou Razões Comerciaes*, nº1, escritura, nº104. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

envolvendo transações com *letras de câmbio*. Transcorrido alguns anos, desde sua inauguração, observamos que essa Casa Bancária passou a ser mais comumente referida como *estabelecimento de crédito*, nos livros de hipotecas e penhor agrícola.

Em 17 de fevereiro de 1915, menos de um ano depois da fundação da Casa Bancária, verificamos a presença do Coronel Christiano Osório de Oliveira, em Santos, a fim de promover o registro da *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, na Junta Comercial da mesma cidade.³⁸⁷

Vale frisar que a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, foi responsável por somente um empréstimo hipotecário, no valor de 7:5000\$000, no subperíodo de 1914-1918, na cidade de São João da Boa Vista. A categoria dos *comissários*, neste intervalo, como já frisamos, concedeu 23% dos créditos hipotecários, sendo que as principais empresas, desse segmento, que atuaram em São João da Boa Vista foram: Junqueira, Netto & Cia; Silva, Ferreira & Cia; João Osório de Andrade de Oliveira; Monteiro de Barros & Cia; Raphael Sampaio & Cia; Uchôa & Cia; Toledo, Assunção & Cia.

Por seu turno, em relação aos empréstimos pignoratícios, observamos o mesmo cenário: somente um empréstimo realizado, na cidade de São João da Boa Vista, em nome da *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*; ao passo que prevalecia forte concorrência nesse segmento, em função da participação de inúmeras casas comissárias, que atuavam a partir de Santos.

Um ponto, nesse sentido, nos chama atenção: a *Casa Bancária Christiano Osório*, entre 1914 e 1918, abarcou 13% do mercado de crédito com penhor agrícola. Essa empresa realizou quatro empréstimos pignoratícios, na cidade de São João da Boa Vista, perfazendo o valor de 291:778\$000.

Ao que parece, a ação empresarial de Christiano Osório de Oliveira tendeu para uma singular *divisão do trabalho*, ou seja, por um lado, a casa bancária, compreendia, basicamente, os *negócios do crédito*, e, por outro lado, a casa comissária, destinar-se-ia, especialmente, à *comercialização do café*, por meio de cobrança de comissão, na Praça de Santos. Na realidade, as cláusulas contratuais enlaçavam as duas esferas do negócio, possibilitando lograr o açambarcamento dos lucros, em setores aparentemente distintos, por parte do empresário Christiano Osório de Oliveira.

³⁸⁷ *Correio Paulistano*. São Paulo. 18 fev. 115. p. 5. *O ESTADO DE SÃO PAULO*. São Paulo, 18 fev. 1915. p. 6.

Nesta altura de nossa argumentação, resta-nos melhor conhecer, por dentro, como eram administradas as empresas geridas por Christiano Osório. Para tanto se torna necessário formular algumas indagações básicas para atingir esse propósito.

Quais eram as formas de crédito mais praticadas por ambas as empresas?

Que tipo de estratégias utilizava esse empresário, em ambas as empresas, para obter maior lucratividade em seus negócios?

Quais juros, prazos e garantias se exigiam para estes empreendimentos?

O primeiro empréstimo hipotecário fornecido pela *Casa Bancária Christiano Osório* foi em 08 de junho de 1914. Neste, vemos Laudissimo Manoel Mafra e sua mulher, fazendeiros da cidade de Vargem Grande do Sul, assumir uma dívida no valor de 13:800\$000. Este montante seria gasto “com o custeio que o credor se comprometeu a fornecer aos seus devedores na importância de 125\$000 por mês, durante quatro anos a começar em julho próximo”.³⁸⁸ Os juros foram estipulados em 12% ao ano. Teriam que ser pagos anualmente, e, na falta do mesmo ficaria vencida toda a dívida.

O prazo acertado para o pagamento foi de quarenta e oito meses. Os devedores hipotecaram o sítio São Miguel, constante de partes de terras de cultura, capoeira e pastos, com uma plantação de 9.000 pés de café, formados, com uma casa de morada e outra para colono. Pelas condições do contrato:

Ficam os devedores obrigados a não vender nem penhorar os fructos pendentes dos seus cafezaes, no corrente anno e nos demais até o vencimento da divida, os quaes serão entregues ao credor nesta cidade, depois de limpos afim de remetter para Santos a serem vendidos, sendo o producto liquido creditado aos devedores [...].³⁸⁹

Embora, nessa época, o Coronel Christiano Osório não possuísse ainda a casa comissária em Santos, vale ressaltar que, no contrato acima, as condições estabelecidas estreitavam as possibilidades de comercialização das safras por parte do lavrador e devedor Laudissimo Manuel Mafra, garantindo o domínio dos frutos empenhados, bem como a possibilidade de lucratividade com sua venda, ao credor.

Em outro empréstimo, no ano 1915, Barnabé Canteiro e sua mulher, lavradores em São João da Boa Vista, adquirem 20:000\$000, junto a casa bancária, com o prazo de quatro anos para o pagamento e juros de 10% a. a., “que serão pagos annualmente e na

³⁸⁸ Escritura de hipoteca nº 830. *Livro de Inscrição Especial* nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

³⁸⁹ Ibidem.

falta serão capitalizados ou será considerada vencida a divida a vontade do credor”.³⁹⁰ O devedor deu em garantia a Fazenda Repucho, contendo 60 alqueires de terra, três casas de morada e 20.000 cafeeiros. Além do mais:

Os fructos pendentes dos referidos cafeeiros ficam compreendidos na presente garantia, os da safra de 1914 e seguintes, até liquidação da divida; e serão remetidos a Casa Comissária que o credor tem em Santos para lá serem vendidos pelos preços dos mercados e creditado o seu producto aos devedores.³⁹¹

Deste modo, configuram-se, nitidamente, os laços mercantis entre a casa bancária – que se encarregou de levantar o dinheiro para o empréstimo – e a casa comissária – que ficou incumbida de receber o café, vendê-lo, e, depois, creditar o valor na conta corrente dos devedores. Por sua vez, o montante obtido com a venda do café, após dedução da comissão de 3%, seria repassado à casa bancária, a fim de saldar o empréstimo levantado.

Esta estratégia ficará mais explicitada através do exemplo seguinte. Por escritura de empréstimo com hipoteca e penhor agrícola, a *Casa Bancaria Christiano Osório* tornou-se credora do Coronel Lucio Bernardino da Costa e sua mulher, em 20 de setembro de 1917, do valor de 225:578\$400. O contrato foi lavrado:

Nesta cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, as oito horas da noite, em casa de residência do Coronel Christiano Osorio de Oliveira, onde a chamado vim eu Tabellião adiante nomeado e assignado, e ahi perante mim Tabellião, compareceram partes entre si justas e contractadas a saber: como outorgantes devedores Coronel Lucio Bernardino da Costa e sua mulher D. Leonor Xavier da Costa, lavradores domiciliados no districto e freguesia de Sant’ Anna da Vargem Grande, desta Comarca e Municipio de São João da Boa Vista, no acto representado por seo bastante procurador [...] e como outorgada credora a Casa Bancaria Christiano Osorio, desta praça, no acto representada por seo proprietario o Coronel Christiano Osorio de Oliveira, banqueiro domiciliado nesta comarca [...].³⁹²

Percebe-se que, a despeito de ser este contrato constituído com a casa bancária, o mesmo foi efetuado no domicílio do credor, ao que parece, para conferir uma atmosfera

³⁹⁰ Escritura de hipoteca nº 902. *Livro de Inscrição Especial* nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

³⁹¹ Ibidem.

³⁹² Escritura de hipoteca e penhor agrícola. *Livro de notas* nº51, folhas 45 a 48v. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista. In: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

de *personalismo* na negociação. Sem embargo, como garantia do referido contrato o devedor deu em hipoteca o imóvel agrícola denominado Fazenda Sant' Anna das Três Barras, situado em parte no Distrito de Vargem Grande, Município e Comarca de São João da Boa Vista. Neste quinhão se acham localizadas:

A casa de morada, machanismos, terreiro, pastos, parte de cafesaes, isto é, a sede principal do immovel, e parte, compreendendo cafesaes, colônia e terras no Districto e Comarca de Casa Branca, cujas confrontações são as seguintes: com as propriedades de Joaquim Octavio de Andrade, Gabriel Ribeiro, Francisco Pereira de Castro, herdeiros de Victorino Rocha Carreira, herdeiros de Francisco Sergio de Oliveira, João Pinto Fontão e outros, compondo-se o immovel de cento e trinta e cinco alqueires de terras de cultura, com cento e trinta e cinco mil pés de café formados, vinte e cinco mil pés novos com dois anos, casa de morada, casa de machinas e machanismos completos para beneficiar café, moinho, terreiros ladrilhados e cercados de muro de pedras, tulhas e paioes etc, trinta e sete casas para colonos, uma para administrador, [...] muares, em numero de vinte, cinco carritellas arreadas, dois trollys e arreios, quatro animais de sella para o custeio e instrumentos agrícolas; os quaes bens que ora dão para garantia da presente hypotheca, os outorgantes são senhores e possuidores livres e desembarassado de qualquer ônus, sobre os quaes não pesam hypotheca legal ou convencional, sendo esta hypotheca primeira e especial.³⁹³

Os mesmos outorgantes devedores disseram, ainda, que a referida dívida hipotecária e pignoratícia teria o prazo de quatro anos para o pagamento, com os juros anuais de doze por cento, os quais seriam capitalizados ou, então, toda a dívida ficaria considerada vencida, à vontade da outorgada credora, independente de interpelação judicial.³⁹⁴

Pelos mesmos outorgantes devedores, perante as testemunhas, foi dito mais:

Que dão em penhor agrícola a safra presente, parte entulhada, e parte por colher, calculada em oito mil arrobas mais ou menos, e a safra próxima futura de junho de mil novecentos e dezoito, calculada em dez mil arrobas mais ou menos, sendo que esses cafés deverão ser depois de beneficiado remetido a *Casa Comissaria Christiano Osorio de Oliveira*, da praça de Santos, sendo as remessas dos referidos cafés gravados com o presente penhor agrícola, quer os da safra de mil novecentos e dezesete, quer os da safra de mil novecentos e dezoito, que serão remetidos até o dia trinta de dezembro, respectivamente de mil novecentos e dezesete e mil novecentos e dezoito, obrigando-se os outorgantes devedores a não gravar o immovel agrícola ora

³⁹³ Ibidem.

³⁹⁴ Ibidem.

hypothecado e os seus fructos com sub-hypothecas ou outros penhores agrícolas, sem prévio consentimento da outorgada credora, importando a transgressão dessa clausula em vencimento da divida hypothecaria e pignoratícia, que se tornara exigível imediatamente.³⁹⁵

A outorgada credora, *Casa Bancária Christiano Osório*, perante as mesmas testemunhas, obrigou-se a receber a importância que os outorgantes devedores lhes estiverem a dever em qualquer época. Obrigou-se, também, a responder pelo pagamento de 50:000\$000, que os outorgantes devedores estavam a dever ao *Banco de Credito Hypothecario e Agricola do Estado de São Paulo*, importância esta que já se achava incluída na soma dos 225:578\$400.

Em suma: assim, vemos que o Coronel Lucio Bernardino da Costa, levantou dinheiro na casa bancária para pagar um empréstimo anteriormente tomado, junto ao sistema bancário da Capital paulista, e, também, para continuar custeando sua produção cafeeira. Portanto, o financiamento em curso revelou-se imprescindível para o custeio das atividades desenvolvidas na fazenda, ao longo do ano agrícola.

Além disso, consta no documento acima, que o produto líquido das sacas de cafés remetidos a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, de Santos, e procedentes do imóvel ora hipotecado, seria aplicado, incontestavelmente, à amortização do capital e juros da quantia que então os devedores estivessem a dever ao credor.

Da mesma forma, ficou estipulado que a casa bancária forneceria “o custeio, a razão de cinco contos de reis, de sessenta em sessenta dias, pelo prazo que vigorar o penhor agrícola, isto é, um anno, prorrogável por seis meses à vontade da credora outorgada”.³⁹⁶ Nesse sentido, vemos que a casa bancária não ficava obrigada a desembolsar a totalidade da soma emprestada, logo de imediato; mas, poderia ir fazendo os aportes de capital aos poucos.

Esta estratégia, garantida por contrato, teve significado singular, pois, ao passo que gerava um título de crédito, conferia a possibilidade de o credor descontar esse instrumento financeiro junto ao sistema bancário, disponibilizando o dinheiro imediatamente. Esta quantia, por sua vez, deveria ser usada aos poucos, ao longo do ano, para custear a fazenda do devedor.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ Ibidem.

Em outra escritura de confissão de dívida com hipoteca, transcrita em 08 de janeiro de 1920, percebemos a relevância assumida pelos negócios correlacionados entre a casa bancária e a casa comissária. Nessa acepção, contemplamos o contrato da *Casa Bancária Christiano Osório* com o Major Henrique Affonso de Loyolla e sua mulher.

O empréstimo foi no valor de 191:832\$600, com prazo de sessenta meses para pagamento e juros de 12% ao ano. Por este crédito, os outorgantes devedores Major Henrique Affonso de Loyolla, por si e como procurador de sua mulher, obrigaram-se a consignar a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, todos os cafés que colherem na sua fazenda Santa Cecília, situada em São João da Boa Vista, contendo cento e vinte alqueires de terras, e 80.000 pés de café formados. Mediante compromisso contratual:

Esses cafés serão vendidos de acordo com o uso e costume da Praça de Santos, e o líquido creditado em conta de movimento, dos outorgantes, na qual serão também debitados os saques que emitirem contra a mesma casa de Santos, ate a quantia de trinta contos, por cada anno, divididos em saques de cinco contos cada, que de sessenta em sessenta dias, para custeio de sua lavoura, saques estes que será feito por intermédio da Bancaria outorgada. Essa conta, seguido a praxe de Santos será fechada no dia 30 de junho de cada anno, vigorando também nessa conta os juros recíprocos a razão de doze por cento ao anno.³⁹⁷

Nota-se que, além dos juros do empréstimo hipotecário, abria-se a possibilidade de também se proceder à cobrança de juros pelo serviço de manutenção da conta corrente na casa comissária. Esta prática – de cobrança de juros em conta corrente – levada a cabo por Christiano Osório de Oliveira, estava em consonância, de fato, com a praxe adotada por outras casas comissárias de Santos.³⁹⁸

Aliás, essas cobranças de juros apresentavam-se como elemento essencial dos seus negócios. No fundo, a diferença entre a taxa de juro do dinheiro captado – via depósito nas contas correntes da casa bancária e comissária, ou, por meio do desconto

³⁹⁷ Escritura de hipoteca. *Livro de notas* nº86, folhas 85v a 88. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista. In: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

³⁹⁸ “O comissário recebia 3% de comissão do fazendeiro. Na praxe de 1907, isso aparece oficialmente. Mas o comissário também cobrava do comitente outras despesas [...], sob a denominação geral de ‘carretos’, que envolvem: carreto, ensaque, reensaques, repeso, mudança e corretagem, com taxa de 7 a 10 réis por kg, conforme a localização dos armazéns ou o tempo” In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *O comissário de café no Porto de Santos: 1870-1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 1980. p. 101

de letras de câmbio – e a taxa de juro do dinheiro emprestado, acabou por constituir-se numa das principais fontes de lucro dos seus dois respectivos empreendimentos.

Tais mecanismos estavam devidamente especificados nos contratos. Assim observamos, ainda, em outra escritura de empréstimo realizada entre a *Casa Bancária Christiano Osório* e o Coronel Lucio Bernardino da Costa que, no dia 03 de abril de 1920, mediante escritura de confissão de dívida com penhor agrícola, a casa bancária forneceu a soma de 35:000\$000, ao referido devedor Lucio Bernardino da Costa. A credora ficou incumbida de abrir-lhe:

Um credito em conta corrente da quantia de trinta e cinco contos de réis para custeio de sua lavoura, credito que ele outorgante usará, saccando contra a outorgada, nas condições seguintes: 7:699\$900 já saccados contra a Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira em Santos, em dez de janeiro do corrente anno, 7:801\$800 que sacca neste acto contra a mesma casa comissária, e o restante 19:498\$300, será saccado parceladamente, de dois em dois meses ate a conclusão da remessa do café que os outorgantes dão em garantia do pagamento da referida quantia de 35:000\$000 em penhor agrícola, isto é, a safra pendente dos cafesaes da fazenda Sant’Anna das Três Barras de sua exclusiva propriedade, sita parte no Districto de Sant’Anna da Vargem Grande, desta comarca, e parte na Comarca de Casa Branca, e que calculam de cinco a seis mil arrobas, cujos fructos desde já a outorgada passa possuir [...] na qualidade e sob as penas de fiel depositário, nos termos da lei em vigor.³⁹⁹

No ponto referente à cobrança e pagamento de juros, que é o que mais nos interessa, nesse momento, em nossa argumentação, constava que este contrato de penhor agrícola, reger-se-ia pelas cláusulas e condições seguintes:

1ª) Os outorgantes obrigam-se a colher no tempo próprio e beneficiar conveniente os fructos ora penhorados e remettel-os a Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira em Santos que os vendera pelo preço corrente do mercado daquela praça, mediante a comissão uzual de três por cento e o liquido producto lhe creditarão em conta corrente para balanço das relações de debito e credito, havidos do presente contracto; 2ª) Os outorgantes obrigam-se a iniciarem a referida remessa em principio de junho do corrente anno e tel-a concluída no mês de setembro deste mesmo anno; 3ª) Os juros da conta corrente dos outorgantes será de doze por cento ao anno quando os outorgantes estiverem em debito e o de seis por cento ao anno quando os mesmos tiverem saldo credor, segundo o costume da praça de Santos; 4ª) O penhor garante todas as parcellas da conta corrente e

³⁹⁹ Escritura de penhor agrícola (1920). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

todos os ônus deste contracto mantida a sua indivisibilidade ate integral pagamento.⁴⁰⁰

Mais do que as exigências pormenorizadas em relação ao manuseio do café e das especificações de prazo e das formas de pagamento, ficou explicitada a cláusula contratual que se afigurou fundamental para a sua prática financeira: por um lado, quando o devedor possuísse saldo positivo, pagava-se 6% de juro sobre o valor, a fim de incentivar a permanência do depósito em conta corrente; e, por outro lado, na ocasião em que o saldo estivesse negativo, o devedor pagaria o juro de 12% ao ano ao credor. Destarte, as cláusulas contratuais garantiam não só o direito de comercialização das safras do café pelo credor, configurando um estreitamento do direito do produtor de fazê-lo pessoalmente no mercado, mas, também, assegurava o ganho via cobrança de juro do capital de empréstimo.

Outros exemplos similares poderiam aqui ser arrolados aos montes, o que nos permitiu identificar certa sistemática nos empréstimos realizados, entre 1914 e 1937, por Christiano Osório de Oliveira, que se caracterizavam do modo seguinte:

- a) os juros se estabilizaram na casa dos 12% ao ano;
- b) o prazo do pagamento ficou em torno de quarenta e oito meses, nas hipotecas, e, doze meses, nos penhores agrícolas;
- c) as condições contratuais dos contratos explicitavam, preponderantemente, o controle sobre a comercialização dos cafés produzidos pelos devedores.

Notamos, ainda, que, em alguns casos específicos, quando os valores fornecidos foram mais substanciosos, ocorria uma redução na taxa de juros, oscilando em torno de 10% ao ano, e, raras vezes, a 8% ao ano; essa diminuição apresentou-se, mais comumente, nos empréstimos envolvendo grandes valores, e aconteceram no intervalo entre 1930-1937.

Tais práticas financeiras adotadas pelas firmas de Christiano Osório de Oliveira não estavam muito distante da tendência mais geral observada no mercado de crédito regional.

De acordo com a **Tabela 20 e 21**, abaixo, podemos observar as taxas de juros e os prazos praticados, na cidade de São João da Boa Vista, entre 1914 e 1937.

⁴⁰⁰ Ibidem.

Tabela 20. Taxas de juros praticadas nos créditos hipotecários registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

	1914-1918		1919-1929		1930-1937	
Juros	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 12% a. a.	3.979.130	92%	17.509.084	94%	8.435.091	93%
De 13% a 24% a. a.	235.456	5%	566.323	3%	371.000	4%
Nada Consta	109.544	3%	472.365	3%	220.424	2%
Total	4.324.130	100%	18.547.772	100%	9.026.515	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2C, 2D, 2E, 2F e 2G, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Tabela 21. Prazos praticados nos créditos hipotecários registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

	1914-1918		1919-1929		1930-1937	
Meses	Valor	%	Valor	%	Valor	%
0 a 12	1.102.341	25%	4.132.554	22%	2.039.658	23%
13 a 24	754.384	18%	3.594.574	19%	1.795.996	20%
25 a 48	1.404.370	33%	6.577.202	36%	1.508.457	17%
49 a 72	539.000	12%	3.005.702	16%	1.316.432	14%
73 em diante	524.035	12%	1.237.740	7%	2.365.972	26%
Total	4.324.130	100%	18.547.772	100%	9.026.515	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2C, 2D, 2E, 2F e 2G, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Constata-se, assim, que a taxa de juros girou em torno do teto de 12% ao ano, nos três subperíodos analisados. Em relação aos prazos, notamos que de *0 a 12 meses*, não houve muita variação dentre os três subperíodos em questão, ficando na casa dos 25%, 22% e 23%, respectivamente. O mesmo se deu em relação ao prazo de *13 a 24 meses* e *49 a 72*. Quanto ao intervalo *25 a 48 meses*, observamos que houve uma redução: passou da faixa dos 30%, entre 1914-1918 e 1919-1929, para 17% dos valores emprestados, de 1930 a 1937. Por sua vez, o prazo de *73 meses em diante*, ganhou espaço, passando de 12%, no primeiro período, caindo para 7%, entre 1919-1929, e chegando a 26%, entre 1930-1937. Tal movimento sinaliza no sentido do dilatamento dos prazos ao longo do tempo, ao passo que a taxa de juros manteve-se sem grandes variações, circulando em 12% ao ano.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ação empresarial de Christiano Osório de Oliveira, no tocante a taxa de juro e prazos praticados, manteve relação *pari passu* com o enquadramento mais geral do mercado de crédito local.

Outro fator característico dessa *fase*, em que Christiano Osório atuou como banqueiro e comissário, foi o aumento no volume transacionado. Este aumento se deu,

tanto no número de empréstimos realizados, quanto nos valores em si, apontando para sua profissionalização e crescimento inconteste, nesses setores comerciais.

Isso não significa dizer que Christiano Osório não tenha realizado empréstimos de quantias diminutas. Ele realizou, sem dúvida, inúmeras hipotecas e penhores abaixo dos dez contos de réis, principalmente, a sitiantes e pequenos comerciantes. Contudo, o ponto que merece destaque é o seu direcionamento rumo àqueles empréstimos acima dos cem contos de réis, atuando junto aos estratos sociais mais elevados, atendendo, sobretudo, os grandes fazendeiros de café.

Essa característica também guarda íntima relação com o mercado de crédito local. Pois, como ressaltam os dados das **Tabelas 22 e 23**, houve inconteste concentração das relações de crédito nos altos escalões da sociedade, ou seja, poucos indivíduos centralizaram os maiores volumes de crédito em suas mãos.

Tabela 22. Porcentagem por valores, em Contos de Réis, dos empréstimos hipotecários registrados no Município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

Período	Até 10 contos		Entre 10 e 100 contos		Acima de 100 contos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1914-1918	410.730	9%	1.542.315	36%	2.371.085	55%
1919-1929	1.783.332	10%	7.779.867	42%	8.984.573	48%
1930-1937	782.589	9%	3.459.704	38%	4.784.222	53%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2C, 2D, 2E, 2F e 2G, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Tabela 23. Porcentagem do número de hipotecas por faixa de valores, em Contos de Réis, registradas no Município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

Período	Até 10 contos		Entre 10 e 100 contos		Acima de 100 contos	
	N° hipotecas	%	N° hipotecas	%	N° hipotecas	%
1914-1918	125	74%	34	20%	9	5%
1919-1929	371	57%	245	37%	39	6%
1930-1937	152	54%	113	40%	16	6%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2C, 2D, 2E, 2F e 2G, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Deste modo, em 1923, assistimos a *Casa Bancária Christiano Osório* fornecer a quantia substancial de 455:327\$200 para Carlos Rehder, fazendeiro, residente em São João da Boa Vista. O prazo estipulado para o vencimento foi de quatro anos. O pagamento teria de ser realizado em quatro prestações, sendo a primeira, de 200:327\$200, até 30 de junho de 1924, e, a quarta, de 85:000\$000, até 30 de junho de 1927. Os juros foram de 12% ao ano.

A garantia desse crédito constituiu-se de uma fazenda denominada Barreiro, com 242 alqueires, 142.000 pés de cafés formados, máquinas de beneficiar café (movida à eletricidade) e casas de colonos. Entre as condições o devedor se obrigou:

A consignar a Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira, em Santos, os seus cafés da safra do corrente anno, e dos que se seguir, enquanto houver debito em aberto, em consequência do seu empréstimo [...] ficando estabelecido que o producto liquido de suas contas de vendas e depois de deduzido o custeio que tiver que fazer, o liquido será retirado para pagamento das prestações do seu debito.⁴⁰¹

Torna-se evidente o mecanismo por trás do fornecimento de crédito: as empresas fundadas e dirigidas por Christiano Osório de Oliveira buscavam, acima de tudo, assegurar para si, além de fatias do mercado de crédito, também a comercialização das safras penhoradas.

Interessante destacar que Christiano Osório de Oliveira ampliou sua área de atuação, ao longo da década de 1920. Com a mesma lógica contratual, notamos sua atuação também nas novas zonas de expansão cafeeira pelo território paulista, rumo a Douradense, Araraquarense e Alta Sorocabana, por exemplo.

Seus capitais avançaram em direção dessas frentes pioneiras da cafeicultura, sempre visando à canalização das safras recém-colhidas para o seu circuito comercial. Prosseguindo em direção ao norte do Paraná, atingiu o município fronteiriço de Jacarezinho (PR); perpassando, antes, cidades, como Jaboticabal, Ariranha, Jaú, Catanduva, Marília, Assis, Santa Cruz do Rio Pardo, dentre outras.

Cabe salientar, que entre 1914-1937, houve duas conjunturas desfavoráveis à cafeicultura: uma, no final de Primeira Guerra Mundial, marcada pela retração dos mercados e dos preços, que foi ainda agravada pela geada de 1918; e, outra, marcada pela crise de 1929, seguida pela Grande Depressão dos Anos Trinta e suas amargas consequências. Durante estas crises, os seus efeitos rebatiam fortemente no setor da produção cafeeira, tendo contribuído para a execução judicial de muitos clientes da casa bancária, e da casa comissária, por terem contraído dívidas creditícias mediante contratos de hipotecas e penhor, uma vez que se tornaram inadimplentes.

Esse fato pode ser observado nas fontes documentais, ajudando a explicar o movimento já assinalado no capital de Cristiano Osório. Assim, se, a princípio, o seu

⁴⁰¹ Escritura de hipoteca nº 1202. *Livro de Inscrição Especial* nº 2E. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

capital agrário transformou-se em capital financeiro e comercial, elevando-o à condição de banqueiro e comissário, posteriormente, este capital financeiro, acabou por reforçar sua característica de grande proprietário rural, uma vez que, o não pagamento das dívidas, por parte dos devedores, abriu-lhe a possibilidade de fazer aumentar suas terras.

Nesse sentido acompanhemos um pouco mais sua estratégia de ação. Em 1916, Francisco Carlos de Oliveira Arantes e sua mulher, lavradores residentes em Santa Cruz das Palmeiras, contraíram um empréstimo no valor de 38:000\$000, junto ao credor Christiano Osório de Oliveira, banqueiro de São João da Boa Vista, com prazo de pagamento estipulado em trinta e seis meses e juros anuais de 12%. O devedor, como garantia, hipotecou a Fazenda Santa Maria, situada em Santa Cruz das Palmeiras, com 100 alqueires e 110.000 pés de café.⁴⁰²

Como na data estipulada (22 de fevereiro de 1919), o devedor não conseguiu honrar o pagamento – por conta, a nosso ver, da situação delicada ocasionada pela geada de 1918 – o credor recorreu aos meios judiciais, a fim de reaver seus investimentos. Assim, na *escritura pública de dação in solutum e quitação*, de 05 de junho de 1919, consta que:

O Cel. Christiano Osório de Oliveira tendo recebido de Francisco Carlos de Oliveira Arantes e sua mulher, todo o principal e juros vencidos até a data do título, num total de 55:220\$210, parte em dinheiro e parte em imovel, deu aos seus devedores plena e geral quitação.⁴⁰³

A parte da fazenda Santa Maria, dada em pagamento, foi descrita com as seguintes características:

Uma parte do imovel agrícola denominado Santa Maria, situado neste município de Palmeiras, cuja parte ora dada em pagamento, contem cerca de 40 alqueires de terras mais ou menos, 38.000 pés de café também mais ou menos, e queimados pela geada, sete casas para colonos [...].⁴⁰⁴

Portanto, torna-se evidente que:

⁴⁰² Escritura de hipoteca nº 324. *Livro de Inscrição Especial* nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Escritura de dação in solutum e quitação. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

a) a execução judicial e, por conseguinte, a apropriação das terras foi prática comumente utilizada e respaldada pela lei;

b) diante do sistema legal existente à época, tanto os devedores quanto os credores, vislumbravam essa alternativa de pagamento como algo apropriado e honrado;

c) o juro, que representou fatia contumaz neste empréstimo, aparece como investimento altamente lucrativo, uma vez que rendeu 17:220\$210, em três anos.

Por esse ângulo, o alargamento das propriedades rurais, via capital de crédito, asseverou-se habitual. Notamos, ademais, outro processo judicial, executado na cidade de Santa Cruz das Palmeiras que, para salvaguardar os seus direitos creditícios, foi necessário requerer a posse do imóvel dado em garantia.

Através de uma carta de arrematação, movida contra o espólio de Anna Maria de Jesus Dias, observamos a aquisição, por parte do Coronel Christiano Osório de Oliveira, de uma fazenda de cultura de café:

Denominada Morro Alto, compreendendo a fazenda Fortaleza. [...] ambas com uma área total de 1.182 alqueires da medida antiga, dividindo e confrontando com propriedades que são ou que foram do Coronel José Vicente de Queiroz Ferreira, Condessa Monteiro de Barros, Manoel Maria, sucessor do Doutor Portella, Prudente José Correa, José Vasconcellos de Almeida Prado [...] com 45 casas de colonos [...] para 88 famílias de colonos; uma casa com salão para escola [...] e 355.000 pés de café.⁴⁰⁵

Vale frisar que ele aumentou suas terras não só através do recrutamento dos bens executados, mas, também, por meio de compra de outras fazendas e sítios. Outra estratégia, muito comum em sua ação empresarial, foi vislumbrar a possibilidade de ganho com a venda das propriedades contraídas mediante compra ou por execução judicial.

Dois exemplos são suficientes para descrever esse mecanismo. No primeiro, Christiano Osório e sua mulher Dona Gabriela Ribeiro de Oliveira aparecem vendendo, em 1923, a Fazenda Serrinha, ao outorgado comprador Waldomiro Ferreira de Menezes. Pelos outorgantes vendedores foi dito que:

Por compra feita a Antonio Alves e sua mulher, são senhores e possuidores de uma fazenda de cultura de café contendo 16 alqueires [...] no município e districto da cidade de Casa Branca, divididos, e

⁴⁰⁵ Transcrição de imóvel nº170. *Livro de Transcrição de Transmissões* nº 3B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

cultivados em capinzais, com 30.000 pés de café formados, com 5 casas de tijollos e telhas para colonos, dividindo com terras dos herdeiros de Gabriel Ribeiro e herdeiros de Francisco Alves, e é denominada Serrinha, cuja propriedade possuem livre e desembaraçada de quaesquer outro ônus ou encargos, além da servidão d'água da dita fazenda que fizeram doação ou contracto com a Câmara de Vargem Grande.⁴⁰⁶

De acordo com a presente escritura, venderam a referida parte da Fazenda Serrinha pela quantia de 70:000\$000, dos quais receberam do comprador, no ato da compra, a quantia de 20:000\$000, em moeda corrente. Com isso, o comprador ficou a dever-lhes o restante da soma, isto é, a quantia de 50:000\$000.

Para saldar essa diferença Waldomiro Ferreira de Menezes, teria o prazo de quatro anos, vencendo sob este restante, os juros de 12% ao ano. Constatamos que os juros teriam de ser pagos anualmente e, na falta, seriam capitalizados; caso contrário, estaria vencido todo o débito, à vontade dos vendedores. No contrato, constava mais a condição de ficar o comprador:

Com a obrigação de consignar a casa do outorgante, em Santos, todo o café que produzir a dita fazenda Serrinha, enquanto houver debito em aberto em consequência da presente compra para o seu producto líquido ser creditado ao outorgado por compra do restante do preço da compra [...]. Disse ainda o outorgante que se compromette a fornecer ao outorgado o custeio necessário a sua dita fazenda Serrinha enquanto houver debito dele outorgado com o vendedor proveniente da presente compra.

Portanto, a terra, aparecia, nesses casos, como mais uma mercadoria a ser negociada. Este empresário do café conseguia obter lucratividade com:

- a) o ágio na venda da terra;
- b) o lucro com as taxas de juros;
- c) o ganho com a comissão recebida pela comercialização do café produzido no imóvel, uma vez que, amarrava-o à consignação, junto a sua casa comissária, de Santos.

Num segundo contrato, percebemos estratagem de negócio muito similar. Em 03 de agosto de 1928, Christiano Osório de Oliveira, passou escritura de quitação a João Cavallieri e outros, no valor de 131:759\$600. Este contrato de desobrigação derivou-se da escritura de venda e compra lavrada, em 13 de novembro de 1923, na qual o

⁴⁰⁶ Escritura de venda e compra. *Livro de notas* n°98, folhas 95v a 98v. Cartório do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Casa Branca. In: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

outorgante Christiano Osório de Oliveira e sua mulher, Dona Gabriela Ribeiro de Oliveira, venderam aos outorgados João Cavallieri, Ângelo Cavallieri, José Cavallieri e Pedro Antonio Cavallieri, as suas propriedades agrícolas denominadas Graminha e Buracão – ambas de cultura de café – sitas no Distrito de Vargem Grande, da Comarca de São João da Boa Vista. Os compradores ficaram devendo ao outorgante vendedor e a sua mulher, a quantia de 120:000\$000.

Em 1928, ano da quitação do contrato, o débito havia se elevado ao valor de 131:759\$600. E, havendo recebido dos seus devedores:

O restante de seu debito ate hoje, com todos os juros, ou seja, a quantia de cento e trinta e um contos, setecentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reis, [Christiano Osório de Oliveira] dá aos seus devedores, João Cavallieri e seus irmãos, plena e geral quitação de pagos e satisfeitos da mencionada divida para não mais repetir, exonerando-os da responsabilidade e os seus bens do ônus da hipoteca, autorizando-os promoverem o Registro Geral e de hipotecas, desta comarca o cancellamento da inscrição. Pelo outorgado João Cavallieri, me foi dito, ante as mesmas testemunhas, que acceita esta em todos os seus termos e apresentou-me o sello federal correspondente aos juros na importância de 11:759\$600.⁴⁰⁷

Assim, abria-se a oportunidade de Christiano Osório alcançar receita tanto com a venda dos imóveis, quanto com a cobrança de juros que, no caso em questão, alcançou a soma total de 131:759\$600 – sendo 120:000\$000 de capital, e 11:759\$600 de juros, em função da hipoteca gerada no ato da compra.

Alguns autores, a vista disso, afirmaram que os “comissários, os bancos, e os comerciantes não estavam interessados em se tornar fazendeiros [sendo que] alguns alegavam até que nem mesmo sabiam lidar com uma fazenda de café”.⁴⁰⁸ Diante do aprofundamento da pesquisa e da análise da trajetória profissional do Coronel Christiano Osório de Oliveira, aqui desenvolvida e detalhada, consideramos que as afirmações emitidas por José de Souza Martins, transcritas acima, não podem ser, mecanicamente, generalizadas.

Como apresentamos ao longo da tese, o *agente de crédito* em questão possuía amplo conhecimento de todas as etapas do circuito de valorização da economia cafeeira, ou seja, da produção à comercialização, passando pelo transporte e financiamento; com

⁴⁰⁷ Escritura de quitação (1928). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁰⁸ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 46.

isso, nunca abriu mão de uma das principais formas de riqueza da economia paulista: a propriedade da terra, apta a se tornar mais uma fazenda de café.

A um só tempo, é inegável que a terra, na economia cafeeira, representou, sobretudo, abertura de oportunidades para a obtenção de renda fundiária, lucratividade com a produção cafeeira, fonte de receita ao ser negociada como mercadoria, e, por último, mas não menos importante, garantia para se alavancar crédito na Praça.

Por isso, estamos seguros que Christiano Osório nunca encarou a aquisição de terras como um empecilho. Pelo contrário, ao longo do tempo, transformou-se num dos “reis do café”. Segundo uma reportagem publicada em 1926, no jornal fluminense *A Manhã*, ele foi apontado como:

O maior fazendeiro de São Paulo. Dono de importantes fazendas, distribuídas pelos municípios de Amparo, Ariranha, Campinas, Pedreira, São João da Boa Vista, Santa Cruz do Rio Pardo, Palmeiras e Casa Branca, possui, segundo as estatísticas oficiais, nada mais, nada menos, do que 3.605.470 cafeeiros, assim discriminados: Amparo, 124.000; Ariranha, 60.000; Campinas, 979.170; Pedreira, 65.000; São João da Boa Vista, 720.000; Santa Cruz do Rio Pardo, 291.000; Palmeiras, 434.000 e Casa Branca, 932.000. O seu raio de acção abrange as zonas mais ricas e prosperas do Estado, como sejam a Mogiana, a Paulista e a Araraquarense. Maiores proprietários do que ele são unicamente a Companhia Agrícola Francisco Schmidt, a Companhia Dumont e a São Paulo Coffee, syndicatos poderosíssimos, mas cuja a produção, assim mesmo, não se distancia muito da média e que atingem as suas muitas e colossaes fazendas, nem lhe tira, adoptando-se o critério do valor individual, a gloria de ser o ‘rei do café’, no Estado de São Paulo.⁴⁰⁹

Sem dúvida, que as execuções judiciais representavam para este empresário a garantia institucional de sua ação como banqueiro e comissário. Todavia, vale frisar que este procedimento legal nunca foi seu objetivo principal: recorreu à execução somente em último caso. Portanto, a nosso ver, não havia nada de “tirânico” nessas interpelações. Na verdade, por serem efetuadas no limite da lei, elas visavam a garantia da propriedade, e dos direitos daqueles que empregavam capital monetário na forma de capital de crédito.

De acordo com a **Tabela 24**, contemplamos que a quitação dos empréstimos hipotecários, via pagamento judicial, sempre se mostrou constante nos três subperíodos em tela, permanecendo na casa dos 11%, 12% e 11%, respectivamente. O que nos

⁴⁰⁹ A *MANHÃ*: Suplemento de São Paulo. Rio de Janeiro, 8 ago. 1926. p.1.

chama atenção é que os pagamentos quitados *no prazo* demonstraram uma piora no decorrer do tempo: representavam 45%, entre 1914-1918; declinaram para 30%, entre 1919-1929; e atingiram apenas 15% dos empréstimos, entre 1930-1937. É surpreendente notar que, por sua vez, os contratos quitados *fora do prazo* se apresentaram como sendo a opção mais comumente praticada: de 33%, no período 1914-1918, subiu para 50%, entre 1919-1929, e, chegou a exprimir 54%, no ínterim 1930-1937.

Tabela 24. Porcentagem, por situação do pagamento, dos empréstimos hipotecários registrados no município de São João da Boa Vista, 1914-1937.

<i>Quitado</i>	<i>1914-1918</i>		<i>1919-1929</i>		<i>1930-1937</i>	
No prazo	1.956.724	45%	5.640.888	30%	1.404.956	15%
Fora do prazo	1.439.387	33%	9.197.281	50%	4.899.085	54%
Pagamento judicial	454.535	11%	2.198.979	12%	950.102	11%
Nada Consta	473.484	11%	1.510.624	8%	1.772.372	20%
Total	4.324.130	100%	18.547.772	100%	9.026.515	100%

Fonte: *Livros de Inscrição Especial*, sob os números 2C, 2D, 2E, 2F e 2G, do “Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”. Valores em contos de réis (1:000\$000 = 1.000).

Diante do exposto, ressalta-se que, em conjunturas adversas como as dos três períodos analisados, tais como a Primeira Guerra mundial, o pós-guerra de 1919-1921 e, finalmente, a grande crise de 1929 e seus desdobramentos durante a grande depressão dos anos 30, constituíram fatores que, seguramente, aceleraram os índices de inadimplência.

Esta tendência, de se pagar os créditos fora do prazo estipulado, confirma que, de fato, em longo prazo, aqueles agentes envolvidos na economia cafeeira local passaram a apresentar dificuldades, no que dizia respeito à quitação dos financiamentos auferidos. Contudo, nem por isso, em geral, recorria-se às instâncias judiciais para reaver as dívidas em atraso. Esta evidência mostra que, apesar de ser frequente a execução judicial, muitas vezes os credores abriam exceções para os devedores quitarem suas dívidas.

Por conseguinte, observamos que 12% de todos os empréstimos hipotecários registrados em São João da Boa Vista (vale frisar: 12% do volume global pesquisado, de 1890 a 1937) foram transferidos a terceiros, ou seja, o credor “original” fez transferência dos seus direitos creditórios à outrem. Desdobrando a análise para os subperíodos, constata-se que: 17% dos empréstimos foram transferidos, entre 1914-1918; 9%, entre 1919-1929; e, 11%, entre 1930-1937.

Outra possibilidade que poderia ocorrer, dizia respeito à renovação das dívidas, isto é, quando o credor abria mão da execução judicial, optando por refazer o contrato de crédito. Esta prática constituiu 4% do total das hipotecas compiladas, em São João da Boa Vista, entre 1890 e 1937. Em relação aos três subperíodos, tal hábito representou: 7% do volume de crédito, de 1914-1918; 6%, de 1919-1929; e, 1%, de 1930-1937.

Isso reforça nossa observação anterior de que, nem sempre Christiano Osório e os demais agentes envolvidos no mercado de crédito conduziram sua prática financeira no sentido de recorrer ao protesto dos devedores. Negociaram outras possibilidades e alternativas. Nessa acepção, podemos afirmar que Christiano Osório também sempre se valeu dessas duas estratégias mencionadas, aliás, muito comuns à época, ou seja, a renegociação das dívidas e a cessão de direitos creditórios.

Assim, testemunhamos no exemplo a seguir: No dia 14 de março de 1921, por escritura de cessão de direitos creditórios, a *Casa Bancária Christiano Osório* repassou a Joaquim Rabello de Andrade, Joaquim Bernardes da Silva Dias e *L. Pio & Irmãos*, os direitos de uma dívida já vencida, que possuía com Gastão Bento de Almeida, no valor de 476:000\$000. No contrato, que teve como cedente Christiano Osório constava:

Como outorgados cessionários Joaquim Rabello de Andrade, Joaquim Bernardes da Silva Dias e L. Pio & Irmão, todos estes domiciliados na comarca de São José do Rio Pardo, neste Estado [...]. E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante cedente Casa Bancaria Christiano Osório, pelo próprio Coronel Christiano Osório de Oliveira, me foi dito que é credora de Gastão Bento de Almeida e sua mulher Dona Maria Eugenia de Almeida, lavradores domiciliados na comarca de São José do Rio Pardo da quantia de 281:523\$300, de capital, além de juros vencidos até hoje, sendo: 117:000\$000 capital da divida hipotecaria do Coronel Pio Osório de Oliveira, cedida a outorgante; 83:000\$000, valor capital da divida hipotecaria de Dona Guilhermina Junqueira de Oliveira, cedida também a outorgante conforme os respectivos títulos, devidamente averbados; 73:825\$000 em conta corrente na Casa Comissária, de Santos; e 7:698\$300, letras vencidas de aceite do mesmo Gastão Bento de Almeida, importando todos estes débitos além dos juros sobre as duas primeiras parcellas em 281:523\$300 até hoje, conforme já ficou dita excluídos também os juros sobre a importância da conta da Casa Comissária de Santos e das letras referidas. E, pela presente escriptura ella Casa Bancaria Christiano Osório sede e transfere aos outorgados Joaquim Rabello de Andrade, Joaquim Bernardes da Silva Dias e L. Pio & Irmão todo o direito e acção que tem aos mencionados creditos e juros pela quantia de 238:000\$000 na seguinte proporção: a Joaquim Rabello de Andrade, 105:000\$000, a Joaquim Bernardes da Silva Dias, 76:000\$000, a L. Pio & Irmãos, 57:000\$000, que eles outorgados pagarão ao outorgante desta a dois annos, isto é, em 14 de março de 1923, com mais os juros que começam a correr de hoje a razão de dez

por cento ao anno e na falta capitalizados enquanto à credora convier esperar.⁴¹⁰

Diante do exposto, apreendemos que tal mecanismo, além de evitar a execução judicial, proporcionava a chance de se renovar o empréstimo junto a novos credores, e, ainda, vislumbrava a possibilidade de se auferir ganho com o juro cobrado com a venda da dívida, que no caso em tela, corria à taxa de 10% ao ano, até o pagamento.

Nas conjunturas econômicas desfavoráveis, como aquela ocasionada pela crise de 1929, a preferência pela execução judicial fazia-se mais evidente. Contudo, mesmo assim, as medidas alternativas também se confirmaram mais contumazes. Deste modo, presenciamos a ação empresarial de Christiano Osório de Oliveira, no contrato de hipoteca, de 1926, que possuía com Dr. Alvim Teixeira de Aguiar, fazendeiro de São João da Boa Vista.

Por este contrato, o credor Christiano Osório, forneceu-lhe o montante de 298:243\$100, com o juro de 12% ao ano, e prazo de vencimento de seis anos, ou seja, em 26 de dezembro de 1932. Como garantia, o devedor hipotecou a Fazenda Pauliceia, com casas de colonos, terreiro rebocado, máquina de beneficiar café, instalações elétricas, 54,5 alqueires de terras em cafezais, 28 alqueires em matas e 48 alqueires de terras próprias para cultura e pastos. O credor Coronel Christiano Osório de Oliveira declarou expressamente que:

Os devedores ficam com o direito a sacar para custeio do imóvel, de 60 em 60 dias, e na preposição de suas necessidades, até o maximo de 80:000\$000, em cada ano agrícola, devendo estes fornecimentos produzir os mesmos juros de 12% ao ano e gozar da mesma garantia hipotecária que goza o credito já existente. Obrigando-se ainda os devedores a consignar a Casa Bancaria Christiano Osório em Santos [...] todo o café que produzir [...].⁴¹¹

Como, entre o firmamento do contrato de crédito e o seu pagamento ocorreu a crise de 1929, o devedor encontrou-se em condição financeira difícil, circunstância que o levou a insolvência. Contudo:

⁴¹⁰ Escritura de cessão de direitos creditórios (1921). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴¹¹ Escritura de hipoteca nº1453. *Livro de Inscrição Especial* nº 2F. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

Em 31 de dezembro de 1932 [...] o Coronel Christiano Osório de Oliveira, concedeu remissão aos seus devedores Doutor Alvim Teixeira Aguiar e sua mulher [...] da importância de 650:651\$700, que representa parte do crédito total de 705:651\$700 de que os mesmos lhe eram devedores conforme escrituras de 28 de dezembro de 1926, de 27 e 29 de julho de 1927, e 26 de dezembro de 1928 [...] conforme consta da mesma escritura de 31 de dezembro 1932. Declaram-se os aludidos Doutor Alvim Teixeira de Aguiar e sua mulher ainda devedores da Casa Comissária Christiano Osório da importância de 55:000\$000, a juros de 8% ao ano [...] e com vencimento de seis anos, a contar desta data.⁴¹²

Em vista disso, ressaltamos que a execução judicial apresentava-se como uma das alternativas, mas nunca a única forma de resolver os problemas decorrentes dos financiamentos. Não sabemos o real motivo que o levou a “perdoar” tamanho valor. O ponto interessante é que Christiano Osório, de alguma forma, nesse caso específico, antecipou-se ao projeto de socorro aos lavradores, lançado pelo governo getulista, em 1934, através do Decreto nº 24.233, que acabou instituindo a *Câmara de Reajustamento Econômico*.⁴¹³

Do mesmo modo, apreciamos, em outro exemplo, a elaboração de uma *escritura de novação*. Assim, aos quatro dias do mês de abril de 1935, no cartório de São João da Boa Vista, compareceram como partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, estabelecida na Praça de Santos, que no ato foi representada pelo seu único proprietário, Coronel Christiano Osório de Oliveira; e, de outro lado, Benedicto Osório de Andrade Oliveira e sua mulher Dona Hilda Antunes de Oliveira, lavradores, domiciliados em São José do Rio Pardo (SP). Pelas partes mencionadas foi dito que:

a) Por escritura de 20 de fevereiro de 1929, Benedicto Osório de Andrade Oliveira e sua mulher se constituíram devedores da dita casa comissária, da importância de 40:000\$000, e, como garantia deram, em primeira hipoteca, o sítio Santa Mariana;

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ Decreto nº 24.233, de 12 de Maio de 1934, visava dar proteção a lavoura nacional diante do cenário de crise instaurado no pós-1929. Dentre outras medidas, previa: em seu artigo 1º: “Fica reduzido de cinquenta por cento nos termos deste decreto o valor, em 1º de dezembro de 1933, de todos os débitos de agricultores contraídos antes de 30 de junho do mesmo ano, quando tiverem garantia real”. Pelo artigo 2º: “Fica igualmente reduzido de cinquenta por cento, também nos termos deste decreto, o valor, em 1º de dezembro de 1933, dos débitos de qualquer natureza, de agricultores a bancos e casas bancárias, desde que tenham sido contraídos antes de 30 de junho de 1933 e seja o patrimônio do devedor inferior ao total do seu passivo”.

b) Em janeiro de 1933, Christiano Osório de Oliveira adquiriu dos referidos devedores algumas partidas de café, notas promissórias e bônus relativos a elas. Como destinou tais valores à conta corrente dos devedores, realizou uma remissão parcial de débito, ficando este reduzido, na ocasião, a 50:000\$000. Procedeu também a modificação do prazo, estendendo-o, e dos juros, diminuindo-os;

c) Em 1935, no momento do registro da escritura de novação, o credor explicitou que o débito dos devedores somava, na presente data, o valor de 59:267\$000. Christiano Osório, então, redimiu-os da metade desta importância, ficando-os a dever apenas 29:633\$500. Esta nova quantia teria o prazo de oito anos para quitação, à qual correria os juros de 8% ao ano, que seriam pagos anualmente ou capitalizados de ano a ano, caso conviesse ao credor, enquanto lhe fosse conveniente.⁴¹⁴

Nota-se que, de modo idêntico, diante da conjuntura encetada pela crise de 1929, o Coronel Christiano Osório, à frente das suas empresas, não procedeu intempestivamente à execução dos seus clientes. Percebemos que, como explicitado no exemplo acima, foi recorrente a busca de alternativas, dando aos devedores a oportunidade de saldar as dívidas, em prazo mais dilatado e com juros menores. Aderindo a estas estratégias de renegociação e as aplicando, provavelmente, caso a caso, todavia, mesmo assim ainda manter-se-iam assegurados os seus direitos contratuais sobre as safras de café dos devedores.

Desse modo, realizado o estudo de *caso* em questão, inserindo-o numa visão mais ampla onde fica evidente a estratificação dos agentes envolvidos na cadeia do crédito na economia cafeeira, acreditamos ter dado algumas respostas à pergunta: como um *fazendeiro* se transformou em *banqueiro*?

A nosso ver, a pedra de toque consistiu nas operações de empréstimo que realizava. Como já referido, por meio da casa bancária, vinculava tais créditos, por intermédio de cláusulas contratuais, à comercialização da safra dos devedores, que, por sua vez, seria processada por sua casa comissária, em Santos. Com isso, de fato, constituiu-se em um empresário do café, isto é, além de fazendeiro, atuava conjuntamente também como banqueiro e comissário.

Tal *persona* desempenhou duas importantes funções no processo de valorização do capital cafeeiro. De fato, por um lado, foi produtor, possuindo para isso a experiência necessária para administrar o regime da lavoura cafeeira, que se praticava no interior

⁴¹⁴ Escritura de Novação (1935). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

paulista; por outro lado, passou a coordenar os “jogos mercantis” do café, que se desenrolavam em Santos. Deste modo, pôde controlar as informações nas duas pontas do circuito mercantil da economia cafeeira: na produção e na comercialização, ainda passando pelo transporte e financiamento.

Muitas vezes, tais funções poderiam parecer, a muitas pessoas e empresas, “desconexas”; acostumadas à antiga tradição na exploração cafeeira, em que as suas atividades no campo, na cidade, no meio financeiro e no Porto de embarque, eram praticadas, desde há muitas décadas, como etapas bem definidas e autônomas, cabendo, cada uma, a um grupo de trabalhadores e *experts* do ramo de as conduzirem e as repassarem à etapa seguinte, até que culminavam com o embarque final do produto ao estrangeiro, ou se destinar à comercialização interna.

No caso de Christiano Osório, e, com certeza, de outros cafeicultores, com perfis similares na ação que desempenharam, essas funções estiveram “acopladas”. Tal ação empresarial, na cadeia de produção/transporte/exportação do café, até pouco tempo, ou era ignorada, ou considerada de menor importância por muitos autores e estudiosos do assunto.

Por outro lado, Christiano Osório, assegurando participação, tanto no interior do Estado de São Paulo (no mundo da produção), quanto em Santos (no mundo da comercialização) como agente do crédito conseguiu reduzir a assimetria de informação existente nos negócios do café, fato que contribuiu para aumentar sua margem de lucro, e reduzir seus riscos.⁴¹⁵

A Casa Bancária aparecia, nesse conjunto, como mais uma possibilidade de valorização do capital, mediante cobrança de juros, e, ainda, possibilitava arregimentar a produção alheia, garantida pelas cláusulas contratuais dos empréstimos. Ademais, por meio da casa comissária, em Santos, ele garantia para si importantes receitas com a venda de café.

Assim, mesmo se tratando de uma pequena firma, estabelecida no interior do Estado de São Paulo, não podemos deixar de destacar a visão do Coronel Christiano Osório de Oliveira no sentido de aproveitar os *interstícios* criados na economia cafeeira, uma vez que ele aproveitou o *nicho* deixado pelos grandes Bancos nacionais e

⁴¹⁵ Na visão de Andrea Lluich, “para el desarrollo de las habilidades crediticias fue decisivo contar con información, pues era el elemento prioritario para definir estrategias y planificar el rumbo económico”. LLUCH, Andrea. Comercio y crédito agrario: Un estudio de caso sobre las prácticas y lógicas crediticias de comerciantes de campaña a comienzos del siglo XX en La Pampa. *Boletín Del Instituto de Historia Argentina Y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 29, p.51-83, jan/jun. 2006.

estrangeiros – estabelecidos na Capital paulista – passando a priorizar o financiamento aos lavradores de café.

Aliás, como veremos no próximo item, sua casa bancária trabalhou de forma coordenada com os Bancos da cidade de São Paulo, suprindo o hiato existente no mercado de crédito, entre a principal Praça financeira e as zonas de produção cafeeira.

Nesse sentido, no contexto da *teoria do crescimento da firma*, podemos dizer que o agente em questão soube aproveitar as oportunidades deixadas pelos grandes Bancos, crescendo, assim, nos *poros* dessa economia.

Nessa interpretação, Edith Penrose propõe:

Chamar estas oportunidades para firmas pequenas de ‘interstícios’ da economia. As oportunidades produtivas de pequenas firmas são assim integradas pelos interstícios deixados abertos pelas grandes firmas, e que as pequenas vislumbram como possibilidades a serem desfrutadas. Se um número suficiente de pequenas firmas julgar suas perspectivas com razoável correção e agir de acordo com elas, então a taxa de crescimento da economia será maior do que as grandes firmas. E se as pequenas firmas já existentes forem incapazes ou não desejarem preencher todos os interstícios, haverá condições para a criação bem-sucedida de novas firmas. Em outras palavras, encontramos aqui na presença de uma variante do princípio há muito familiar das vantagens comparativas; dada a limitação dos recursos, uma firma com vantagens sobre outras em numerosos campos de atividades achará sua expansão mais favorável naqueles em que suas vantagens forem maiores. Essencialmente, tais interstícios vão sendo criados porque há limites para a taxa de expansão de qualquer firma, inclusive das maiores; a natureza dos interstícios que vão surgindo é determinada pelas espécies de atividades nas quais as empresas maiores encontram suas oportunidades mais lucrativas, e nas quais elas se especializam, deixando abertas as demais.⁴¹⁶

Dessa forma, não podemos negar a importância que teve o contexto histórico, ou que tiveram as circunstâncias históricas que se desenharam naquele período, e suas inter-relações, para o crescimento das firmas, principalmente, daquelas de menores dimensões. Sob este ponto de vista, não só a ação individual ganhou importância, mas, também, a influência da situação econômica que suscitou o surgimento de circunstâncias, até certo ponto, decisivas. Por esse ângulo, as pequenas empresas tinham que levar em conta as oportunidades e os interstícios criados nas fímbrias do complexo

⁴¹⁶ PENROSE, Edith. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 329-330.

cafeeiro, transformando as eventuais incongruências em fatores essenciais para sua capacidade de crescer.⁴¹⁷

E, ademais, podemos aproximar a ação empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira à forma muito similar de atuação das grandes firmas e dos grandes empresários, que sempre buscaram empreender no sentido de diversificação dos negócios. Por isso, a fundação da casa bancária e da casa comissária, por parte de um fazendeiro de café e *capitalista*, nessa lógica, aproxima-se:

Bastante das diversificações como meios para enfrentar incertezas gerais. Os maiores e mais profundos efeitos da incerteza – dando origem a uma impressão de que é até certo ponto mais seguro manter um *portfolio* diversificado, e a uma desconfiança geral de colocar todos os ovos na mesma cesta, mesmo que essa seja vigiada de perto – não são superados simplesmente através de um ajuste de cálculos da receita líquida. Muitas firmas têm proclamado a filosofia de que a segurança delas aumenta com [...] um amplo rol de produtos.⁴¹⁸

Nesse quadro, presume-se que toda a gama de serviços oferecidos pelas firmas de Christiano Osório de Oliveira, apresentava-se tanto como uma forma de diversificar o capital agrícola, originado na cafeicultura, quanto uma forma de se proteger das oscilações conjunturais que afligiam a própria economia cafeeira.

Devido a esse comportamento, acreditamos que a estratégia levada a cabo por Christiano Osório incorporou elementos que tenderam a uma procura de crescimento econômico-financeiro por meio de investimentos aplicados em atividades diversificadas, revelando-se essa estratégia como uma opção mais lucrativa do que a especialização num único setor da economia. Logicamente, por consequência, não se contentou em investir seus capitais somente no setor da produção, ou somente no comércio; mas, procurou, sempre, investir sua riqueza nos diversos segmentos da economia cafeeira: em fazendas de café, em ferrovias (através de ações ou constituindo ramais), no casa bancária e na casa comissária.

A nosso ver, embora estes pequenos bancos do interior tivessem espaço limitado no sistema bancário, seguramente, se pode sustentar que aproveitaram o *nicho* existente para se habilitar ao fornecimento de crédito agrícola aos cafeicultores. Dada a impossibilidade de financiamento *direto* à lavoura, por parte do sistema bancário, já institucionalizado na Primeira República, mais sólido e robusto, acreditamos que a

⁴¹⁷ Ibidem. p. 322.

⁴¹⁸ Ibidem. p. 219.

atuação do segmento dos pequenos bancos – ao lado de outros agentes econômicos como os comissários, os capitalistas e os comerciantes – foi crucial para a expansão e o custeio das lavouras de café, no período cronológico em que insere esta tese.

Por fim, como já mencionado, após a fundação da casa comissária de Christiano Osório, sua ação empresarial, passou a enlaçar pontos importantes do circuito mercantil do complexo cafeeiro, e, com isso, alavancou sua ação empresarial para setores econômicos por onde passavam as maiores possibilidades de valorização da riqueza, isto é, no financiamento e na comercialização de grandes quantidades de café. Tais segmentos comerciais, sem dúvida, representavam verdadeiros pontos nodais da cadeia mercantil do café, oferecendo, em suma, oportunidades mais favoráveis à acumulação e enriquecimento.

3.4- A contabilidade bancária e o artifício da letra de câmbio

Raros trabalhos histórico-econômicos versaram sobre as características contábeis desses pequenos bancos regionais. Assim sendo, sabemos muito pouco sobre alguns aspectos importantes, e indispensáveis, ao conhecimento global das suas práticas bancárias, tais como, por exemplo: os montantes de valores transacionados; a origem dos capitais empregados; a natureza dos depositantes; os serviços prestados; as fontes de receita; e, as ligações com o sistema bancário nacional e internacional.

No tocante aos Bancos e seus clientes, uma série de dificuldades se impõe aos estudiosos da história econômica. Boa parte dessas lacunas decorre da falta de documentação contábil, ou mesmo de sua ausência de preservação, até grande dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de acessar os arquivos históricos de muitas das instituições, por receio de facultar consultas por parte de seus proprietários.

A inexistência de fontes históricas acerca desses Bancos, especialmente das casas bancárias do interior – e, por conseguinte, de trabalhos sobre o tema – contribuem para ofuscar o conhecimento mais verticalizado sobre o próprio sistema bancário paulista.

Flávio Saes já havia alertado que:

Mais difícil, para nós, é a tarefa de determinar a origem dos recursos carreados para o sistema bancário. A localização dos bancos – em Santos, São Paulo e Campinas – seria o indício primeiro a ser explorado. Em Santos, o comércio ligado à exportação e à importação

deve constituir a clientela características dos bancos ali instalados. Já os bancos instalados em São Paulo e Campinas devem buscar clientela mais diferenciada: grandes empresas (transportes e serviços urbanos), comércio, indústrias e as ‘pessoas físicas’, tais como profissionais liberais e fazendeiros residentes naquelas cidades. Trata-se, na verdade, de uma hipótese que pretende suprir a falta de informação mais precisa.⁴¹⁹

Esta falta de informação mais precisa é o que pretendemos suprir, por meio da análise contábil da *Casa Bancária Christiano Osório*. Tivemos acesso a dois balanços completos realizados pela firma: um para o ano de 1921, e outro para o ano de 1938. Mesmo se tratando de uma pequena empresa – se comparada aos grandes Bancos nacionais e internacionais – pensamos que há evidências significativas a serem desveladas através da observação desses balancetes.

Tabela 25. Balanço da *Casa Bancária Christiano Osório*, em 3 de junho de 1921.

<i>Ativo</i>	Valor (em Réis)	Porcentagem
Móveis e utensílios	3:381\$750	0,06%
Obrigações a receber	249:569\$930	4,50%
Títulos em caução	3:500\$000	0,06%
Contas Correntes Garantidas	1.366:796\$800	24,66%
Debêntures	31:200\$000	0,56%
Títulos em Carteira	460:065\$710	8,30%
Títulos Descontados	62:775\$700	1,13%
Contas Correntes	3.342:943\$340	60,32%
Caixa	12:943\$295	0,23%
Ações da Companhia Mogiana	8:800\$000	0,16%
Total	5.541:976\$525	100,00%
<i>Passivo</i>		
Capital	100:000\$000	1,80%
Lucros e Perdas	885:757\$210	15,98%
Garantias Diversas	3:500\$000	0,06%
Contas Correntes	4.552:719\$315	82,15%
Total	5.541:976\$525	100,00%

Fonte: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Deparar-se com a contabilidade assim, toda detalhada, é circunstância bastante incomum e mesmo uma feliz descoberta do pesquisador. Por isso julgamos que o caso em tela seja bastante emblemático. Ele nos concede a possibilidade de se avançar no entendimento do sistema bancário da economia cafeeira, principalmente esclarecendo o

⁴¹⁹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 92.

papel desempenhado pelas casas bancárias. Vale frisar que, os jornais não contemplam este tipo de detalhamento, mas, apenas apresentam o balanço final, de lucros e perdas, o que tem serventia para muitas pessoas, mas para outros objetivos; todavia, diz pouco sobre o que desejávamos.

De acordo com a **Tabela 25**, vejamos alguns pontos, pormenorizadamente, com referência aos *ativos*, ou seja, aqueles bens que a casa bancária possuía, ou aquele montante do qual se constituía credora e, por isso, tinha direitos.

O item *Obrigações a receber*, diz respeito às contas, aos títulos, aos serviços, aos pagamentos, as promissórias e aos demais valores que a casa bancária tinha para receber dos seus clientes. No total mencionado, de 249:569\$930, estavam envolvidos sete indivíduos, sendo seis fazendeiros de café (todos da cidade), e um, João Osório de Andrade Oliveira, que também era banqueiro, em São João da Boa Vista, e comissário-exportador, em Santos.⁴²⁰

As *Contas Correntes Garantidas* disponibilizavam ao cliente da casa bancária um limite especial de crédito, por meio da concessão de garantias reais como, por exemplo, hipotecas, penhores agrícolas e letras de câmbio, garantindo que os saques ou os gastos dos mesmos poderiam ser realizados imediatamente, desde que se respeitasse o limite concedido. Funcionava, na verdade, como uma espécie de “capital de giro”.

Nesta situação, de conta corrente garantida, que representavam 24,66% do ativo da empresa, existiam vinte e duas contas. Destas, diante dos nomes listados, pode-se inferir que, a quase totalidade, referia-se a fazendeiros de café da região; com exceção de um nome: Augusto Gewehr, que era industrial, possuindo um frigorífico, na cidade de Mogi-Guaçu (SP). Dentre as três maiores contas correntes, duas correspondiam aos cafeicultores Lucio Bernardino da Costa (370:755\$300), e Henrique Affonso de Loyolla (227:944\$600); e, a terceira, justamente, a Augusto Gewehr (269:473\$400).

As *Contas Correntes* “normais” representavam a maior parte do ativo da casa bancária, correspondendo a 60,32%. Existiam, nessa categoria, 626 contas abertas na firma. Quanto à *relação dos débitos e créditos das contas correntes*, apresentada de

⁴²⁰ Este personagem faliu em 1920. Sua falência atingiu o valor de Rs. 11.000:000\$000 (£650,000). Ele costumava ser descrito como *corretor e embarcador de café*, na Praça de Santos. Possuía também ligações comerciais diretas com a cidade de Hamburgo, na Alemanha, que foi um dos maiores entrepostos de café da Europa. Havia uma relação de parentesco entre este personagem e Christiano Osório de Oliveira; contudo, diante da documentação consultada, não conseguimos estabelecer os elos comerciais, entre ambos, que, a nosso ver, com certeza, deveriam existir. Só o fato de o mesmo agente possuir uma conta na *Casa Bancária Christiano Osório* já é um indício dessa ligação.

forma minuciosa no balanço contábil, pode-se afirmar que havia gama muito variada de clientes, simbolizando um verdadeiro “caleidoscópio de ocupações”.

Na grande maioria os clientes que mantinham uma conta corrente na casa bancária compunham-se de atores da sociedade local e regional. Na maior parte eram cafeicultores (fazendeiros e mesmo sitiantes), comerciantes em geral e profissionais liberais variados.

Das 626 contas correntes existentes, 129 estava na condição *débito*, ou seja, a casa bancária mantinha saldo devedor para com elas. As demais 497 contas apresentavam-se na situação *crédito*, isto é, os clientes tinham um saldo positivo depositado. Deste modo, evidencia-se que os correntistas tinham mais crédito do que débito para com a casa bancária. Estes créditos em conta apareciam na condição de “depósitos” com direito a sacar quando melhor conviessem aos correntistas.

Tais depósitos, captados junto às atividades profissionais do meio urbano e rural, simbolizavam dispositivos muito similares ao que hoje chamamos de “poupanças”, dando a entender que, mesmo nas cidades interioranas, as pessoas recorriam ao sistema bancário, não só para “armazenar” seu dinheiro, mas também para desfrutar dos serviços e das facilidades de transacionarem moeda por esse sistema.

Em sua totalidade, as *Conta Correntes*, tinham, por um lado, o *débito* no valor de 3.342:943\$340, que, no balanço, compôs a coluna do *ativo*; e, por outro lado, o *crédito* no valor de 4.552:719\$315, que integrou o *passivo*. Na contabilidade bancária, vale frisar, que o depósito realizado por um cliente, como forma de investir ou simplesmente guardar seu dinheiro, passa a compor, ao mesmo tempo, uma dívida do banco para com o depositante (*passivo*), e, um capital que o banqueiro pode investir na forma de empréstimos (*ativo*).

No ensinamento de Flávio Saes, ao manejar tais instrumentos financeiros e contábeis os bancos possuíam o poder de:

Sob certas condições, [...] criar moeda – um certo tipo de moeda, a moeda bancária. [...] Este mecanismo, consagrado sob o nome de ‘multiplicador de meios de pagamentos’, pode efetivar-se sob certas condições, tais como o uso generalizado dos bancos pela economia em foco e a aceitação de depósitos bancários (representados pelos cheques) como meio de pagamento. Duas consequências de grande importância resultam do mecanismo multiplicador. Primeira: quando o sistema bancário atinge este estágio de desenvolvimento, constitui-se outra forma de moeda – a moeda bancária. Vale dizer, a economia passa a dispor de outra forma de pagamento, além da moeda metálica e/ou a moeda de curso forçado. Como resultado, a política monetária

passa a ser afetada pelo curso dos negócios bancários, mesmo quando eles mantêm alguma relação com o movimento da própria política monetária. Segunda: os bancos adquirem um formidável instrumento de crédito que lhes custa muito pouco. Mostramos como no processo de multiplicação, perde-se a cobertura monetária existente de início. Nesse sentido, os bancos conseguem efetivamente ‘criar’ moeda e moeda que é base para novos empréstimos que lhe rendem juros. Para os bancos, essa moeda constitui um ‘capital’ que vai ser valorizado, embora rigorosamente ele seja ‘criado do nada’, daí ser chamado, por vezes, de capital fictício.⁴²¹

Ainda no tocante às contas correntes, um aspecto merece atenção: a presença de grandes Bancos da cidade de São Paulo como correntistas da casa bancária. Dentre eles estavam: *Banco de São Paulo*, *Banco Comercial de São Paulo*, *Banco do Comércio e Indústria de São Paulo*, *Banco do Brasil*, e, por fim, *Banca Francese e Italiana* – sendo que, com este último, a casa bancária possuía o maior débito, no valor de 475:821\$090.

Interessante foi notar também a presença de grandes empresas como correntistas da casa bancária. Vale mencionar algumas como, por exemplo, a *Companhia Lidgerwood*, a *Companhia Mecânica & Importadora*, a *Companhia Melhoramentos de São Paulo*, a *F. Matarazzo & Cia*, e a *Companhia Mac Hardy*. Com certeza, essas grandes empresas procuravam estreitar suas relações com os clientes situados no interior do Estado, garantindo a segurança das operações, bem como a facilidade na movimentação de grandes somas de dinheiro. Desse modo, as casas bancárias funcionavam como elos dessas negociações, cumprindo papel importante no conjunto e na articulação da economia cafeeira.

Outro aspecto que se mostrou bastante significativo na análise do balanço contábil, refere-se à conta corrente mais “avultada”, ou seja, aquela que mais possuía dinheiro depositado: a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, de Santos. Ela aparecia com o crédito de 2.273:506\$250. À vista disso, revelou-se, assim, a outra ponta dos negócios, ao qual já nos referimos: a comercialização do café, plenamente integrada à atividade creditícia. Da casa comissária não encontramos nenhum rastro da contabilidade. Contudo, podemos afirmar que, nas mãos desse empresário, essas empresas representavam “um todo integrado”.

Estando o maior saldo positivo depositado e vinculado à sua casa comissária, demonstra-nos o íntimo enlaçamento promovido pela ação empresarial de Christiano

⁴²¹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 15-16.

Osório, em relação aos negócios do café: emprestava dinheiro, prestava serviços a outras praças e empresas do setor, controlava a venda das safras dos devedores, movimentava os saldos das vendas etc. Por isso e por outras menções já feitas neste trabalho, podemos nos referir ao estudo em apreço como o de um autêntico *banqueiro do café*.

A conta de *Lucros e Perdas*, na contabilidade bancária, compõe o *passivo* da empresa. O *passivo*, por sua vez, referia-se ao saldo das obrigações devidas, isto é, os bens numerários que ainda seriam repassados no futuro aos seus verdadeiros proprietários.

Destarte, vale ressaltar que, no balanço de 1921, a conta de *Lucros e Perdas* possuía o saldo positivo de 885:757\$210, representando 15,98% do valor da empresa. Dois aspectos valem ser mencionadas nessa seção. O primeiro tem a ver com o maior “débito” lançado nessa conta, ou seja, o prejuízo havido com a falência de João Osório de Andrade de Oliveira, que somou 220:000\$000.

O segundo corresponde diretamente às fontes de lucro da casa bancária: as maiores receitas vieram da cobrança de *Juros* (173:189\$570) e dos *Descontos* de títulos (55:019\$700). E mais, havia também a existência de uma conta corrente denominada *Café*, com o saldo de 23:649\$640; e, de outra denominada *Soberanos*, com o saldo de 478\$000. Contavam ainda: a conta de *Comissões*, com a qual se obteve 11:046\$560 de lucro; e, as operações de *Câmbio*, que somaram 6:083\$100. Ao que se vê, por esses dados do balanço de 1921, a casa bancária representava um investimento altamente rentável.

Sobre a conta *Títulos em Carteira* pressupomos que equivaliam, principalmente, às operações comerciais envolvendo o desconto de *letras de câmbio*. Este instrumento de crédito foi muito comum no âmbito da economia brasileira, à época.⁴²²

⁴²² Além do Código Comercial de 1850 que versava sobre esta modalidade de crédito, houve uma readequação da lei, através do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908. Este definia que: “Art. 1º. A letra de câmbio é uma ordem de pagamento e deve conter requisitos, lançados, por extenso, no contexto: I. A denominação “letra de câmbio” ou a denominação equivalente na língua em que for emitida. II. A soma de dinheiro a pagar e a espécie de moeda. III. O nome da pessoa que deve pagá-la. Esta indicação pode ser inserida abaixo do contexto. IV. O nome da pessoa a quem deve ser paga. A letra pode ser ao portador e também pode ser emitida por ordem e conta de terceiro. O sacador pode designar-se como tomador. V. A assinatura do próprio punho do sacador ou do mandatário especial. A assinatura deve ser firmada abaixo do contexto”. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/DPL/DPL2044.htm. Acessado em: 18/01/2015.

Segundo Marcia Naomi Kuniuchi, a manipulação desses papéis, na vida mercantil do país, tem origem ainda no período colonial, e estende-se, até mesmo, ao longo do século XIX. Em sua visão:

A circulação de letras dava mobilidade a um capital que, a princípio, estaria imóvel. Logo, todas as operações, por ela proporcionada, contribuíam para a multiplicação dos negócios, ou seja, se o papel comercial efetivamente era emitido para um negócio determinado, com o desconto e o endosso, o mesmo documento poderia financiar outros investimentos, diversos daquele para o qual fora encaminhado.⁴²³

Deste modo, a autora constatou a importância das letras de câmbio para os negociantes brasileiros, em meado dos oitocentos, especialmente, para os comissários de café do Rio de Janeiro, bem como para negociantes internacionais, que aqui atuavam. As redes de crédito foram cruciais para o desenvolvimento das relações comerciais internas e externas. Então, tais redes, trabalhavam em dois níveis diferentes: um internacional e outro nacional.

Em relação aos negócios internacionais:

A dificuldade maior residia na inserção dos representantes estrangeiros no comércio local para agenciar encomendas e negociar mercadorias. Como as atividades envolviam operações de saque e remessa, casadas com o envio de mercadorias, qualquer falha no recebimento de valores prometidos acarretava no desfalque para a realização de pagamentos. Para isso, as casas comerciais dispunham dos bancos para o desconto das letras com a finalidade de suprirem suas necessidades.⁴²⁴

No tocante ao mercado interno existiam fortes semelhanças com as operações realizadas no âmbito internacional. A única diferença dizia respeito à escala e valores dos negócios. Assim:

As redes montadas pelos comissários também serviam de suporte para fazer circular os papéis comerciais. O comerciante dependia de agentes espalhados em localidades próximas às fazendas, para garantir as necessidades do fazendeiro e enviar os créditos e débitos, faturas e cobranças, aceitas pelo produtor, para serem registradas na conta-corrente. Em caso de necessidade de pagar em dinheiro as faturas dos

⁴²³ KUNIOCHI, Marcia Naomi. Crédito, especulação e acumulação nos negócios mercantis. Rio de Janeiro: 1842-1847. *História e Economia*, v. 4, p. 199-220, 2008. p. 215.

⁴²⁴ Ibidem. p. 214.

fazendeiros, comerciantes e comissários recorriam aos bancos e descontavam suas promissórias.⁴²⁵

Ainda, para a mesma autora, os Bancos comerciais até então existentes no Brasil – e mesmo em algumas Praças financeiras internacionais – eram, sobretudo, *Bancos de descontos*. Em suas palavras, no século XIX, “o uso de letra de câmbio propagou-se com a expansão dos bancos comerciais e com o desenvolvimento dos instrumentos de crédito bancários”.⁴²⁶ Fomentando, assim, as atividades ligadas à produção e a comercialização.

Conjecturamos que a utilização de tal instrumento financeiro tenha persistido até meados do século XX, sendo ainda muito comum, nos anos 1930 e 1940. Deste modo, afirmamos que a forma de “capitalização” empreendida pela *Casa Bancária Christiano Osório* passava, portanto, por três principais modalidades:

- a) pela utilização da riqueza pessoal, em grande medida auferida com o café;
- b) pelos depósitos, em contas correntes, realizados pelos clientes;
- c) e, além disso, pelos descontos de *letras de câmbio*, junto ao sistema bancário da cidade de São Paulo, munindo a Casa Bancária Christiano Osório da liquidez necessária para lidar com negociações de grande giro e volume.

Na data do balanço constavam oito *títulos descontados*, no valor total de 62:757\$700, representando 1,13% do total. Por sua vez, os *títulos em carteira* correspondiam à quantia de 460:065\$710, expressando 8,30% do cômputo geral. Em poder da casa bancária, na conta *títulos em carteira*, existiam exatos cem títulos. Sendo o maior título, de 103:000\$000, em nome de Francisco Volpe; e, o menor, de Américo Marcon, de 31\$800.

Os nomes relacionados nesses títulos correspondem a donos de sítios e fazendas de café; mas, também, apareciam muitos comerciantes e profissionais liberais de distintas ocupações, de São João da Boa Vista e redondezas. Ademais, os títulos contemplados evidenciavam que a casa bancária envolvia-se em diversos níveis da vida econômica e social, indo dos grandes aos pequenos lavradores de café, dos comerciantes atacadistas aos varejistas, de médicos e advogados a carpinteiros e ferreiros. Christiano Osório enlaçava, assim, em sua trama mercantil, o giro monetário, local e regional, de diferentes estratos sociais.

⁴²⁵ Ibidem. p. 215.

⁴²⁶ KUNIOCHI, Marcia Naomi. A prática financeira do Barão de Mauá. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995. p. 135.

As letras de câmbio apresentavam-se como títulos facilmente renegociáveis, ou seja, eram constantemente renovadas, e, depois, trocadas. Todavia, várias letras, de fato, venciam pela falta de pagamento e, por isso, podiam ser executadas – como respaldava a legislação. Existem vários desses processos, no arquivo pessoal consultado, nos quais, por vezes, o protesto se impôs como solução.

Deste modo, em 21 de setembro de 1917, apreciamos o instrumento de protesto de uma Letra de Câmbio, dada a favor do Cel. Christiano Osório, no valor de 100:000\$000. Pelo documento consta que, na data aludida, o gerente da *Casa Bancária Christiano Osório*, José Theodoro de Faria, compareceu ao Cartório da cidade de São João da Boa Vista, para protestar, por falta de pagamento no vencimento, a Letra de Câmbio do teor seguinte:

Casa Bancaria Christiano Osorio, nº 731C – Vencimento em 20 de Setembro de 1917 – São João da Boa Vista, 20 de Setembro de 1916 – R\$100:000\$000. A 20 de Setembro de 1917 pagará por esta minha única via de Letra de Cambio, a mim ou a minha ordem, nesta praça de São João da Boa Vista, da quantia de cem contos de reis, valor recebido em dinheiro e no dia do vencimento fará o prompto pagamento em moeda corrente do paiz sem mais aviso. Ao Sr. Cel. Lucio Bernardino da Costa. Vargem Grande – São João da Boa Vista – Estado de São Paulo. Pp. [por procuração] Christiano Osório, José Theodoro de Faria. Aseito. São João da Boa Vista, 20 de Setembro de 1916. Lucio Bernardino da Costa. Aseito. São João da Boa Vista, 20 de Setembro de 1916. [...] Apresentada no dia 21 de Setembro de 1917 às 5 horas da tarde, e, apresentada no livro 3 – ordem 260 a folha 28v. O tabellião de protesto, S. Silveira. Nada mais se continha em dita Letra de Cambio, fielmente transcripta [...].⁴²⁷

Feito este procedimento legal, o Cartório se incumbiu de intimar o devedor. No dia 22 de setembro de 1917, os responsáveis dirigiram-se a fazenda Sant’ Anna das Três Barras, Distrito de Vargem Grande, distante cerca de doze quilômetros de São João da Boa Vista para intimá-lo. Disto sucedeu-se a transcrição seguinte:

Certifico ter sido intimado o acceitante Coronel Lucio Bernardino da Costa, a vir pagar a referida Letra de Cambio, ou dar a razão porque o não faz – do que me respondeu que estava sciente. Sciente o portador de todo o ocorrido, por elle me foi dito que protestava o haver do acceitante Coronel Lucio Bernardino da Costa ou de quem mais direito tiver, toda a importância della, com custos, perdas, danos, despesas legais, prêmios e interesses, como de movedor a movedor,

⁴²⁷ Instrumento de Protesto de Letra de Câmbio (1917). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

na forma da lei e costume, e deste protesto notifiquei o dito acceitante Coronel Lucio Bernardino da Costa, que ficou bem sciente e dou fé.⁴²⁸

Pensamos que este procedimento tenha sido muito comum, do ponto de vista das transações comerciais e financeiras. Para o caso específico da transcrição acima, podemos aventar que o processo parece ter sido resolvido da melhor maneira possível, ou seja, não recaiu nenhum ônus legal ao devedor, pois não se incorreu a penhor, arresto ou qualquer outra forma de embargo. Pelo contrário, as partes envolvidas devem ter se acertado, através da renovação do título de crédito, uma vez que, no balanço da casa bancária de 1921, avistamos o mesmo Cel. Lucio Bernardino da Costa ainda como cliente da empresa, possuindo uma das maiores contas correntes garantidas.

Em outro processo, de 1923, notamos um ponto interessante: a rede de negócios lastreada pela letra de câmbio, envolvendo: João Osório de Andrade Oliveira, banqueiro e comissário-exportador, de São João da Boa Vista; Angelo Milano, cafeicultor de São João da Boa Vista; o *Banco de Comércio e Indústria de São Paulo*, e a *Casa Bancária Christiano Osório*.

A letra em questão teve como sacador (ou emitente) João Osório de Andrade Oliveira, e abrangia o seguinte conteúdo:

João Osório de Andrade Oliveira, nº 1.197. São João da Boa Vista, 11 de Março de 1920. Rs. 34:381\$000. Aos 10 de Setembro de 1920 pagará V.S por esta minha única via de Cambio a mim, ou á minha ordem, em moeda corrente deste Paiz, a quantia de 34:381\$000. Valor recebido e no dia do seu vencimento fará V.S. o prompto pagamento independente de mais aviso. Ao Snr. Angelo Milano. Nesta. P.p. [por procuração] João Osorio de Andrade Oliveira. José Francisco Fernandes. Aseito. São João da Boa Vista. 11 de Março de 1920. Angelo Milano. [...] Carimbo: 'Banco do Commercio e Industria de São Paulo'. No verso está o seguinte: Pp. João Osorio de Andrade Oliveira. José Francisco Fernandes. Pague-se á ordem do Senhor Christiano Osorio de Oliveira. São João da Boa Vista. Valor para cobrança em São Paulo. 8 de Setembro de 1920. Banco do Commercio e Industria de São Paulo. C. P. Vianna, Director [...].⁴²⁹

Pela descrição acima, o título de crédito – que tinha como sacado (devedor) Angelo Milano – foi descontado no *Banco de Comércio e Indústria de São Paulo*, pelo

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ Carta de Arrematação (1923). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

sacador e credor, João Osório. Por sua vez, constata-se que o Banco da Capital paulista repassou a mesma letra, em pagamento, à *Casa Bancária Christiano Osório*.

Por isso, a casa bancária passou a ser a legítima portadora e proprietária do título em questão. Assim, aos 11 dias do mês de Setembro de 1920, constatamos José Theodoro de Faria, gerente da *Casa Bancária Christiano Osório*, comparecer no Cartório de São João da Boa Vista, para protestar a mesma letra de câmbio (nº 1.197), emitida por João Osório, contra Angelo Milano, no valor de 34:381\$000.

Este protesto ativou o antigo sacador (João Osório), responsabilizando-o. Assim, pelo processo que corria ainda em 14 de dezembro de 1922, o Coronel João Osório de Andrade Oliveira disse que:

Sendo seu devedor o Senhor Angelo Milano, morador nesta comarca, da quantia de 34:381\$000, como se verifica pela letra de cambio junta, vencida e protestada por falta de pagamento e como até hoje não lhe queira pagar igualmente, requer a nossa excelência se aligne mandar citá-lo para pagar incontinentemente ou nomear bens á penhora, e, se eu não fizer, se proceda a penhora em tantos bens do devedor, quantos bastem para o pagamento da divida, juros da mora posterior a esta citação e custas, sendo o mesmo também logo citado para offerecer os embargos que tiver dentro do prazo de seis dias, que lhe será assignado no Fórum, em audiência deste Juízo.⁴³⁰

Tendo em vista a alta “segurança” deste título de crédito, foi dito por João Osório, no mesmo instrumento de protesto que:

A fazenda Serra da Boa Vista, de propriedade do devedor [Angelo Milano] e de sua mulher, esta onerada com a clausula de inalienabilidade, pelo que requer, se outros bens não forem nomeados á penhora, recaia ella sobre os fructos pendentes dos cafezais daquella fazenda, da actual safra de mil novecentos e vinte e dois a mil novecentos e vinte e três, de accordo com o que expressamente é adimittido pelo § 5º, do Artigo 530, do Regulamento 737, de 1850, uma vez que outros bens não existam para a penhora [...].

Pela carta de arrematação extraída dos autos do executivo cambiário, observamos que, em 14 de novembro de 1923, o processo teve o seguinte desfecho:

Auto de arrematação em primeira praça: [...] nesta cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, na sala das audiências, no pavimento superior da cadeia publica, estando aberta a praça do café

⁴³⁰ Ibidem.

penhorado á Angelo Milano e sua mulher a requerimento de João Osorio de Andrade Oliveira [...]. Tendo o porteiro apregoado a praça em voz alta, e depois de muito apregoar, deu sua fé ter sido o maior lance o de 30\$000 por arroba, perfazendo o total de 16:440\$000 offerecido pelo Coronel Christiano Osorio de Oliveira, a quem o porteiro, por ordem do M. Juiz entregou sob pregão o café levado a praça [...].⁴³¹

Em resumo, nesse caso, o sacador ou emitente da letra foi o Coronel João Osório de Andrade Oliveira, em 11 de março de 1920. Por falta de pagamento na data combinada, ele moveu um executivo cambial contra o sacado, ou aceitante, Angelo Milano e sua mulher. O processo de execução, aberto em 1922, acabou por penhorar os cafés pertencentes aos executados, os quais foram avaliados e levados à Praça, sendo arrematado pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira que, além disso, era o portador e legítimo proprietário da letra de câmbio à época, uma vez que este título foi lhe passado pelo *Banco de Comércio e Indústria e São Paulo*.

Pela descrição desse exemplo vemos que a letra circulava muito facilmente pelo sistema bancário paulista, revelando a ligação existente entre os cafeicultores do interior, os pequenos Bancos regionais e os grandes Bancos da cidade de São Paulo. Ademais, explicita-se a segurança legal desse instrumento financeiro, que a despeito de ter sido “atualizado” pelo Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, não obstante, continuava sendo regulamentado pelas diretrizes assentadas no Código Comercial de 1850.

Portando, o processo aludido demonstra a rede de dívidas compensadas, bem como a “securitização” desta modalidade de crédito. Efetivamente, o “direito moderno fez, pois, da letra de câmbio um título de crédito, isto é, um título capaz de realizar imediatamente o valor que representa”.⁴³²

De modo que, nas palavras de José Maria Whitaker:

A circulação do respectivo valor é, efetivamente, a função essencial e característica dos títulos de crédito. O valor futuro declarado no título transforma-se facilmente em valor presente por meio do desconto, possibilidade que substitui e mesmo excede as vantagens de um reduzido termo de vencimento: para o credor, porque oferece uma aplicação imediata e de fácil realização às suas economias – e por isso ele alonga o prazo do pagamento e atenua a taxa de juros; para o devedor, porque converte prontamente crédito em dinheiro – e por

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² WHITAKER, José Maria. Letra de Câmbio. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961. p. 18.

isso ele se submete a uma forma particularmente rigorosa de obrigação.⁴³³

Nessa acepção, frente ao exemplo citado, contemplamos que João Osório realizou um empréstimo à Angelo Milano, dando-lhe o direito de sacar uma letra. Por sua vez, João Osório, descontou-a no *Banco do Comércio e Indústria de São Paulo* que, por conseguinte, transmitiu-a para Christiano Osório, revelando a cadeia de compensação das dívidas, sem a utilização efetiva de moeda sonante.

Como o pagamento não foi realizado por Angelo Milano, na data especificada, João Osório protestou-o. Ao final, Christiano Osório, que era o portador da letra na época, teve seus direitos garantidos pela justiça; ao passo que, ainda, acabou arrematando os cafés por um preço mais baixo que o praticado no mercado. No fundo, foi o café que, representando a mercadoria mais valiosa desse circuito, possibilitou a liquidação do título e a realização dos valores envolvidos.

A letra de câmbio, na economia cafeeira, assumia, assim, diversas funções, mostrando-se uma ferramenta altamente ajustável aos diversos fins que lhe competia, e, por isso, constituiu-se num título de crédito que conferiu a liquidez necessária à parte importante da circulação mercantil dos negócios ligados ao café.

Christiano Osório valeu-se de duas formas de utilização da letra de câmbio em suas firmas: ele realizava a emissão da letra ao conceder determinados créditos, principalmente em cima daquelas contas negativas dos seus clientes, tanto da casa bancária quanto da casa comissária; e, também, sacava letras como mecanismo de garantia das dívidas, circunstância que lhe possibilitava realizar imediatamente o valor do crédito concedido, por meio do desconto, junto ao sistema bancário paulista.

Tais usos eram respaldados pela legislação vigente no período. Em sua análise sobre a letra de câmbio, realizado na década de 1920, José Maria Whitaker deixou claro que a “letra de câmbio é uma forma de liquidação antecipada de qualquer operação que envolva crédito; pode, portanto, resultar de um contrato mútuo, de compra e venda, de abertura de crédito, de locação de serviços, ou mesmo de doação”.⁴³⁴ Em relação ao nome da pessoa a quem deve ser paga este título de crédito, há outra facilidade, ou seja, a letra pode ter como beneficiário o próprio emitente, ou seja, “a letra pode ser emitida a

⁴³³ Ibidem. p. 18-19.

⁴³⁴ Ibidem. p. 49.

ordem do próprio sacador, caso em que são do uso comum as expressões ‘a mim, ou a minha ordem’”.⁴³⁵

Desta forma, ele assegurava liquidez necessária às suas empresas. Então, além dos depósitos realizados pelos correntistas apresentar-se como forma exímia de obter *capitalização*, a casa bancária também recorreu à utilização da letra de câmbio para levantar capitais, pois, ao emitir esse título sobre seus clientes, poderia antecipar os valores contratados mediante o desconto. Como, muitas vezes, ele pagava os valores ajustados com seus clientes em parcelas “fracionadas”, ao longo do ano, essa operação contábil sempre disponibilizava bens numerários excedentes ao cofre da casa bancária.

No registro da firma feito em 1914 observamos que a casa bancária também agia no setor de descontos. Assim, ganhava em dois sentidos: na cobrança de juros pelo desconto de letras de câmbio “alheias”, que circulavam em inúmeros negócios locais e regionais; bem como, auferia lucros emitindo suas próprias letras de câmbio, seja em cima de contas correntes, seja como instrumento de garantia de valores emprestados. Estas letras completavam o seu circuito econômico quando eram descontadas, por Christiano Osório, no sistema bancário paulista, principalmente no Banco em que era *representante*.

Através de propaganda publicada na imprensa local constatamos que a casa bancária era correspondente da *Banca Francese e Italiana per l’America del Sud*,⁴³⁶ como pode ser visto, adiante, através da **Figura 6**.⁴³⁷

⁴³⁵ Ibidem. p. 62.

⁴³⁶ A *Banca Francese e Italiana per l’America del Sud*, surgiu em 1910. Vincula-se ao “movimento peculiar do capital estrangeiro na economia brasileira. O prenúncio do seu avanço está marcado por acordo feito entre o Banco Comerciale Ítalo-Brasileiro (antes Comerciale Italiano) com Banque de Paris et de Pays Bas, ao qual a Banca Francese está ligado”. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 105. Em 1921, a Banca Francese e Italiana obteve o maior volume de depósitos e empréstimos, entre todos os bancos da Capital paulista.

⁴³⁷ De acordo com Flávio Saes, tanto os grandes bancos estrangeiros quanto os nacionais, fundaram agências no interior. Numa clara política de concorrência que visava angariar mercado, os grandes bancos rumaram para diversas cidades do país. Assim, a “relação de agências da Banca Francese em 1924 confirma claramente essa tendência: com sede em Paris, mantinha sucursais em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Rio Grande; agências em Araraquara, Barretos, Bebedouro, Botucatu, Caxias, Espírito Santo do Pinhal, Jaú, Mococa, Ourinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Pardo e São Manuel”. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 117. Por outro lado, em nossa pesquisa identificamos que estes Bancos não se pautaram somente pela fundação de agências, de forma direta. Aproveitaram, também, para criar pontos de articulação, por meio de casas bancárias, que trabalharam como suas *correspondentes*. Assim, sucedeu-se entre a *Banca Francese e Italiana*, com sede na cidade de São Paulo, e a *Casa Bancária Christiano Osório*, estabelecida em São João da Boa Vista. Em 1935, observamos por intermédio de uma propaganda veiculada na imprensa paulista, que o *Banco do Estado de São Paulo*, possuía além da matriz, na cidade de São Paulo, duas agências (em Santos e Catanduva), bem como as seguintes “correspondentes”: *Casa Bancária*

Figura 6. Propaganda da *Casa Bancária Christiano Osório* e da *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*.

Fonte: O SÃO JOÃO: órgão independente, noticioso e commercial. Numero comemorativo do centenário de São João da Boa Vista, 1824-1924. São João da Boa Vista, 1924.

Nas contas correntes apresentadas no balanço de 1921, o mencionado Banco internacional possuía, naquele momento, uma conta corrente na qual constava um débito de 475:821:090, a favor da casa bancária. A nosso ver esta fatura resulta das intensas transações financeiras entre ambas as empresas. De fato, este valor – o segundo maior volume movimentado dentre todas as contas correntes, ficando atrás somente da conta em nome da *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira* – sinaliza a estreita relação que existia entre a casa bancária, a casa comissária e a *Banca Francese e Italiana*.

Em nossa interpretação o banco internacional surgia como o credor de última instância, ao qual a casa bancária recorria para lograr liquidez. Na base dos seus negócios, como aludido, estavam os contratos de crédito e os serviços realizados com os cafeicultores e demais profissionais das cidades, que gravitavam à volta da atividade exportadora.

Por outro lado, no topo das relações financeiras, a casa bancária e a casa comissária travavam contato com a rede de bancos da Capital paulista, ligando-se assim

Orlandi, Sobrinho e Comp., em Amparo; *Casa Bancária Arthuro Scatena*, em Batatais; *Casa Bancária Fanuelo, Paiva Nigro & Comp.*, em Caconde; *Casa Bancária Francisco Bernardino*, em Capivari; *Casa Bancária Vivente Talarico*, em Descalvado; *Casa Bancária J. Calogrossi*, em Dourado; *Casa Bancária Hygino Calleiro*, em Franca; *Casa Bancária Almeida e Comp.*, em Marília; *Casa Bancária Irmãos Malzoni & Comp.*, em Matão; *Casa Bancária Dante Borghi*, em Monte Alto; *Casa Bancária F. Carril*, em Vargem Grande do Sul etc. Nesse sentido, julgamos ter sido comum a articulação entre o capital bancário – sediado na cidade de São Paulo – e as casas bancárias, estabelecidas nas cidades do interior do Estado, fundadas sob a égide do capital cafeeiro.

àqueles fluxos e circuitos mais dilatados, que, ao final, entrelaçavam-se com os representantes do capital internacional. As tramas dessa malha mercantil eram constituídas, essencialmente, pelo encadeamento das letras de câmbio que, por sua vez, tinham no café o seu sentido e o seu fundamento.

Por esses mecanismos descritos, somados, ainda, aos lucros da venda de café via casa comissária, aos juros praticados nos empréstimos, e, à receita derivada dos descontos de letras de câmbio, parece que foi possível Christiano Osório obter a margem de ação necessária para empreender no setor bancário, de 1914 até o final da década de 1930.

Tabela 26. Balanço da *Casa Bancária Christiano Osório*, em de outubro de 1938.

<i>Ativo</i>	Valor (em Réis)	Porcentagem
Móveis e utensílios	2:045\$600	0,05%
Títulos em caução	3:500\$000	0,08%
Empréstimo Nacional	60:000\$000	1,33%
Valores em Custódia	80\$000	0,00%
Ações da Cia. Italiana dei Cavo T. Sotomarini	2:160\$000	0,05%
Obrigações a receber	4:512\$000	0,10%
Contas Correntes Garantidas	1.345:570\$600	29,89%
Debêntures	115:000\$000	2,55%
Títulos em Carteira	1.812:016\$200	40,26%
Títulos em Cobrança	58:448\$800	1,30%
Apólices do Reajustamento Econômico a Receber	46:500\$000	1,03%
Caixa (em moeda corrente)	100:468\$000	2,23%
Caixa (no Banco do Brasil)	637:790\$900	14,17%
Caixa (em outros bancos)	210:636\$000	4,68%
Contas Correntes	102:290\$800	2,27%
Total	4.501:018\$900	100,00%
<i>Passivo</i>		
Capital	100:000\$000	2,22%
Garantias Diversas	3:500\$000	0,08%
Reserva para Liquidações	57:402\$957	1,28%
Depositantes de Valores	80\$000	0,00%
Cobrança de Conta Alheia	58:448\$800	1,30%
Contas Correntes	3.924:968\$623	87,20%
Lucros e Perdas	356:618\$520	7,92%
Total	4.501.018.900	100,00%

Fonte: *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

O desenvolvimento dessas práticas econômicas perdurou até o seu falecimento, em 1938. No *Balanço Geral da Casa Bancária Christiano Osório*, realizado em 7 de outubro de 1938, nota-se que, mesmo após a crise de 1929, a despeito do capital social

ter ficado em 100:000\$000, a firma manteve uma expressiva movimentação financeira – superando quatro mil e quinhentos contos de réis – e, ainda, percebe-se a importância assumida pelos títulos de crédito, sobretudo, as letras de câmbio.

Observamos que, em relação ao *ativo* da empresa, as chamadas *Contas Correntes Garantidas* mantiveram os investimentos, ou seja, se em 1921, representavam 24,66%, em 1938, subiram a 29,89%.

Um aspecto nos chamou atenção quanto aos *ativos*: no balanço de 1938, as *Contas Correntes* desapareceram, pelo menos, do ponto de vista contábil. Em 1921, elas expressaram 60,32%. Este aspecto corrobora a hipótese de que a casa bancária, no fundo, desempenhava a função de uma casa de descontos de títulos, sobretudo das letras de câmbio. Tal evidência ganha importância na medida em que a conta *Títulos em Carteira*, em 1938, representou 40,26% do cômputo geral. Ao passo que, em 1921, participava com apenas 8,30%.

Outro *ativo* que se mostrou relevante foi o dinheiro em *Caixa*, especialmente o depositado no *Banco do Brasil*. Este significava, em 1938, a marca de 14,17%. Esses depósitos, no referido banco nacional, justifica-se em razão do plano “salvacionista” adotado pelo governo de Getúlio Vargas, após 1930. Este plano ficou conhecido como *Reajustamento Econômico*.⁴³⁸

Funcionando como uma moratória aos lavradores de café, este projeto do governo, emitido em 1934, sob a presidência de Getúlio Vargas, obrigava os bancos e estabelecimentos de crédito a aceitarem um corte de 50% em suas dívidas para com os agricultores, e, a título de indenização aos mesmos credores estes receberiam apólices do governo, a serem lançadas pelo Banco do Brasil, e convertidas pela Câmara de Reajustamento Econômico. De fato, tal plano, que visava a minorar os impactos da crise de 1929, não constituiu unanimidade entre os banqueiros e demais representantes do capital financeiro.

⁴³⁸ O Decreto nº 24.233, de 12 de Maio de 1934, especificava o seguinte:

“Art. 1º - Fica reduzido de cinquenta por cento nos termos dêste decreto o valor, em 1º de dezembro de 1933, de todos os débitos de agricultores contraídos antes de 30 de junho do mesmo ano, quando tiverem garantia real. Art. 2º - Fica igualmente reduzido de cinquenta por cento, também nos termos dêste decreto, o valor, em 1º de dezembro de 1933, dos débitos de qualquer natureza, de agricultores a bancos e casas bancárias, desde que tenham sido contraídos antes de 30 de junho de 1933 e seja o patrimônio do devedor inferior ao total do seu passivo. Art. 3º - Incluem-se também, nas disposições dêste decreto, os débitos que constituam novação ou reforma dos anteriores a 30 de junho de 1933. Art. 4º - Como indenização do prejuízo sofrido pelos credores em virtude do disposto nos artigos 1º e 2º, ser-lhes-ão entregues, pelo seu valor par, apólices da Dívida Pública Federal, ao juro de 5 % ao ano, do valor nominal de 1:000\$000 ou de 500\$000 cada uma, para cuja emissão fica autorizado o ministro da Fazenda até o limite de quinhentos mil contos de réis”. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24233-12-maio-1934-515154-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 18/03/2013.

Contudo, em verdade, representou uma saída à falência de vários cafeicultores, e que poderia ter-se refletido, de forma ainda mais negativa no sistema bancário, caso ocorresse uma quebra geral no setor rural, dada a estreita ligação dos lavradores com o sistema de crédito, como um todo. No fundo a medida visava a contentar tanto os banqueiros, quanto os fazendeiros, por meio da emissão de títulos do governo.

No tocante ao *passivo*, percebemos que o bem numerário mais expressivo coube às *Contas Correntes*. Estas denotaram 87,20% dos valores futuros do patrimônio líquido da casa bancária. Houve uma grande redução do número de contas correntes mantidas na firma: de 626, em 1921, elas passaram para 37 apenas, em 1938. Mais uma vez reforça-se a ideia de que a casa bancária enfatizou realmente as transações envolvendo títulos e os descontos.

Dentre as contas correntes existentes, destacam-se três: a mantida com o *Banco do Brasil*, e com a *Banca Francese e Italiana*, que tinham, respectivamente os débitos de 637:790\$900 e 209:321\$500; a terceira, com a casa comissária Christiano Osório de Oliveira, com o saldo credor de 3.709:306\$423. Estes indicativos deixam transparecer, que, ainda na década de 1930, ela manteve os mesmos mecanismos de atuação: os empréstimos tinham como garantia contratual o café do devedor, que, por sua vez, geravam títulos a serem descontados junto ao sistema bancário de São Paulo, bem como a comercialização das safras pela casa comissária que mantinha em Santos.

A conta de *Lucros e Perdas* indicou 7,92% do montante transacionado, equivalendo a 356:618\$520. A fatia mais robusta desse montante adveio da cobrança de juros, apresentando o valor de 317:267\$800, ou seja, quase o valor global dessa conta de Lucros e Perdas, 92,18%. Por sua vez, as receitas provinham, principalmente, do recebimento dos juros nos serviços prestados, nos descontos efetuados e nos empréstimos realizados; assim, os dados obtidos conferem alta rentabilidade aos negócios do dinheiro.

Realmente a contabilidade revelou detalhes minuciosos de sua teia de negócios, enredada em artifícios singulares, como, por exemplo, a utilização da letra de câmbio, e dos descontos de título. A *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, por sua vez, além de apoderar-se de capitais da esfera da comercialização para os cofres da casa bancária, pode ser encarada como uma verdadeira “complementação” da casa bancária.

Essa inter-relação entre as duas casas, realmente se sustenta, como já referido, na medida em que verificamos essa especificidade em vários contratos correlacionados, ou seja, no empréstimo fornecido pela casa bancária existiam cláusulas contratuais que

obrigavam a venda, ou consignação, do café do devedor a cargo da casa comissária do credor, em Santos. Por este mecanismo, Christiano Osório auferia e drenava grandes quantidades de café para ser comercializada alhures, obviamente com possibilidade de lucrar na transação final. Tal circunstância engordava a conta corrente da casa comissária junto à contabilidade da casa bancária, auxiliando sua capitalização.

Vale frisar que a casa comissária não exportava o café. Pelas fontes consultadas, observamos que ela somente recebia os cafés à comissão e, revendia-os aos exportadores.⁴³⁹ Ficava, portanto, restrita aos negócios realizados no espaço da economia nacional; mas, nem por isso, este agente deixou de alcançar elevados lucros, e de se relacionar comercialmente com o capital internacional.

3.5- Os negócios para além do café: o transbordamento do capital cafeeiro

No caso específico da *Casa Bancária Christiano Osório*, sua prática financeira traz à tona, no contexto do final do século XIX e na primeira metade do século XX, a emersão de um segmento específico dedicado ao empréstimo de capitais junto aos lavradores de café, nas cidades do Oeste Paulista – como destacado no item anterior. Todavia, cabe ressaltar outra característica da sua ação empresarial: embora, tenha se constituído num verdadeiro *banqueiro do café*, Christiano Osório não deixou de

⁴³⁹ Por meio de uma descrição realizada na década de 1920, que continha a relação de cinquenta e sete membros da *Associação Comercial de Santos*, deduzimos ter existido, de fato, uma hierarquização entre os agentes envolvidos na compra e venda do café. Eles estavam divididos em: *Commisarios*: Queiroz Ferreira, Azevedo & Comp.; Lara, Toledo & Comp.; S. A. Comissária; Leite, Santos & Comp.; Lara, Neto & Comp.; Companhia São Paulo e Minas de Armazéns Gerais; Cintra, Barbosa, Solto e Co; Eduardo Reis & Comp.; Pinheiro Andrade e Co; Queiroz dos Santos, B. Braga e Comp.; Moura Andrade & Comp.; Lara, Procópio & Patti; Marques Valle & Comp.; Brazillian Warrant Co; Lara Campos & Comp.; Oliveira Mello & Comp.; Moares, Paula Leite e Meireles; Junqueira Neto & Comp.; Sociedade Commercial São Paulo e Minas Ltda.; Procópio Carvalho; **Christiano Osório de Oliveira**; Olympio Felix; Azevedo Silva e Comp.; Ferreira da Rosa e Comp.; F. de Camargo & Comp. *Commissarios e exportadores*: S.A. Casa Picone; Lima, Nogueira & Comp. S.A; Casa Malta; Martinho Camargo, Coelho & Comp.; Nioac & Comp.; Armindo Cardoso & Comp.; A. Ferreira & Comp.; Sociedade Anônima Levy, Sousa Queiroz & Comp.; Junqueira, Carvalho & Comp.; Andrade Junqueira & Comp.; Toledo Assumpção & Comp.; Cerquinho, Rinaldi & Comp.; Almeida Prado & Comp.; Silva, Ferreira & Comp.; Raphael Sampaio e & Comp.; Baccarat & Comp.; Companhia Leme Ferreira. *Exportadores*: Whitaker, Brotero & Comp.; Franco Soares & Comp.; Companhia Paulista e exportação; Leon Israel & Cia Ltda.; Nossack & Comp.; Barbosa & Cia Ltda.; R. Alves, Toledo & Comp.; E. Johnston & Cia Ltda.; Almeida Córdia, Abreu & Cia Ltda.; American Warrant Company; Jessouroun Irmão & Comp. In: *Correio Paulistano*. São Paulo. 09 jun de 1922. p. 3. É notória a estratificação dos agentes comerciais que atuavam nos negócios do café. Existiam ao menos três estratos: *comissários*; *comissários e exportadores*; e, somente *exportadores*. Christiano Osório de Oliveira restringiu-se, exclusivamente, ao escalão dos *comissários*. Evidentemente que essa dominância, em parte da malha do circuito interno de comercialização do café, conferiu-lhe, ainda assim, expressiva lucratividade. Destarte, sua margem de ação *não* pode ser comparada com os lucros das casas exportadoras – mais seletas e de origem estrangeira – que faziam o comércio do café em grande escala, cobrindo longas distâncias, e controlando especialmente a distribuição junto aos mercados consumidores.

conceder empréstimos a outros ramos de negócios como, por exemplo, à indústria, ao comércio e às obras de melhoramentos urbanos.

Assim, constatamos a concessão de crédito não só para os cafeicultores, mas também para os empreendimentos do meio urbano, como fábricas de tecidos, frigoríficos, comerciantes, e infraestrutura das cidades – suprimindo, neste último caso, parte da demanda de crédito dos governos municipais.

De acordo com a **Tabela 11** (alocada no Capítulo 2), 91,6% dos empréstimos hipotecários fornecidos por Christiano Osório, entre 1890-1937, voltaram-se à categoria dos *lavradores*. Contudo, mesmo que em escala menor, ele também destinou 4,0% dos empréstimos para a categoria dos *industriais*, e 2,0% aos *comerciantes*. Nesse sentido, torna-se relevante apreender a forma pela qual foram transacionados esses empréstimos, uma vez que sinalizam a inversão de capitais em setores que iam além do café.

É sabido que os capitais originados na cafeicultura desbordaram para outros segmentos da economia, impulsionando a diversificação econômica, principalmente do setor industrial.

Na interpretação de Wilson Cano:

Foi o capital cafeeiro quem promoveu essa primeira expansão industrial, tanto de forma direta como indireta. Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (ou eram investidos na própria constituição de bancos) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais [...].⁴⁴⁰

No nosso estudo desse caso, não houve investimento direto por parte do empresário do café, ou seja, Christiano Osório não investiu seus capitais diretamente em atividades industriais. Entretanto, ele realizou empréstimos para segmentos variados da economia, como aos comerciantes e aos industriais – ainda que em escala muito menor que o fornecido aos cafeicultores.

De forma ainda mais categórica, João Manuel Cardoso de Mello, afirma que:

⁴⁴⁰ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 129.

O capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes). [...] Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador.⁴⁴¹

Esta perspectiva, calcada na figura do *fazendeiro-industrial*, não inviabiliza o modelo explicativo concebido pelo viés do *imigrante-industrial* – que acaba destacando mais a importância do grupo *imigrante-importador* para a formação da elite industrial paulista.⁴⁴² Warren Dean, propriamente, asseverou a importância do capital acumulado no café, para o financiamento daquelas oficinas e fábricas, ligadas às famílias estrangeiras: “conquanto os mecânicos que aperfeiçoaram o novo equipamento descendessem amiúde de imigrantes [...] a iniciativa e o capital que lhes escoavam as oficinas eram paulistas”.⁴⁴³ Isto é, tinham origem na produção cafeeira.

Desta maneira, segundo Gustavo Pereira da Silva, foi principalmente na atividade creditícia que se situavam “os proprietários rurais paulistas em relação aos industriais. Se há um papel desempenhado pelos cafeicultores na formação da indústria paulista, [...] ele seria o de financiar os empreendimentos industriais de estrangeiros”.⁴⁴⁴

Sendo assim, também consideramos a possibilidade do fazendeiro-banqueiro, Christiano Osório, constituir um caso emblemático, na medida em que materializou, em determinado instante de sua trajetória empresarial, essa inversão de capitais transbordando de um setor para outro, através do financiamento. Para justificar essa hipótese, alinharemos alguns exemplos da ação empresarial dessa *persona*, no momento em que decidiu ampliar o leque de seus clientes, passando a fornecer crédito a outros setores produtivos – ao setor industrial, aos comerciantes locais, e às cidades. Todavia não estamos em condição de afirmar que esses novos *clientes-parceiros* tenham sido os seus “preferidos”.

⁴⁴¹ MELLO, João Manuel Cardoso. O capitalismo tardio. Campinas: Editora Unesp, 2009. p. 82-83.

⁴⁴² DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

⁴⁴³ Ibidem. p. 44.

⁴⁴⁴ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011. p. 239. A família Lacerda Franco, além de investir em no setor bancário, também enveredou pelo setor industrial.

Procedemos à seleção de três exemplos para compreender a maneira pela qual se deu o entrelaçamento do capital cafeeiro, via casa bancária, com o capital industrial, de cunho local e regional.

No primeiro caso, em 03 de março de 1926, por meio de uma confissão de dívida com hipoteca, os devedores, Francisco de Paula Borges e João Baptista Borges – que eram sócios da firma *F. Borges & Irmãos*, que por sua vez era a proprietária da *Fábrica de Tecidos Santa Ignez*, ambas com sede em São João da Boa Vista – levantaram um crédito junto à *Casa Bancária Christiano Osório*, no valor de 28:913\$700. No contrato constavam as seguintes disposições:

O prazo para liquidação desta escriptura será de seis mezes, a se contar de hoje, com os juros de um (1%) por cento ao mez. As importâncias pagas por conta deste debito serão lançadas em conta corrente, por conta do capital, vencendo os juros de um por cento (1%) ao mez. Os outorgantes Francisco de Paula Borges e João Baptista Borges, sócios da firma F. Borges & Irmão, ainda se compromettem a não hypothecar ou alienar de forma alguma os dois prédios sitos a Rua Campos Salles, isto é, o prédio onde funciona a Fabrica de Tecidos e o prédio constante de casa de morada anexo a mesma fabrica, esquina da Rua Sete de Setembro, situados nesta cidade e havidos por compra de Jordano Martarello e sua mulher; se compromettem ainda a não hypothecar ou alienar de forma alguma um terreno sito nesta cidade a Rua Sete de Setembro, que mede 13,20 metros de frente, por 25 metros da frente ao fundo, fechado a muro de tijollos [...] havido por compra a Epiphanio Jorge da Rosa e sua mulher; e a não attribuir direitos preferenciaes a outros credores, sob a pena de se considerar vencida e exigível toda a divida [...].⁴⁴⁵

A primeira consideração que podemos traçar, neste caso, relaciona-se ao tipo de empréstimo efetuado: uma hipoteca para garantir um crédito, que seria transacionado, *in loco*, por meio de conta corrente na casa bancária. Outra constatação: ainda que os juros tenham ficado dentro da taxa comumente praticada; o prazo constante apresentou-se menos dilatado, ou seja, a credora exigiu somente seis meses para o pagamento.

Esta última ocorrência, em suma, poderia ter três significados: ou, por um lado, a casa bancária *não* tinha certeza da segurança na aplicação e, por isso, reduziu o prazo de recebimento; ou, por outro lado, poderia haver mais agilidade no processo de rotação do capital industrial, sinalizando uma taxa de retorno do capital mais imediata que o capital

⁴⁴⁵ Escritura de confissão de dívida com hipoteca (1926). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

agrário, por exemplo; bem como haveria a possibilidade dos devedores desejarem pagar menos juros.

Ao que parece as três inferências sustentam-se; pois, alguns meses após a quitação do contrato acima, deparamo-nos com uma nova escritura de hipoteca lavrada entre ambas as firmas, em 17 de maio de 1927. O valor elevou-se para 40:000\$000, os juros ficaram na casa dos 12% ao ano, e o prazo estendeu-se por doze meses. Diante disso, parece ter havido mais confiança do credor na atividade fabril desenvolvida pelos devedores. Vale ressaltar que, embora o contrato tenha sido quitado, o foi *fora do prazo*, ou seja, no dia 19 de março de 1929, cerca de quatro meses depois do combinado; nem por isso incorrendo execução judicial.⁴⁴⁶

No segundo exemplo, a *Casa Bancária Christiano Osório* emprestou a soma de 147:490\$800 para José Diogo de Souza, fazendeiro, residente em São João da Boa Vista, em 07 de maio de 1926. O interessante a ser notado foi que o devedor também se constituía como um dos sócios da empresa denominada *Santos, Souza & Cia*, que, por sua vez, era proprietária da *Fábrica de Chapéus Colombo*, com sede em São João da Boa Vista.

Na qualidade de sócio solidário da referida firma, no contrato, foi designado como devedor, assumindo toda a responsabilidade da dívida que, por isso, foi transportada para a sua conta particular. As cláusulas estabeleciam: o direito de antecipação, parcelado ou integralmente, para o pagamento; o prazo para a liquidação em dezoito meses, com os juros de doze por cento ao ano. Previa também que as importâncias pagas por conta deste débito seriam lançadas na conta corrente, que os devedores teriam que manter junto à casa bancária.

Como garantia, José Diogo de Souza deu a referida fábrica de chapéu, compreendendo o imóvel e os maquinismos existentes, bem como mais dois imóveis rurais. E, ainda, comprometeu-se a não hipotecar as suas referidas propriedades agrícolas – a Fazenda Santo Antonio e a Fazenda do Ricardo, da comarca de São João da Boa Vista – “para não attribuir direitos preferenciaes a outros credores, sob pena de considerar vencida e exigível toda a divida”.⁴⁴⁷

Assim, evidencia-se não só o desbordo do capital cafeeiro rumo ao setor industrial local, por meio do crédito bancário fornecido por Christiano Osório, mas

⁴⁴⁶ Escritura de hipoteca nº 1.419. *Livro de Inscrição Especial* nº 2F. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

⁴⁴⁷ Escritura de confissão de dívida e cessão de direitos (1926). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

também uma nova experiência de inversão levada a cabo pelos próprios fazendeiros do município. Na verdade, no fundo, os “implantes fabris” da cidade – se assim os podemos denominar – compunham-se de um conjunto variado de pequenas fabriquetas, produtoras de bens de consumo não duráveis.

Por esse segundo caso analisado, explicita-se tanto a aplicação direta do capital acumulado na cafeicultura, por parte do agente econômico intrínseco, José Diogo de Souza, na área da maquinofatura, quanto o emprego indireto do capital cafeeiro, disponibilizado pela intervenção creditícia do Coronel Christiano Osório, por meio da casa bancária.

No terceiro e último exemplo, temos o empréstimo hipotecário feito por Augusto Gewher na *Casa Bancária Christiano Osório*, em 07 de março de 1921, no valor de 261:540\$000. Como garantia, ele forneceu a empresa *Xarqueada Rio Grandense e Frigorífico de Augusto Gewehr*, que possuía em Mogi Guaçu; e, também, duas fazendas, com mais de 1.500 alqueires de terras, no mesmo município. Na escritura constava que: os juros correriam a taxa de 12% ao ano, sobre o capital e sobre a conta corrente; e, o prazo para o vencimento seria de quarenta e oito meses.

Pelo balancete da casa bancária, realizado em vinte e um de junho do mesmo ano, constatamos, de fato, a existência de uma *conta corrente garantida*, em nome de Augusto Gewehr, no montante de 269:473\$400. Interessante notar que essa relação contratual terminou de forma conturbada, uma vez que o credor, Christiano Osório de Oliveira, foi obrigado a decretar a falência do mencionado frigorífico; e, por sua vez, Augusto Gewher, ao contestar a falência, entrou com o pedido de indenização altíssimo (acima dos quatro mil contos de réis), contra Christiano Osório.

Qual a origem do empréstimo hipotecário captado por Augusto Gewer, em 1921, que, no fundo, resultou na abertura da falência? De acordo com a documentação, apreendemos que a “charqueada” já estava em situação econômica debilitada. A hipoteca constituída com a casa bancária visava, não só dar novo fôlego às suas dívidas, mas, também, unificá-las perante um único credor, no caso, o Coronel Christiano Osório de Oliveira. Assim, deduzimos da correspondência trocada entre eles, em 14 de março de 1921:

Ilustrissimo Senhor Coronel Christiano Osorio de Oliveira. São João da Boa Vista. Amigo e Snr. Sem nenhum dos seus presados favores a accusar, tomo a liberdade de vir á sua presença afim de saber se V.S já recolheu os meus acceites que estavam em poder dos Bancos

Comercio e Industria de São Paulo e da Banca Italiana di Sconto. saques de Thomaz Ostale e Dante Galasse & Filho, respectivamente, de cujos resgates V.S ficou incumbido em virtude da hypotheca que dei dos meus bens, em sete do corrente [...].⁴⁴⁸

No processo, Augusto Gewher, reforçou o mencionado motivo e afirmou que: “tinha pago a todos os seus credores, obtendo delles quitação, por intermedio do mesmo réu [Christiano Osório], consolidando todos esses débitos em uma só divida hypothecaria, de 261:540\$000, que é a de 7 de Março de 1921 [...]”.⁴⁴⁹

Nesse acordo realizado com a casa bancária, vemos que foi possível a Augusto Gewher renovar os mencionados títulos vencidos que possuía com bancos da Capital paulista, bem como saldar uma hipoteca com a firma *Secco Maia & Comp.*, do Rio de Janeiro.

Além do mais, o plano de Augusto Gewher visava à obtenção de financiamento para restabelecer o seu crédito, e também retomar as atividades do seu frigorífico, que estavam paradas por falta de capitais. Podemos constatar isto por meio de outra correspondência dirigida a Christiano Osório, em 24 de março de 1921, para comprar gado e sal:

Ilmo Snr. Cel. Christiano Osório. São João da Boa Vista. Amigo e Snr. Tenho presente o seu estimado obsequio de hontem, de cujos dizeres tomei devida nota e, agradecendo, passo a responder. Negocio em geral: de accordo com o seu desejo que o começasse quanto antes a abater gado, tenho o prazer em communicar a V.S. que pretendo inicial a matança na próxima segunda feira, 28 do corrente, tendo adquirido para este fim do prezado amigo Snr. Adolpho Diogo, 260 vaccas a 175\$000, 45:500\$000; 12 bois a 280\$000, 3:360\$000. Total: 48:860\$000, importância esta que V.S. queira levar a debito em minha conta em c/ corrente, com os juros recíprocos de 12% ao anno. Do mesmo Snr. comprei mais 9 bois por 1:760\$000, do gado que ele tem em sociedade com V.S., sendo que os 12 bois acima referidos são da Fazenda Lagoa Formosa, o que lhe communico para o fim dos respectivos lançamentos. Sal: tendo comprado dos Snrs. Pereira & Cia Ltda., de São Paulo, a Rua São Bento nº45a, mil saccos de sal de sessenta kilos, próprio para esta indústria, roubo-lhe o obséquio de sua providencia para que seja pagos aos mesmos Snrs. a importância de 8:000\$000, preço dos mil saccos de sal, a 8\$000, ensaccados em saccos de algodão. Productos: conforme a nossa combinação serão todos os productos remetidos em nome de V.S. aos respectivos commissarios e compradores, sendo recolhidas as importâncias

⁴⁴⁸ Pública Forma: carta de Augusto Gewher a Christiano Osório, 14 de março de 1921. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁴⁹ Processo de execução contra Augusto Gewehr. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

apuradas em sua conta nos estabelecimentos que V.S. determinar na occasiao, e, creditando-me V.S. sobre as mesmas os juros igualmente de 12% ao anno e c/ corrente.⁴⁵⁰

Como a empresa *Xarqueada Rio Grandense e Frigorifico de Augusto Gewehr* produzia charques, salames, banhas, presuntos, mortadelas e outros produtos alimentícios, apresentava-se como vital, para o seu bom funcionamento, o restabelecimento das linhas de fornecimento de matérias-primas, no caso gado e sal. No processo constava que o frigorífico estava bem aparelhado, com “todos os ellementos necessarios para a matança e aproveitamento de 90 bois e 35 porcos gordos, diariamente, o que daria um resultado liquido de 7:851\$120”.⁴⁵¹

Resta, agora, sabermos: qual foi o motivo que levou Christiano Osório a decretar da falência? Tudo parece ter ocorrido em função de vários desarranjos cometidos por Augusto Gewher. Na renovação dos seus débitos, ele comprometeu-se a enviar todo o produto do seu frigorífico para o revendedor *Secco Maia & Comp.*, do Rio de Janeiro, para que este prestasse contas da receita obtida com as vendas dos insumos produzidos. Todavia:

O autor [Augusto Gewher] não cumpriu as condições em que foi aberto o credito, pois, passou a vender productos do seu estabelecimento, em seu nome e para si, na cidade de Mogy-Guassú, e tendo já saccado a importância de 82:000\$000 apenas enviou ao Rio de Janeiro productos no valor de 27:000\$000, dando isso motivo a que o réu, para evitar maiores prejuízos, suspendesse a aceitação dos saques, sendo então credor da quantia de 52:400\$880.⁴⁵²

Como se já não bastasse, Christiano Osório disse, ainda mais, que:

Desde o inicio de suas transações com o réu, o autor se revelou commerciante sem correção mercantil, mentiroso e pouco honesto; que para obter favores do réu, o autor [Augusto Gewehr] declarou-lhe que tinha seus bens sem onnus algum, quando verdade era que, dias antes, já os tinha hypothecados a firma *Secco Maia & Comp.*, do Rio de Janeiro; que o réu, sciente da deslealdade do autor, fez protestar os seus títulos, caracterizando-se, assim, o seu estado de insolvabilidade; que já a esse tempo tinha o autor a sua xarqueada parada e o seu credito profundamente abalado, ou mesmo destruído, pela falta de

⁴⁵⁰ Pública Forma: carta de Augusto Gewher a Christiano Osório, 24 de março de 1921. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁵¹ Processo de execução contra Augusto Gewehr. *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁵² Ibidem.

pagamento de letras de cambio e hypotehca de seus bens immoveis, na sua quasi totalidade [...].⁴⁵³

À vista disso Christiano Osório entrou com o pedido de falência. Não concordando, Augusto Gewer, recorreu da ação, e, pediu, por isso, uma vultosa indenização. Alegou que, sendo o lucro do frigorífico orçado em 7:851\$120 por dia, tirado as despesas, e tendo ficado o mesmo parado 342 dias por causa do processo de falência, exigiu do réu:

Os lucros cessantes da xarqueada e dos frigoríficos, computando de accordo com a media mínima da capacidade de produção, montam a somma de 2.685:083\$040, acrescendo d'oravante, honorários de advogado e custas, ou aquillo que for arbitrado na dilação probatória ou liquidado na execução com os juros da mora. [...] chega-se a somma impressionante e fabulosa de 4.795:083\$040.

Não concordando, o réu Christiano Osório também recorreu da sentença na instância superior, e acabou ganhando, definitivamente, a causa. Nos autos, que terminou em 24 de outubro de 1924, o juiz disse que:

Considerando, tão somente para argumentar, por que não havendo actos illicitos, nada há á indenisar, que o danno allegado pelo autor [Augusto Gewher] não ficou provado pelo mesmo, pois, que a sua prova testemunhal não offerece elementos sérios e convincentes, e o arbitramento processado nos autos, a requerimento dos autos, além de ser uma pelea inoffensiva por isso mesmo que é baseada, quase que exclusivamente, nos dizeres imprecisos, vagos e incoherentes das testemunhas do autor [...]. E tomado neste acto conhecimento do incidente de arguição de falsidade, levantado pelo réu nos autos da causa principal, concluo pela inocuidade probante do arbitramento procedido [...].⁴⁵⁴

Desta forma, neste caso específico, percebemos que o vazamento do capital cafeeiro ao setor industrial deu-se de forma conflituosa. Nem sempre foi possível reaver os capitais empregados nos financiamentos, especialmente, quando os bens hipotecados fugiam da sua alçada de atuação, ou seja, envolvendo bens desvinculados da atividade cafeeira. Por outro lado, nota-se que Christiano Osório esteve sempre cercado de instrumentos legais para proteger seus investimentos.

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ Ibidem.

A um só sinal de insolvência ele ativava toda a gama de recursos necessários, recorrendo a advogados gabaritados, aos seus vastos fundos monetários para respaldar brigas judiciais longas e dispendiosas; bem como ao instrumental contábil da casa bancária, que andava *pari passu* com a lei, mantendo em dia livros caixas e contratos de crédito devidamente registrados em cartório. Isso significa que seus métodos de trabalho estavam muito além da simples confiança assentada no “fio do bigode”.

No que diz respeito ao fornecimento de crédito ao comércio, em 21 de abril de 1921, contemplamos uma escritura de confissão de dívida com obrigação e hipoteca, no valor de 30:000\$000, realizada entre a *Casa Bancária Christiano Osório*, como credora, e Ermetti Piochi e sua mulher, comerciantes, estabelecidos na cidade de São João da Boa Vista, como devedores.

Os juros convencionados dessa escritura foram de 12% ao ano, e deveriam ser pagos anualmente; e, na falta de pagamento dos mesmos considerar-se-ia vencida toda a dívida e exigível desde logo, ou, seriam capitalizados de ano em ano, se ao credor conviesse esperar. O contrato tinha o prazo de vencimento estipulado em dois anos. Como garantia os devedores hipotecaram:

Um Prédio dividido em dois com frente para a sua Saldanha Marinho e fazendo esquina com a Rua Visconde do Rio Franco, [...] Uma casa a Rua Riachuelo, de tijollos e telhas, forradas e assoalhada, com uma porta e três janellas de frente, terreiro respectivo e quintal fechado de muros, madeira, arame, dividindo com Alfredo Barbosa, Jose Pacheco, [...] e outros. Um outro prédio a Rua Riachuelo, esquina da Rua Senador Saraiva, constante de casa de morada de tijollos e tellias, assoalhada e forrada, com uma porta e duas janellas [...] para a Rua Riachuelo e quatro janellas pela Rua Senador Saraiva, com terreiro fechado, de muro [...]. Uma outra casa divida em duas em a mesma Rua Riachuelo, forrada e assoalhada, com uma porta e um portão de frente e umas três janellas, com terreiro fechado de tijollos, dividindo com Jose Jamelli, e fundo com Francisco Pradelli.⁴⁵⁵

De acordo com as evidências, julgamos que esta hipoteca foi originada como uma espécie de medida de “segurança”, para sustentar a *conta corrente garantida* que Ermetti Piochi mantinha na casa bancária, como pudemos perceber através do Balanço contábil, apresentado em 1921.

Em outra escritura de hipoteca, de 14 de maio de 1923, vemos a *Casa Bancária Christiano Osório* – representada por seu gerente e procurador, o Tenente José

⁴⁵⁵ Escritura de confissão de dívida com hipoteca (1921). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Theodoro de Faria – emprestando ao Capitão João Ferreira da Cunha, comerciante de São João da Boa Vista, a quantia de 24:254\$800. Este valor seria pago em:

Diversas parcelas, que da mesma credora tem recebido, por diversas vezes, como tudo verificam; importando todo o seu debito e aquella quantia até 30 de abril, e que se compromette a pagar em quatro prestações eguaes, de anno em anno, mais os juros contados desde o dia primeiro do corrente mês, sob a taxa de doze por cento ao anno, que serão pagos annualmente, com cada uma das prestações, e os juros da quantia total, sendo o pagamento da ultima prestação e os juros, ate o dia 30 de abril de 1927; ficando salvo ao devedor o direito de saldar todo o seu debito antes do seu vencimento e ou dar qualquer quantia por conta, antes do vencimento, considerando-se vencida toda a divida si seu outorgante devedor faltar pagamento de qualquer das prestações e os juros do total da quantia emprestada [...].⁴⁵⁶

E para garantia do principal, dos juros e das demais obrigações assumidas, os devedores deram em especial hipoteca um prédio situado nesta cidade, que constava de um terreno fechado, situado na Rua Sete de Setembro e Jorge Brás, com uma casa de morada, servindo para comércio – que não foi especificado – contendo “armação e balcão para negócio, com vastos commodos, e portas e janellas de frente”.⁴⁵⁷

A nosso ver, esta hipoteca realizada pelo Capitão João Ferreira da Cunha, resultou de aporte de capital para movimentação financeira de sua firma. Por meio do Balanço de 1921, constatamos que ele possuía uma conta corrente “normal” na casa bancária, com *saldo positivo* de 400\$000. Consta mais no balanço que a casa bancária possuía, ainda, um título em carteira, em nome do devedor, no valor de 1:336\$000. Essa circunstância nos leva a crer que, na relação estabelecida entre ambos, o uso da letra de câmbio, também se fez presente; indicando, assim, que o comerciante local, que acessava à casa bancária, poderia recorrer a várias modalidades de crédito, para promover a liquidez dos negócios.

Num outro caso, em 09 de março de 1926, a firma *Malheiros & Carvalho*, comerciantes, estabelecidos com farmácia em São João da Boa Vista – que neste ato foi representada pelo sócio Saturnino de Carvalho – contraiu empréstimo no valor de 30:000\$000, junto a *Casa Bancária Christiano Osório*, sob as cláusulas e condições seguinte:

⁴⁵⁶ Escritura de confissão de dívida com hipoteca (1923). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁵⁷ Ibidem.

a) o prazo de duração do presente contracto é de dois anos a contar-se desta data; b) os juros serão de doze por cento (12%) ao anno e devedora ser pagos annualmente; c) em caso de liquidação judicial, fica estipulada a multa de vinte por cento sobre a quantia em debito, alem das custas e honorários de advogado a que der causa o processo; d) fica facultado aos devedores, o pagamento antecipado da divida no seu todo ou em parte.⁴⁵⁸

Como garantia do principal, juros, multa contratual e demais responsabilidades resultantes deste contrato, os devedores concederam, em primeira e especial hipoteca, o imóvel situado à Avenida Dona Gertrudes, sob nº 12 e 14, na cidade de São João da Boa Vista, compondo-se de prédio para farmácia e casa de morada:

Com 3 janelas, uma porta e porta de ferro, larga, própria para estabelecimento commercial, onde tem o numero doze é sobrado com porta de entrada em baixo, e casa de morada na parte superior com 5 janelas e um porta para sacada, sob numero quatorze, confrontando o prédio e respectivamente o terreno, de um lado com Domingos Antonio Pereira; de outro lado com Jose Sabino, nos fundos com Elysario Oliveira Azevedo e pela frente com a referida Avenida Dona Gertrudes.⁴⁵⁹

Estes três exemplos representam bem a forma pela qual Christiano Osório disponibilizava crédito ao segmento comercial:

- a) o mais comum foi assegurar-se pela garantia hipotecária;
- b) em vários casos os comerciantes também mantiveram conta corrente na casa bancária;
- c) os financiamentos poderiam resultar no lançamento de outros títulos, como letra de câmbio;
- d) os prazos para o pagamento iam de doze a quarenta e oito meses;
- e) com taxa de juros ficaram em 12% ao ano;
- f) a casa bancária, com certeza, representava uma alternativa de liquidez para os comerciantes locais.

No tocante à inserção de Christiano Osório em direção ao financiamento a entes públicos, cabe mencionar sua experiência com o município de Casa Branca, mais especificamente, com o setor de obras de melhoramentos urbanos.

⁴⁵⁸ Escritura de confissão de dívida com hipoteca (1926). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁵⁹ Ibidem.

Esta cidade, por iniciativa do governo municipal, procedeu à instalação da rede de água e esgotos, na década de 1910. Os trabalhos foram liderados pela Câmara. Primeiramente, esta captou aportes oriundos do capital internacional. Posteriormente, numa renegociação dos contratos, interveio um novo agente privado como financiador, ou seja, o Coronel Christiano Osório de Oliveira.

A modernização da rede de água e esgoto só aconteceu em 1912, em função de um empréstimo no valor de 685.000 francos, captado pela Câmara Municipal de Casa Branca em um banco francês, o *Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud S.A.*, com o prazo de trinta e cinco anos para pagamento. Os termos do contrato foram assim apresentados no jornal *O Casa Branca*:

O presente emprestimo de 685.000 francos foi emitido de acordo com a lei municipal n.177 de 16 de Março de 1912, pelo prazo de 35 annos e nos termos das escripturas de 25 de Março de 1912 e de 12 de Setembro de 1912 lavradas as fls. 16 verso do livro de notas n.84 do 4º cartorio da cidade de São Paulo, e representado por 1.370 letras ao portador, de 500 francos cada uma e especialmente garantido com penhor do producto dos impostos de licença de industrias e profissões, predial, café, vehiculos, aferição, mascateação, viação, taxa de água e de exgottos, mercado, matadouro e outras rendas. Estes impostos e taxas não podem ser suprimidos, nem diminuídos, sob pena de vencimento antecipado de toda divida o que sujeita a devedora á multa de 20% exigível no foro da Capital Federal, escolhido como o do contracto. A impontualidade na satisfação dos juros e amortizações, a demora de sorteios das letras a resgatar e a constituição de novos empréstimos com as garantias d'este, importam também no seu vencimento antecipado. Quaisquer impostos ou sellos a que sejam sujeitos os títulos emittidos, recahirão sobre a Municipalidade emissora. Esta receberá pelo seu valor nominal, em pagamento de tudo quanto lhe for devido, não só os cupons vencidos, como também as letras sorteadas e, no caso de impontualidade, os próprios cupons não vencidos e as letras não sorteadas. Ella terá na sua Thesouraria uma escripturação completa e regular dos impostos e taxas que garantem este emprestimo e dos serviços de juro e amortização.⁴⁶⁰

Contudo, se a forma como a cidade de Casa Branca captou crédito para o aparelhamento da rede de água e esgoto destacou-se pelo arrojo da iniciativa público-privada, mais interessante ainda se mostrou o mecanismo utilizado para saldar o dito financiamento. Neste, revelou-se a ação empresarial, a prática financeira e o senso de negócio do Coronel Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁶⁰ Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca. Fundo do *Jornal O Casa Branca*. Edição de 1 de agosto de 1926.

Em uma ousada jogada com a variação cambial, o banqueiro de São João da Boa Vista aproveitou a oportunidade em que a moeda francesa (o franco) estava bastante desvalorizada – em relação ao mil-réis – e quitou a dívida total com o *Crédit Foncier du Brésil et de L'Amérique du Sud*, tornando-se o principal credor da Prefeitura Municipal de Casa Branca. Com esta inteligente manobra ambos os envolvidos saíram lucrando. O jornal *O Casa Branca*, publicou a notícia da seguinte forma:

A Municipalidade de Casa Branca conseguiu, há annos, do Credit Foncier du Brezil, um emprestimo de quatrocentos contos de réis, convertidos em francos, ao cambio de 584 réis por francos cuja importância foi aplicada na construção da rêde de exgottos da sede do municipio. Aproveitando a situação actual do franco, os dirigentes da política local cuidaram de antecipar o pagamento desse empréstimo, como lhe permitiam as respectivas clausulas contractuaes, para que o prefeito de Casa Branca, Sr. Professor Theodoro Volponi, conseguiu do sr. Coronel Christiano Ozorio, capitalista residente em São João da Boa Vista, o capital necessário para a transação em vista. E assim foi possível lavrar, há poucos dias, a escriptura de quitação do emprestimo, tendo o Credit Foncier facilitado immensamente a operação pela qual a Camara Municipal de Casa Branca veio a ganhar 260 contos de réis. Livre, com tamanha vantagem, do empréstimo de quatrocentos contos, cogita a municipalidade de obter outro, de igual quantia, para melhoramentos urbanos na sede do municipio, entre elles o calçamento de toda rua da Estação e a consecção de novo abastecimento de agua. São dignos de elogios os esforços da Camara Municipal de Casa Branca, zelando pelas finanças do municipio ao mesmo tempo que se preocupa com os melhoramentos públicos de maior valor.⁴⁶¹

Em sua biografia sobre o personagem em tela, Renato Paes de Barros, com traços auspiciosos, referiu-se ao acontecido da seguinte maneira:

Além de caridoso, Christiano Osório era dotado de notável espírito publico. Certa vez, como o nosso cambio houvesse attingido a uma taxa excepcionalmente favorável – 8 ds. no quarteirão Bernardes – eil-o que convoca o Prefeito de Casa Branca, a quem diz: Pague a divida do município no estrangeiro, sem perda de tempo. O cambio actual libertal-o-á talvez de um pesado ônus no futuro. [...] E encarregou-se de comprar as cambiaes emprestando aquella municipalidade o capital necessário para a operação, a juros módicos e a prazo a vontade da mutuaría.⁴⁶²

⁴⁶¹ Ibidem. Edição de 18 de julho de 1926.

⁴⁶² BARROS, Renato Paes de. Um varão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938. p. 5.

Pela estratégia descrita na notícia, não há como negar que houve, realmente, espaço no meio urbano para os capitais do Coronel Christiano Osório. As obras de infraestrutura sinalizaram um novo campo de investimento para aquele que, além de banqueiro e comissário, era o maior fazendeiro de café do município de Casa Branca.

Pela **Tabela 27**, abaixo, pode-se apreciar que ele ainda surgia como o maior credor da cidade, no início dos anos 30, do século XX. Evidencia-se, assim, a perspicácia sobre os negócios, aliada à sensatez desfrutada por esse *personagem*, que, somando-se a informação atualizada acerca das oscilações nas cotações do câmbio no Brasil, e nas moedas estrangeiras, esses dados valeram-lhe para sugerir o fechamento de uma transação cruzada com a Prefeitura, livrando-a de um volumoso compromisso em moeda estrangeira; e, ao mesmo tempo propiciar-lhe a possibilidade de auferir grande lucratividade nessa delicada operação financeira.

Tabela 27. Relação dos credores da Municipalidade de Casa Branca, por títulos de empréstimos, em 1931.

<i>Nomes</i>	<i>Valor</i>	<i>Juros (\$ ou título)</i>
Christiano Ozorio de Oliveria	167:412\$830	8:128\$000
Prudente Correia	100:000\$000	12:711\$600
Silvestre Nicolliello	6:750\$000	225\$000
Palmyra Berduzzi	24:248\$000	1:950\$500
Maria de Carvalho	8:672\$522	183\$000
Jeronymo Carvalho Andrade	12:535\$000	753\$300
José Milan	32:030\$000	1:089\$000
Cezario Raymundo	5:138\$836	316\$600
Cruz & Palhavan	11:181\$500	1:279\$600
Jose Vicentini	17:825\$000	574\$300
Irmãos Franceschet	9:210\$000	395\$300
Gasso, Menerelli & Cia	5:467\$000	155\$500
José Maria da Silva	1:284\$000	*
Virgilio Bonvicino	48:592\$050	3:084\$499
Sylvio Furlani	2:575\$000	134\$540

Fonte: *Livro de Registro de Offícios e Cartas da Municipalidade de Casa Branca* (1923-1929), sob o nº2.

Mesmo sendo discreta a atuação de Christiano Osório, quanto à concessão de crédito ao setor da produção manufatureira – se comparada à cafeicultura – não podemos desconsiderar o impacto da diversificação dos seus negócios para a economia local e regional. cremos que com a fundação da casa bancária, tendo como eixo o setor agrário-exportador foi possível estimular outras esferas econômicas na região.

Em suma, o Coronel Christiano Osório, ao acumular capital na cafeicultura, pôde iniciar um processo de diversificação, investindo, ele próprio, na atividade

comercial (casa comissária) e financeira (casa bancária). Essa diversificação, especialmente para o setor bancário, pôde estimular, por intermédio do crédito, outros processos de diversificação na economia cafeeira, impulsionando, especialmente, os negócios ligados ao meio urbano. Em suma, não há como negar que, de fato, houve investimento do capital cafeeiro para outros setores da economia, além do café.

3.6- A riqueza ao final da vida: o que diz o espólio do banqueiro do café?

Próximos ao final do percurso pela trajetória empresarial de Christiano Osório de Oliveira, nos cabe afinal formular duas novas indagações:

Em que condição econômica se encontrava tal *persona*, em 1938, quando sobreveio o seu falecimento?

E qual era o perfil da sua riqueza nesse momento?

Antes de penetrarmos no âmago destas questões, de antemão, vale frisar, que não conseguimos ter acesso ao inventário do Cel. Christiano Osório de Oliveira. Recorremos ao Fórum da cidade de São João da Boa Vista, a fim de solicitar tal documento; entretanto, foi-nos informado que, em função da falta de alguns detalhes do processo, não seria possível pedir o desarquivamento do mesmo, junto ao arquivo mantido pelo Tribunal de Justiça, em Jundiaí – sob a guarda de uma empresa privada.

Todavia, diante da ausência do inventário, tivemos a possibilidade de desvelar o padrão e o nível da riqueza deste empresário do café, recorrendo a outras fontes documentais, tais como, por exemplo: a transcrição dos imóveis, extraída do formal de partilha (1941), onde se encontra a declaração dos bens deixados em São João da Boa Vista; o espólio relativo à sobrepilha (1948); e, a prestação de contas referente à herança recebida por uma de suas herdeiras (sem data).

A notícia do seu falecimento foi veiculada por toda imprensa paulista. No *Correio Paulistano*, deu-se com o seguinte teor:

Repercutiu, dolorosamente, em todos os pontos do Estado, a notícia do falecimento, hontem, ás 18:30 horas, em sua propriedade agrícola “Lagoa Formosa”, no município de São João da Boa Vista, do illustre Sr. Coronel Christiano Osório de Oliveira. Com effeito, o extinto, cujo nome esta ligado, por toda uma existência de grandes trabalhos e empreendimentos, ao progresso de nossa terra, era, além de cidadão de raras virtudes de caráter, intelligencia e coração, o maior fazendeiro do Estado e um dos mais antigos e destacados comissários de café na Praça de Santos, onde a sua actividade sempre se fez sentir

destacadamente. O coronel Christiano Osório de Oliveira, que morreu confortado com todos os sacramentos da Igreja, deixa, viúva, a Sra. Gabriella Ribeiro de Oliveira. São seus filhos: Dona Rita de Oliveira Noronha, casada com o Sr. Alípio de Noronha Gomes da Silva; Sra. Angelina de Oliveira Bueno, já falecida, que foi casada com o Sr. Antonio Hermano da Costa Bueno; Sra. Luisa de Oliveira Paes de Barros, casado com o Sr. Doutor Renato Paes de Barros; Sr. Jose Pedro de Oliveira, já falecido, que foi casado com a Sra. Dona Jandyra Pamplona de Oliveira; Sr. Joaquim Jose Ribeiro de Oliveira, casado com a Sra. Dona Nair de Andrade de Oliveira; Sra. Dona Rita de Oliveira Westin, casada com o Sr. Dr. Edgard de Oliveira Westin; Sra. Dona Gabriella de Oliveira Costa, casada com o Sr. Dr. João Baptista de Figueiredo Costa; e Sr. Christiano Osório de Oliveira Filho. Deixa vários netos e bisnetos.⁴⁶³

Evidentemente que o texto encontra-se carregado de adjetivos laudatórios. Mas, a nota pareceu-nos até discreta e o trecho elogioso resumiu-se apenas a algumas linhas, que, embora bastante laudativas, não fugiu muito da praxe na época – ainda mais que o periódico foi, por muito tempo, o mensageiro do Partido Republicano Paulista, e ele era um dos afiliados do partido e correligionário com mais prestígio na região.

Todavia, a caracterização acima deixa transparecer algumas peculiaridades: *o maior fazendeiro paulista*, e menciona, ao mesmo tempo, o seu desempenho, desde longa data, *na função de comissário, em Santos*. Igualmente, podemos notar, pelos sobrenomes de suas filhas depois de casadas, e das esposas de seus filhos, que, seguramente, para esses matrimônios enlaçaram-se fios que denotam a urdidura de uma fina trama que, ao final, compôs uma notável malha, pelo entrelace de casamentos, cujos cordões eram constituídos, pelos seus descendentes diretos – filhas e filhos – com membros de tradicionais, ou destacadas famílias, ligadas ao grande capital cafeeiro.⁴⁶⁴ De fato, por conta de sua fortuna, não foi difícil promover enlances matrimoniais com famílias tradicionais da elite cafeeira.

Doravante, por intermédio do seu espólio, certificamo-nos que ele morreu com uma considerável fortuna.⁴⁶⁵ Em 31 de agosto de 1940, os bens hereditários do Espólio do Cel. Christiano Osório de Oliveira somavam mais de trinta mil contos réis.⁴⁶⁶ A

⁴⁶³ Nota de falecimento. *Correio Paulistano*. São Paulo. 8 out. 1938. p. 2.

⁴⁶⁴ Vale mencionar que Christiano Osório promoveu, ainda em vida, a doação de vários dos seus bens (especialmente fazendas de café) aos seus filhos.

⁴⁶⁵ Espólio de Christiano Osório de Oliveira: sobrepartilha (1948). *Arquivo Pessoal*: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

⁴⁶⁶ A unidade monetária *Conto de Réis* (1:000\$000) foi substituída pelo *Cruzeiro* (1.000), em 5 de outubro de 1942. Como a sobrepartilha do espólio foi apresentada em 15 de março de 1949, ocorreu a conversão da moeda no documento apresentado.

julgar por esse valor, sem dúvida, seu patrimônio figurava à época dentre as maiores riquezas privadas do Estado de São Paulo.

Assim, analisando outros documentos do espólio, constatamos que sua riqueza era composta, principalmente, por imóveis rurais e urbanos, ações e créditos (dívida ativa).

No município de São João da Boa Vista, ele deixou dois imóveis rurais e dois urbanos. Os imóveis rurais eram constituídos pela Fazenda Laje e pela Fazenda Lagoa Formosa. A fazenda Laje, no valor de 481:900\$000, tinha 300 alqueires de terras, com as seguintes características:

Terras: 18 alqueires, mais ou menos, em matas, na serra e grotões, de difícil aproveitamento, a 1:500\$000 o alqueire, e todos por 27:000\$000; 10 alqueires mais ou menos, em capoeirões, junto à sede, a 2:500\$000 o alqueire, e todos por 25:000\$000; 30 alqueires, mais ou menos, em rocios, a 1:500\$000 e todos por 45:000\$000; 74 alqueires em cafezais a 1:400\$000 o alqueire, e todos por 103:600\$000; 46 alqueires em pastos a 1:200\$000 o alqueire, e todos por 55:200\$000; 122 alqueires em cafezais abandonados, a 800\$000 o alqueire, e todos por 97:600\$000. Cafezais: 85.000 cafeeiros, mais ou menos, excluídas as falhas, em terreno ondulado, com mais de cinquenta anos, em sofrível estado de conservação, a \$700 o pé, e todos por 18:000\$000. [e demais benfeitorias].⁴⁶⁷

A Fazenda Lagoa Formosa, que alcançou o valor de 786:700\$000, possuía mais de 2.000 alqueires de terras, com cafezais, invernadas, cereais e mata virgem. Ela apareceu assim descrita:

Terras: 30 alqueires em matas, a 1:500\$000, 45:000\$000; 180 alqueires em capoeiras, a 1:100\$000, 118:800\$00; 30 alqueires, em capoeiras a 900\$000, 27:000\$000; 30 alqueires em cafezais, a 600\$000, 18:000\$000; 90 alqueires em rocios, a 600\$000, 54:000\$000; 600 alqueires em invernadas e em terras de 3º e 4º classe, a 500\$000, 300:000\$000; 10 alqueires em capinzais, a 600\$000, 6:000\$000; 1.062 alqueires, em campos nativos, a 120\$000, 127:440\$000. Cafezais: 38.000 cafeeiros, deduzidas as falhas de mais de cinquenta anos, estragados, a \$500, 19:000\$000; [e demais benfeitorias].⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ Escritura nº 5.845. *Livro de Transcrição das Transmissões* nº 3NN. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

Os imóveis urbanos existentes em São João da Boa Vista equivaliam à casa de residência, com sete cômodos e uma garagem, localizada à Rua São João, esquina da Rua Prudente de Moraes, por 10:000\$000; e, mais o prédio composto de casa de dois pavimentos, de construção antiga, com acomodações para estabelecimento comercial e residência de família, situado a Rua General Osório, esquina da Rua São João, por 60:000\$000.⁴⁶⁹

Pela avaliação dos bens do espólio do Coronel Christiano Osório, notamos, ainda, a existência de mais cinco bens imóveis rurais: Fazenda São Domingos, Fazenda Santa Helena, Fazenda Bebedouro do Turvo, Fazenda São João e Fazenda São Pedro do Dourado.

As fazendas São Domingos e Santa Helena, sitas no distrito de Vila Novaes, município e comarca de Jaboticabal, foram arrematadas pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira, em 21 de dezembro de 1931, na ação executiva movida pelo referido Coronel Christiano contra Gastão Roque da Silva e sua mulher, como consta da carta precatória expedida pelo Juízo de Direito, da Segunda Vara de Santos. Ao tempo da arrematação, esta fazenda, que passou a compor uma só gleba de terra, continha: 90 alqueires de terras; 101.589 cafeeiros formados; casa de morada (sede); garagem; lavadouro para café; tanque para depósito d'água; terreiro ladrilhado para café; máquina "São Paulo", (modelo 1920, com motor Otto, de 18 cavalos), com casa; tulha; seis casas duplas para colonos; ranchos e cocheira.

Pela nova divisão territorial realizada no Estado de São Paulo, ao longo da década de 1930, as fazendas descritas acima passaram a integrar o município de Catanduva. À época do inventário, elas possuíam 100.000 pés de café, três alqueires plantados com algodão, oito alqueires com mata virgem, e setenta e nove alqueires de pasto.

A fazenda Bebedouro do Turvo, localizada no distrito e município de Tabapuã, comarca de Catanduva, foi arrematada pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira, em 23 de dezembro de 1931. Assim vemos através da carta precatória expedida pelo Juízo de Direito da Segunda Vara de Santos, ao de Catanduva, na ação executiva movida pelo referido Coronel Christiano Osório contra Gastão Roque da Silva e sua mulher. Ao tempo da arrematação, esta fazenda continha: 45 alqueires de terras, 50.000 cafeeiros e

⁴⁶⁹ Ibidem.

seis casas duplas para colonos. Em 1938, as terras estavam ocupadas com 25.000 pés de eucaliptos, cinco alqueires de algodão e o restante em cafezal.

A fazenda São João, compunha-se de glebas das fazendas Dourado e São Pedro do Dourado, e estava localizada no distrito e município de Bernardino de Campos, comarca de Santa Cruz do Rio Pardo. Ela foi adquirida pela *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, por permuta com José Octavio Parreira, conforme a escritura de 31 de dezembro de 1932, passada no 1º Tabelionato de São João da Boa Vista. Ao tempo da permuta ela continha 195 alqueires de terras, 100.000 cafeeiros, casa de morada, terreiro e vinte e sete casas para colonos. Quando se deu a avaliação dessas terras, no final da década de 1930, elas estavam em abandono, e continham 15 alqueires de capoeirões e 80.000 cafeeiros.

A fazenda São Pedro do Dourado também se localizava no distrito e município de Bernardino de Campos, comarca de Santa Cruz do Rio Pardo. O Coronel Christiano adquiriu $\frac{2}{3}$ desta fazenda, de José Teixeira de Aguiar e Dr. Alvim Teixeira de Aguiar, por escrituras de dação em pagamento, lavradas em 31 de dezembro de 1932, no 1º Tabelionato de São João da Boa Vista. Esta fazenda englobava, ao tempo da aquisição: 290 alqueires de terras, 180.000 cafeeiros, casa de morada, 47 casas para colonos, terreiro, lavadouro, máquina de beneficiar café, serraria, moinho, instalação de força e luz elétrica. Ao final da década de 1930, esta fazenda possuía capoeiras, pastos, roça de colonos e da fazenda, com quatro alqueires de algodão, noventa alqueires de capoeirão e 100.000 pés de café. O outro $\frac{1}{3}$ desta fazenda pertencia ao espólio de Basilídio Jose Teixeira.

Em Jaú, ele possuía um armazém, que foi construído especialmente para armazenar café. O terreno havia sido comprado pelo próprio Coronel Christiano Osório de Oliveira, de Dona Maria Barbosa de Oliveira, por escritura de 25 de março de 1929, lavrada no 2º Tabelionato de Jaú, e registrada na mesma comarca em 18 de março de 1929, sob o nº 24.734. O mencionado armazém possuía capacidade para 18.000 sacas, e ficava a Rua Edgard Ferraz, nº 939. Sua área era de 18,5 metros de frente, por 46 de fundo. A construção tinha 15 metros de frente e 25 metros de fundo, com seis portas onduladas, uma janela, uma porta de madeira nos fundos e dois portões de ferro. Pela avaliação orçou 45:000\$000. Salienta-se, deste modo, que, de fato, o Coronel Christiano Osório buscou o acesso direto às safras das regiões mais “novas”, inseridas na linha de frente da fronteira agrícola.

Outra fonte histórica que contribuiu, sobremaneira, para avaliarmos a estrutura e o nível da riqueza do Coronel Christiano Osório foi a constituída pela prestação de contas fornecida pela herdeira Dina Benvinda Bueno de Alencar. Esta era bisneta do inventariado e a única representante de sua avó materna, Anna Angelina de Oliveira Bueno – que, por sua vez, era filha do inventariado.

Para a satisfação da legítima de Dina Benvinda Bueno de Alencar foram lançados vários bens, com seus respectivos valores, que, em suma, nos ajudou a compreender melhor a natureza da riqueza deste empresário do café.

Em imóveis a herdeira recebeu as fazendas Conquista, Onça e São Manoel, situadas na comarca de Casa Branca, no valor de 1.000:000\$000. Tais propriedades foram doadas *inter-vivos*, pelo inventariado, à sua neta Dona Maria de Lourdes Oliveira Bueno, mãe da aludida herdeira.

Ela recebeu mais três fazendas: São Domingos, Santa Helena e Bebedouro do Turvo, situadas na comarca de Catanduva, que foram avaliadas por 348:320\$000. Ainda lhe coube: a metade dos 30,5 alqueires de terras, da fazenda Itaguassu, da comarca de Casa Branca, que foram avaliados, ao todo, por 30:500\$000 (sendo sua metade 15:250\$000); e, o terreno da Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina da Rua Paraíba, em Santos, que foi avaliado por 38:000\$000. Deste modo, os bens imóveis herdados alcançaram 1.401:570\$000.

No café existente na *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, em “conhecimentos”, em conta própria e em conta corrente de fazendas, apresentadas do referido espólio, com o total de 711:354\$200, a herdeira recebeu uma quota de 40:000\$000. Ainda, na casa comissária, de um total de 2.910:927\$500, referente aos créditos ou dívidas ativas existentes, ela obteve uma quota de 194:790\$000.

No que diz respeito à casa bancária, ela herdou dez partes em créditos de várias origens: um proveniente de nota promissória, no valor de 1:964\$000; um crédito quirografário, no valor de 1:128\$000; uma promissória, de emissão do Tesouro do Estado de São Paulo, no valor de 1:499\$500; uma promissória, no valor de 1:655\$000; no crédito do capital de 43:500\$000, contra José Maciel de Godoy e sua mulher, com garantia de hipoteca, uma quota de 6:750\$000; dois créditos hipotecários contra *Tavares & Marcon*, que perfazia o valor de 46:504\$700, uma quota de 7:193\$500; no crédito quirografário do capital de 840:000\$000, uma quota de 56:210\$000; no crédito quirografário do capital de 80:000\$000, uma quota de 6:500\$000; no crédito

quiografário do valor de 90:000\$000, uma quota de 10:000\$000. Todos os créditos mencionados acima totalizaram 287:690\$000.

No dinheiro existente no caixa das empresas (casa bancária e casa comissária), no dinheiro depositado em Bancos e existente sob a forma *selos*, inclusive nos juros bancários, havia o valor de 7.367:193\$400. A este se somava: mais o adiantamento feito pela Casa Bancária à meeira e aos herdeiros no curso do inventário (1.750:529\$700), e, mais o débito da Casa Bancária para com a Casa Comissária (55:204\$000). No total, que representou o valor 9.672:927\$100, a herdeira adquiriu uma quota de 414:388\$327 – já descontado os 108:677\$400 adiantados a esta herdeira pela Casa Bancaria, na vigência do inventário.

Recebeu também 40:000\$000, referentes a gado vaccum; e, nas 7.595 ações da *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*, que o Coronel Christiano Osório de Oliveira possuía, ela embolsou uma quota no valor de 520:000\$000.⁴⁷⁰ Sua legítima, assim, totalizou a elevada cifra de 2.812:385\$727, em bens diversificados.

Antes de tecermos as considerações finais, acerca da riqueza deixada ao final de sua vida, vale destacar um ponto, a nosso ver bastante importante: referimo-nos aos empréstimos realizados por ele – e suas empresas – no decorrer da década de 1930.

A despeito da crise de 1929, e seus impactos no setor cafeeiro nos anos iniciais da década de 1930, foi notório observar que ele não cessou seus créditos em função disso. Nos livros de hipotecas e penhores agrícolas pesquisados constatamos a realização de doze empréstimos, entre 1930 e 1937. Importante salientar que o maior valor disponibilizado por ele deu-se, justamente, neste período: emprestou 1.047:241\$000, em 1931, a Dona Luciana Raposo de Vasconcellos, lavradora de São João da Boa Vista, com o prazo de vencimento de um ano, e os juros de 12% ao ano. Esta hipoteca foi quitada fora do prazo, sob os condicionantes da *Câmara de Reajustamento Econômico*.

Aliás, em função da publicidade dos empréstimos saldados pelo plano de Reajustamento Econômico, conseguimos rastrear inúmeros créditos fornecidos por Christiano Osório, na década de 1930. A lista abaixo, realizada com dados retirado do jornal *Correio Paulistano*, oferece-nos painel bastante relevante. Nestes lançamentos

⁴⁷⁰ Christiano Osório de Oliveira aparecia, em 1935, como o segundo maior acionista da Mogiana, com 6.085 ações, representando 1,52% do total. Em 1940 (em inventário), ele ainda figurava dentre os maiores acionistas da Mogiana, com 7.585, possuindo 1,90% do total de ações desta ferrovia. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1981. p. 190.

via imprensa escrita, como previa a lei, encontramos os valores emprestados por ele, em diferentes cidades do Estado de São Paulo, que foram quitados com títulos do governo.⁴⁷¹

Tabela 28. Relação dos credores do Cel. Christiano Osório de Oliveira que foram inseridos no plano de Reajustamento Econômico.

Data	Cidade	Devedor	Valor	Concedido
31/03/1936	Espírito Sto. Pinhal	S. A. Imrões Leite Ltda.	1.597:200\$000	798:500\$000
03/04/1937	Cajurú	Antonio A. de Castro	394:202\$400	149:000\$000
20/04/1937	Marília	Norberto Ferraz de Matos	264:157\$700	132:000\$000
08/05/1937	Sertãozinho	Armando J. de Lima	426:864\$900	213:000\$000
08/05/1937	Casa Branca	Gabriel Alves	90:379\$500	23:500\$000
11/05/1937	Cajurú	Joaquim A. dos Reis	165:197\$000	62:000\$000
13/05/1937	S. João Boa Vista	Maria O. Sotão Vargim	175:280\$900	54:500\$000
22/05/1937	S. José Rio Pardo	Antonio Gunica	75:177\$800	17:000\$000
08/06/1937	Pindamonhangaba	Clodomiro V. Porto	347:530\$400	173:500\$000
12/06/1937	S. João Boa Vista	Aquilino Vaz de Lima	47:438\$800	Negada
15/06/1937	Espírito Sto. Pinhal	Diaulas S. Leite & Irmãos	88:039\$100	44:000\$000
15/06/1937	Vargem Grande	Manoel L. O. de Oliveira	490:931\$300	245:000\$000
15/06/1937	Descalvado	Benedicto B. Adorno	5:809\$400	2:500\$000
15/06/1937	São J. Boa Vista	Andre Bertolucci	26:705\$800	8:000\$000
15/06/1937	Campinas	Hygino Sotano & Irmão	307:929\$500	153:500\$000
22/06/1937	Jaú	Antonio de A. Pacheco	212:330\$100	106:000\$000
30/05/1936	Tambaú	Ramufio de Castro Lima	9:764\$000	Negada
30/05/1936	São J. Boa Vista	Simão Yasbek	6:663\$600	Negada
24/07/1937	Dois Córregos	Marcílio Luis Brandão	7:996\$000	3:500\$000
24/07/1937	São J. Boa Vista	Jose de Azevedo Barbosa	8:139\$400	4:000\$000
24/07/1937	São J. Boa Vista	Manoel L. O. de Oliveira	2:435\$600	1:000\$000
26/08/1937	São J. Boa Vista	Bazilideo Jose Teixeira	58:551\$000	29:000\$000
04/09/1937	São J. Boa Vista	Jose P. de Andrade Jr.	2:818\$700	1:000\$000
09/09/1937	Pirassununga	Jose P. de Andrade Jr.	95:786\$900	47:500\$000
09/09/1937	São J. Boa Vista	Lauro Maciel de Godoy	31:149\$100	4:500\$000
16/09/1937	São J. Boa Vista	Lauro Maciel de Godoy	483:743\$600	238:500\$000
18/09/1937	Mogi- Guaçu	Julio V. Malheiros	41:423\$800	15:500\$000
18/09/1937	São J. Boa Vista	Jose Maciel de Godoy	26:721\$100	13:000\$000
05/10/1937	Espírito Sto. Pinhal	Ulysses Terral	78:576\$600	32:500\$00
05/10/1937	Campinas	Igyno Sotano	2:077\$600	500\$000
07/10/1937	Santa Rosa	Theophilo Siqueira	753:690\$300	206:000\$000
07/10/1937	MogiGuaçu	Jose Leme do Prado	5:910\$400	2:500\$000
09/10/2007	São J. Boa Vista	Alvim Teixeira de Aguiar	58:330\$600	29:000\$000
04/06/1936	Casa Branca	Sebastião A. de Carvalho	58:236\$600	Negada
04/06/1936	Penápolis	Carvalho & Filhos	12:695\$600	Negada

⁴⁷¹ O Reajustamento Econômico, instaurado pelo Decreto nº 24.233, de 12 de Maio de 1934, previa a renegociação de todos os empréstimos realizados aos agricultores, antes de 30 de junho de 1933.

16/10/1937	São J. Boa Vista	Felicio Rossi	6:316\$400	3:000\$000
19/10/1937	São J. Boa Vista	Felicio Rossi	23:298\$400	11:500\$000
28/10/1937	Casa Branca	Bertholdo Corteze	210:686\$000	82:500\$000
28/10/1937	São J. Boa Vista	Marietta Mazza	125:533\$823	62:500\$000
13/11/1937	Vargem Grande	Santo Rosário	46:973\$100	23:000\$000
13/11/1937	Penápolis	Lourenço Beher	96:555\$200	34:000\$000
07/12/1937	Jaú	Manoel Martins Peralta	10:640\$200	Negada
11/12/1937	São J. Boa Vista	Jose Octavio Parreira	159:083\$300	79:500\$000
16/12/1937	Espírito Sto. Pinhal	Octaviano F. Porto	120:900\$000	60:000\$000
15/02/1938	Jaú	Nassif Abib	26:201\$200	13:000\$000
15/03/1938	São J. Boa Vista	Joaquim L. O. Andrade	81:093\$400	40:500\$000
15/03/1938	São J. Boa Vista	Joaquim L. O. Andrade	4:344\$100	2:000\$000
26/03/1938	Jaú	João C. de Almeida Prado	290:671\$900	93:500\$000
10/09/1936	São J. Boa Vista	Jose Garcia da Silva	19:799\$000	9:500\$000
26/04/1938	Mogi-Guaçu	Christiano Mehder	528:432\$900	Negada
30/07/1938	São J. Boa Vista	Luciana R. Vasconcellos	1.401:172\$800	494:500\$000
29/10/1936	Tambaú	Paulo de Lima e Filho	24:556\$700	Negada
05/11/1936	São J. Boa Vista	Manoel J. S. Malheiros	3:827\$900	1:000\$000
06/03/1937	Brodowsky	Waldemar Junqueira Ferreira	738:533\$400	278:000\$000
06/03/1937	São J. Boa Vista	Francisco Xavier de Almeida	93:463\$100	32:000\$000
23/03/1937	São J. Boa Vista	Jose Maciel de Godoy	49:598\$727	19:500\$000
23/03/1937	São J. Boa Vista	Jose Maciel de Godoy	323:179\$373	127:500\$000
01/04/1937	Amparo	Luiz O. de Oliveira	241:887\$000	91:000\$000

Fonte: Processos julgados pela Câmara de Reajustamento Econômico e lançados no *Correio Paulistano*.

Por meio destes processos podemos observar os altos valores transacionados pelo Coronel Christiano Osório de Oliveira, entre o final de década de 1920 e o início da década de 1930. Nota-se, ainda, o raio de ação de suas relações de crédito: elas abrangiam cidades que iam muito além de seu reduto, ou seja, São João da Boa Vista, tocando diferentes pontos do Estado de São Paulo.

Como base nos dados da **Tabela 28**, elaboramos a **Figura 7**, a seguir, que apresenta a localização, o valor e o número dos seus contratos de crédito, por cidades, ao longo do território paulista.

Figura 7. Localidades onde se registraram empréstimos de Christiano Osório de Oliveira.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a riqueza do Cel. Christiano Osório, em 1938, compunha-se de *imóveis* (rurais e urbanos), *café*, *ações*, *dinheiro* e *créditos*. Seus ativos, que a princípio, ainda na década de 1880, estavam ligados a terra e a escravos, modificou-se sobremaneira ao longo de sua trajetória empresarial. Com o avanço da cafeicultura pelo Oeste Paulista, ele inseriu-se com maior ênfase na esfera da produção, e, posteriormente, imiscuiu-se à esfera financeira e comercial.

Depois, passou a dedicar-se aos negócios do crédito, voltando sua carteira, especialmente, aos lavradores de café. Todavia, não se restringiu a emprestar somente a esse segmento social. Como aludido, ele concedeu capitais aos comerciantes e industriais, locais e regionais, bem como aos cofres públicos das municipalidades.

Com os lucros obtidos foi angariando muitas propriedades agrícolas, transformando-se, com isso, em meados da década de 1920, no maior cafeicultor

paulista, circunstância que lhe rendeu o título de “rei do café”. Com os lucros advindos das vendas de suas portentosas safras, dos juros cobrados nas relações de crédito, e das comissões cobradas nas negociações dos cafés, fica evidente que seus investimentos foram se diversificando.

Assim, ao final da sua vida, sua riqueza tinha se metamorfoseado. Em sintonia com o que ressaltou Zélia Cardoso de Mello, Christiano Osório passou a contar com uma riqueza nova – formada por imóveis e ativos financeiros.⁴⁷² Sua trajetória empresarial, diante disso, estava, de fato, em sintonia com o padrão de ação da elite paulista, à época.

Ao reinvestir seus capitais de origem agrária, adotou uma estratégia que se pautou pela diversificação da sua riqueza: o capital cafeeiro – que se manteve por toda vida – espalhou-se para outros segmentos da economia como, por exemplo, para o setor de transporte, da comercialização e bancário. Em síntese:

Passa-se, portanto, da riqueza antiga, baseada em escravos, à nova, baseada primordialmente em ações. Criam-se outras fontes de rentabilidade e os circuitos de valorização apresentam-se cada vez mais amplos. Não é mais possível, ao reverso do que ocorria antes, caracterizar proprietários tipicamente urbanos ou rurais, com funções especializadas; agora, temos proprietários rurais com diversas atividades urbanas e vice-versa. Em vez de especialização, diversificação, em vez de escravos, imóveis e ações.⁴⁷³

Nas três primeiras décadas do século XX, com a expansão da lavoura cafeeira pelo Oeste Paulista, enveredando-se progressivamente pelas “novas” frentes pioneiras, outras partes do Estado, paralelamente, assistiu-se ao incontestado processo de transformação da economia paulista, do qual Christiano Osório participou ativamente. Destarte “parece imprescindível a ligação entre este e o avanço do capital cafeeiro, entre este e o surgimento de novos empreendimentos, dos quais estão à frente homens comprometidos com interesses diversificados”.⁴⁷⁴

Neste contexto, descrito acima, pode ser inserida, a figura exemplar do Coronel Christiano Osório de Oliveira, que, pela sua prática financeira e empresarial, enquadrou-se como mais uma peça do conjunto daqueles que compunham o *grande capital cafeeiro*. Dispondo de vultoso capital, principalmente amealhado na ampla cadeia de

⁴⁷² MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza*: São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 137.

⁴⁷³ Ibidem. p. 139.

⁴⁷⁴ Ibidem. p. 151.

negócios proporcionados pela cafeicultura, sempre buscou novas oportunidades, inclusive pela diversificação de investimentos em outros setores da economia, a fim de valorizar sua riqueza.

Dessa maneira, como lembra Fernand Braudel – que julgamos acertada – a fortuna, no jogo capitalista, não depende somente da personalidade e da força inovadora dos empresários. Mas, depende sobretudo:

De la posición que ocupa en la red socioeconómica, en las jerarquías espaciales y sociales que produce y, en consecuencia, de su capacidad para moverse en la trama de automatismos de la que forma parte, obteniendo de estos condicionamientos su propia ventaja y, a la postre, su propia libertad de acción, su propio margen de innovación.⁴⁷⁵

Aproximando a trajetória de Christiano Osório das lentes analíticas da perspectiva *braudeliana*, percebemos nitidamente que, de fato, os verdadeiros *capitalistas* procuraram “sempre fazer tudo: o negócio, a produção, a finança. Só estando estabelecido em todos os domínios é que se pode esperar levar vantagens monopolísticas”.⁴⁷⁶

Sob esse prisma, via de regra, somente os empresários situados nos escalões inferiores da economia é que se especializam, passando a atuar num único setor. Christiano Osório, pelo contrário, ocupou um lugar privilegiado no circuito de acumulação, através da diversificação dos investimentos.

Igualmente – como os membros do *grande capital cafeeiro* – ainda no final da década de 1930, ele sempre buscou diversificar seus investimentos para além da agricultura, indo de encontro com a esfera comercial e financeira, além da participação acionária em outras empresas.

Esse sujeito histórico, no fundo, revelou a outra face da economia cafeeira: a capacidade de diversificação dos negócios promovida pelo capital nacional, gerado, sobretudo, na esfera de produção agrícola, com o café. Além de irrigar outros setores, promovia também a própria expansão da lavoura cafeeira.

A diversificação, para Fernand Braudel, surge como o próprio *gene* do capitalismo. Os grandes empresários buscaram, continuamente, ao longo da história, e

⁴⁷⁵ GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Valência/ Granada: PUV, 2005. p. 131.

⁴⁷⁶ BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. p.104-105.

em toda parte do globo, diversificar seus investimentos, obtendo assim oportunidades ilimitadas de ganho. Especializar-se não foi típico desses agentes econômicos.

Alicerçando-se na ação empresarial de Christiano Osório, pensamos que, mesmo após a crise de 1929, não foi comum, aos membros do grande capital cafeeiro, restringirem-se somente a um segmento da vida econômica. Não parece ter sido condizente com a ação da elite paulista – *capitalistas natos*, dentro dos seus limites, à escala do mundo, é claro – dedicar-se unicamente a indústria ou ao setor bancário, por exemplo.

Balanço retrospectivo

O presente trabalho centrou-se na trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira, no contexto de expansão da economia cafeeira. Percorremos sua atuação como *fazendeiro, capitalista, banqueiro e comissário de café*, ao longo do tempo e do espaço. Seu percurso revelou-nos, num primeiro momento, o processo de migração dos capitais do Sul de Minas Gerais – acumulados em atividades agropastoris, ligadas ao mercado interno – para o Oeste Paulista, região que lhe serviu de substrato ao desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Neste caso, a riqueza da família Osório de Oliveira não foi investida, diretamente, na cafeicultura. A princípio, ela reforçou e dinamizou a produção de gêneros de abastecimento para o mercado local e regional, aproveitando os circuitos endógenos de sua valorização e incentivando a concentração de capitais no interior paulista que, posteriormente, puderam ser investidos em cafezais. Assim, tornou-se evidente a participação dos capitais advindos do *Sul de Minas* na economia cafeeira paulista.

Christiano Osório nasceu, em 1861, na cidade de Caldas, no Sul de Minas Gerais. Em 1880, após o falecimento do seu pai, José Osório de Oliveira, ele – em conjunto com o núcleo familiar – rumou para a Província de São Paulo, onde havia herdado terras, no município de São João da Boa Vista. Nesta localidade, por meio de sua ação empresarial, permutou e comprou mais terras, concentrou fortuna, via casamento, e, passou, por conseguinte, a investir especialmente na cafeicultura.

Tal circunstância, em conformidade com a conjuntura internacional favorável aos preços de exportação do café, possibilitou-lhe acumular expressivos capitais. Estes capitais acumulados na esfera da produção, aos poucos, foram sendo reinvestidos em outros negócios como, por exemplo, na atividade creditícia. Ou seja, o capital cafeeiro, passou a ser invertido, como *moeda de crédito*, na própria cafeicultura, financiando a expansão dos plantios. Foi no período pós-abolição da escravatura, marcado pelo expressivo crescimento do número de pés de café no Oeste paulista e pela falta de numerário, que Christiano Osório empenhou parte dos seus lucros às práticas creditícias, por meio do financiamento agrícola.

Deste modo, além de fazendeiro de café, transformou-se em *capitalista*, isto é, passou a ter no empréstimo de dinheiro a juros outra fonte incontestável de renda. Esta incursão incisiva no mundo da produção cafeeira e do financiamento desdobrou-se ao

longo das duas primeiras décadas republicanas. Foi quando também ocorreu sua associação com o negociante de *grosso trato* José Domingues Martins, de Santos.

Christiano Osório passou a atuar como preposto/representante da casa comissária deste negociante santista – que se chamava *J. D. Martins* – em São João da Boa Vista e região, introduzindo-se, conseqüentemente, na comercialização da mercadoria mais importante do complexo cafeeiro: o café.

A cooperação entre José Domingues Martins e Christiano Osório de Oliveira, iniciada nos primeiros anos do século XX, materializou-se, logo depois, com a fundação da *Casa Bancária Martins & Companhia*, na cidade de São João da Boa Vista. Tal associativismo possibilitou-lhe ingressar em circuitos mais dilatados de valorização da riqueza. No fundo, ao adentrar no seleto grupo de agentes dedicados a comercialização do café, ele conseguiu expandir ainda mais sua fortuna.

Concomitantemente, ao ampliar sua riqueza, Christiano Osório sempre se valeu de uma estratégia especial: a diversificação dos investimentos. Nunca colocou os “ovos numa cesta só”. Neste sentido, aproximou-se bastante da forma de atuação da elite paulista republicana, identificando-se, por isso, com os componentes do *grande capital cafeeiro*. Apesar de ter sido destacado fazendeiro de café, desde os anos de 1890, até seu falecimento, em 1938, em nenhum momento priorizou somente a esfera da produção. Ao passo que expandia suas lavouras, também promoveu a incursão a outros setores da economia, mais ligados ao mundo urbano, como, por exemplo, as ferrovias, o comércio e o crédito.

Valendo-se deste mecanismo, calcado na diversificação, o então Coronel Christiano Osório de Oliveira alavancou sua transformação em *banqueiro* e *comissário*, sem deixar de ser, continuamente, fazendeiro de café. Ao diversificar seu capital, organizou duas empresas: a *Casa Bancária Christiano Osório*, fundada em 1914, na cidade de São João da Boa Vista; e, a *Casa Comissária Christiano Osório de Oliveira*, montada no ano de 1915, em Santos. Seu propósito, deste modo, explicitou-se: tinha como principal intuito financiar e comercializar, ele próprio, a produção cafeeira de terceiros – aumentando as suas oportunidades de ganho.

Assim, eliminou a intermediação de outros agentes, conseguindo emitir sua exclusiva letra de câmbio, e passando a comprar o café, no interior do Estado de São Paulo, e a vendê-lo, diretamente, aos exportadores, em Santos; assumiu, então, o papel de protagonista nos negócios do café, ou seja, galgou degraus na hierarquia mercantil do complexo cafeeiro, aumentando sua margem de lucratividade.

Em outras palavras, com a constituição destas duas empresas, sua prática financeira abriu-lhe caminho para dominar importantes *locus* de acumulação do circuito mercantil da economia cafeeira: estava assentado no interior paulista, junto aos cafeicultores, bem como estava estabelecido em Santos, junto à principal Praça comercial deste complexo econômico. Assim, promovendo o desnivelamento dos preços praticados em ambos os mercados, elevou sua margem de lucro, bem como açambarcou informações nas duas pontas desta malha mercantil, minorando seus riscos.

O elemento fulcral, que possibilitou alinhar esta rede foi o crédito. Ao conceder empréstimos, Christiano Osório amarrava a produção dos devedores, via cláusulas contratuais. Esta prática financeira proporcionou os meios para enlaçar a produção de café, que estava pulverizada pelos municípios do Estado de São Paulo. No papel de credor, no conjunto da complexa cadeia de financiamento do café, ele conseguiu prender as tramas desta malha comercial, constituindo sua própria rede de negócio, açambarcando fatias maiores dos lucros – em comparação com aqueles agentes econômicos que ficaram especializados na esfera da produção, por exemplo.

Atuando como fazendeiro, comissário e banqueiro, tal *persona* conseguiu aumentar sua *mais-valia mercantil*, além de reduzir a assimetria de informação existente nos negócios do café. Estas circunstâncias contribuíram para que ele alargasse seus ganhos e reduzisse os riscos inerentes a este segmento. Em suma, sua atuação ressaltou um aspecto fulcral da economia cafeeira: a dominância do capital comercial sobre o capital produtivo.

Conclusão

Assim sendo, depois deste *balanço retrospectivo*, que julgamos indispensável, estamos encorajados a tecer considerações de cunho mais interpretativo e conclusivo; e, para isso, elencamos algumas diretrizes que observamos serem prevaletentes do perfil empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira, a saber:

a) Ele já nasceu “bem posicionado”. Do ponto de vista socioeconômico, descendia de uma *família da elite regional*, circunstância que, no momento de expansão cafeeira, pelo Oeste Paulista, rendeu-lhe o acesso, via herança, matrimônio e compra, à grande propriedade rural. Por esse ângulo, ainda que possuísse aguçado senso de oportunidade, ele já estava à frente de outros personagens, pois compreendia elevado nível de riqueza. Vê-lo como resultado da exclusiva capacidade individual, calcada numa ação empreendedora racional, não seria o mais correto. A riqueza e a capacidade de sucesso, a nosso ver, prendem-se tanto a acumulação de capitais ligados às linhagens familiares, quanto às ingerências da economia cafeeira nacional e o seu lugar de pertencimento na economia-mundo capitalista europeia – que apesar de ter gerado um circuito endógeno de acumulação mais dilatado e robusto, não conseguiu romper com as linhas de dominação do capital internacional. Assim, na cadeia mercantil do café ele ocupou uma posição preponderante em relação à economia brasileira, e, um lugar desfavorável, quanto à economia internacional; por isso, sua ação – por mais inovadora que fosse – esteve sempre, de alguma forma, limitada nacionalmente.

b) Teceu boas relações pessoais. Como podemos perceber, ele estabeleceu contatos com os membros da elite regional, estadual e nacional. Tais contatos valeram-lhe o ingresso em outros círculos de negócios, ampliando seu leque de ações, reforçando a convivência com outros membros do *grande capital cafeeiro*, angariando informações vantajosas, estreitando os laços de amizade e solidificando sua rede de *networking* com estes indivíduos, que estavam situados em esferas privilegiadas da cadeia mercantil do café.

c) Suas transações financeiras eram eficazmente asseguradas. Ou seja, sempre realizou empréstimos mediante exigência de hipoteca, penhor agrícola ou letra de câmbio. Desta forma, a ideia de crédito tendo como garantia o “fio do bigode” – estritamente baseado na honra e na confiança – no caso em apreço, não se concretizou. Na grande maioria dos contratos de crédito, contou com a segurança e o respaldo de advogados, guarda-livros e tabeliães. Pelos dados coletados ao longo da pesquisa, ele

sempre buscou realizar o registro/averbação das dívidas em Cartório, circunstância que lhe municiava de maior guarida, em caso de execução judicial. Embora a atividade bancária estivesse assentada em relações pessoais – sendo a confiança, o conhecimento e a informação instrumentais imprescindíveis – tinha no cálculo meticuloso, na formalização dos contratos e no conhecimento e aplicação da lei, a essência dos seus negócios.

d) A aquisição de *terras* para o café foi um investimento constante, delineadora de sua conduta pessoal, arraigada aos bens de raiz de suas origens familiares. O protagonismo do Coronel Christiano Osório revelou a forma pela qual os lucros gerados com a produção de café retroalimentaram a continuidade e a expansão desta mesma atividade. Ou seja, o capital cafeeiro, fundamentalmente, foi reinvestido na expansão da própria cafeicultura. De fato, houve diversificação e extravasamento para outros setores da economia. Não há dúvida que o capital acumulado no setor agroexportador deu origem a *efeitos de encadeamentos*, que reverberaram no espaço urbano-industrial. Contudo, a ação empresarial deste personagem deixou transparecer uma tendência típica do capitalismo brasileiro: ele diversificou seus investimentos, mas não saiu completamente do setor agrícola. Sempre buscou na terra – no imóvel rural – uma “reserva de valor”, como fizeram muitas outras famílias e empresários nacionais. Em suma, o capital auferido com a produção cafeeira gerou grandes fortunas, engendrando a ocupação do território paulista; parte substancial do capital cafeeiro migrou para as cidades e a indústria, por exemplo. Todavia, a trajetória aqui analisada, desvelou um ponto taxativo: parcela considerável do mesmo capital também permaneceu na agricultura. De forma que, podemos afirmar, peremptoriamente, que o café, via crédito, foi também capaz de gerar mais café, impulsionando o avanço da fronteira agrícola paulista.

e) Foi um empresário polivalente e compôs as fileiras do *grande capital cafeeiro*. Sua prática financeira caracterizou-se por um tipo de comportamento onde destacamos: a sagacidade comercial; o empreendedorismo; o dinamismo nas ações; a racionalidade econômica capitalista; o emprego indelével da contabilidade moderna; a adaptabilidade às novas realidades econômicas e políticas; sempre prezou pelo “bom procedimento” e pela “boa conduta” nos negócios do café, despertando e ganhando a confiança dos clientes; ainda, amparou-se nas leis e nas normas jurídicas, sempre se valendo da assessoria de profissionais liberais. Enfim, constituiu-se num respeitado *banqueiro do café*, além de ter alargado sua feição de comissário e fazendeiro, e,

igualmente, logrou participação acionária em várias empresas como, por exemplo, na Cia. Mogiana. Por isso, revelou-se, de fato, como um empresário “polivalente” da economia cafeeira, ou seja, constituiu-se como um membro do *grande capital cafeeiro*.

f) O estudo e a análise da ação empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira também evidenciou novos aspectos relacionados ao surgimento e consolidação do sistema de crédito e do sistema bancário paulista, que eram ainda lacunosos e mesmo obscuros; ou, ainda, relegados a uma posição secundária pelos estudiosos do tema, até então. Deste modo, categoricamente, afirmamos que a emersão destes segmentos constituiu parte incontestável do movimento mais amplo de diversificação levado a cabo pelo capital cafeeiro. Visto desse ângulo, a fundação da casa bancária e da casa comissária, por Christiano Osório de Oliveira, também demonstrou a importância do processo de acumulação de capitais ocorrido nas cidades do interior paulista, e não somente na Capital do Estado, embora lá se localizasse o centro financeiro do complexo cafeeiro.

g) A nosso ver, o capital cafeeiro acumulado no interior, ao “escoar-se” para outros setores da economia, gerou bancos, casas bancárias e casas comerciais, que suprimiram assim a necessidade de os grandes bancos da Capital paulista fundar suas próprias filiais. Ao contrário do que muitos afirmaram com respeito à eventual importância desempenhada pelas pequenas agências bancárias do interior, estas acabaram por se constituírem em parte fundamental do sistema de crédito da época. Num contexto marcado pelas distâncias impraticáveis, pelas dificuldades de acesso e informações, pela falta de conhecimento pessoal e outros indicadores financeiros, foi possível e preferível, aos grandes bancos nacionais e estrangeiros, trabalharem em articulação com as casas bancárias, que operavam nas longuras do interior, como suas *correspondentes*. Desta maneira, minimizavam-se as assimetrias de informação, e conferia-se maior segurança às operações bancárias.

h) Além do mais, à análise focada na prática financeira do Coronel Christiano Osório concedeu-nos a possibilidade de revelar a hierarquia mercantil e creditícia existente na economia cafeeira paulista: desde o capital internacional (uma vez que atuou como representante comercial da *Banca Francese e Italiana per l’America Del Sud*), passando por Santos e São Paulo, até as cidades do interior paulista. Julgamos que a articulação entre o capital nacional e o capital internacional ocorreu e propagou-se na economia cafeeira, por meio da ação empresarial de agentes econômicos similares, ao aqui estudado. Estes viam na associação com firmas adventícias, vantagens e “fatores de

progresso”, para sanarem os *interstícios* existentes na economia. Se por um lado, ocorreram verdadeiros conflitos entre o capital estrangeiro e o capital nacional, não podemos deixar de frisar que, por outro lado, houve casos em que eles se associaram, resultando em benefícios mútuos: ambos os setores, nacional e internacional, auferiram lucros exorbitantes com esta forma coordenada de agir.

i) Outra consideração importante é que o estudo em apreço possibilitou iluminar o que, muitas vezes, transparecia como categorias ocupacionais segmentadas, a saber: as de lavradores, capitalistas, banqueiros e comissários; posteriormente, com o avanço de nossa pesquisa, entendemos que, no caso do Coronel Christiano Osório, revelou-se como um verdadeiro *processo de crescimento e diversificação da riqueza*, uma vez que ele percorreu o caminho de *fazendeiro à capitalista*, e desse à condição de *comissário e a banqueiro do café*.

Em suma, através dessa pesquisa, constatamos pela ação empresarial de Christiano Osório de Oliveira, uma singular trajetória do capital cafeeiro: tendo origem no capital agrário, ele diversificou-o, por meio da esfera comercial e financeira – com a fundação da casa bancária e da casa comissária – avolumando-o sobremaneira. Ainda, destinou grande parte da sua fortuna, ao financiamento de terceiros, à comercialização das safras alheias e à compra de terras para o café, reforçando sua característica inicial de grande proprietário de terra. Ou seja, o capital retornou a sua feição agrária, impulsionando o avanço da fronteira agrícola, e o setor exportador de bens primários; ao passo que nunca deixou de aproveitar as circunstâncias favoráveis aos investimentos no setor urbano-industrial.

Fontes documentais

Arquivo Pessoal: documentação de Christiano Osório de Oliveira.

Câmara dos Deputados.
Legislação informatizada.

Fazenda Morro Alto (Santa Cruz das Palmeiras).

Museu Histórico-Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca.

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.
Livro de Inscrição Especial.
Livro de Transcrição de Penhor Agrícola.
Livro de Registro de Firmas ou Razões Comerciaes.

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Mogi-Mirim.
Livro de Inscrição Especial.
Livro de Transcrição de Penhor Agrícola.

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.
Livro de Inscrição Especial.
Livro de Transcrição de Penhor Agrícola.
Livro de Registro de Firmas ou Razões Comerciaes.

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista.
Livro de Inscrição Especial.
Livro de Transcrição de Penhor Agrícola.
Livro de Transcrição das Transmissões.
Livro de Registro de Firmas ou Razões Comerciaes.

Jornais.
A Manhã;
Correio Paulistano;
O Estado de São Paulo;
O Casa Branca.

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AURELIANO, Liana Maria L. *No limiar da industrialização: Estado e acumulação de capital, 1919-1937*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 1976.

AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *Minhas Memórias*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1975.

BACELLAR, Carlos A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo, FFLCH-USP, 1987.

_____. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Renato Paes de. Um verão de Plutarcho. *Correio Paulistano*. São Paulo. 10 nov. 1938.

BESKOW, P. R. *O crédito rural público numa economia em transformação: estudo histórico e avaliação econômica das atividades em financiamento agropecuário da CREA/BB de 1937 a 1965*. Tese (Doutorado em Economia), Campinas: UNICAMP, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*. 3.ed., t.1, As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. t.2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de Criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999.

_____. Nos caminhos do ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/ USP, 1999.

_____. et. al. *Entrantes do Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.

C. H. R., *Carta Topográfica da capitania de S. Paulo e seus certos, em que se vê os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Geraes, como também o caminho que vai para Goiás, e R.º Grande de S. Paulo do Sul com todos os seus pozos e pasagens*. [177?]. Bico de pena sobre papel, 38 x 51 cm. Mapa sem escala. Coleção Pirajá da Silva, Mapoteca da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, 1981.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sergio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CASALECCHI, José Ênio. O fazendeiro de café como representante de casa comissária: estudo de uma correspondência. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, v. 1, n. 1, p.216-221, 1976.

CHAVANTES, Ana Paula. *Consolidação do Setor Bancário em São Paulo na Década de 1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2004.

CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. Os bancos de custeio rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914). *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 15, n. 2, p.143-165, 2012.

_____. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo: 1906-1914*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/ USP, 2014.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

_____. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELFIM NETTO, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

DENIS, Pierre. *O Brasil no Século XX*. Lisboa: José Bastos & Co. Editores, s.d.

FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulista de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca (1874-1914). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.

GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Valência/ Granada: PUV, 2005.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria E. Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: A Província de Minas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

_____. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GRILO, Antonio. *Tocaia no Fórum: violência e modernidade*. Bauru, SP: Edusc, 2012.

GODOY, Jorge Pires de. *Almanach para Amparo para 1912*: contendo informações sobre cerca de 25 municípios do Est. de S. Paulo e alguns de Minas. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1911.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial*: os casos da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Mauricio. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

_____. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores: o município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional de 1908*. São João da Boa Vista: Officina Typographica Kiellander & Irmão, 1908.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. A prática financeira do Barão de Mauá. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo: São Paulo, 1995.

_____. Crédito, especulação e acumulação nos negócios mercantis. Rio de Janeiro: 1842-1847. *História e Economia*, v. 4, p. 199-220, 2008.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). In: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

LLUCH, Andrea. Comercio y crédito agrario: Un estudio de caso sobre las prácticas y lógicas crediticias de comerciantes de campaña a comienzos del siglo XX en La Pampa. *Boletín Del Instituto de Historia Argentina Y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, Tercera serie, n. 29, p.51-83, jan/jun. 2006.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo: de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. Características da população em São Paulo no início do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

_____. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

_____. COSTA, Iraci Del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal. COSTA, Iraci Del Nero da. KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, SP: Editora Stiliano, 1998.

_____. O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887). *Revista Brasileira de Economia*, v. 56, n. 1, p.147-170, Jan-Mar, 2002.

_____. Crédito Privado antes da Grande Depressão do Século XX: O Mercado Hipotecário. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 44, n. 4, p.749-786, out.-dez. 2014.

_____. HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p.103-131, 2010.

MARTINS, Antonio Gomes. *Almanach de São João da Boa Vista para o ano de 1901: São João da Boa Vista: s.n* , 1901.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Marcellino; JOHNSTON, E. (org.). *150 anos de café*. 2.ed. São Paulo: Lis Gráfica e Editora, 1992.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Editora Família Junqueira, 2004.

MELLO, Zélia Maria Cardoso. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Hucitec. São Paulo, 1990.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MELO, José Evando Vieira de. *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Questionários sobre as condições da agricultura dos 173 municípios do estado de São Paulo*. Realizado pelo Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

MONTI, Carlo Guimarães. *O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto: Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890-1915)*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. *A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)*. São Paulo: Tese (Doutorado em História), FFLCH-USP, 1988.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-1837)*. São Paulo: Tipografia Costa Silveira, 1838.

NOGUEIRA JUNIOR, José Jorge. *Nogueiras do Brasil: descendentes de Da. Ana de Jesus Leme do Prado Nogueira*. s.l.: s.n., 1962.

O SÃO JOÃO: órgão independente, noticioso e commercial. Numero comemorativo do centenário de São João da Boa Vista, 1824-1924. [s.n] São João da Boa Vista, 1924.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PENROSE, Edith. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *O comissário de café no Porto de Santos: 1870-1920*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 1980.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na Republica Velha*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PEROSA, Roberto. Comércio e Financiamento na Lavoura de Café de São Paulo no início do Século. *Revista de Administração de Empresa*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.63-78, jan./mar, 1980.

PETRONE, Maria Teresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.

PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/ 1930*. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009.

_____. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. *História e Economia*. Vol. 4, n. 2, 2008, p. 221-247.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. FAUSTO, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III, V. 8. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1981.

_____. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE/ USP, 1986.

_____. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. A questão do crédito na economia paulista na Primeira República. In: BARRETO, A. M.; LUNA, F. V.; SAES, F. A. M.; COSTA, I. N.; NOZOE, N.; MELLO, Z. M. C. *História Econômica: ensaios*. 1. ed. São Paulo: IPE/USP, 1983.

_____. Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 29, p.29-47, 1988.

_____. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. O estado de São Paulo no século XX: café, indústria e finanças na dinâmica da economia paulista. In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (orgs.) *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888). São Paulo: IPE/ USP, 1980.

SÃO PAULO. *O Café*. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1919, 1929, 1937-38.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*: 1875-1901. São Paulo: Edusp; Instituto Fernand Braudel, 1996.

SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional*: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: Unicamp, 2011.

_____. A dinâmica do enriquecimento paulista no século XIX: das origens à diversificação do capital da família Lacerda Franco. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 347-376, abr.-jun. 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SIMONSEN, Roberto C. Aspectos da história econômica do café. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 65, p.149-226, 1940.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p.449-495, Set./Dez.1988.

SOUSA, Paulo Silveira e. Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915). *Arquipélago-História*, Açores, VI, 2ª série, p.293-346, 2002.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

TEODORO, Rodrigo da Silva. *O crédito no mundo dos senhores do café*. Franca, 1885-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/ UNICAMP, 2006.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior*: Franca e a História da Indústria Coureiro-Calçadista. (1860-1945). Franca, SP: UNESP-FHDSS, 2002.

_____. FALEIROS, Rogério Naques; FONTANARI, Rodrigo. Modalidades e Hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, p. 401-412, 2011.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

VIEIRA, Rosângela de Lima. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929. In: Vieira, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin. *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. v.1. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

_____. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

WHITAKER, José Maria. *Letra de Câmbio*. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 à 1900): uma contribuição ao estudo da estrutura agrária*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo: São Paulo, 1978.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1951.

Anexos

Figura 1. Retrato de Christiano Osório de Oliveira, em 1906.

Figura 2. Família de Christiano Osório de Oliveira, em 1906.

Da esquerda para a direita: Joaquim, Luiza, Christiano Osório de Oliveira, Gabriela de Cássia Ribeiro de Oliveira (sua mulher), Rita de Cássia, Gabriela de Oliveira Costa, Angelina e José Pedro.

Figura 3. Primeira residência de Christiano Osório, em São João da Boa Vista.

Figura 4. Prédio da *Casa Bancária Christiano Osório*, em São João da Boa Vista.